



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA DURANTE A GUERRA DE ÁFRICA  
(1961-1974):  
AS RELAÇÕES COM A REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

Tese apresentada para obtenção do grau de doutor em Ciência Política e Relações  
Internacionais

por

Vicente Paiva Brandão

sob orientação de

Prof. Dr. Rui Ramos

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

Lisboa, Setembro de 2014

Esta tese contém cerca de 101.000 palavras.

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

## RESUMO

A leitura da comunicação social sul-africana entre 1961 e 1968, permite compreender a preocupação com que era seguida a guerra no Ultramar português. Nomeadamente os casos de Angola e Moçambique, atendendo à proximidade geográfica.

A partir da segunda metade da década de 60, as relações bilaterais intensificam-se; existem notícias de iniciativas empresariais, envolvendo Angola, Moçambique e a África do Sul, em sectores tão diversos como o energético, obras públicas, construção civil e turismo. Inclusivamente, ocorrem encontros para se ponderar a criação de um Mercado Comum da África Austral.

No âmbito estratégico, existe uma sintonia, entre Portugal e a África do Sul, que vai aumentando no decurso do tempo.

Desde o início do conflito em Angola, que se nota a existência da mesma percepção estratégica para a África Austral. Era preciso resguardar esta parte do continente africano da influência comunista. Os movimentos de libertação eram considerados peões ao serviço de Moscovo e da China. E, por isso, as tropas portuguesas estavam na linha da frente contra estes interesses.

A partir de 1967-68, surgiam tendências, na sociedade sul-africana, que apelavam a um apoio inequívoco a Portugal. Inclusivamente, houve quem considerasse urgente a ajuda militar e financeira ao país. O apoio era justificado pela ideia de que os territórios portugueses formavam uma barreira (zonas tampão), face ao alastramento do conflito à África do Sul. Nessa medida, as tropas lusas travavam uma luta, em nome de uma causa que devia ser partilhada pelos sul-africanos.

Isto não significou a ausência de divergências. A África do Sul não se queria ver comprometida num pensamento ou em atitudes colonialistas, e Portugal preferia

distanciar-se do “apartheid”, mantendo sempre a afirmação de que a política ultramarina não era racista.

Aliás, o discurso oficial era sempre muito cauteloso e, por vezes, distante. Admitia-se um bom relacionamento institucional e pouco mais. Nunca se reconheceu qualquer parceria estratégica e, muito menos, militar.

**Palavra-chave:** Portugal; África do Sul; África Austral; Angola; Moçambique; Guerra de África; Diplomacia bilateral; Entendimento militar; ALCORA.

## ABSTRACT

**Key-word:**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Universidade Católica Portuguesa (UCP), na pessoa do anterior Reitor, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz e na actual, Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria da Glória Garcia, bem como ao Instituto de Estudos Políticos (IEP), na pessoa do Director, Prof. Doutor João Carlos Espada, as condições de trabalho proporcionadas que tornaram possível a conclusão da tese em apreço.

Seguidamente, queria testemunhar a minha estima e consideração pelo meu orientador Prof. Doutor Rui Ramos, cujo apoio, ensinamento, conselho e motivação foram determinantes no percurso de todo este trajecto académico.

Gostaria, igualmente, de agradecer a gentileza e disponibilidade junto dos recursos humanos do Arquivo Histórico da Força Aérea (AHFA), nomeadamente reconhecendo o auxílio inestimável dos generais Bruchado de Miranda, Osório Mourão, Costa Santos e Queiroga, o que é extensivo ao respectivo Secretariado.

Ainda ao nível dos arquivos consultados, não posso esquecer as amabilidades e facilidades de que usufrui no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE), graças a uma equipa empenhada em colaborar com investigadores, que incluiu, o Embaixador Duarte de Jesus, a Dr.<sup>a</sup> Isabel Fevereiro, a Dr.<sup>a</sup> Fátima Alves, a D. Manuela Bernardo e a D. Isabel Coelho.

Dirijo, também, palavras semelhantes aos funcionários do Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) e do Arquivo Militar que contém o espólio do extinto Secretariado Geral da Defesa Nacional.

No estrangeiro, é de elementar justiça recordar os benefícios e a qualidade da informação obtidos junto dos Arquivos Nacionais da África do Sul e de Moçambique.

As entrevistas foram um aspecto fundamental na elaboração deste trabalho, que proporcionou a recolha de testemunhos orais de protagonistas deste período histórico.

Relativamente a outros depoimentos recolhidos, são muitas as personalidades às quais estou profundamente reconhecido, tanto em Portugal, como na África do Sul e no Brasil.

Ainda uma palavra especial dirigida às famílias que facultaram o acesso a espólios particulares, nomeadamente o Arquivo do General Luís Deslandes e o Arquivo do General Paiva Brandão.

Finalmente, agradeço aos amigos e familiares que me acompanharam desde o projecto à etapa final com conselhos, sugestões e outros contributos relevantes.

## ÍNDICE

|  |     |
|--|-----|
| <b>Introdução</b> .....  | 1   |
| <b>I) Síntese da história da África do Sul</b> .....                 | 13  |
| <b>II) A Questão Diplomática</b>                                     |     |
| 2.1 O Enquadramento Internacional .....                              | 32  |
| 2.2 A Aliança Ímpia .....  | 100 |
| 2.3 A Política da RAS de aproximação a certos países africanos ..... | 135 |
| 2.4 A Diplomacia Bilateral .....                                     | 143 |
| <b>III) A Questão Militar</b>  |     |
| 3.1 Os Projectos Regionais .....                                     | 185 |
| 3.2 A Subversão e a Contra-subversão .....                           | 195 |
| 3.3 O Acordo ALCORA .....  | 209 |
| 3.4 A Cooperação Militar Bilateral .....                             | 251 |
| 3.5 Aguentar em Portugal e Resistir na RAS .....                     | 282 |
| <b>Conclusão</b> .....   | 339 |
| <b>Bibliografia</b> .....  | 345 |

## **ABREVIATURAS**

## INTRODUÇÃO

A ideia central que motiva este trabalho é de investigar a cumplicidade sul-africana na manutenção do ex-ultramar português.

Portugal iniciou o ciclo das Descobertas, em 1415, com o avanço para o Norte de África. Esta movimentação possibilitou o contacto entre povos e civilizações que anteriormente se desconheciam. De uma forma amistosa ou pela força das armas, os portugueses foram pioneiros ao iniciarem esta dinâmica global.

Por outro lado, foi o último país europeu a iniciar o processo de descolonização, em meados dos anos 70; Nomeadamente, após franceses, britânicos, belgas e holandeses.

Tratando-se, no século XX, de um país de poucos recursos, sem o estatuto de potência militar e com uma população europeia de cerca de 10 milhões de habitantes, interrogamo-nos como foi possível tal longevidade. Sobretudo, no caso de África, onde Portugal foi confrontado com uma guerra ao longo de treze anos, em três territórios descontínuos.

É muito provável que se encontrem explicações no âmbito militar, ao nível da gestão dos territórios em causa e recursos económicos correspondentes, e na intervenção indirecta das duas superpotências da época, isto é, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), embora sem negligenciar outros actores de menor dimensão, e com implicações relevantes.

Entre estas optámos por destacar e procurar entender qual o âmbito da influência da África do Sul, na qualidade de maior potência regional, neste processo.

Dá que o nosso principal objectivo seja o de provar a tentativa de manutenção do ultramar português através da cumplicidade sul-africana.

Trata-se, no essencial, de averiguar a influência, a vários níveis, do Estado sul-africano na longevidade conseguida por Portugal face à manutenção dos territórios africanos.

Na prossecução deste horizonte, importa compreender a forma como a sociedade daquele país percepcionava as orientações políticas e militares emanadas de Lisboa; Nomeadamente, as que se destinavam a Angola e Moçambique.

O nosso ponto de partida baseia-se no facto de a liderança da República da África do Sul (RAS) se sentir ameaçada pelos nacionalismos africanos.

Ora, no caso das antigas Províncias Ultramarinas portuguesas, as de maior dimensão, situavam-se na fronteira daquele país. E a hipótese de se virem a constituir em Estados independentes hostis, patrocinadores de mudanças políticas e económicas no seio da sociedade sul-africana, era um cenário que inquietava, sobremaneira, os dirigentes deste Estado.

A ideia da existência de uma ameaça total iria desencadear, gradualmente, uma resposta proporcional que se configuraria, em meados dos anos 70, na “Estratégia total”.

No percurso em causa, julgámos relevante aferir a compatibilidade desta orientação estratégica com as directivas políticas, diplomáticas e militares prosseguidas nos territórios lusos durante os consulados de Salazar e Marcello Caetano.

Do lado português, importa avaliar o debate em torno do ultramar protagonizado pelas diversas sensibilidades políticas no seio do regime, salientando-se as esgrimidas entre “marcelistas” e “integristas”.

Na mesma lógica, propomos investigar as diversas propostas quanto à condução da guerra em África, entre 1961 e 1974. E averiguar se esta obedecia a afinidades regionais provenientes de países detentores de elites de origem europeia.

A preocupação em causa insere-se no facto da guerra de África (1961-74) ter sido frequentemente examinada e estudada de acordo com um conflito inserido na lógica bipolar ou, então, numa perspectiva de Portugal versus movimentos de libertação.

Contudo, a investigação e as consequentes obras publicadas não dão a respectiva importância à querela, atendendo à dinâmica regional e às idiossincrasias próprias dos espaços integrados na África Austral. Assim, é natural que uma parte substancial do trabalho em causa se destine a responder à questão da eventual existência de uma estratégia comum luso – sul-africana para a região mencionada.

É este o primordial objectivo deste estudo e que o caracterizará ao longo de toda a análise apresentada.

No início da investigação ainda não estava, plenamente, clarificado o apoio da África do Sul a Portugal. Contudo, existiam indícios de que esta colaboração foi efectiva e relevante para a manutenção do império português, nomeadamente, na sua parte final enquanto decorria a guerra em Angola, Moçambique e na Guiné. Afinal, a principal razão de ser deste trabalho e a respectiva tese central. As entrevistas realizadas e os documentos analisados em arquivos públicos e alguns particulares – e até agora inéditos – demonstraram que é possível perceber o âmbito da participação da África do Sul na manutenção do “status quo” colonial português.

Também a literatura revista sobre a temática em apreço indicou tal conclusão.

Este interessava a Portugal para defender as colónias. E isso era exequível pela contiguidade das fronteiras de Angola e Moçambique com a África do Sul ou territórios dominados por esta como era o caso do Sudoeste africano. Nesta lógica, os vastos recursos económicos naturais, somados à pujança económica e militar de Pretória conferia um auxílio precioso para Portugal atendendo a sua dominância regional. Na

realidade, as suas capacidades bélicas encontravam-se em crescendo desde os meados da década de sessenta.

À tentativa de uma maior autonomia no plano militar, não terá sido alheio o início das hostilidades no Ultramar português e o embargo internacional de que foi alvo, fruto da política do “apartheid”.

Aliás, note-se, que este sistema suscitou alguma controvérsia ao nível das relações bilaterais. Portugal não se revia em tal modelo de organização da sociedade, preferindo uma convivência pacífica com uma aparência de normalidade no relacionamento entre as várias raças, embora sem ocultar a notória hierarquização entre estas; A África do Sul, pelo seu lado, considerava-o ideal para governar sociedades multirraciais. O “apartheid” possuía um duplo significado: por um lado, traduzia-se num desenvolvimento separado, criando-se espaços para a sua concretização, onde relevava o divórcio entre brancos e negros. Numa outra interpretação era entendido como um espaço, onde as várias raças tinham direitos e obrigações diferentes, caracterizado pela supremacia branca. Isto era fonte de desconfiança de parte a parte.<sup>1</sup>

Mas, a presença portuguesa em África, também, agradava à África do Sul. O governo português definiu a posição, ao nível da política africana, que mais tranquilizava Pretória, entre os demais Estados ocidentais.

A debilitação dos movimentos de libertação que combatiam as forças portuguesas em Angola e Moçambique interessava, manifestamente àquele país. Eram conhecidas ligações entre movimentos que operavam num e noutro lado das fronteiras. E, num

---

<sup>1</sup> Estas divergências foram assinaladas por diversos autores, entre os quais João José Brandão Ferreira que as reproduziu nos seguintes termos: “Mesmo quando militares sul-africanos operavam no Leste de Angola junto com forças portuguesas (em operações de contraguerrilha levadas a cabo entre 1961-1974), e as relações políticas entre os dois países eram boas, o Governo Português não aceitava o “«Apartheid»”. Podemos até socorrer-nos de uma frase lapidar do Embaixador Franco Nogueira, proferida numa conferência de imprensa, creio que em Pretória, no final de uma visita à RAS, em resposta a uma pergunta sobre esse regime: “«Sobre o apartheid, os governos português e sul-africano concordaram que discordavam»”. João José Brandão Ferreira, *À Frente do Tempo*, vol. II, Lisboa, Caminhos Romanos, 2014, p. 52.

contexto de guerra fria, sabia-se os apoios internacionais e as estratégias em confronto. A África era cobiçada pelos dois blocos e, a respectiva animosidade, nem sempre favorecia as pretensões de Lisboa e Pretória.

Pelo contrário, mesmo no seio do Ocidente, alguns países dividiam-se em momentos de apoio, distanciamento ou mesmo contestação. O exemplo mais paradigmático pode ser observado no comportamento dos EUA. Desde as presidências de Eisenhower a Nixon, verificaram-se disposições diferentes em relação a Portugal. Houve momentos de clara discordância em relação à política africana seguida por Portugal, como no caso dos dois primeiros anos da Administração Kennedy, até à tolerância, senão mesmo apoio, em iniciativas verificadas na época de Eisenhower e, posteriormente, de Nixon, onde este autorizou a venda de aviões “Boeing” a Lisboa, que serviram para o transporte de tropas para o Ultramar.

Ora, este cenário, irmanava Portugal e a África do Sul na defesa do que consideravam ser valores civilizacionais e pró-ocidentais em África.

Acresce que se, no caso do primeiro, existia uma metrópole europeia, no segundo caso, a comunidade branca não tinha abrigo na Europa. Assim, aguentar em Portugal e nos respectivos espaços africanos, e resistir na África do Sul resumiam estados de espírito que eram partilhados pelos dois países.

A plena fundamentação da tese em causa exigiu, assim, uma investigação empenhada e exaustiva que obrigou a percorrer dois oceanos, três continentes e quatro países: os oceanos Atlântico e Índico; Europa, África e América do Sul; e Portugal, República da África do Sul, Moçambique e Brasil.

Este périplo internacional proporcionou a pesquisa e a recolha de fontes que facultaram a estruturação da tese de acordo com as etapas abaixo mencionadas.

A primeira, correspondeu a uma síntese da história da África do Sul onde se procurou salientar os principais aspectos que caracterizaram o respectivo percurso desde uma colónia holandesa e depois britânica até à ascensão do Partido Nacional dominado pelos descendentes holandeses e, finalmente, a criação da República da África do Sul em 1961, já com a política do “apartheid” plenamente implementada e que acompanhou a guerra travada pelos portugueses em África, entre 1961 e 1974.

A segunda, referiu-se à questão diplomática. Nesta, apresentou-se o contexto internacional, nomeadamente através da caracterização do ambiente político referente à época em apreço.

Aqui, procurámos compreender as principais manifestações ao nível do relacionamento entre as duas super-potências, então dominantes, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e o respectivo posicionamento global. Neste âmbito, importou destacar as orientações externas de ambos os Estados, designadamente no que diz respeito ao movimento dos não-alinhados e, sobretudo, ao continente africano. Ainda nesta sequência, tratou-se igualmente da aliança que juntou Portugal, a África do Sul e a Rodésia sublinhando-se as razões da sua existência e os respectivos momentos de maior ou menor visibilidade.

Também se considerou adequado, dedicar um outro sub-capítulo à tentativa da República da África do Sul melhorar o seu relacionamento com os seus vizinhos regionais.

Após uma etapa mais isolacionista, a África do Sul, já com o estatuto de República com laços, gradualmente, menos próximos com o antigo colonizador, ensaiou uma abordagem de maior abertura no âmbito regional. Para além de contactos mais frequentes com a Zâmbia e Madagáscar, o Malawi representou o melhor exemplo da

“outward policy” sul-africana. Note-se que na aproximação entre os dois Estados, Portugal desempenhou um papel determinante.

Finalmente, o capítulo dedicado à diplomacia encerra-se com a análise das relações bilaterais entre Portugal e a África do Sul tomando, essencialmente, como ponto de partida a elevação dos respectivos representantes a ministros plenipotenciários e concluindo-se com a mudança de regime em Portugal, no dia 25 de Abril de 1974. Aqui visa-se, ainda, compreender as perspectivas de ambos os países face à política externa das duas super-potências para África e de alguns dos respectivos apoiantes mais fervorosos. O conflito no ex-Congo Belga e o alastramento aos territórios portugueses além-mar foram, também, objecto de análise, atendendo às percepções lusas e sul-africanas. A declaração de independência unilateral da Rodésia face à Grã-Bretanha foi, igualmente, estudada em pormenor, tendo em conta as perspectivas bilaterais, sem negligenciar os assuntos que suscitaram maior controvérsia ou consenso entre Portugal e a África do Sul.

O terceiro capítulo incide sobre a questão militar e compreende o estudo do problema da manutenção das colónias portuguesas na África Austral e a influência da República da África do Sul neste processo. Assim, importa entender as directivas dos executivos de Lisboa e Pretória, ao nível estratégico-militar para África e as preocupações inerentes.

Neste campo, interessa-nos averiguar os projectos regionais pensados para o continente africano ainda numa perspectiva de tutela europeia. Consideramos, também, pertinente o estudo da então designada manobra de subversão e de contra-subversão. É relevante, neste domínio, avaliar o grau de preparação das forças armadas portuguesas para a contenda africana. Do mesmo modo, importa conhecer os contactos internacionais e a proveniência do equipamento bélico utilizado.

É, ainda, incontornável o estudo da génese do nacionalismo africano, sobretudo, atendendo à influência projectada junto dos movimentos de libertação que se opunham à presença portuguesa no continente africano. Consequentemente, o nascimento e a evolução dessas organizações nacionalistas requer uma análise rigorosa.

Em síntese, trata-se de investigar as seguintes matérias: a percepção portuguesa face ao mundo em mudança (estava-se, ainda, sob o efeito da célebre declaração do primeiro-ministro britânico MacMillan, em 1960, acerca dos “ventos de mudança” que sopravam no continente africano); a elaboração de uma estratégia africana; a razão, oportunidade e eficácia perante a escolha dos meios utilizados; e a consequente adaptação à realidade no terreno.

No que diz respeito à República da África do Sul, importa analisar a política deste Estado para a África Austral.

Assim, após o estudo da respectiva política externa, no capítulo anterior, nomeadamente a que é dirigida a Portugal, justifica-se a compreensão da componente militar.

Em meados da década de 60, as elites sul-africanas consideravam estar perante uma crescente ameaça que, mais tarde, assumiria a designação de “ameaça total”.

Esta consciência remonta ao advento dos nacionalismos africanos e à crise do Suez, em 1956. O envolvimento britânico, francês e israelita contra a nacionalização daquele canal, por parte do Egipto, colocou o ocidente em alerta face à instabilidade daquela rota petrolífera. As subsequentes guerras israelo-árabes, apenas serviram para confirmar essa fragilidade.

A dependência energética dos países do ocidente, igualmente partilhada pela África do Sul, conduziu à valorização da chamada “rota do Cabo”. Esta, claramente, situada na esfera de influência estratégica desse Estado.

A descoberta de petróleo em Angola, a construção da barragem de “Cabora-Bassa”, em Moçambique, a importância da via marítima mencionada e a ameaça proveniente de movimentos nacionalistas negros, motivou uma colaboração crescente entre Portugal e a República da África do Sul que se reflectiu, em última análise, no acordo ALCORA e na cooperação militar bilateral.

A gradual aproximação política e militar entre os dois Estados, a identificação das estratégias e dos meios utilizados, e a presença concertada de que era necessário aguentar em Portugal e resistir na República da África do Sul, substanciam a motivação principal do nosso estudo e, daí constituir a designação julgada mais pertinente para o último sub-capítulo.

Ao nível dos espólios consultados em Portugal, destacam-se os arquivos de António de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano situados no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

O espólio existente no Ministério dos Negócios Estrangeiros assume também uma importância idêntica. A percepção política dos diplomatas portugueses junto das organizações internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ajuda-nos a compreender a posição do governo da época nas matérias em apreço.

No âmbito militar, foram relevantes a investigação no antigo Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), agora, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), no Instituto da Defesa Nacional (IDN), no Arquivo Histórico da Força Aérea (AHFA) e na consulta do espólio correspondente ao extinto Secretariado Geral de Defesa Nacional (SGDN).

Também foi de grande utilidade o acesso a espólios particulares donde se destacam o do General Luís Deslandes e o do General Paiva Brandão. No âmbito diplomático, importa enaltecer a disponibilidade do representante português nas Nações Unidas, à época,

Embaixador António Patrício que, gentilmente, facultou os seus documentos e fotografias pessoais.

No que diz respeito à República da África do Sul, é de sublinhar a importância da documentação investigada nos National Archives of South Africa (NASA), situados em Pretória, e das publicações arquivadas na Biblioteca Municipal da cidade do Cabo.

Tanto em Portugal, como na República da África do Sul, foram recolhidos testemunhos orais de diversas individualidades políticas e militares que contribuíram, assim, com uma dimensão humana indispensável para compreender melhor o estudo em causa.

No tocante ao Brasil, relevou a entrevista concedida pelo antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros Português, Rui Patrício, e em Moçambique, confirmou-se uma série de documentos já consultados em Portugal e na República da África do Sul, ao que acresce uma importante entrevista protagonizada pelo General Kaúlza de Arriaga.

Foram consultados, ainda, outros organismos e instituições, se bem que daí não tenhamos retirado informação com relevância para este estudo.

Importa, igualmente, destacar o estado da questão em apreço, isto é, o que foi estudado ou aflorado sobre esta matéria no passado recente.

No caso de Portugal e, sobretudo, no que diz respeito ao acordo ALCORA, que formalizou o entendimento entre este país, a República da África do Sul e a Rodésia, em Outubro de 1970, existem alguns livros já publicados, que tratam este assunto. É o caso de Francisco Proença Garcia, em a “Análise Global de Uma Guerra”<sup>2</sup>, onde o autor faz uma síntese do que designa por “operações ALCORA”. Apesar do pioneirismo das considerações expostas e, por conseguinte, sem negligenciar as implicações regionais, nomeadamente algumas alusivas à RAS, estas são muito sucintas e inseridas nesta obra, cujo principal objectivo é o de estudar a guerra em Moçambique entre 1964 e 1974.

---

<sup>2</sup> Cfr. Francisco Proença Garcia, *Análise Global de Uma Guerra: Moçambique (1964-1974)*, Lisboa, Prefácio, 2003, pp. 168-169.

Amélia Neves de Souto, na obra “Caetano e o Ocaso do «Império»”, dedica um interessante sub-captítulo às relações de Portugal com a Rodésia e a África do Sul. Neste, examina com algum pormenor as origens e a evolução do entendimento, que tem como ponto de partida a ameaça protagonizada por alguns membros da ONU, nomeadamente a União Indiana, a guerra em Angola e Moçambique, e o sentimento de vulnerabilidade provocado nos territórios dominados por minorias brancas.

Nesta sequência, a autora refere que a colaboração desenvolveu-se de uma forma “mais sistemática”<sup>3</sup> com a Rodésia, sobretudo, devido à “Declaração Uni-lateral de Independência” desta face ao Reino Unido. Contudo, alude, igualmente, ao “Exercício ALCORA”, onde menciona o interesse de Salisbúria e Pretória apoiarem o esforço de guerra português. Neste enquadramento, o território tratado, em pormenor, é o de Moçambique, realçando-se a estratégia militar desenvolvida sob o comando de Kaúlza de Arriaga.

Num âmbito semelhante, mas com outra abrangência, Luís Barroso<sup>4</sup>, explora a manobra política e diplomática de Portugal na África Meridional entre 1951 e 1974. Embora, o tema da aliança tripartida, formalizada pelo “Exercício ALCORA”, seja objecto de um detalhe apreciável, o estudo apresentado por Barroso é vasto, incidindo na estratégia lusa, a nível regional, e destacando a importância de outros países, tais com: a Zâmbia, o Malawi e a Tanzânia. A época escolhida remonta ao ano de 1951, ultrapassando, deste modo, a época em que decorre a guerra de África, opondo Portugal aos movimentos de libertação.

---

<sup>3</sup> Amélia Neves de Souto, *Caetano e o Ocaso do “Império”: Administração e guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, p. 308.

<sup>4</sup> Cfr. Luís Barroso, *Salazar, Caetano e o “Reduto Branco”: A Manobra Político-Diplomática na África Austral (1951-1974)*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2012.

À semelhança dos autores atrás mencionados, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes examinam o acordo ALCORA<sup>5</sup>, incidindo grande parte do texto, em aspectos militares, conforme as características do tema escolhido. Assim, as interpretações expostas surgem numa dimensão, essencialmente, castrense, que não coincidem, necessariamente com as nossas, no espaço, tempo e modo.

Finalmente, Miguel Júnior<sup>6</sup>, aborda o envolvimento de tropas sul-africanas no Sudeste de Angola no período que medeia entre 1966 e 1974.

O trabalho em causa analisa a contra-insurreição, a génese e a evolução dos movimentos de libertação e, por fim, o apoio das forças de Pretória no Sudeste de Angola, em benefício de Lisboa.

Após a resenha dos títulos e respectivas matérias enunciadas, e que correspondem às obras mais recente publicadas em Portugal, julgamos o propósito do estudo empreendido susceptível de fornecer elementos e aspectos inovadores associados ao relacionamento político-militar entre Portugal e a África do Sul.

Consequentemente, e reforçando a ideia já manifestada, a tese em causa pretende oferecer respostas que permitam compreender a longevidade da guerra de África dispersa por três territórios descontínuos e a influência da África do Sul neste processo entre 1961 e 1974.

---

<sup>5</sup> Cfr. Aniceto Afonso; Carlos de Matos Gomes, *ALCORA – O Acordo Secreto do Colonialismo: Portugal, África do Sul e Rodésia na Última Fase da Guerra Colonial*, Lisboa, Divina Comédia, 2013.

<sup>6</sup> Cfr. Miguel Júnior, *A Mão Sul-Africana – O Envolvimento das Forças de Defesa da África do Sul no Sudeste de Angola (1966-1974)*, Cascais, Tribuna da História, 2014.

## D) SÍNTESE DA HISTÓRIA DA ÁFRICA DO SUL

A guerra anglo-bóer, na transição do século XIX para o seguinte (1899-1902), teve, entre outras consequências, o efeito de moldar o carácter de um país.

De facto, a animosidade que caracteriza as relações entre as várias comunidades sul-africanas, foi forjada no conflito que opôs bóeres e ingleses.

A luta foi impiedosa e ficou marcada pelo cunho sombrio da edificação de campos de concentração – os primeiros a serem conhecidos na modernidade<sup>7</sup>. Houve quem a comparasse, ao nível dos efeitos, à guerra civil norte-americana. Provavelmente, não será deslocado, fazer-se raciocínio semelhante perante a guerra de Espanha, entre 1936-39.

Os ingleses obtiveram uma vitória difícil, mas inquestionável<sup>8</sup>. A dificuldade ficou patente na necessidade de empenhar forças do império na refrega – oriundos do Canadá e da metrópole. Simultaneamente, a determinação, as técnicas de combate utilizadas e a adaptação ao território por parte dos bóeres, não facilitaram a manobra britânica.

Aqueles, ainda, numa derradeira tentativa de inverterem a sorte da contenda, recorreram ao apoio do Presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, que negou o auxílio pretendido. O Chefe de Estado norte-americano justificou a decisão, afirmando que o país não queria nem podia interferir na contenda<sup>9</sup>.

No balanço final, os ingleses haviam empenhado na guerra cerca de meio milhão de combatentes<sup>10</sup>, e os bóeres, aproximadamente, 60.000 homens. As fragilidades do

---

<sup>7</sup> Os campos em causa terão albergado cerca de 26.000 mulheres e crianças bóeres, representando mais de um quinto dos reclusos, e que viriam a falecer de doença e má nutrição. Cfr. David Reynolds, *Britannia Overruled*, Pearson Education Limited, 2000, p. 64.

<sup>8</sup> A paz foi assinada na cidade de Vereeniging (Transval), em 31 de Maio de 1902; Cfr. A. F. Basil Williams, *Botha, Smuts and South Africa*, 1ª ed., London, The English Universities Press Limited, 1946, p. 48.

<sup>9</sup> Cfr. Martin Gilbert, *História do Século XX*, 1ª ed., Publicações D. Quixote, Outubro de 2010, p. 23.

<sup>10</sup> As tropas britânicas sofreram mais de 6000 baixas em combate e outras 16000 pereceram devido a doenças, nomeadamente, febres. Idem.

dispositivo inglês conduziram à reorganização do Exército e, inclusivamente alertou-se para a necessidade da preparação de um Estado-Maior, de acordo com o modelo alemão<sup>11</sup>.

Do lado dos vencidos sobreveio o ressentimento e a mentalidade de cerco, que haveria de perdurar nos tempos vindouros. Nas décadas de 60 e 70, esse sentimento transformar-se-ia, facilmente, em resistência.

Quanto aos portugueses, ensaiaram uma postura perante o conflito que haveriam de reproduzir na crise rodesiana, em 1965. Isto é, embora associados à Grã-Bretanha pela mais velha aliança, não deixaram de permitir o trânsito e o auxílio humanitário aos descendentes dos holandeses.

Os anos que se seguiram à guerra protagonizada pela comunidade branca, foram marcados pela tensão e o desnorte quanto ao modelo político-social a implementar no futuro. Procurava-se um rumo que fosse capaz de apaziguar o relacionamento entre bóeres e britânicos, e colocasse o território na senda do desenvolvimento.

Tal momento chegou com o “South Africa Act”, assinado pelo rei Eduardo VII, em 20 de Setembro de 1909, e que possibilitou a existência de uma Constituição<sup>12</sup> e conferiu o estatuto de União à África do Sul.

A Constituição estabeleceu duas capitais – Pretória e a cidade do Cabo -, em que esta seria, também, a sede do poder legislativo. O poder judicial estaria baseado em Bloemfontein, no Estado Livre de Orange. E, finalmente, o poder executivo alternava entre as capitais de acordo com uma rotação semestral.

As línguas oficiais seriam o inglês e o holandês, e os direitos políticos estariam acessíveis apenas à comunidade branca, embora estivesse previsto o exercício de certos direitos por outros segmentos populacionais, no Cabo, de tradição mais liberal.

---

<sup>11</sup> Cfr. David Reynolds, *Britannia Overruled*, Pearson Education Limited, 2000, p. 65.

<sup>12</sup> Trata-se de uma Constituição escrita e não apenas baseada na tradição e prática, como é o caso da lei suprema britânica.

A União da África do Sul ficou com uma posição idêntica à de outros países na Commonwealth, reproduzindo os exemplos da Austrália, Nova Zelândia e Canadá. O topo da hierarquia do Estado era composto pelo governador-geral, que representava a Coroa britânica, e o governo, chefiado por um Primeiro-ministro. Este seria indicado pelo representante do monarca britânico, consoante os resultados eleitorais.

A I Guerra Mundial confirmou o ascendente internacional da África do Sul, e os seus representantes mais notáveis, Louis Botha<sup>13</sup> e Jan Smuts<sup>14</sup>, assinaram o tratado de Versalhes ao lado dos delegados das outras potências. O mesmo reconhecimento foi visível, mais tarde, na atribuição do lugar de presidente da Assembleia da Sociedade das Nações ao dignitário do país. E, em 1945, Smuts assumiu representação de idêntico destaque, na Conferência de S. Francisco, a propósito da criação das Nações Unidas.

Em 1948, o Dr. Malan<sup>15</sup> venceu as eleições que ditaram o triunfo do partido nacional. Nos períodos anteriores, dominados pelos dois conflitos mundiais, tinha sobressaído o marechal Smuts, sensível às expectativas da comunidade de origem inglesa. A posição adoptada pelo governo sul-africano, durante a II Guerra Mundial, espelhou bem a opção de o país alinhar ao lado de Londres<sup>16</sup>. Mas o escrutínio subsequente à guerra colocou o país num caminho diferente.

---

<sup>13</sup> Louis Botha nasceu em 1862 e faleceu em 1919. Notabilizou-se como militar e estadista. Na vida castrense alcançou o posto de general e comandou as forças bóeres, na guerra que opôs estes aos ingleses. Mais tarde, em 1910, ascendeu ao cargo de Primeiro-Ministro, função exercida até à data da sua morte. Cfr. Gerald L'Ange, *The White Africans: From Colonisation to Liberation*, Johannesburg & Cape Town, Jonathan Ball Publishers, 2006, pp. 145, 159, 175, 179, 197.

<sup>14</sup> Jan C. Smuts, à semelhança de Louis Botha, destacou-se como militar e político. Nasceu em 1870 e morreu em 1950. Nas fileiras militares atingiu o posto de marechal. Enquanto político, exerceu o cargo de Primeiro-Ministro entre 1919 e 1924, e de 1939 a 1948. Neste ano, na liderança do Partido Unido, perdeu as eleições, favoráveis ao Partido Nacional, tutelado por Daniel Malan. Cfr. Allister Sparks, *The Mind of South Africa*, Jonathan Ball Publishers, 2003, p. 45.

<sup>15</sup> O Dr. Daniel François Malan nasceu em 22 de Maio de 1874, na cidade de Riebeeck-West (África do Sul), e morreu em 7 de Fevereiro de 1959, no seu país. Exerceu o cargo de Primeiro-Ministro da União da África do Sul, entre 1948 e 1954. Cfr. AHD – MNE, PAA 1129, *Documento enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 7 de Fevereiro de 1959*.

<sup>16</sup> A título de curiosidade, o carro onde viajava o Marechal alemão Erwin Rommel, numa estrada francesa, foi atingido por um avião pilotado por um aviador sul-africano, o capitão J. J. Le Roux, em 1944, ocasião em que aquele oficial germânico ficou gravemente ferido. Cfr. Martin Gilbert, *História da II Guerra Mundial*, Publicações Dom Quixote, 2009, p. 720. Adiante-se que, ao longo do conflito em causa e até Novembro de 1944, já haviam sido mortos 5783 combatentes sul-africanos. Os números em

O pós-guerra tinha correspondido a dificuldades económicas que atingiram, entre outros, bóeres desmobilizados das Forças Armadas e que procuravam trabalho. Embora não tenha atingido as proporções do passado, serviu para acirrar paixões revanchistas face aos outros grupos étnicos – cujos destinatários mais óbvios eram os descendentes de britânicos –, e mobilizar os eleitores para a necessidade da respectiva preponderância na sociedade. Havia um sentimento crescente de que o número, a participação social e económica, e o empenho em duas guerras mundiais, não tinham tido ainda a suficiente visibilidade política.

Essa oportunidade foi alcançada após a vitória eleitoral de Maio de 1948. O partido nacional obteve 70 lugares no Parlamento contra 65 do partido unido, o segundo mais votado.

Smuts e Hertzog<sup>17</sup> representavam o passado e, sobretudo, posições que não correspondiam, inteiramente, à necessidade de afirmação bóer<sup>18</sup>. O primeiro tinha contemporizado com a Inglaterra no período que abarcou os dois conflitos mundiais; o segundo, embora tenha defendido a neutralidade sul-africana perante a II Guerra Mundial, apelou, também, à edificação de uma sociedade em que as comunidades brancas rivais tivessem um peso equivalente.

---

causa foram apresentados no dia 16 de Janeiro de 1945. De facto, neste dia, “Churchill anunciava os números relativos às baixas britânicas ao longo de cinco anos e um mês de guerra – contados até ao fim de Novembro de 1944. Havia 199 497 mortos das forças de terra, ar e mar do Reino Unido. Tinham-se perdido igualmente as vidas de 28 040 canadianos, 18 015 australianos, 17 415 indianos, 8919 neozelandeses e 5783 sul-africanos”. Martin Gilbert, *Op. Cit.*, pp. 814-815.

<sup>17</sup> James Barry Munnik Hertzog nasceu a 3 de Abril de 1866, perto da cidade de Wellington, e faleceu, em Pretória, no dia 21 de Novembro de 1942. Notabilizou-se como militar e político, vindo a exercer as funções de Primeiro-Ministro entre 1924 e 1939.

<sup>18</sup> Este sentimento provinha, essencialmente, da junção de dois acontecimentos: o grande “Trek” e a guerra anglo-bóer. A grande “caminhada” tinha conduzido os africânderes através de um meio inóspito, pejado de feras e tribos hostis. O segundo momento mostrou do que era capaz um povo motivado e determinado. Apesar de derrotados, obrigaram o Exército mais poderoso da época, a nível mundial, a gastar enormes recursos em meios humanos e materiais. O feito de armas africânder contribuiu para o fortalecimento do seu orgulho nacional e, em última análise, convenceu-os de que eram um povo com características especiais – a ideia de “povo escolhido” – com uma missão a cumprir. Por outras palavras, e à semelhança, por exemplo, dos “sulistas” norte-americanos, a experiência em causa talhou a mentalidade e a determinação bóer. Cfr. Allister Sparks, *Op. Cit.*, p. 125.

Assim, Daniel Malan conseguiu reunir as condições para corporizar as aspirações dos descendentes de holandeses e definir um projecto para o futuro<sup>19</sup>.

A nova sociedade deveria defender os interesses da comunidade branca, e no seio desta, evidenciar as expectativas dos africânderes.

No sentido de dar cumprimento a um destino, com óbvias conotações religiosas, edificou-se o sistema do “apartheid”.

Convém esclarecer, previamente, que o conceito em causa não deve ser confundido com segregação.

Este estava mais vocacionado para a separação nos moldes tradicionais; Por outras palavras, existia uma hierarquia social, económica e política baseada na raça, e com as respectivas posições perfeitamente definidas ao nível do lugar ocupado.

O modelo havia já sido testado por ingleses, holandeses, africanos, e continuava em vigor nos Estados Unidos da América<sup>20</sup>.

Assim, atendendo à história do território, o terreno estaria preparado para se implementar algo que não destoaria com o passado, e até poderia ser apresentado como uma evolução.

O “apartheid” foi, sobretudo, fruto do nacionalismo africânder, da tradição da igreja reformista holandesa e de um determinado contexto histórico.

A explicação histórica pode ser sintetizada no pioneirismo do encontro dos holandeses com o extremo sul de África, no grande “Trek”, e na guerra anglo-bóer.

---

<sup>19</sup> Ao nível etário, Daniel Malan, era o mais novo dos três, se compararmos a sua idade com a de Smuts e Hertzog. Havia nascido quatro anos após Smuts e oito anos depois de Hertzog. Neste caso, a juventude também jogou a seu favor.

<sup>20</sup> Neste país, nos Estados do sul, ao longo da década de 50 do século passado, nas transacções comerciais entre brancos e negros, o dinheiro era colocado em cima do balcão para que as mãos das diferentes etnias não se tocassem. Cfr. Bill O’Reilly; Martin Dugard, *Conspiração Kennedy*, Marcador Editora, 2013, p. 115. No mesmo sentido, o historiador britânico Martin Gilbert, descreveu a situação dos direitos humanos nos EUA, relatando o seguinte acontecimento: “No dia 25 de Novembro [de 1954], Rosa Parks, negra, foi detida em Montgomery, no Alabama, por se ter sentado nos bancos da frente de um autocarro, a parte reservada aos brancos. Na sequência da sua detenção, o Dr. Martin Luther King, que acabara de chegar a Montgomery como pastor baptista, encabeçou 50 000 manifestantes negros num boicote aos autocarros locais, exigindo o fim da segregação. O boicote aos autocarros durou 13 meses”. Cfr. Martin Gilbert, *História do Século XX*, 1ª ed., Publicações Dom Quixote, Outubro de 2010, p. 362.

Os holandeses foram os primeiros europeus a estabelecerem-se no território que viria a ser a África do Sul. Esse primeiro contacto prolongou-se até 1795, ano em que a Holanda é ocupada pelos exércitos napoleónicos e a Inglaterra substitui aqueles no espaço africano, em virtude do monarca holandês se ter refugiado em Londres.

A precocidade em causa transmitiu um sentimento duradouro de posse e quando o domínio holandês foi afastado relevou a ideia de usurpação.

Perante a expansão inglesa, os descendentes de holandeses procuraram espaços próprios onde pudessem viver de acordo com as suas tradições e, nomeadamente, mantendo a autonomia linguística.

A preocupação de escapar à influência do adversário europeu e a necessidade de descobrir locais apropriados para o estabelecimento de comunidades próprias estão na origem da “Grande Viagem”.

A jornada dos bóeres levou-os da costa sul ao “hinterland” sul-africano, com os perigos inerentes a qualquer aventura na savana, pejada de feras, acidentes de percurso e populações locais hostis.

Esta odisséia ajudou muito a consolidar a imagem de um povo ousado, corajoso, espartano e, sobretudo, singular. A originalidade estaria na adaptação de um povo europeu a um território virgem e, em muitos aspectos, ainda desconhecido.

O atrito entre as comunidades brancas não tinha sido superado e, entretanto, consolidava-se a ameaça colocada pelas duas repúblicas bóeres – o Transval e o Estado Livre de Orange.

O estado de guerra não tardou e o desfecho não foi uma surpresa: a vitória das forças britânicas, mais numerosas, melhor equipadas e organizadas.

O conflito adensou mais o ressentimento que dominava as relações entre as comunidades de origem europeia. A natureza cruel do confronto e as duras condições a

que foram submetidos os prisioneiros de guerra bóeres, apartaram, quase irremediavelmente, os dois grupos brancos.

A igreja holandesa desempenhou, igualmente, um papel importante na justificação do “apartheid”.

Atendendo à sua matriz religiosa, os holandeses são protestantes calvinistas. O puritanismo inerente e as adversidades africanas incutiram nos bóeres fortes convicções religiosas. Com o tempo foi-se acentuando a ideia de povo eleito, compreendendo o direito a uma terra destinada por Deus, e a missão de preservar esse legado e passá-lo aos descendentes – o estar em África tornava-se um dogma de fé.

A mentalidade bóer ia evoluindo no sentido de se invocar uma legitimidade divina para a separação de raças e o direito dos brancos ao governo. Seria seu dever cristão, tutelar os outros grupos até alcançarem um estágio de desenvolvimento em que pudessem assumir a responsabilidade de determinar o próprio destino<sup>21</sup>. Também neste domínio, a percepção divergia do entendimento inglês, acusado de conferir direitos desajustados aos indígenas<sup>22</sup>.

Estava em marcha um nacionalismo de pendor cristão, que iria ganhar adeptos nos anos 30 do século XX.

Uma série de intelectuais, formados numa Europa rendida a ideais autoritários, voltaram à África do Sul e conheceram teólogos, que tinham frequentado, igualmente, universidades europeias, e proclamavam o direito divino a cada nação possuir uma existência autónoma. À nação atribuíam-se a qualidade única de entidade verdadeiramente capaz de permitir a realização das expectativas humanas. A combinação entre os filósofos idealistas alemães e a escola nacionalista germânica alimentava o fervor patriótico africânder e servia de contraponto aos valores britânicos.

---

<sup>21</sup> Note-se que a última parte era semelhante ao entendimento de Salazar.

<sup>22</sup> Frank Welsh, *A History of South Africa*, London, Harper Collins Publishers, 2000, pp. 415-416.

A ideia tradicional de um povo eleito imbuído de um espírito de missão assumia um sentido mais pragmático: Tratava-se, agora, de preservar a identidade de uma nação especial e ajudar os outros a enveredar pelo seu próprio caminho.

Geoff Cronjé, um dos maiores ideólogos africânderes, sustentou que a diversidade de raças e nações correspondia à vontade de Deus, e conseqüentemente, o que estava em causa, em última análise, era a obediência ao Criador<sup>23</sup>. Por outras palavras, a questão era discutida num plano político e académico, e, simultaneamente ganhava uma legitimidade religiosa.

A novidade não era a igreja ser favorável à segregação, mas antes tornar-se politizada devido à influência de novos teólogos e à pressão negra sobre os grandes centros urbanos. Daí, os sul-africanos referiram-se, a partir da década de 40, à Igreja Reformada Holandesa como “o Partido Nacional em oração”<sup>24</sup>.

O conceito de nação tinha, forçosamente, de acompanhar a percepção política e religiosa. Aquela correspondia, em primeiro lugar, aos africânderes e baseava-se na exaltação da singularidade de tal povo. E este tinha como principal tarefa, cuidar da sua individualidade e proporcionar aos outros, um destino, igualmente, separado.

Com as premissas teóricas do “apartheid” consolidadas, o projecto pôde ganhar consistência política.

A preocupação inicial foi a de garantir ao Partido Nacional, a continuidade no poder. Em primeiro lugar porque o partido ganhou as eleições por uma escassa margem, materializada em cinco lugares de diferença, no Parlamento, face à oposição. Em segundo lugar, o partido vitorioso necessitava de superar as rivalidades internas para parecer coeso aos olhos da opinião pública.

---

<sup>23</sup> Cfr. Allister Sparks, Op. Cit., p. 148.

<sup>24</sup> Cfr. Allister Sparks, Op. Cit., p. 152.

As tensões eram protagonizadas pelo grupo do Transval e a facção da Cidade do Cabo. Esta, mais liberal, era liderada pelo, agora, Primeiro-ministro Daniel Malan. O Cabo era, desde logo, pela sua localização, mais aberto ao exterior e conotado com as pessoas ligadas ao aparelho financeiro do “apartheid”. Consequentemente, os nacionalistas do Transval consideravam-nos perigosos liberais e capitalistas.

Assim, havia que fortalecer a causa. Um dos expedientes utilizados foi o de alargar a composição parlamentar ao Sudoeste Africano<sup>25</sup>, o que logrou obter mais seis lugares favoráveis ao Partido Nacional.

Paralelamente reforçou-se a componente africânder no sector público. Na polícia, os descendentes de holandeses cresceram três vezes mais do que os agentes de origem inglesa; No Exército, os oficiais de patente mais elevada foram, gradualmente, substituídos por elementos da confiança dos nacionalistas; Na função pública ocorreu o mesmo fenómeno, com especial incidência no “Departamento dos Assuntos Nativos”; E, com um intuito mais abrangente, foi publicada uma lei<sup>26</sup> que, na prática, impedia o acréscimo da imigração proveniente da Grã-Bretanha, de modo a que ela não perturbasse a maioria bóer.

---

<sup>25</sup> Na sequência da I Guerra Mundial, e da derrota do Império Germânico, o Sudoeste Africano alemão ficou sob a tutela da União Sul Africana, enquadrada pelo sistema jurídico internacional do Mandato, proveniente da extinta Sociedade das Nações, em 17 de Dezembro de 1920. Quando se acentuou a dinâmica emancipalista em África, o movimento nacionalista africano, denominado South West Africa People's Organization (SWAPO), iniciou a luta armada contra as autoridades sul-africanas. A primeira acção bélica ocorreu em 1966. Em 1976, enquanto se intensificava o confronto armado, negociou-se, sob os auspícios de Henry Kissinger, a possibilidade de independência do território, prevista no final de 1978. Contudo, esta hipótese não se concretizou devido à evolução da conjuntura regional na África Austral; nomeadamente, à presença militar cubana em Angola, considerada uma ameaça à segurança da África do Sul. Consequentemente, foi-se sedimentando, sobretudo desde 1982, o conceito de “linkage”, isto é, a retirada das tropas cubanas de Angola e, simultaneamente, reunir-se as condições para a independência da Namíbia (designação atribuída aos partidários da independência, e que deriva da palavra “namib”; esta, na língua do povo Nama, significa abrigo). O acordo de Nova York, celebrado em Julho de 1988, consagrou os seguintes princípios: o cessar-fogo entre os beligerantes, o gradual regresso a Havana dos militares cubanos, e proceder-se à independência do território mediante a realização de eleições. Estas, sob a supervisão das Nações Unidas, ocorreram em Novembro de 1989, e a Namíbia alcançou o estatuto de Estado independente, em 21 de Março de 1990. Cfr. Richard Pattee, *África do Sul, vizinha de Portugal*, Junta de Investigações do Ultramar, 1971, p. 529; Cfr. Armando de Campos, *África do Sul – Potência Regional*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 1996, pp. 335-352.

<sup>26</sup> Trata-se da “Citizenship Bill”, de 1949.

De facto, a legislação acompanhou a edificação de um Estado, com novos moldes, em África.

Em 1949, surgiu a lei impeditiva de casamentos entre brancos e não-europeus<sup>27</sup>, completada, no ano seguinte pela “Lei da Imoralidade”, que ilegalizava relações sexuais entre indivíduos dotados das diferenças assinaladas<sup>28</sup>.

Naquele ano, também se verificou o aparecimento da “Lei do Registo da População” – talvez, a mais conhecida e a que melhor caracterizou o sistema do “apartheid”. De acordo com o articulado, as pessoas eram obrigatoriamente classificadas num dos grupos étnicos possíveis: brancos, indianos, os mestiços ou mulatos (“coloured”), e os bantos (negros)<sup>29</sup>; e necessitavam de se fazer acompanhar por um cartão indicativo do seu grupo. Este, também, não podia escolher a área onde viveria uma vez que a área de residência também era determinada superiormente, em conformidade com a “Lei das Áreas de Grupo”<sup>30</sup>; E, uma outra lei iria permitir, igualmente, a transferência de pessoas que habitassem em zonas não autorizadas – “Lei dos Residentes Ilegais”<sup>31</sup>, de 1951.

---

<sup>27</sup> A “Lei dos Casamentos Mistos”; no original, “Mixed Marriage Act”, de 1949.

<sup>28</sup> Uma lei idêntica, publicada em 1927, já havia proibido os casamentos entre brancos e negros.

<sup>29</sup> Os brancos abrangiam a população de origem europeia; Os indianos, também designados por asiáticos, constituem desde a sua chegada à África do Sul, em 1860, uma comunidade caracterizada por especificidades muito próprias: a manutenção da respectiva individualidade através do respeito pela sua religião, línguas, tradições populares e relações familiares. De início, estiveram associados à produção da cana-de-açúcar, alargando, posteriormente, a sua acção, à actividade comercial. Uma outra característica do grupo em questão é a sua forte ligação às raízes deixadas na terra de origem, o que perdurou após a independência da Índia, em 1948; os mestiços são o resultado do encontro de brancos com grupos étnicos diversificados, onde pontificavam os hotentotes, os escravos provenientes do exterior e os negros; Finalmente, quanto aos bantos, esta designação é mais conforme com uma simplificação linguística em detrimento de traduzir a real diversidade dos povos bantos, atendendo à respectiva complexidade cultural. Ao nível numérico, e com base em dados censitários referentes ao ano de 1966, a totalidade dos indivíduos inseridos em cada grupo mencionado era o seguinte: brancos/3 481 000; bantos /12 465 000; mestiços/1 805 000; e asiáticos/547 000. Cfr. Richard Pattee, *África do Sul, vizinha de Portugal*, Junta de Investigações do Ultramar, 1971, pp. 87-88, 108-110, 117-123.

<sup>30</sup> No original, “Group Areas Act”. Os negros constituíram o grupo que sofreu uma maior discriminação com a legislação em causa. No essencial, era-lhes vedada a possibilidade de residir nas cidades, obrigando-os a se situarem no meio rural ou nas áreas envolventes das grandes urbes. Nas palavras de Allister Sparks: “White South Africans wanted the black man’s service but not his presence; (...) And so inexorably South Africa moved toward the fantasy of apartheid, the delusion of the temporary urban black worker with a mythical rural “homeland” where he could “develop along his own lines” and not impinge on the white person’s world or lay claim to a share of the prosperity he was helping to create”. Cfr. Allister Sparks, *Op. Cit.*, p. 135.

<sup>31</sup> No original, “Illegal Squatters Act”, de 1951.

A lei que obrigou a população negra a usar passes<sup>32</sup> contribuiu, à semelhança da “Lei do Registo da População”, para a existência de um crescente ressentimento entre os visados. O sentimento de revolta extremou as posições, radicalizando a orientação dos opositores ao “apartheid”. Um dos casos mais emblemáticos corresponde ao ANC que se havia caracterizado pela moderação, até ao final dos anos 40.

Com a ilegalização do partido comunista, em 1950, o ANC<sup>33</sup> tornou-se no único interlocutor representativo da população negra e, simultaneamente aceite pelo regime sul-africano. Mas a política da persuasão, conciliação e cooperação já não era considerada viável nem ao gosto da nova geração de líderes africanos. Em breve, seria substituída pela confrontação pública.

---

<sup>32</sup> A designação oficial era, no mínimo, cínica: “The Abolition Passes Act”.

<sup>33</sup> O Congresso Nacional Africano (African National Congress – ANC – na terminologia inglesa) nasceu sob a designação de “South African National Congress”, na cidade de Bloemfontein, em 1912. O seu primeiro líder foi o Reverendo John Dube, inspirado em princípios cristãos, defendia a existência de uma sociedade que eliminasse, gradualmente, “medidas discriminatórias em relação ao «nativo civilizado»”. O ANC era a organização mais vetusta do continente e foi em 1923 que adoptou o nome pelo qual é conhecido na contemporaneidade. Em 1947, começou a sobressair uma nova geração, de esquerda, com uma influência crescente no movimento, e em que se destacavam Mandela, Tambo e Sisulu. Com a ilegalização do Partido Comunista da África do Sul, em 1950, muitos dos seus membros ingressaram no ANC, fortalecendo essas convicções no seu seio. Isto deu origem, em 1959, ao nascimento do Congresso Pan Africanista (PAC), que resultou da cisão com o ANC. Aqueles consideravam-se os fiéis depositários dos ideais fundadores do ANC e do “africanismo”. Em 1961, formou-se a ala armada do ANC, intitulada “Umkhonto we Sizwe” (A Lança da Nação - MK), dirigida por Nelson Mandela, que coincidiu com o momento de uma opção explícita pela violência; embora se tenha procurado restringir os ataques “a alvos militares e instalações governamentais”. A justificação era a de esta ser a melhor forma de induzir o governo a atender às reivindicações dos negros. Após os graves acontecimentos de Sharpeville, em 1960, onde faleceram 69 negros, o ANC foi ilegalizado e interdito de prosseguir as suas actividades. No dia 11 de Julho de 1963, o movimento sofreu novo revês, na sequência de uma operação das forças de segurança sul-africanas, em Rivonia, onde foram detidos militantes destacados, como Walter Sisulu e Govan Mbeki. Mandela já se encontrava sob prisão, acusado de incitamento à revolta. Na prática, a liderança passou a ser exercida por Oliver Tambo, a partir do exílio. Apenas, em 1969, a organização conseguiu recompor-se do golpe de Rivonia, no decurso de uma conferência realizada em território tanzaniano. Os anos seguintes foram dominados pelo atrito entre o ANC, a “Consciência Africana” e o PAC, com o objectivo de cada um, sobressair em relação aos outros, no controlo dos centros urbanos. Contudo, o ANC soube retirar dividendos da prisão de Mandela, fazendo deste e do movimento, os grandes símbolos da luta contra o apartheid, tanto a nível nacional como internacional. Outro aspecto fundamental, que favoreceu a dinâmica do ANC, teve a sua origem na descolonização de Angola e Moçambique. Na ausência do efeito “tampão” dos antigos domínios lusos, os movimentos de libertação puderam operar, mais à vontade, junto das fronteiras sul-africanas e, no caso do ANC, no seu interior. Mandela foi liberto, sob os auspícios do Presidente De Klerk, e após 27 anos de reclusão, no dia 11 de Fevereiro de 1990. Cfr. Armando de Campos, *África do Sul – Potência Regional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), 1996, pp. 373-374, 382-384, 386, 389-390, 393, 396-397, 412; Cfr. Nelson Mandela, *Autobiografia de Nelson Mandela: Um Longo Caminho para a Liberdade*, 1ª ed., Lisboa, Planeta, Fevereiro de 2012, p. 525.

Daniel Malan foi substituído por Hans Strydom, em Novembro de 1954. O sucessor, embora fosse já uma das figuras mais proeminentes no partido, não colhia a simpatia do primeiro. Era considerado um extremista e intelectualmente inferior.

Oriundo do reduto mais conservador – o Transval –, o novo Primeiro-Ministro aprofundou os mecanismos segregacionistas, nomeadamente na área da educação. Um dos casos mais emblemáticos, cuja origem ainda remontava ao executivo anterior, correspondeu ao “Bantu Education Bill” de 1953. O objectivo era o de acabar com a concorrência exercida pelas missões de origem inglesa, no domínio da educação. Simultaneamente visava-se controlar o progresso académico da população negra. Daí, o surgimento da “University Education Bill”, que procurou restringir o acesso dos não-europeus às universidades de língua inglesa. A discriminação intensificava-se, uma vez que os estabelecimentos de ensino superior africanos já se orientavam por tal critério. Hans Strydom faleceu em 1958 e sucedeu-lhe Hendryk Verwoerd.

Este era considerado inteligente, dotado de uma energia avassaladora, e de uma personalidade “granítica”<sup>34</sup>.

Nascido na Holanda (1901), cedo percorreu o Atlântico em direcção ao extremo sul de África. Após ter concluído a formação universitária, rumou à Alemanha, onde frequentou o meio académico.

No regresso à África do Sul, aceitou um lugar de docente na Universidade de Stellenbosch (1928).

Nos anos 30, iniciou uma participação política, progressivamente mais activa, na qualidade de membro do partido nacional e, posteriormente, como editor do jornal “Die Transvaler”.

---

<sup>34</sup> A consideração em causa, a propósito da personalidade de Verwoerd, foi da autoria de McMillan. Seria, também, o único homem capaz de atemorizar a intrépida deputada sul-africana, Helen Suzman. Cfr. Frank Welsh, *A History of South Africa*, London, Harper Collins Publishers, 2000, p. 448.

Contudo, a notoriedade pública é apenas alcançada com a entrada no Senado e, seguidamente, no exercício do cargo de Ministro dos Assuntos Nativos, entre 1950 e 1958. Com a morte de Strydom, e a posição assegurada de número dois do partido, foi convidado pelo Governador-Geral a formar governo.

Verwoerd foi responsável pela implementação do “apartheid” a todos os níveis da sociedade sul-africana – o “grande apartheid”.

Durante o seu mandato de dezasseis anos criou as condições políticas para a consolidação da supremacia branca, onde se destacavam os africânderes. Foi produzida abundante legislação, que sustentou, na prática um Estado policial dirigido, sobretudo, à população negra, mas abrangendo, igualmente, os outros grupos étnicos não-brancos.

A segregação racial era aplicada a todos os aspectos da vida, pública ou privada, nomeadamente na educação e habitação. Isto reflectia-se, mais ostensivamente, no facto de todos os espaços e equipamentos de uso público serem diferenciados entre “«Blanke»” e “«Nie-Blanke»”<sup>35</sup>; o que incluía, a título de exemplo, a utilização de praias, elevadores e locais de repouso – cuja visibilidade era notória nos bancos situados em jardins ou espalhados pelas cidades.

Ao “apartheid” iniciado por Malan, Verwoerd, preferiu designá-lo por “desenvolvimento separado”. Na prática tentou implementar as suas ideias através da institucionalização dos Bantustões<sup>36</sup> como era o caso do Transkei. A lógica baseava-se na criação de zonas, povoadas por negros, com um certo grau de autonomia governativa, mas na realidade, continuavam dependentes do governo central em funções consideradas essenciais, tais como a defesa, a diplomacia e as finanças.

O respectivo enquadramento legal estava fundamentado na “Promotion of Bantu Self-Government Act” de 1959.

---

<sup>35</sup> Na tradução portuguesa, o significado é brancos e não-brancos.

<sup>36</sup> Os Bantustões (ou “homelands”) de maior relevância eram o Transkei, o Bophuthatswana, o Ciskei e o Venda. Estes tinham atingido o estatuto de quase independentes. Cfr. Armando de Campos

A sua função era acomodar, de forma etnicamente homogénea, os negros (ou bantus), e à margem das zonas reservadas aos descendentes de europeus. A principal actividade destinada aos habitantes nas referidas zonas demarcadas era a agricultura de subsistência e, simultaneamente servirem de dormitórios para os que trabalhassem nos meios dominados pelos brancos.

Esta política encontrava-se consagrada nos seguintes termos: “It is accepted government policy that the Bantu are only temporarily resident in European areas of the Republic for as long as they offer their labour there. As soon as they become, for one reason or another, no longer fit to work or superfluous in the labor market, they are expected to return to their country of origin or the territory of the national unit they fit ethnically...”<sup>37</sup>.

Claro que havia excepções, mas que serviam apenas para confirmar a regra. Por exemplo, as empregadas negras podiam viver com os seus patrões embora as cidades estivessem reservadas aos brancos.

Em síntese, pode-se afirmar que o “apartheid” assentava em grande parte na criação das “homelands”. Estas estavam destinadas a cada nação (xhosa, zulu, tswana, sotho, venda, swazi, tsonga) negra onde teriam a oportunidade de progredirem de acordo com as suas próprias expectativas e como cidadãos desses micro-espacos.

Daqui resultava que oitenta por cento do país era destinado aos brancos, aos mestiços e aos indianos, embora com a proeminência dos primeiros.

Assim, Verwoerd manteve a sua política, oriunda do tempo em que já era responsável pelos assuntos nativos, e expandiu-a nomeadamente dotando-a de aspectos mais repressivos.

---

<sup>37</sup> Frank Welsh, Op. Cit., p. 449.

A situação que melhor simbolizou esta atitude intransigente materializou-se nos incidentes de Sharpeville. Este local nos arredores de Vereeniging foi palco de confrontos entre a polícia e negros que se manifestavam contra a utilização de passes.

Na realidade, o dia 21 de Março de 1960 foi marcado por este episódio sangrento onde morreram sessenta e nove manifestantes e que, inevitavelmente, teve amplas repercussões internacionais.

Na maior parte dos casos, as reacções dos países foram no sentido de condenar os acontecimentos. No entanto, ergueu-se timidamente a voz do Presidente Eisenhower, opinando cautelosamente que “we should not sit in judgement on a difficult social and political problem six thousand miles away”. E especificou ainda que outra atitude não seria coerente sobretudo quando a América se confronta com “similar difficulties”.

Também os ingleses, de algum modo, optaram por uma posição mais ou menos contida. Afinal, não decorrera ainda muito tempo sobre o ataque anglo-francês a propósito da Crise do Suez e da revolta dos Mau-Mau no Quénia. Pelo seu lado, a Guerra Fria posicionava a África do Sul como um baluarte anti-comunista. A postura britânica era visível algumas vezes quando Londres votava nas Nações Unidas contra resoluções que visavam atingir a África do Sul.

Contudo, no dia 3 de Fevereiro de 1960, o Primeiro-ministro Harold MacMillan não se coibiu, no seu famoso discurso dos “ventos de mudança”, de alertar que o futuro apontava para a formação de Estados independentes e o surgimento de elites políticas independentemente da raça.

De facto, no início dos anos 60, a maior parte das colónias francesas e inglesas já tinham obtido uma autonomia efectiva, senão mesmo a independência.

Do ponto de vista sul-africano, eram encaradas com preocupação as independências negras que se aproximavam das suas fronteiras. A protecção era facultada pelos

territórios portugueses de Angola e Moçambique, e pelo governo minoritário branco existente na Rodésia do Sul.

Após o discurso de MacMillan e os acontecimentos de Sharpeville, o relacionamento entre Londres e Pretória esfriou. O resultado foi um progressivo afastamento que teve como desfecho, no dia 31 de Maio de 1961, a proclamação da República da África do Sul, desligada da Commonwealth.

As eleições de Março de 1966 reafirmaram a supremacia do Partido Nacional, contando este com 126 lugares no parlamento contra 39 do Partido Unido.

Em Setembro do mesmo ano, o programa proposto por Verwoerd estava praticamente cumprido. Celebrava-se o quinto ano após a implantação da República, o “apartheid” estava consolidado, a oposição reduzida a um papel marginal na sociedade, o comércio externo e as reservas de ouro no seu apogeu, o Produto Interno Bruto com um crescimento de 7% ao ano, e com a saída de capitais revertida.

No dia 6 desse mês, Hendrik Verwoerd era assassinado no parlamento. Foi substituído na liderança do executivo por John Vorster, que desde logo procurou alcançar o velho sonho de conciliar as comunidades bóer e inglesa, de modo a fortalecer o poder branco. Embora não possuindo uma personalidade tão vincada como a do seu antecessor, Vorster apostou nas suas qualidades de coordenação, seleccionando uma equipa coesa e tirando partido dos conhecimentos que tinha do aparelho securitário.

Os serviços de segurança foram unificados no Bureau of State Security (BOSS), cujo director reportava directamente ao Primeiro-ministro. O serviço obteve uma notoriedade e um alcance notáveis ao longo dos dez anos em que Vorster exerceu funções.

A maior ameaça ao regime provinha do ANC, cujo estatuto internacional era incontornável. Tinha uma representação em Londres que tratava dos assuntos internacionais. Possuía igualmente instalações na Tanzânia que em 1964 se mudaram

para Lusaka, após a Rodésia do Norte se tornar independente com a designação de Zâmbia.

Mesmo na esteira de Sharpeville, ao verificar-se a inexistência de transformações substanciais a nível interno, prosseguiu o desenvolvimento da África do Sul. O Estado desempenhou um papel cada vez mais significativo em vários sectores: a energia eléctrica (ESCOM), indústria de defesa (ARMSCOR), siderurgia (ISCOR), e o petróleo, gás, produtos químicos e carvão (SASOL).

Verificaram-se alianças com empresas estrangeiras e formaram-se novos bancos entre os quais é de realçar o “Bank of Lisbon and South Africa”, criado em 1965.

Entre este ano e o de 1973, a economia cresceu 6% ao ano, o que se deveu em parte ao sistema do “apartheid”, que afastava dificuldades de carácter social e laboral.

A CEE era o principal parceiro económico da África do Sul, constituindo o destino de 40% das exportações deste país. Os Estados Unidos ocupavam a segunda posição em que as transacções bilaterais contavam com um volume médio de 1,6 biliões dólares anuais.

A indústria automóvel desempenhava igualmente um papel importante na economia sul-africana. Neste caso, o sector era liderado por marcas norte-americanas tais como a General Motors, a Ford e Chrysler. É de relevar igualmente a penetração no mercado da Dastun-Nissan, Toyota e da Volkswagen.

Em síntese, a África do Sul, no final dos anos 60, possuía um elevado índice de riqueza, situando-se ao nível dos países mais desenvolvidos do Mundo, embora a repartição dos bens fosse desigual em função da raça.

Um dos aspectos mais acarinhados e, simultaneamente, rodeados de maior discrição consistiu no projecto nuclear de Pretória. A central nuclear foi inaugurada em Camden em Outubro de 1967. A propósito do evento, o chefe do executivo afirmou o seguinte:

«O tempo está do nosso lado e à medida que o tempo passar mais o valor da África do Sul será apreciado».

Ao nível da política externa, Vorster, a partir de 1967, transmitiu a imagem de uma África do Sul receptiva ao melhor relacionamento com todos os Estados africanos, independentemente de serem dirigidos por brancos ou negros.

A política em causa foi designada por “Outward Policy” e foi um dos aspectos marcantes da governação de John Vorster. Este começou por se aproximar de três vizinhos, isto é, o Botsawa, o Lesotho e a Suazilândia. O elemento comum ao trio baseava-se no facto de serem antigos protectorados do Império Britânico e agora se encontrarem numa extrema dependência face à África do Sul.

A prova estava nas incursões frequentes por parte de Pretória sempre que eram detectadas ameaças, no sentido de eliminar forças hostis ou que estivessem em trânsito nesses territórios.

Paralelamente, iniciaram-se contactos com uma variedade de países, entre os quais se destacavam o Malawi, Madagáscar, a Costa do Marfim, as Ilhas Maurícias, o Gabão e o Gana. Perante uma política mais compreensiva e menos crítica face ao “apartheid”, o governo sul-africano proporcionou-lhes “generosos acordos comerciais, ajuda financeira através de empréstimos bancários e auxílio tecnológico”.

Quanto a Portugal, existia uma convergência estratégica bilateral que se foi desenvolvendo sobretudo a partir de 1961, após o início da guerra em Angola.

Apesar das divergências em algumas matérias, como o caso da discordância de Portugal em relação ao “apartheid”, e de Pretória ter classificado a política portuguesa anterior a 1961 de “politicamente errada”, o início da guerra em Moçambique no ano de 1964 aproximou ainda mais os dois países. Ambos combatiam as ofensivas dirigidas pelo bloco afro-asiático no seio das Nações Unidas.

Contudo, os argumentos dos ataques eram diferenciados. Lisboa era considerada uma potência colonialista e Pretória um regime racista. Isto conduzia a uma distância cordial e prudente no tocante às razões invocadas por cada país.

No essencial, Portugal não queria ser conotado com o “apartheid”, e a África do Sul não desejava o rótulo de aliada de um país colonialista; sobretudo, ambos não pretendiam que transparecesse para o exterior qualquer esforço militar conjunto ou aliança.

Na prática, a realidade era diferente na medida em que os dois Estados se encontravam coligados perante o que consideravam uma ofensiva comunista concertada através dos movimentos de libertação.

Efectivamente, foi fornecido a Portugal equipamento militar, sanitário, maquinaria para construção de estradas, e apoio diverso aos militares portugueses no âmbito moral e recreativo. São ainda de destacar os projectos hidro-eléctricos de Cabora Bassa e no rio Cunene.

Em síntese, a África do Sul foi-se apercebendo gradualmente que era importante para a sua própria segurança a presença portuguesa em África, e procurou contribuir para ela, sobretudo a partir de 1967.

A Descolonização, o conseqüente desmembramento do Império Português e as guerras civis que se lhe seguiram, e as orientações político-estratégicas privilegiadas em Angola e Moçambique colocaram a África do Sul numa situação cada vez mais difícil que já era perspectivada por alguns sectores portugueses e sul-africanos antes dos acontecimentos ocorridos em 25 de Abril de 1974.

## II) A QUESTÃO DIPLOMÁTICA

### 2.1) O Enquadramento Internacional

Após a crise do Congo Belga, em 1960, previam-se outras alterações na África Meridional que não tardaram a verificarem-se. De facto, no que diz respeito a Portugal, o ano seguinte foi particularmente perturbado.

Em Janeiro de 1961, já com o objectivo de contestar a política ultramarina portuguesa, o Comandante Henrique Calvão desviou o paquete Santa Maria, cujo episódio terminou no Brasil com a libertação dos passageiros e a devolução do navio a Portugal.

No mês seguinte, registaram-se perturbações em Luanda e, em Março, a União dos Povos de Angola (UPA) atacou, no norte do território, fazendeiros brancos e os seus colaboradores negros.

Ainda em Abril do mesmo ano, registou-se a tentativa do derrube de Salazar pelo General Botelho Moniz que exercia as funções de Ministro da Defesa. O golpe não teve êxito, nomeadamente devido à intervenção de Kaúlza de Arriaga, que conseguiu mobilizar as forças fiéis ao Presidente do Conselho, colocando fim à intentona.

No final desse ano, em Dezembro, a União Indiana invadiu os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu que se saldou numa enorme perturbação para o executivo português e serviu para o país se empenhar ainda mais na defesa da África portuguesa.

A reconquista do norte de Angola pelas tropas lusas envolveu um aparato bélico significativo e colocou o território na agenda política da super-potências e de outros espaços regionais, nomeadamente a África do Sul.

----- x -----

“Os americanos, ou conseguem matar-me, ou eu morro. Caso contrário, terão de lutar anos para conseguirem-me deitar abaixo”. Franco Nogueira citando Salazar. Cfr. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Civilização, 1986, p. 57

“Quero este país pobre, se for necessário, mas independente – e não o quero colonizado pelo capital norte-americano”. Franco Nogueira citando Salazar. Cfr. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Civilização, 1986, p. 58

A II Guerra Mundial finalizou com a vitória dos aliados ocidentais e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Após a queda de Berlim e a morte de Hitler, em Abril de 1945, nada mais restava à Alemanha senão a alternativa da rendição. Esta ocorreu em Maio desse ano<sup>38</sup>.

A Itália já se encontrava do lado dos Aliados e esperava-se, em breve, a derrota do Japão. No sentido de apressar este desfecho, foram lançadas duas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, em Agosto do mesmo ano<sup>39</sup>. A aviação norte-americana não falhou o alvo e as bombas comportaram-se com uma eficácia terrível.

O símbolo da vitória reflectiu-se na ocupação quadripartida da Alemanha e da cidade de Berlim. A convivência com quatro sectores – soviético, norte-americano, britânico e francês - depressa entrou na rotina diária dos berlinenses.

O arranjo do novo concerto europeu já havia sido decidido em Ialta, numa reunião ocorrida entre 4 e 11 de Fevereiro de 1945<sup>40</sup>. A vitória na batalha de Estalinegrado e as subsequentes posições ocupadas pelo Exército Vermelho no leste da Europa ditariam o futuro político do continente.

O discurso de Churchill, abordando a questão, ilustrou bem a ideia de um mundo dividido. “De Stettin, no Báltico, até Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu

---

<sup>38</sup> William R. Keylor, *História do Século XX*, Publicações Europa-América, 2001, p. 217.

<sup>39</sup> As duas bombas atômicas foram lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, em 6 e 9 de Agosto de 1945, respectivamente. William R. Keylor, *História do Século XX*, Publicações Europa-América, 2001, p. 278.

<sup>40</sup> Henry Kissinger, *Diplomacy*, Simon & Schuster, London, 1995, p. 410.

sobre o Continente. Por trás dessa linha ficam todas as capitais das antigas nações da Europa central e oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia, todas essas famosas cidades e as populações que as cercam acham-se no que devo denominar de esfera soviética, e todas estão sujeitas, de um modo ou de outro, não apenas à influência soviética, mas a um grau altíssimo e, em muitos casos, crescente de controle por parte de Moscovo”<sup>41</sup>.

Mas a rivalidade das superpotências não se esgrimia apenas na Europa. A competição era a nível mundial e, nesse sentido, os territórios coloniais encontravam-se sob vigilância atenta.

A perspectiva soviética era bem conhecida e hostil em relação aos impérios coloniais. O sistema capitalista necessitava das colónias para se manter e expandir à custa de uma mão-de-obra barata e quase escrava. Tratava-se, no essencial, da teoria marxista-leninista adaptada ao sistema colonial.

Mas os norte-americanos não eram muito mais brandos. A entrada na II Guerra foi, mesmo, objecto de debate e controvérsia. Certos sectores não conviviam bem com a ideia dos EUA surgirem do lado de Estados colonizadores. “Muitos intelectuais desdenhavam da guerra na Europa porque a viam como uma luta entre imperialismos rivais (...). Aceitavam mais depressa uma cruzada explicitamente americana contra o Fascismo do que uma aliança com as antigas nações europeias e sentiam aversão a uma associação com a preservação dos impérios britânico, francês ou holandês”<sup>42</sup>.

O Presidente norte-americano compreendeu a sensibilidade da questão e pactuando ainda com uma atitude isolacionista, declarou durante a campanha eleitoral de 1940, o seguinte: “ «E ao dirigir-me a vós, mães e pais, dou-vos mais uma garantia. Já o disse

---

<sup>41</sup> Winston S. Churchill, *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, p. 1123; No mesmo sentido Cfr. Martin Gilbert, *Churchill: Uma Vida*, 6ª ed., Lisboa, Bertrand Editora, 2007, p. 628.

<sup>42</sup> Max Hastings, *Inferno. O Mundo em Guerra: 1939-45*, 1ª ed., Porto, Civilização Editora, Novembro de 2013, p. 156.

mas di-lo-ei vezes sem conta. Os vossos rapazes não vão ser enviados para nenhuma guerra no estrangeiro»<sup>43</sup>.

Roosevelt, apesar de se ter envolvido na guerra, após o ataque japonês a Pearl Harbour, desde 1942, que se batia pelo enfraquecimento dos impérios francês e britânico<sup>44</sup>. Inclusivamente, não acreditava que a França pudesse integrar um clube restrito de poderosos no pós-guerra. Os “quatro polícias” seriam os Estados Unidos da América (EUA), a URSS, a Grã-Bretanha (GB) e a China. Em Ialta, chegou a criticar Churchill na presença de Estaline por querer projectar, artificialmente, o poder francês<sup>45</sup>.

Na verdade, as guerras do século XX não correram bem à França. Após a II Guerra Mundial, e referindo dois exemplos paradigmáticos, tanto a Indochina como a Argélia constituíram traumas militares e políticos que ainda perduram na sociedade francesa.

Mas a GB também não escapou a dificuldades após 1945. O Executivo britânico compreendeu que não tinha capacidade para determinar o futuro político de países como a Grécia, a Turquia e o Irão. E, nesse sentido, solicitou o apoio ou mesmo a substituição das suas responsabilidades pelo empenho norte-americano. Esta transição posicionou, decisivamente, os EUA como a potência dominante no Ocidente.

O arranjo acabou por não ser tão desfavorável à França, contrariando o que as declarações de Roosevelt faziam prever em 1942.

Assim, quando as Nações Unidas surgiram em 1945, os gauleses constavam do Conselho de Segurança ao lado da URSS, EUA, GB e China. Este órgão reunia os cinco grandes vencedores da Guerra, e consagrava-lhes o direito de veto sobre o que se viesse a discutir.

---

<sup>43</sup> Idem, p. 158.

<sup>44</sup> Roosevelt referiu-se ao assunto nos seguintes moldes: “When we’ve won the war, I will work with all my might and main to see to it that the United States is not wheedled into the position of accepting any plan that will further France’s imperialistic ambitions, or that will aid or abet the British Empire in its imperial ambitions.” Henry Kissinger, *Op. Cit.*, p. 397.

<sup>45</sup> Idem, p. 396.

A nova organização iria reflectir as mudanças desencadeadas pelo conflito e os desafios do pós-guerra. Um dos maiores seria o processo de descolonização.

Apesar da vaga de independências que percorreu o século XIX, e que se caracterizou por uma forte incidência na América do Sul, existiam ainda vastos territórios dependentes em África e na Ásia.

As duas superpotências prosseguiam directivas políticas e ideológicas opostas ao nível do direito, democracia e organização económica. Contudo, apesar da existência de diferenças reconhecidas, ambas pugnavam pela independência dos territórios sujeitos a administração colonial. O controlo posterior de países ricos em importantes matérias-primas não era de menosprezar.

Ora, tendo em conta a existência de um mundo fracturado, um conjunto de países resolveu assumir-se como não-alinhado, isto é, não pertencente a qualquer bloco.

De facto, a linguagem dos blocos não era apenas uma questão de retórica política.

Em 1949, surgiu o Pacto do Atlântico Norte<sup>46</sup> e o Conselho de Assistência Económica Mútua (COMECON). O primeiro surgiu em Janeiro e visava o apoio norte-americano a países da Europa Ocidental, em caso de conflito. Isto seria garantido pela presença de militares americanos em bases europeias, nomeadamente, em território alemão. A segunda organização correspondia a uma iniciativa soviética para a ajuda económica entre Estados da Europa de Leste. Em 1955, foi criado o Tratado de Varsóvia que era, no essencial, a face militar do COMECON e a resposta soviética à OTAN<sup>47</sup>.

E, para além da criação de instituições, os confrontos iam acontecendo. Em 1948, o bloqueio soviético à cidade de Berlim suscitou uma enorme tensão entre as potências, e a parte ocidental da cidade foi salva por uma ponte aérea aliada que a abasteceu

---

<sup>46</sup> A partir de 1951, Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). No essencial, a Aliança Atlântica traduz-se na presença militar norte-americana na Europa. A protecção da parte ocidental do velho continente está, assim, formalizada. Jacques Huntzinger, *Introdução às Relações Internacionais*, PE Edições, 1991, p. 199.

<sup>47</sup> Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 1997, pp. 516-517.

ininterruptamente. Em 1950, começou a Guerra da Coreia que obrigou os norte-americanos a um novo envolvimento militar e em que os adversários eram comunistas coreanos.

Face a esta bipolaridade, alguns países escolheram o não-alinhamento. Existem três estadistas que constituem referência obrigatória no tratamento deste tema: Nehru (Índia), Tito (Jugoslávia) e Nasser (Egipto). O primeiro considerava fundamental a não participação dos novos Estados na política de blocos, entre outras razões, como forma de reduzir tensões – o que explica afinidades entre alguns protagonistas desta orientação e o pacifismo. O segundo defende uma organização económica, social e política afastada da direcção dos dois grandes blocos. O terceiro aborda a questão em termos do conceito de “neutralismo positivo”. Esta interpretação serviria para pressionar tanto o ocidente como o leste no sentido de maximizar vantagens diplomáticas, económicas e financeiras.

Note-se, contudo, que esta tendência não julgava da mesma forma o capitalismo e o socialismo. O ocidente capitalista era racista, colonialista e imperialista. Apesar, de pretender, igualmente, uma autonomia face à União Soviética, esta era entendida com maior benevolência pelo terceiro mundo<sup>48</sup>.

Também, Mao Tse Tung foi um importante teórico do que se convencionou chamar neutralismo ou abordagem terceiro mundista. A ideia era a de que o campo haveria de suplantar a cidade, sendo esta uma ilustração do Norte e aquele uma referência ao Sul. Era o “hardcore” do maoísmo aplicado ao conflito Norte-Sul; Isto é, a vitória do mundo rural sobre o universo urbano, tal como havia acontecido na China<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Jacques Huntzinger, Op. Cit., p. 225.

<sup>49</sup> Adriano Moreira, Op. Cit. 492.

A conferência de Bandung, em Abril de 1955, configurou a primeira grande reunião de Estados que se batiam pela “libertação dos povos colonizados”<sup>50</sup>. No entanto, foi na de Belgrado, em Setembro de 1961, que surgiu a Carta do não-alinhamento.

Curiosamente, Portugal, embora alinhado, representa um caso singular. A neutralidade colaborante da II Guerra Mundial deixou vestígios no pós-guerra. O país, apesar de membro fundador da Aliança Atlântica, prosseguiu um caminho ímpar e, tanto quanto possível, autónomo face às superpotências – mesmo no que respeita aos EUA.

Mas este percurso singular não estava isento de contrariedades. Portugal não era ainda membro da Organização das Nações Unidas (ONU), instituição fundada em 1945. Ora, numa lógica de manutenção do equilíbrio de forças entre as super-potências, estas negociaram novas adesões onde, do lado ocidental, se admitiu a candidatura dos dois países ibéricos.

Se o momento da adesão representou uma vitória diplomática para Portugal, os dissabores iniciaram-se, também, rapidamente. Em primeiro lugar, o governo português foi questionado sobre a possibilidade de possuir territórios que se encontrassem ao abrigo do art. 73º da Carta da ONU<sup>51</sup>. Seguidamente, acentuaram-se as pressões da

---

<sup>50</sup> Jacques Huntzinger, Op. Cit., p. 226.

<sup>51</sup> “Capítulo XI, DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS, Artigo 73.º:

Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:

- a. Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso;
- b. Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento;
- c. Consolidar a paz e a segurança internacionais;
- d. Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for o caso, com organizações internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos objectivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo;
- e. Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os

União Indiana de forma a obter o que era então conhecido pelo Estado Português da Índia.

As pretensões da União Indiana não eram novas, pois, já em 1949, o governo de Nova Deli tinha levantado o problema das dioceses católicas. A intenção era limitar a acção do clero à zona de Goa e, com isso, impedir que se abrangesse territórios de soberania indiana. Paralelamente, exigia-se a anexação de Goa, Damão e Diu. A questão havia suscitado um amplo consenso entre os deputados locais, e o próprio Nehru considerava que o assunto constituía o tema central das relações bilaterais a debater com as autoridades portuguesas<sup>52</sup>.

Quanto ao problema levantado pelo art. acima mencionado, o governo português respondeu que não possuía territórios nessas condições. No essencial, a argumentação nacional baseava-se nos seguintes aspectos: 1) Portugal tinha sido admitido como Estado soberano, o que implicava o respeito pela sua extensão territorial e estrutura política. Ora, esta compreendia a parte continental, os arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde, as ilhas de S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, o Estado Português da Índia, Macau e Timor; 2) A estrutura referida contava mais de quatro séculos de existência e, nesse sentido, aludia-se a um documento de 1612 que confirmava essa mesma composição; 3) Atendendo ao exposto, não fazia sentido o relacionamento entre as Nações Unidas e uma parte do Estado português ou que a instituição promovesse a secessão de uma daquelas parcelas. Acrescia que a própria Carta reconhecia como princípios fundamentais o respeito pela integridade territorial, a independência, e a soberania de qualquer dos Estados membros.

---

capítulos XII e XIII”. <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ONU/ONU-Carta-XI-73-74.htm>; <http://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/12>.

<sup>52</sup> Franco Nogueira, Op. Cit., Vol. IV, pp. 139-40.

Contudo, a União Indiana continuou a rejeitar a argumentação portuguesa. Por outro lado, o êxito diplomático obtido com a participação portuguesa na “European Free Trade Association” (EFTA)<sup>53</sup> não trouxe apoios determinantes aquela causa, nem demoveu Nehru dos seus intentos.

As questões associadas às novas independências começaram na Ásia, mas, depressa, alastraram ao continente africano. Daí, o surgimento do termo bloco afro-asiático, rapidamente, generalizado.

Na realidade, em Junho de 1957, surgiu uma iniciativa por parte do executivo inglês, sugerindo conversações quadripartidas entre a GB, França, Portugal e Bélgica, sobre “problemas relativos a África”; Nomeadamente, aqueles que pudessem ser abordados futuramente no âmbito da ONU.

“A Embaixada inglesa acentuou o carácter estritamente confidencial do assunto”.

Solicitou-se, também, ao Ministério do Ultramar, que indicasse um colaborador para se fazer representar nas futuras reuniões<sup>54</sup> – o nome indicado foi o de Adriano Moreira<sup>55</sup>.

Na sequência da primeira “Reunião quadripartida africana”, confirmou-se a tendência da Inglaterra e França para concederem uma “rápida e progressiva independência ou autonomia” aos seus territórios.

Neste encontro abordou-se a questão do art.º 73 da ONU, e a resposta a ser fornecida pelos participantes.

Nesta época, este artigo estava no centro do debate das Nações Unidas, uma vez que salvaguardava o direito de autonomia a territórios que se encontravam, ainda, sob a tutela administrativa de outros países.

---

<sup>53</sup> Na versão portuguesa “Associação Europeia de Comércio Livre” (AECL).

<sup>54</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pelo MNE ao Ministério do Ultramar, em 24 de Junho de 1957.*

<sup>55</sup> Adriano Moreira era, na época, Director do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta das Missões e de Investigação do Ultramar. Posteriormente, exerceu o cargo de Ministro Ultramar entre 1961 e 1963.

Quanto às informações relacionadas com o referido artigo, os intervenientes optaram, de uma forma geral, por dirigir respostas inconclusivas<sup>56</sup>.

Embora, algumas potências europeias adoptassem um compromisso entre a intenção de prosseguir no sentido de concederem a independência ou uma maior autonomia aos seus territórios ultramarinos e, simultaneamente perfilhassem uma atitude dilatória, elas tinham compreendido que o tempo escasseava.

Ora, neste sentido, aproximavam-se da política assumida, no final da década de 50, pela Administração norte-americana. Esta justificava-se pelas circunstâncias inerentes ao período pós-guerra, pela vaga de independências que percorreram o hemisfério sul, e pelo próprio “ethos” inerente aos “founding fathers”.

Na génese dos EUA, está a desvinculação face à antiga potência colonial, isto é, a GB. Assim, é natural que, tradicionalmente, Washington tenha manifestado simpatia pelo sentimento de independência e acarinhado o direito à autodeterminação, tal como foi inscrito na Carta das Nações Unidas.

Contudo, isto não invalida que, desde a II Guerra Mundial, e numa lógica de confronto este-oeste, a emancipação de certos Estados em relação aos colonizadores não tenha sido, devidamente, escrutinada.

A África Austral insere-se nessa perspectiva cautelosa e a mudança surge no final da Administração Eisenhower. Até aí, a abordagem era distante, senão, mesmo, de indiferença, considerando aquele espaço na órbita da influência europeia, e sujeita, em casos concretos, ainda à tutela colonial.

É no final daquela Administração que surgem os primeiros indícios de mudança e, inclusivamente, há o cuidado de informar, pelo menos officiosamente, as autoridades

---

<sup>56</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Paris, ao MNE, em 4 de Julho de 1957.*

portuguesas que iriam ocorrer alterações na política norte-americana face ao continente negro.

Há documentos que atestam esta alteração no rumo do Departamento de Estado, desde os finais dos anos 50. Todos provenientes do Conselho Nacional de Segurança<sup>57</sup>.

O primeiro é de 8 de Maio de 1958, e onde se refere que, apesar de alguns excessos inspirados pelo espírito de 1776, as potências europeias estavam com dificuldade em lidar com esse novo desafio. O caso das colónias portuguesas é muito preocupante e representa um problema para os EUA, que são, progressivamente, interpelados a apoiar as autonomias. O autor do relatório, Randall, conclui que Washington devia adoptar uma posição crítica, mais dura, adversa ao colonialismo. Contudo, esta apreciação não é acatada pelo Conselho<sup>58</sup>.

O segundo documento é incorporado num texto oficial da Casa Branca e datado de 14 de Janeiro de 1960. Prevê-se um aumento da importância de África nos tempos mais próximos, mas seria do interesse norte-americano não provocar crispções com as potências europeias, e contribuir para transições pacíficas. Sublinha-se o facto de o continente negro ter representado, em 1958, apenas 2,2% do valor das exportações de Washington, “com um investimento modesto e concentrado na África do Sul”. No tocante a Lisboa, recomenda-se que não se contrarie a tese da existência de territórios descontínuos, situados em vários continentes, mas formando um conjunto uno; e, simultaneamente, que não se manifeste um “apoio à política africana portuguesa”. Embora se reconheça que Angola e Moçambique não se perfilam no horizonte estratégico dos EUA, convida-se Portugal a assumir políticas mais sensatas em África, implementando orientações mais liberais no domínio do comércio e do investimento. Paralelamente, admite-se a tranquilidade imediata no império português (reportada a

---

<sup>57</sup> No original National Security Council (NSC).

<sup>58</sup> Cfr. António José Telo, “As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 16, 1994, p. 357.

Janeiro de 1960); Contudo, seria de esperar, em breve, distúrbios no norte de Angola fruto de um fenómeno de alastramento originado pelos acontecimentos no Congo “Léo”<sup>59</sup>.

O terceiro memorando é de 10 de Agosto de 1960 e diz, claramente, que o continente negro está sob a influência das alterações já verificadas no Médio Oriente e na Ásia. É lembrado que, em 1945, só existiam quatro Estados africanos independentes, e previa-se o alcance do mesmo estatuto em relação a mais 21, até ao fim daquele ano. Isso atribuiria à região um peso significativo na ONU, que rondaria os 30% da totalidade dos respectivos membros. A importância do grupo seria insuflada através de uma aliança previsível com os países asiáticos. Os novos Estados tenderiam a colocar, crescentemente, em causa, um colonialismo incapaz de conceber reformas ou dar passos inovadores. A novidade estava no reconhecimento da existência próxima de problemas nos territórios portugueses, o que se verificaria de uma forma pioneira em Angola.

Embora se considere África, um espaço tradicional de influência europeia, os EUA deviam estar aptos a substituir o “velho continente”, sempre que as respectivas potências se mostrassem incapazes de assegurar a ordem. O Congo estaria na linha da frente das novas ameaças, a par de outras que seriam protagonizadas por colónias lusas. Assim, aconselhava-se a tomada de medidas urgentes que se antecipassem a eventuais crises originadas por deficiência na adopção de reformas atempadas. Estas, implementadas no momento certo, teriam a vantagem de serem mais económicas e de melhor aceitação face a um empenho fora do tempo.

Os EUA deviam estar em sintonia com as legítimas ambições dos povos africanos, o que implicava o respeito pelos princípios da não-discriminação e da auto-determinação. A mudança era susceptível de conduzir a um ambiente crispado ao nível do relacionamento euro-atlântico. Contudo, era necessária uma adaptação à nova

---

<sup>59</sup> Idem, p.358.

conjuntura internacional, e Washington devia ser um dos paladinos da nova ordem, até para ser fiel à sua própria tradição histórica.

Por outro lado, atendendo à rivalidade este-oeste, a Administração norte-americana temia que uma orientação, mais estática e retrógrada, conduzisse os nacionalismos africanos para a órbita soviética<sup>60</sup>. Se o grande desafio era o de combater o comunismo, e se alguns países europeus não estavam em condições de compreender os “ventos de mudança”, caberia aos EUA evitar que a URSS expandisse a sua influência, nomeadamente em África. O Kremlin, há já algum tempo, que se dedicava a doutrinar a juventude africana, numa orientação mais nacionalista que comunista. Esta assumpção levou a que se qualificasse a política africana russa como “cautelosa e moderada”. Os alvos prioritários corresponderiam à Etiópia e à Guiné Conakry, não se descortinando um interesse de maior pelos territórios portugueses<sup>61</sup>.

Contudo, há indícios de que a partir de 1960, com o agudizar dos acontecimentos no Congo, a estratégia soviética ganhou acutilância e dinâmica. Nikita Krutchev delineou uma manobra de envolvimento, com o objectivo de retirar espaço de manobra e influência ao seu maior rival, os EUA. A “tenaz” compreendia uma aproximação à Índia, Burma, Afeganistão e Egipto. De um modo geral, ofereceu ajuda económica e assistência técnica. No caso do Egipto, financiou a barragem de Assuão; um projecto acarinhado por Nasser, reputado dirigente nacionalista e adversário do Ocidente<sup>62</sup>.

Os problemas internos congolezes geraram as condições para uma interferência externa<sup>63</sup>.

---

<sup>60</sup> A propósito desta ameaça, o antigo chefe da estação da CIA no Congo, escreveu o seguinte: “By 1960, the Soviets had had nearly three years to develop an African strategy, one that fit into their world strategy. The United States, on the other hand, suddenly found itself in an area about which it knew very little, but which required it to act while it developed new policies”, Larry Devlin, *Chief of Station, Congo*, p. 33.

<sup>61</sup> António José Telo, “As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 16, 1994, pp. 359-360.

<sup>62</sup> Larry Devlin, *Chief of Station, Congo*, p. 33.

<sup>63</sup> Após a independência face à Bélgica, ocorrida em 30 de Junho de 1960, o exército congolês amotinou-se com o pretexto de que se encontrava mal pago. Os oficiais belgas foram, progressivamente, afastados,

Os soviéticos vislumbraram a oportunidade de possuir lá, uma base, que permitisse a expansão da sua influência aos países limítrofes. Os territórios em causa seriam o Congo-Brazzaville, a República Centro Africana, o Sudão, o Uganda, o Ruanda, o Burundi, o Tanganica, a Rodésia e Angola. Os espaços mencionados proporcionariam a Moscovo, uma enorme vantagem estratégica e económica. O acesso às principais riquezas naturais do continente seria imediato, o que incluiria minerais, diversas matérias-primas e o cobiçado petróleo. O precioso cobalto congolês (Congo Léo) também se encontrava na ordem de prioridades, uma vez que era utilizado no fabrico de mísseis e de diverso tipo de armamento sofisticado. A URSS e o Congo eram os maiores exportadores do minério a nível mundial. O controlo do cobalto africano colocaria os soviéticos numa situação próxima do monopólio e os EUA num plano de clara desvantagem, prejudicando a sua indústria bélica e o programa espacial. Atendendo ao ascendente africano nas Nações Unidas, a tutela soviética sobre os novos Estados poderia conduzir, igualmente, a uma possível supremacia ao nível das Nações Unidas. Finalmente, e numa perspectiva de longo prazo, uma superioridade militar no Mediterrâneo, ameaçaria a NATO na Europa ocidental<sup>64</sup>.

---

e assistiu-se a uma horda de homens fardados a deambular pelo país, ao sabor de caprichos e apetites pessoais. O poder estava confiado a dois políticos – Kasavubu (Presidente) e Lumumba (Primeiro-Ministro) – que estavam separados por uma desconfiança mútua. No entanto, os problemas não se cingiam à desorientação governativa, à ausência de autoridade e à revolta dos militares. Acresciam ainda duas questões que só serviam para emaranhar mais um nó, já de si, difícil de desatar: a secessão de partes do território e o alastrar da “guerra fria” à África meridional. De facto, não muito depois da separação da Bélgica, ocorreu a cisão do Catanga e do Kasai sul. Tratava-se de regiões com interesse económico, nomeadamente, a última, rica em diamantes. É evidente que o cenário, também estava polvilhado pelas dificuldades tradicionais de África, isto é, as rivalidades tribais. Os belgas, através de companhias mineiras, tentavam acautelar os seus interesses na indústria diamantífera. No entanto, face à desagregação do país e à ameaça à vida das populações de origem europeia, decidiram enviar unidades de pára-quedistas. Pelo seu lado, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não pretendiam ficar à margem dos acontecimentos. Moscovo apoiou Lumumba e Washington planeou envenená-lo; Idem, p. 95-97.

<sup>64</sup> Idem, p. 48.

Ora, num certo sentido, as opções do Presidente Kennedy, nesta área, inserem-se numa sequência já pressentida com o seu antecessor<sup>65</sup>. E em que o período mais crítico, nas relações luso-americanas, como já foi amplamente estudado e descrito, situa-se ao longo de 1961 e até meados de 1962.

Tratou-se de uma política desastrada, imatura e pouco conhecedora da realidade africana<sup>66</sup>, que muito contribuiu para os “ultras” do regime português cerrarem fileiras. A polémica instalou-se, também, ao nível da própria Administração norte-americana, dando origem a duas facções no Departamento de Estado conhecidas como a dos europeístas e a dos africanistas.

Os acontecimentos, na metrópole e no Ultramar, associados ao primeiro semestre de 1961 estiveram, também, na origem do endurecimento da posição política assumida por Lisboa.

Na verdade, em Janeiro desse ano, ocorreu o assalto ao paquete “Santa Maria”, liderado pelo Comandante Henrique Galvão<sup>67</sup>.

Segundo as informações disponíveis, o navio foi interceptado por pequenas embarcações, que transportavam cerca de setenta elementos “fortemente armados”, quando realizava o trajecto entre La Guaira e Curaçao (Mar das Caraíbas).

---

<sup>65</sup> A propósito do pioneirismo de Eisenhower na percepção dos “ventos de mudança”, António Telo escreveu o seguinte: “Também a política americana para África muda no final dos anos cinquenta. Ao contrário do que se pensa normalmente em Portugal, tal não se deve à eleição do presidente Kennedy. O novo chefe do executivo limita-se a tornar público e patente a mudança da política que se deu nos últimos tempos da administração Eisenhower”.

<sup>66</sup> Larry Devlin, que chefiou a estação da CIA, no Congo, descreve a percepção norte-americana face a África nos seguintes termos: “The United States arrived late in Africa. (...) In the State Department, Africa was the poor relation, handled as a subsidiary of the Middle East Bureau. It was not until 1957 that a separate Bureau of African Affairs was established. In the CIA, our Africa Division was created in mid-1959, just a year before the Congo became independent”. Larry Devlin, *Chief of Station, Congo*, p. 33.

<sup>67</sup> O chamado plano “Dulcineia” estava dividido em duas partes: A primeira visava a tomada do paquete “Santa Maria”, no sentido de alertar a opinião pública mundial para a ausência de liberdade política em Portugal; A segunda, antecipava um ataque à ilha espanhola de Fernando Pó, onde se esperava obter apoios suficientes para, daí, desencadear um raide militar sobre Luanda. O objectivo era o de sublevar uma parte do território português, aglutinando apoios crescentes para a respectiva causa. Cfr. Henrique Galvão, *O Assalto Ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfos, 1973, pp.152-154.

Depois de dominada a tripulação, a qual contou com a morte do oficial de dia, os atacantes dirigiram o barco para a ilha britânica de Santa Lucia, onde teriam chegado na manhã do dia 23 de Janeiro de 1961.

As últimas notícias, indiciavam a saída do paquete do referido território britânico, e que um oficial a bordo teria conseguido avisar do sucedido o navio de guerra inglês “Rothesay”.

A tripulação e os passageiros mantiveram-se embarcados e, face ao “claro acto [de] pirataria”, contactaram-se as autoridades britânicas e norte-americanas, afim de estas utilizarem os respectivos meios aéreos e navais para localizar e devolver o controlo do “Santa Maria” aos legítimos tripulantes.

Pretendia-se, igualmente, que o representante diplomático português na capital norte-americana insistisse, junto deste governo, para apoiar as diligências sugeridas<sup>68</sup>.

Na sequência do documento anterior e, a título complementar, referiam-se informações acerca da ida do paquete “Santa Maria” para a ilha de Cuba e que, em conformidade com esse destino, conviria a respectiva intercepção antes da entrada nas águas territoriais de Havana<sup>69</sup>.

Apesar de se ter colocado a hipótese de o “Santa Maria” rumar em direcção à ilha de Fidel Castro, na realidade, o seu destino manteve-se, por algum tempo, incerto.

Daí, o conteúdo do seguinte telegrama, onde relevava o pedido de colaboração a Pretória: Atendendo ao desvio do paquete “Santa Maria” pelo Comandante Henrique Galvão e, ignorando-se, neste momento, o respectivo destino, encara-se a possibilidade dele dirigir-se para a costa ocidental africana.

---

<sup>68</sup> Cfr. AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, *Telegrama (Nº 19) enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, 23 de Janeiro de 1961.*

<sup>69</sup> Cfr. AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, *Telegrama (Nº 20) enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, 23 de Janeiro de 1961.*

Assim, as autoridades portuguesas solicitam às sul-africanas o auxílio na intercepção daquele navio, se este entrar em “quaisquer águas territoriais africanas”<sup>70</sup>.

O argumento utilizado pelo Governo português, na solicitação de auxílio aos seus aliados, foi o facto de o episódio ter sido classificado por aquele executivo como um acto de pirataria.

Embora a ajuda tenha sido, prontamente, prestada por dois navios norte-americanos e um inglês, a situação viria a sofrer, rapidamente, um volte-face.

Na origem da reviravolta esteve um comunicado emitido por Henrique Galvão, que causou um grande impacto na opinião pública internacional.

Nele podia ler-se o seguinte: “Procuramos atingir objectivos políticos de natureza meramente democrática anti-totalitária, opostos a todas as formas de governo arbitrarias. Procuramos não só o apoio dos Governos de todos os povos do mundo, verdadeiramente livres, mas também o reconhecimento desta parcela de território. Iniciámos a nossa acção sem auxílio político ou material de qualquer governo estrangeiro. Contámos apenas com a patriótica abnegação e sacrifícios pessoais das forças sob o meu comando e dos nossos companheiros na base de operações. Desembarcaremos os passageiros no primeiro porto neutro que garanta a nossa segurança e a do navio”<sup>71</sup>.

Face a esta comunicação, as buscas ao paquete desviado cessaram de imediato.

No entanto, posteriormente, foram transmitidas informações provenientes de aviões patrulha americanos acerca da localização do “Santa Maria”.

---

<sup>70</sup> AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, *Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Pretória, 26 de Janeiro de 1961.*

<sup>71</sup> Henrique Galvão, *O Assalto Ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfos, 1973, p. 193; Também, Filipe Ribeiro de Meneses, *Op. Cit.*, p. 573.

Uma vez detectado e seguido o rumo do navio, e comprometido o factor surpresa, a expedição de Galvão abandonou o objectivo principal de atacar Luanda com o intuito de tentar aí uma sublevação contra o regime, e optou-se pela rota do Brasil.

Entretanto, ocorreu, premeditadamente, um compasso de espera, no sentido de se encontrar condições políticas mais favoráveis em terras de “Vera Cruz”.

Essas circunstâncias correspondiam à substituição, no cargo de Presidente da República, de Kubitschek de Oliveira, considerado próximo de Salazar, por Jânio Quadros, aguardando-se a posse deste último.

É, então, ao largo do Recife, que sucedeu um episódio que incomodou, sobremaneira, as autoridades portuguesas.

O almirante norte-americano, Allen Smith, que se encontrava a bordo de um contratorpedeiro da mesma nacionalidade, dirigiu-se ao encontro de Galvão no transatlântico desviado.

Ora, as conversações decorridas, baseadas, essencialmente, no tema da libertação dos reféns, embora inconclusivas, legitimaram, na opinião de Galvão, a situação dos tripulantes revoltosos, conferindo-lhes o estatuto de “rebeldes políticos”,<sup>72</sup>.

A 1 de Fevereiro, Galvão recebia uma mensagem do presidente Jânio Quadros, garantindo-lhe a concessão de asilo político.

No dia seguinte, os passageiros e os tripulantes receberam permissão para desembarcar no Recife e a “Operação Dulcineia” chegava ao fim.

Posteriormente, o navio foi entregue aos representantes diplomáticos portugueses no Brasil e pôde regressar a Portugal.

Apesar da devolução do paquete a Lisboa, o caso “Santa Maria” constituiu um elemento perturbador significativo para o Regime.

---

<sup>72</sup> Filipe Ribeiro de Meneses, *Salazar – Uma Biografia Política*, 3ª ed., Publicações D. Quixote, Outubro de 2010, p. 575.

As exigências em torno da autodeterminação das colónias portuguesas, em África, alcançaram um impacto internacional apreciável, colocando em causa o tabu ultramarino pretendido por Salazar.

Como previu Franco Nogueira, em 22 de Janeiro: “Galvão e uns tantos apoderam-se do “Santa Maria”. Este episódio, se for politizado pelo mundo, vai no futuro ter repercussões. Lisboa fervilha de boatos: remodelação ministerial, Salazar gravemente doente e desavindo com Thomaz, confusão. Uma trapalhada!”<sup>73</sup>.

E, a 27 de Fevereiro anotou: (...) Do episódio “Santa Maria” sai mal-ferido o regime”<sup>74</sup>. Na verdade, o ano de 1961 foi muito complicado para o governo português.

No seu início, ocorreu o já narrado episódio da tomada do paquete “Santa Maria” por Henrique Galvão. Como foi demonstrado, este acontecimento teve graves repercussões internacionais, nomeadamente nos Estados Unidos da América, onde a administração Kennedy conduzia uma política hostil a Portugal.

Em Fevereiro, iniciou-se o conflito angolano com o assalto a vários estabelecimentos prisionais na cidade de Luanda. O objectivo era a libertação de presos políticos.

No mês seguinte, ocorreu, no norte de Angola, um ataque atribuído à UPA, que teve como desfecho o massacre de colonos nacionais e de colaboradores autóctones. Os cálculos estimados de mortes resultantes destes confrontos corresponderam a cinco ou seis mil indivíduos ao nível das populações atacadas, e cerca de três mil elementos da UPA<sup>75</sup>.

Esta sangrenta tragédia desencadeou um conflito no interior do regime. No seio de alguns sectores das Forças Armadas começou a questionar-se a capacidade de Salazar de gerir a delicada conjuntura africana.

---

<sup>73</sup> Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Porto, Livraria Editora Civilização, 1986, p. 11.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Cfr. Dalila Cabrita Mateus; Álvaro Mateus, *Angola 61 – Guerra Colonial: Causas e Consequências*, 2ª ed., Texto Editores, Março de 2011, p. 125.

A preocupação, em redor do momento político e da chefia do executivo, conduziu a certas movimentações no meio militar.

Consequentemente, o mês de Abril foi marcado pela tentativa de golpe de Estado dirigida pelo Ministro da Defesa Nacional, General Botelho Moniz, e que terá contado com o beneplácito dos norte-americanos.

Moniz pensava contar com o apoio das altas chefias das Forças Armadas e, consequentemente, com a cumplicidade de certas unidades militares, para forçar o Presidente da República a destituir Salazar.

Em 10 de Novembro de 1961, Palma Inácio, desviou um aparelho Super-Constellation dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP), que havia descolado do aeroporto de Casablanca, em Marrocos. O avião tinha como destino Lisboa.

A finalidade da acção, planeada por Henrique Galvão e designada por “Operação Vagô”, era o lançamento de panfletos de contestação ao Estado Novo, sobre a capital e outras cidades portuguesas. O texto vinha assinado por Galvão<sup>76</sup>.

O mês de Dezembro foi o escolhido pela União Indiana no ataque às possessões portuguesas de Goa, Damão e Diu<sup>77</sup>.

Pela sua importância interna e relevância internacional, vale a pena narrar sucintamente os factos mais emblemáticos.

Com a substituição de Churchill pelo governo trabalhista de Clement Attlee<sup>78</sup>, em 1945, Salazar perdeu um precioso aliado, partidário da manutenção dos impérios europeus ou, pelo menos, de uma desvinculação progressiva e prudente das colónias face às metrópoles.

---

<sup>76</sup> José Duarte de Jesus, Op. Cit., 2006, p. 119.

<sup>77</sup> Cfr. António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*, Lisboa, Livros do Horizonte, 2001, pp. 17-18.

<sup>78</sup> Clement Attlee nasceu em 1883 e faleceu em 1967. Notabilizou-se como político, exercendo diversas funções, entre as quais a de membro destacado do Partido Trabalhista. Sucedeu a Winston Churchill no cargo de Primeiro-ministro, após a vitória nas eleições de Maio de 1945. Exerceu essas funções entre este ano e 1951. Cfr. Martin Gilbert, *Churchill: Uma Vida*, 6ª ed., Lisboa, Bertrand Editora, 2007, pp. 620-621; Cfr. Martin Gilbert, *História do Século XX*, Publicações Dom Quixote, 2010, pp. 297, 338.

Assim, dois anos depois, a Índia, a “jóia da coroa britânica”, ascendeu à independência. Este facto motivou as novas autoridades indianas na recuperação dos territórios situados na região, e ainda sob ocupação estrangeira.

Era o caso de Portugal, que possuía Goa, Damão e Diu, e os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. A França detinha, igualmente, possessões, mas que foram devolvidas em 1954. Consequentemente, a partir deste ano, apenas Lisboa continuava a manter domínios na União Indiana.

Logo em 1949, inaugurou-se uma representação diplomática de Nova Delhi na capital portuguesa com o objectivo de se iniciarem relações diplomáticas, e de se alcançar uma solução para aqueles territórios.

Contudo, perante a morosidade negocial e a intransigência portuguesa na cedência dos espaços em litígio, a Índia optou pelo encerramento da sua missão diplomática na cidade de Lisboa, em 1953.

No ano seguinte, em Julho, Portugal deparou-se com a ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli.

A reacção de Lisboa consistiu em apresentar o caso junto da ONU e do Tribunal Internacional de Haia.

Ao longo de 1954 e 1955, as autoridades portuguesas confrontaram-se com tentativas de ocupação dos restantes territórios, de teor pacifista.

Estas iniciativas conduziram a um número considerável de mortos e feridos ao nível dos dinamizadores destas acções.

Face a estes acontecimentos, ganhou consistência, a ideia, no seio do poder indiano, de que só pela força se conseguiria tomar posse dos domínios lusos.

Pelo seu lado, Salazar, acreditava que, atendendo ao carácter pacifista de Nehru, este não utilizaria meios bélicos. Acrescia que, recorrendo aos seus aliados, nomeadamente a

Grã-Bretanha, Lisboa acolhia a esperança de aqueles serem capazes de dissuadir Nova Delhi de usar a violência.

Na realidade, o governo português procurou sensibilizar o Reino Unido para a questão. E, em conformidade, solicitou o apoio às autoridades inglesas, em face do ataque iminente, por parte da União Indiana, à Índia portuguesa. Aludiu-se à “declaração luso-britânica de 14 de Outubro de 1899”, em vigor, e questionou-se o executivo britânico acerca dos meios que podia colocar à disposição de Portugal para, em conjunto com o dispositivo militar luso, contrariar as previsíveis iniciativas bélicas de Nova Deli, nomeadamente, dirigidas a Goa<sup>79</sup>.

Contudo, estas expectativas não se verificaram e, a 16 de Dezembro de 1961, tropas indianas invadiram o Estado Português da Índia.

Portugal reagiu a estes acontecimentos de acordo com a intensidade dos desafios e dos meios disponíveis para o efeito.

No primeiro caso, tal como já se mencionou, o desfecho teve lugar no Brasil e o navio foi devolvido às autoridades portuguesas. Mas, os objectivos da acção haviam sido parcialmente conseguidos ao sensibilizar a opinião pública internacional contra a política definida por Lisboa.

Face aos problemas registados na cidade de Luanda, em Fevereiro e, no mês seguinte, no norte de Angola, o Presidente do Conselho pauta a reacção portuguesa pela célebre expressão do “Andar rapidamente e em força [para Angola] ”<sup>80</sup>. Aliás, acrescente-se que

---

<sup>79</sup> AHD – MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, *Telegrama proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e dirigido à Embaixada de Portugal em Londres, 10 de Dezembro de 1961*. Este documento pode ser considerado de grande importância, uma vez que se trata, da solicitação do governo português ao apoio britânico, face ao iminente ataque da União Indiana às posições lusas nessa região. O executivo inglês não presta a colaboração pretendida, uma vez que pretende manter um bom relacionamento com a antiga colónia para, desse modo, continuar a exercer influência política e económica no subcontinente indiano.

<sup>80</sup> Oliveira Salazar, 1967, p. 123.

esta intenção originou a terceira grande mobilização portuguesa no decurso do século XX<sup>81</sup>.

A tentativa de derrubar Salazar não foi vitoriosa. O Chefe de Estado, Almirante Américo Thomaz, reiterou a confiança no Presidente do Conselho e este, na sequência do golpe, acumulou a pasta da Defesa com a chefia do governo<sup>82</sup>. A concentração das duas funções havia sido, de certa forma, justificada pela guerra em África<sup>83</sup>.

Quanto à “Operação Vagô”, os objectivos foram alcançados com a largada de panfletos em diversas localidades portuguesas. Após a passagem pelo espaço aéreo nacional, o avião desviado regressou a Marrocos, mais concretamente, a Tânger.

Consequentemente, o governo português tentou a extradição dos intervenientes junto das autoridades marroquinas, embora sem êxito. Palma Inácio e os seus companheiros conseguiram refugiar-se no Brasil.

Finalmente, quanto ao Estado Português da Índia, estava irremediavelmente perdido. Apesar do esforço de Salazar em incentivar a resistência, esta era do ponto de vista logístico e militar inviável. O assunto foi debatido e prevaleceu a “teoria do plano inclinado”, isto é, não se podia fraquejar na Índia sob pena de poderem existir consequências nefastas nas outras possessões portuguesas. Nomeadamente, em Angola, onde já decorriam combates. Em última análise, a acção militar só contaria enquanto sinal político; E, foi o que aconteceu.

Ocorreu ainda um outro episódio que, tal como a “Operação Vagô”, não teve a importância nem a dimensão internacional dos outros acima relatados. Contudo, por

---

<sup>81</sup> As duas anteriores registaram-se na I Guerra Mundial e no decurso da II G. M. Esta deveu-se à questão açoriana.

<sup>82</sup> Em 13 de Abril, procedeu-se a uma remodelação ministerial. Foram destituídos das suas funções o Ministro da Defesa, General Botelho Moniz, o Ministro do Exército, Coronel Almeida Fernandes, e o respectivo Subsecretário de Estado, Coronel Costa Gomes. Cfr. Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, 4ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, Vol. V, 2000, pp. 242-243.

<sup>83</sup> Cfr. Fernando Rosas, “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo”, in J. M. Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp. 37-40.

uma questão de rigor histórico e, também, de factor perturbador do regime, consideramos que merece ser mencionado.

No desfecho do ano, na noite de 31 de Dezembro, ocorreu a tentativa de sublevação do Quartel do Regimento de Infantaria Nº 3, situado em Beja. A ideia seria a de suscitar um movimento, que levasse outras unidades militares a aderirem a um levantamento contra o Regime. A iniciativa deparou-se com uma intensa resistência no interior da unidade, saldando-se num fracasso. No decurso da refrega, viria a falecer o subsecretário de Estado do Exército, o tenente-coronel Jaime Filipe da Fonseca, e seria ferido com gravidade o protagonista do assalto, o capitão Varela Gomes<sup>84</sup>.

No início de 1962, os graves acontecimentos do ano transacto, foram objecto de um encontro entre o Embaixador português na África do Sul e o Ministro dos Negócios Estrangeiros deste país, Eric Louw.

O telegrama que relatou a conversa entre os dois diplomatas revelou-se muito interessante, na medida em que abordou os principais acontecimentos associados a Portugal, no ano de 1961. Simultaneamente, abarcou aspectos da política internacional, que preocupavam os dois Estados.

A introdução à conversa abrangeu um comentário do governante sul-africano em relação ao ataque desferido à Índia portuguesa por parte da União Indiana. Ele pediu ao diplomata luso que manifestasse ao Presidente do Conselho a “muita admiração que lhe dedica (...), a expressão do seu pesar e a do alto apreço em que tem a firmeza e desassombro de Sua Excelência (...)”. Seguidamente qualificou de “brutal” a agressão de Nehru, e que a escolha do momento do conflito revelou “preparação” e “astúcia”. Isto, porque os trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas encontravam-se encerrados para férias e, dessa forma, o dirigente indiano evitou um debate controverso, “pelo menos durante o desenrolar dos acontecimentos”.

---

<sup>84</sup> Frederico Rosa, 2008, p. 932.

O diálogo posterior suscitou e abraçou os seguintes comentários e temas:

1) A convicção das autoridades portuguesas em defenderem o restante e imenso património ultramarino existente, apesar da dolorosa perda do Estado português da Índia. A privação do espaço em causa serviu, sobretudo, para estimular e aumentar a determinação na defesa do Ultramar, e não teve o efeito de comprometer ou dissipar esse ânimo. Este sentimento parecia ser partilhado por Louw, que não escondeu o seu contentamento quando Queiroz afirmou que estariam, em Angola, cerca de “30.000 tropas metropolitanas”. O diplomata português acrescentou, ainda, que a situação em Moçambique se mantinha “calma”;

2) O representante luso interiorizou a certeza de que o interesse dos sul-africanos residia, verdadeiramente, no destino desses dois territórios. O que pudesse acontecer aos outros espaços, incluindo Portugal continental, só preocupava Pretória, na medida em que do desfecho daí resultante, implicasse uma maior ou menor vulnerabilidade para Angola e Moçambique. Naturalmente, o enfoque da conversa deslocou-se para o golpe de Beja. Louw desejava saber se a iniciativa visava o derrube de Salazar ou era, sobretudo, uma tentativa comunista para desestabilizar o país. Queiroz replicou que a origem era comunista, “sem a mais pequena dúvida”. O objectivo seria sempre o mesmo: “A decomposição da nossa ordem interna provocaria o esfacelamento do nosso património ultramarino”. Acrescentou que o governo sul-africano não tinha de se preocupar com os “Galvões” e os “Delgados”. Não eram emanções de realidades; correspondiam a “ficções político-novelescas que o sensacionalismo da imprensa mundial cultiva”;

- 3) Louw mostrou-se cauteloso a propósito da aliança britânica, uma vez que nesse momento decorriam negociações morosas devidas à criação da República (da África do Sul) e à desvinculação desta da “Commonwealth”<sup>85</sup>;
- 4) Contrariamente foi, sem cerimónia que criticou, abertamente, a política africana dos Estados Unidos da América. Assim como Portugal se confrontava com problemas com essa Administração, que poderiam comprometer a continuidade do acordo sobre a concessão de facilidades nos Açores; também, a África do Sul, equacionava a possibilidade de cessar a autorização, facultada a Washington, de possuir uma estação de rastreio de mísseis de longo alcance, no seu território. “Há países (...) que só entendem uma linguagem: a da retaliação. A América do Norte, país que faz política como quem faz negócio, é um deles”. O diplomata português concordou com a observação;
- 5) No tocante às Nações Unidas, não se manifestou quanto ao facto de Lisboa não excluir a hipótese de se dissociar da organização. Segundo Queiroz, o silêncio de Louw seria explicado pela vontade de Pretória querer conservar-se na instituição. A presença dava uma visibilidade internacional ao país, que interessava por razões de ordem externa e interna. Internacionalmente permitia à diplomacia sul-africana expor e defender a política prosseguida nesse importante fórum. Ao nível interno, a pertença sustentava o argumento do não isolamento e até a oposição aplaudia, por vezes, a determinação do governo na exposição das suas razões;

---

<sup>85</sup> Na sequência de um referendo, no dia 5 de Outubro de 1960, dirigido aos brancos sul-africanos acerca da transformação da União da África do Sul numa República, os votantes optaram pela solução republicana, obtendo esta 52% contra 48%. Posteriormente, Hendrik Verwoerd, encontrou-se em Inglaterra com MacMillan e comunicou-lhe os resultados. Em Março de 1961, Verwoerd anunciou a mudança em causa e a saída da Commonwealth, embora desejasse manter um bom relacionamento com o Reino Unido. No dia 31 de Maio do mesmo ano, a República foi oficialmente declarada, curiosamente coincidindo com a data do aniversário do Tratado de Vereeniging, rubricado em 1902, e que colocou um fim na guerra anglo-bóer. Cfr. Rui Câmara Pina, *África do Sul: A Difícil Transição*, 1ª ed., Porto, Fronteira do Caos Editores, 2012, pp. 145-146.

6) Ainda no âmbito das Nações Unidas, Louw, quis, com evidente preocupação, saber qual a perspectiva portuguesa quanto a uma eventual ida de observadores da instituição a Angola. O representante luso retorquiu que as autoridades portuguesas não autorizariam qualquer iniciativa desse género. O Ministro dos Negócios Estrangeiros não escondeu a sua satisfação e acresceu que era essa a perspectiva do governo sul-africano, no caso do Sudoeste Africano. Apesar de reconhecer que os territórios possuíam estatutos diferentes, um precedente português aberto nesta matéria, “tornaria, ainda mais difícil, a renitência sul-africana”;

7) Manifestou “surpresa e desgosto” face à atitude brasileira e de certos elementos locais da comunidade portuguesa, quanto à agressão indiana. Queiroz esclareceu que os actuais dirigentes brasileiros optaram por seguir uma “ardente febre anti-colonialista”. No que diz respeito aos portugueses, seriam influenciados por “lojas maçónicas” lusas. Era com mágoa, que se assistia a este percurso político, em terras de “Vera Cruz”;

8) Finalmente, Queiroz comentou para Lisboa, que o governo sul-africano assumiu uma atitude destemida em relação ao rumo da política internacional contemporânea. Contudo, pressentiu, da parte de Pretória, uma grande preocupação originada pelo aumento da capacidade bélica do Gana, e pela possibilidade de se criar uma aliança militar baseada na “África Central negra”, que através da obtenção da independência de Angola e Moçambique, visava “aniquilar” o “núcleo branco” remanescente. Em consequência, a África do Sul, estava a reorganizar as Forças Armadas, dotando-as de armamento moderno. O Ministério da Defesa estava muito empenhado nesta renovação, contando, para tal fim, com a motivação de Fouché<sup>86</sup>. Queiroz não duvidava da

---

<sup>86</sup> Jacobus Johannes (Jim) Fouché nasceu em 1898 e faleceu no ano de 1980, destacando-se como um dos protagonistas da vida política sul-africana entre os anos 50 e 70 do século passado. Em 1950 foi designado Administrador do Estado Livre de Orange e nove anos mais tarde assumiu as funções de Ministro da Defesa, que exerceu entre 1959 e 1966. Em 1968 tornou-se o segundo Presidente da República da África do Sul, cargo que ocupou até 1975. Cfr. <http://www.worldpresidentsdb.com/Jacobus-Johannes-Fouche/>

determinação deste governo de se defender “até à última”, e que isso implicava a colaboração portuguesa, “se reconhecerem que espírito igual nos anima”. E concluía: “Tudo quanto fizermos para lho mostrarmos é não só útil, mas necessário”, uma vez que “não temos outra alternativa se quisermos sobreviver como nação e (...) Estado soberano”;

É de realçar a relevância do telegrama em questão, porque aborda os problemas associados a Portugal, em 1961 e, simultaneamente, questões de política internacional, que preocupavam Lisboa e Pretória.

Ainda na sequência dos recentes acontecimentos ocorridos no ano de 1961, surgiu um artigo na comunicação social sul-africana. Na sua edição de 18 de Abril de 1962, o jornal “Cape Times”<sup>87</sup> reproduzia um discurso recente do Ministro dos Negócios Estrangeiros deste país.

Nessa declaração, o governante criticava a abordagem aos problemas africanos por parte de certas potências ocidentais.

Face à penetração soviética no continente, alguns Estados tinham adoptado uma postura hostil em relação à “África branca” para cativar os novos países africanos. Os EUA representavam, de certa forma, o exemplo paradigmático desta política, ao tentar condicionar o destino do continente e alcançar vantagens comerciais, através da aproximação aos jovens regimes recém-constituídos.

A África do Sul e Portugal estavam, de certo modo, irmanados perante esta conjuntura adversa erguida pelo Ocidente. O último tinha-a sentido, de uma forma acutilante, aquando da agressão, injustificada, proveniente da União Indiana, dirigida contra Goa.

---

<sup>87</sup> Na África do Sul, a imprensa de língua inglesa, adoptava, geralmente, um tom crítico em relação ao regime, dominado pelo Partido Nacionalista e elementos africânderes. Era o caso do jornal “Cape Times”, embora, tenha, neste artigo, em concreto, abordado o assunto de uma forma inócua para o executivo sul-africano. Cfr. Maria Isabel de Oliveira Faria Moita, “Portugal Perante a Política do Apartheid”, in *Penélope*, Nº 22, 2000, pp. 13, 18-19.

Ela originou, apenas, um protesto insignificante<sup>88</sup>.

A acção em causa configurava um paradoxo, na medida em que Nova Delhi, sempre advogara a resolução dos conflitos através de meios pacíficos<sup>89</sup>.

Este artigo reveste-se de alguma importância, uma vez que apresenta a perspectiva de Pretória, face à política africana seguida pelo Ocidente, nomeadamente, a emanada de Washington, remetida à época.

Também, Lisboa parecia mostrar uma atitude menos confiante face ao seu aliado norte-americano.

Em Junho de 1962, o Embaixador dos Estados Unidos em Portugal, Charles Burke Elbrick<sup>90</sup>, reuniu-se, a seu pedido, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira.

Aquele entregou uma nota formal a Franco Nogueira, e este questionou o diplomata norte-americano se tinha quaisquer comentários “verbais” a acrescentar.

O representante diplomático em causa respondeu negativamente, mas entregou um texto, em que propunha um projecto de “declaração conjunta” a apresentar perante o Conselho da NATO.

O Ministro afirmou que ambos os documentos teriam de ser objecto de estudo. Contudo, adiantou que vislumbrava “aspectos políticos prévios”, cuja clareza era insuficiente.

Quando foram concedidas facilidades aos EUA nos Açores, estava subjacente ao gesto, o facto de o mesmo se destinar a um país “amigo” e “aliado”. Neste momento, pela

---

<sup>88</sup> No original, em língua inglesa, “ «a milk and water protest» ”. AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 19 de Abril de 1962.*

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> Charles Burke Elbrick nasceu em 25 de Março de 1908, na cidade norte-americana de Louisville, e faleceu em 12 de Abril de 1983, aos 75 anos de idade, na capital dos EUA. Distinguiu-se como diplomata, exercendo as funções de embaixador dos Estados Unidos em Portugal, entre 1959 e 1963.

parte portuguesa, tal premissa era controversa. Em conformidade, seria fundamental esclarecer este aspecto.

Os dois interlocutores consideraram que seria desejável uma clarificação por parte do executivo americano. O ideal seria que o assunto fosse abordado pelo Secretário de Estado na sua próxima visita a Portugal. Até lá, Franco Nogueira considerou, que a questão se encontrava do “lado americano”.

Quanto ao projecto de declaração conjunta, o Ministro relevou o facto de este não ser prioritário, atendendo que apontava para vínculos associados ao Tratado do Atlântico, cujo nexos era inexistente, do ponto de vista português. Xanthaky<sup>91</sup>, que acompanhava Elbrick, mencionou o facto de o acordo dos Açores aludir ao Tratado.

Franco Nogueira argumentou que, também, o convénio do Atlântico, no respectivo preâmbulo, referia a Carta das Nações Unidas, o que não o colocava numa posição subordinada ao texto dessa organização internacional<sup>92</sup>.

Pode-se classificar este encontro de grande interesse, na medida em que se destacou a importância dos Açores, na tentativa de assegurar um maior alinhamento da perspectiva americana em relação à política africana portuguesa.

É de realçar, ainda, o facto de Salazar ter sido informado do teor destas conversações e as ter condicionado com as suas considerações perante o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, como era habitual em assuntos considerados delicados e relevantes<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> Theodore Xanthaky era, à época, conselheiro da Embaixada dos EUA, em Portugal. Cfr. Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: A Crise de uma Aliança*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 71.

<sup>92</sup> Cfr. AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, *Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, em 18 de Junho de 1962*; Franco Nogueira, na sua biografia sobre Salazar, destacou a importância deste encontro, anotando o seguinte: “Elbrick entrega em Lisboa, em 18 de Junho de 1962, uma nota solicitando a renovação do acordo sobre a base dos Açores. Salazar considera o pedido, e reage em privado: Portugal concedera o uso da base na presunção de que os Estados Unidos eram amigos e aliados: mas não se podia hoje estar seguro de que ainda fosse válida aquela presunção. De momento não é dada resposta formal. E, Elbrick, por outro lado, anuncia a próxima vinda a Lisboa, em visita oficial, do secretário de Estado Dean Rusk”. Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, 4ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, Vol. V, 2000, p. 413; No mesmo sentido Cfr. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Porto, Livraria Editora Civilização, 1986, p. 32.

Ainda no âmbito desta reunião, é de destacar o conteúdo da nota entregue pelo Embaixador Elbrick a Franco Nogueira.

Nela é historiado o conjunto dos acordos bilaterais estabelecidos no âmbito da defesa, e com relevância especial para a presença norte-americana nos Açores.

São recordados os convénios assinados em 6 de Setembro de 1951 e em 15 de Novembro de 1957<sup>94</sup>.

No que diz respeito a este último, é reproduzido o articulado, onde consta o prolongamento do tratado até ao dia 31 de Dezembro de 1962.

Assim, face à proximidade de uma eventual renovação do mesmo, o executivo dos EUA propunha ao de Portugal, que ele fosse dilatado por um período de mais cinco anos, isto é, até 31 de Dezembro de 1967<sup>95</sup>.

Na realidade e, de acordo com o previsto, o Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, visitou, na sequência de um périplo pela Europa, ainda, no mês de Junho, Portugal.

A ocasião foi aproveitada para, entre outras questões, dialogar sobre a política norte-americana dirigida ao continente negro.

Franco Nogueira considerou que Rusk apresentou uma perspectiva moderada, distanciada do registo oficial de Washington. A ideia não era a de afastar Portugal de África, diminuir-lhe a influência, nem tão-pouco de o substituir na região.

---

<sup>93</sup> Cfr. Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, 4ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, Vol. V, 2000, p. 413.

<sup>94</sup> Este com um carácter suplementar em relação ao primeiro.

<sup>95</sup> No documento original pode ler-se o seguinte: “«I have the honour to refer to the Defense Agreement between Portugal and the United States signed in Lisbon on September 6, 1951, and to the supplementary Agreement signed on November 15, 1957. It will be recalled that the supplementary Defense Agreement of November 15, 1957, under numbered paragraph 1, extended the period mentioned in Article Two, paragraph 2 of the Defense Agreement of September 6, 1951, until the 31<sup>st</sup> of December, 1962. In view of the continuation of the circumstances which led to the aforementioned agreements, the Government of the United States proposes for the consideration of Portugal that this period be further extended for an additional five years until the 31<sup>st</sup> of December, 1967. Please accept, Excellency, the renewed assurances of my highest consideration»”. AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, *Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, em 18 de Junho de 1962.*

O Ministro português replicou que, apesar de tudo, existia, do lado americano, uma excessiva preocupação “com prazos e objectivos preconcebidos”<sup>96</sup>.

O interlocutor norte-americano ripostou que os EUA estavam sujeitos a uma enorme pressão no seio da ONU. Pelo seu lado, o representante português respondeu que Washington, ao acarinhar determinadas ideias vanguardistas nas Nações Unidas, conferia-lhes uma importância cujo peso não seria, de outro modo, obtido.

Então, num gesto conciliador, o Secretário de Estado propôs o recurso a um relator internacional, que teria por missão examinar a questão dos territórios ultramarinos portugueses.

No dia seguinte, a 28, o visitante encontrou-se com Salazar, onde abordaram, sobretudo, as relações leste-oeste. A política africana foi objecto de uma breve troca de palavras.

Contudo, Dean Rusk fez questão de, no regresso aos EUA, passar pela base das Lajes, nos Açores. Ao tomar conhecimento desta deslocação, Salazar, comentou o seguinte: “ «pela base, se quiserem renovar o acordo, os americanos têm de pagar tudo quanto nos custa a guerra em África. Tudo. E há que encontrar um quadro político que torne possível um acordo» ”. Caso contrário, “ «não haverá acordo, ou terá de ser outro governo português a assiná-lo» ”<sup>97</sup>.

Posteriormente, quando são retomadas as negociações com a administração norte-americana, a ideia da eventual nomeação de um relator internacional foi aceite por Lisboa.

As autoridades americanas congratularam-se com a reacção portuguesa, e emitiram directivas precisas para a respectiva embaixada em Portugal. Consideraram que a decisão portuguesa representava um “«grande passo político» com «vastas consequências» ”. Acrescentavam que seria benéfico a indicação do relator pela via de

---

<sup>96</sup> Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, 4ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, Vol. V, 2000, p. 415.

<sup>97</sup> *Idem*, p. 416.

uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta, por sua vez, encarregaria o secretário-geral, U Thant, de tal escolha.

No entanto, o governo português deveria mencionar a autodeterminação, pelo menos, no sentido de não a rejeitar, e aceitar a exclusão dos argumentos mais “legalistas”, sustentados até aí.

Em contrapartida, os americanos comprometer-se-iam a efectuar diligências, junto de executivos europeus e africanos, com a finalidade de ser aceite a figura do relator internacional.

Perante a posição do governo americano, Elbrick alertou para o facto de Lisboa não confiar na política africana prosseguida por Washington. E, é lembrada a recente controvérsia que envolveu o Congo (Léo) e Portugal, a propósito da instalação de uma base da guerrilha naquele país para assediar Angola, e a ambiguidade manifestada pelos dirigentes norte-americanos<sup>98</sup>.

Como se compreende, no Verão de 1962, estava-se num momento crucial ao nível das negociações luso-americanas, e existiam indícios, provenientes do outro lado do Atlântico, que sugeriam um possível abrandamento da pressão sobre Portugal.

Na sequência da continuação das negociações, foi entregue, em 16 de Agosto, um documento às autoridades americanas que versava sobre as principais divergências entre os dois Estados.

---

<sup>98</sup> Ibidem, p. 428. Na realidade, o Congo havia declarado a anuência para a instalação de “uma base para o recrutamento, abastecimento e treino de forças militares contra Angola”. Esta encontrava-se sediada na cidade de Thysville, ao sul da capital congoleza, e situada próxima da fronteira com o norte de Angola. Perante a posição das autoridades congolezas, o executivo português invocou o direito de legítima defesa. Este conferia, na óptica lusa, a possibilidade de perseguir os atacantes até aos seus refúgios. Esta polémica revelou-se embaraçosa para o Departamento de Estado norte-americano, que não teria sido consultado, previamente, por Léopoldville. Consequentemente, na Administração americana, houve quem quisesse condenar a atitude congoleza, mas, também, se verificou o oposto, sob o argumento de que o Congo estaria a retaliar Portugal pelo auxílio deste país à secessão do Catanga, e sustentando-se a necessidade de não hostilizar o bloco afro-asiático. Na sequência deste debate, Elbrick, foi instruído no sentido de condenar, em privado, a atitude congoleza, embora omitindo a questão em público. Ora, esta reacção, é esvaziada de qualquer valor político para os interesses lusos. Então, formulou-se em Washington o seguinte compromisso: caso Kennedy fosse questionado pela comunicação social quanto a esta matéria, diria que, apesar de os EUA simpatizarem com a tese da autodeterminação, a “Casa Branca” estava preocupada com a instalação do quartelamento de Thysville. Cfr. Ibidem, p. 427.

O escrito era extenso e compreendia quatro grandes núcleos: O primeiro tratava dos aspectos que, de uma forma geral, estavam mais na origem da crispação entre as duas partes; Nomeadamente, a actividade de organizações<sup>99</sup> e elementos próximos dos movimentos de libertação que contavam com o beneplácito dos americanos. Na perspectiva portuguesa, eles movimentavam-se, motivados pelo apoio de Washington, em território norte-americano, nas Nações Unidas e no continente africano.

O segundo abordava a política prosseguida pela “Casa Branca” em relação a Portugal. Confinava-se, sobretudo, à actuação das missões diplomáticas e consulares americanas, às notícias veiculadas pelos respectivos órgãos de comunicação social, e à atitude dos representantes da Administração Kennedy, no âmbito das Nações Unidas. Englobava, ainda, as declarações daquele executivo, no que dizia respeito à supressão do fornecimento de armas a Portugal, cujo destino final pudesse ser Angola.

O terceiro segmento “mencionava alguns problemas específicos que se colocavam às relações luso-americanas, como sendo as questões discutidas nas diversas comissões das Nações Unidas, a possibilidade de criação de um relator internacional sobre a situação em Angola e Moçambique, bem como o trabalho de algumas agências especializadas no seio da Organização das Nações Unidas”<sup>100</sup>.

Finalmente, a última parte incidia, particularmente, acerca das relações entre os dois países. Compreendia o relacionamento bilateral na ONU e na NATO, valorizando assuntos políticos e militares; abrangia a política prosseguida por Washington em relação ao Ultramar luso e aos países que patrocinavam os obreiros da insurreição no continente negro e, mais concretamente, nos espaços sob tutela portuguesa; abarcava, igualmente, o âmbito da eventual colaboração de natureza económica e financeira.

---

<sup>99</sup> Uma das organizações mais relevantes era o “American Committee on Africa” (ACA).

<sup>100</sup> Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: A Crise De Uma Aliança*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 214.

O derradeiro ponto da lista aludia à eventual renegociação do acordo sobre a utilização norte-americana da base açoriana das Lajes. Contudo, o executivo português manifestou a vontade, perante o desconforto americano, de debater, em futuras conversações, os assuntos referidos no documento pela ordem nele expostos; isto é, a questão dos Açores só seria tratada após o esclarecimento dos outros temas<sup>101</sup>.

Os acontecimentos ocorridos a nível internacional, centrados na ilha de Cuba, em Outubro, vieram a revelar-se auspiciosos para os interesses portugueses.

Ao fim da tarde do dia 22 desse mês, Kennedy, anunciou ao mundo o perigo que este corria, devido à instalação de mísseis soviéticos, em Cuba. Tais armas encontravam-se direccionadas para os EUA, e configuravam uma ameaça à paz, bem como uma situação insustentável na óptica da segurança nacional norte-americana.

A solução residia no desmantelamento de tal aparato bélico e, como medidas preventivas, a Armada norte-americana havia recebido ordens para estabelecer um bloqueio face à ilha dirigida por Fidel Castro, e criaram-se planos preparatórios para uma eventual invasão deste país.

Os dias seguintes decorreram tensos, assistindo-se a um braço-de-ferro entre o “Kremlin” e a “Casa Branca” que, na prática, agitava-se no desafio mútuo protagonizado por navios russos e norte-americanos, e na iminência de o início de uma guerra entre as duas superpotências que, no extremo, poderia ser catastrófica para a humanidade.

Contudo, a 28 de Outubro, o líder soviético, Nikita Krushev, aceitou o desmanche, a retirada ou a destruição dos mísseis, sob fiscalização dos EUA. Em contrapartida, os americanos desistiam dos planos de invasão da ilha.

Quanto a Salazar, nunca acreditou que a crise dos mísseis de Cuba tivesse como desfecho uma guerra entre os EUA e a URSS. Mas considerou o momento delicado e

---

<sup>101</sup> Cfr, Idem.

que era uma ocasião propícia para o Ocidente se mostrar unido. Daí, as instruções dadas, para Lisboa manifestar o seu apoio a Washington, nos Conselhos da NATO<sup>102</sup>.

No entanto, no relacionamento bilateral, a posição manteve-se diversa. E, isso manifestou-se nas conversações mantidas, durante a crise, entre Franco Nogueira, Dean Rusk e Kennedy.

O primeiro avistou-se, nessa semana crítica, com os seus dois interlocutores americanos. Rusk, conhecendo o próximo encontro de Nogueira com Kennedy, sugeriu que o governante português “poderia dizer-lhe que em virtude da actual emergência os Estados Unidos poderiam contar com o uso sem restrições da base dos Açores”<sup>103</sup>.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros luso replicou, que não poderia fazer tal declaração, sem contrapartidas adequadas e à revelia do aval do executivo.

Acrescentou, ainda, o seguinte: “ «Há mais de dois anos que nós, portugueses, vivemos em permanente emergência, e não me parece que alguns dos nossos aliados se perturbem muito com o facto» ”<sup>104</sup>.

Seguiu-se a reunião com o Presidente americano na “Casa Branca”. Este questionou Nogueira quanto à sua percepção em relação ao continente negro. O dirigente português aludiu aos problemas de natureza política, estratégica e económica colocados ao Ocidente. “Sublinha o presidente que os Estados Unidos não têm culpa do movimento anticolonialista, e que apenas desejavam conservar do lado do Ocidente os chefes africanos moderados”.

A estas palavras, Franco Nogueira, respondeu sem hesitação: “ «Acredite, Sr. Presidente, a política dos Estados Unidos apenas favorece os desígnios da União Soviética em África e acabará por contrariar os próprios objectivos americanos» ”.

---

<sup>102</sup> Cfr. Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, 4ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, Vol. V, 2000, pp. 432-433.

<sup>103</sup> Franco Nogueira, *Diálogos Interditos: A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, Braga, Editorial Intervenção, Vol. I, 1979, pp. 176-177.

<sup>104</sup> Idem, p. 177.

Kennedy, sugerindo concordância, disse: “ «Sim, admito que talvez possamos estar errados na política que preconizamos. Precisamos de tempo para ver» ”.

Mas, simultaneamente, permanecendo fiel á sua orientação, questionou se as autoridades portuguesas não poderiam emitir uma declaração, mesmo tímida, que permitisse, posteriormente, o apoio de aliados. E, continuando a discorrer sobre o tema aduziu: “os Estados Unidos nada têm contra a política portuguesa, a não ser o facto de um apoio à nossa política poder ser interpretado pelos africanos como significando que os Estados Unidos se opõem ao nacionalismo africano e a qualquer mudança. Aparte isto, os Estados Unidos desejam que se mantenha a influência portuguesa em África. Não, não queriam mais Congos. E acima de tudo era indispensável evitar que a África «caísse nas mãos do comunismo» ”<sup>105</sup>.

Franco Nogueira procurou fundamentar a impossibilidade de surgir tal declaração com o argumento de que aberto esse precedente, as exigências se iriam avolumar quanto a futuras afirmações mais concretas e condicionantes, contrárias aos interesses portugueses. Argumentou, igualmente, que substituir os poderes existentes pelas referidas lideranças africanas moderadas, equivaleria, sempre, a trocar o certo pelo incerto.

A conversa terminou, mantendo-se o tema dos Açores “congelado”. Afinal, era Cuba que estava no epicentro da controvérsia internacional.

Contudo, o valor da base açoriana estava bem presente na mente dos protagonistas do Departamento da Defesa. E este pressionava e apelava no sentido de prevalecer a moderação e até o afastamento, em parte, de posições mais incisivas oriundas da “Casa Branca” e do Departamento de Estado.

---

<sup>105</sup> Ibidem, p. 182.

Na realidade, a crise cubana, havia demonstrado, novamente, que o comunismo podia-se, subtilmente, associar a diversos povos, culturas e latitudes. E acentuava que, numa lógica bipolar, a influência das superpotências disputava-se ao nível mundial.

Daí, não soar extemporâneo, o seguinte comentário de Franco Nogueira: “Inesperadamente, e parecendo remota, a crise de Cuba constitui o dobrar de uma esquina nas relações bilaterais luso-americanas”<sup>106</sup>.

Atendendo às negociações luso-americanas em curso e aos recentes acontecimentos internacionais, não é de estranhar que tenha existido um novo contacto entre aquelas duas partes.

Na realidade, no dia 14 de Novembro de 1962, Franco Nogueira e Charles Elbrick voltaram a reunir-se.

Neste encontro, o diplomata norte-americano entregou um memorando que, segundo o próprio, tinha como objectivo esclarecer a posição americana perante a política africana portuguesa.

O documento insistia na importância da manutenção da presença, laços e influência de Portugal nas respectivas Províncias africanas. Contudo, argumentava que, atendendo à actual situação verificada no continente negro, era imprescindível que houvesse uma evolução.

Esta deveria assumir um modelo de autodeterminação baseada no “ «consentimento dos governados» ”.

Condenava os ataques aos territórios portugueses provenientes do exterior, afirmando que o assunto iria dar origem a uma “declaração oficial, embora sem nos mencionar”.

Franco Nogueira discordou da perspectiva apresentada por Elbrick, nomeadamente, quanto à análise da situação no continente africano, e manifestou o desejo de responder por escrito.

---

<sup>106</sup> Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, Op. Cit., p. 434.

Consequentemente foi agendada uma reunião, para o dia 16 de Novembro. Neste encontro, Elbrick questionou alguns pontos do documento que lhe foi entregue, e cujos esclarecimentos foram prestados. Pelo seu lado, cedeu um testemunho de pontos considerados controversos, estando previstas novas reuniões com o objectivo de examinar, detalhadamente, o memorando português<sup>107</sup>.

Na verdade, não estava, ainda, resolvida a questão dos Açores nem definida, claramente, segundo a perspectiva portuguesa, uma política americana dirigida a África, que coincidissem com os interesses lusos.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros português continuava a considerar, atendendo aos últimos documentos trocados, que Washington utilizava uma linguagem “«paternalista»”. Entendia que esta se devia à tentativa de forçar Lisboa a aceitar as directrizes americanas para o continente negro.

Ora, perante a situação descrita, Nogueira optou por não oferecer garantias precisas quanto ao âmbito temporal da utilização norte-americana da base das Lajes. Abordou o assunto em termos de um uso temporário, recusando, por agora, qualquer outro tipo de compromisso<sup>108</sup>.

As reservas do ministro português devem ser compreendidas no âmbito das resoluções da ONU, agendadas para o mês de Dezembro, que incidiam sobre a política ultramarina lusa.

Entretanto, no mesmo fórum, suscitava-se a questão do relator internacional para examinar a situação na África portuguesa. A ideia, conforme já foi referida atrás, partiu dos EUA e obteve a aprovação de Portugal.

---

<sup>107</sup> Cfr. AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, *Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, em 19 de Novembro de 1962.*

<sup>108</sup> Cfr. Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: A Crise De Uma Aliança*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp. 215-216.

Os EUA, de acordo com o combinado, iniciaram as diligências necessárias para apresentar o assunto na Assembleia daquela organização internacional. Contudo, e para surpresa de alguns, surgiram objecções por parte do bloco afro-asiático. Elas seriam, posteriormente, esclarecidas por Franco Nogueira. O bloco que, aparentemente seria uma parte interessada na missão do relator, pressentiu, simultaneamente, que tal intervenção poderia ser adversa aos seus interesses; Nomeadamente, se a situação fosse apreciada sob o prisma de uma real imparcialidade, o que conduziria à desvalorização das críticas dirigidas às autoridades portuguesas. Por outro lado, receavam que, caso a proposta norte-americana fosse aceite, conduzisse à exclusão dos territórios portugueses do capítulo do colonialismo, onde pretendiam a respectiva permanência. Assim, “por razões opostas às de Portugal ao aceitá-la, os afro-asiáticos” rejeitaram a proposta dos EUA, e estes retiraram-na antes do momento da votação<sup>109</sup>.

As incertezas, fomentadas pelas autoridades portuguesas, quanto à futura utilização da base das Lajes pelos americanos, produziram, por fim, os resultados desejados.

Perante a intransigência portuguesa em oferecer garantias de continuidade na base açoriana num horizonte temporal concreto, e o receio americano de não as alcançar, Washington optou por alterar a sua política nas Nações Unidas, no que respeitava às possessões ultramarinas lusas.

Na realidade, entre os dias 11 e 18 de Dezembro de 1962, verificaram-se uma série de resoluções, que tinham como objectivo a condenação da política africana prosseguida por Lisboa; E, a delegação norte-americana, recebeu instruções no sentido de votar contra aquelas.

A última, a 18, reprovava “ «o extermínio em massa da população autóctone de Angola e outras medidas severas de repressão que as autoridades coloniais portuguesas tomam actualmente contra o povo de Angola» ”.

---

<sup>109</sup> Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, Op. Cit., p. 443.

O representante dos Estados Unidos, Jonathan Bingham, justificando a discordância do seu país, referiu que Washington “ «apoia todos os movimentos que levem à independência, mas que votará contra a moção por não concordar com os parágrafos relativos às sanções contra Portugal e ao embargo no fornecimento de armas» ”<sup>110</sup>.

Os EUA foram acompanhados, na sua votação, pela maioria dos países da NATO, o Reino Unido, a França, a Austrália, a Nova Zelândia e a África do Sul.

Reproduzindo as palavras de Franco Nogueira, existe “sensação nos corredores da Assembleia: produz-se uma viragem na atmosfera que cerca a posição portuguesa: os grandes aliados de Portugal estão ao lado de Portugal”<sup>111</sup>.

A alteração da posição norte-americana em relação ao tema em apreço, não foi apenas sentida na ONU e aplaudida por Portugal.

Ela teve, igualmente, impacto junto dos opositores aos interesses lusos, em África, como se pode detectar nas linhas escritas por Holden Roberto ao Presidente Kennedy, e transcritas, posteriormente, no essencial, pelo antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros português.

Em carta datada de 19 de Dezembro de 1962, o dirigente africano manifestava o seu desapontamento perante Kennedy, conforme se pode verificar nas seguintes palavras: “ «Eu fiquei extremamente desapontado com a posição dos Estados Unidos que votaram, com Portugal e a África do Sul, contra a esmagadora maioria dos Estados do mundo» ”. E, após referir, no seu entender, a desilusão provocada em Angola e no resto do continente, e recordando o “ «calor do nosso primeiro encontro» ”, prosseguia no mesmo tom: “ «Já então [enquanto Senador] V. tinha adoptado uma posição corajosa quanto à Argélia, e exprimia a sua preocupação com a felicidade do povo de Angola. A minha viva recordação das ideias que V. expôs tornaram possível que eu transmitisse ao

---

<sup>110</sup> Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: A Crise De Uma Aliança*, Op. Cit., p. 217.

<sup>111</sup> Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, Op. Cit., p. 448.

meu povo, no seu infortúnio, a calorosa demonstração do seu apoio e compreensão. Mas agora a situação foi invertida. No ano passado, os Estados Unidos assumiram uma posição que constituía uma indicação do propósito de apoiar a moral e a justiça, mesmo com risco de severas críticas de alguns elementos internos, e não obstante aumentar as dificuldades de um aliado da NATO» ”.

Seguidamente censurava, a Administração americana, por nem sequer ponderar “ «simples necessidades humanitárias dos nossos refugiados e estudantes» ”, e de ter comunicado às autoridades portuguesas, “ «garantias oficiais» ”, de que havia cessado o apoio norte-americano aos nacionalistas angolanos<sup>112</sup>.

A importância desta missiva reside no facto de ela confirmar, a partir de fontes oposicionistas angolanas, a percepção, generalizada, de que a orientação emanada da “Casa Branca”, face à política ultramarina lusa, tinha sofrido uma modificação.

Simultaneamente é produzida uma síntese, proveniente do lado adversário de Portugal, que resume as várias facetas assumidas pela Administração Kennedy em relação às directrizes africanas procedentes de Lisboa; E que, “grosso modo”, coincide com a percepção portuguesa, embora a partir do ângulo contrário.

Na verdade, as votações nas Nações Unidas e uma abordagem menos distante dos interesses portugueses, em África, proporcionaram aos Estados Unidos uma maior predisposição, pela parte lusa, para que se saísse do impasse gerado, em torno das Lajes, e prosseguissem as negociações sobre os Açores de acordo com uma atitude mais construtiva.

Nos restantes dias de Dezembro de 1962, as relações luso-americanas prosperaram e alcançou-se um “modus vivendi” aceitável para ambas as partes.

---

<sup>112</sup> Cfr., Idem, pp. 448-449.

A abordagem lusa apontou no sentido de não se estabelecer qualquer acordo formal que envolvesse a presença dos EUA na base das Lajes, sendo, tacitamente, permitida essa permanência, embora sujeita a revogação em qualquer momento.

Por outras palavras, não existia, de momento, qualquer convenção formal sobre a presença das Forças Armadas americanas nos Açores, a continuidade das mesmas estava assegurada enquanto decorressem negociações sobre o assunto, e Portugal reservava para si o direito de encerrar as conversações, logo que pressentisse uma inflexão na política de Washington, contrária à perspectiva africana de Lisboa.

Era, claramente, uma orientação que pretendia ter alguma influência sobre o rumo a adoptar pelos dirigentes norte-americanos, condicionando-o através de uma utilização precária e sujeita a revisão, a qualquer momento, das instalações militares açorianas.

Ao longo de 1963, a questão dos Açores perdeu, gradualmente, um lugar de destaque ao nível do relacionamento entre os dois países, cuja tendência se manteve após o assassinato de Kennedy no final desse ano<sup>113</sup>, o que precipitou o surgimento de uma nova presidência, protagonizada por Lyndon Johnson.

Este teve de lidar com o envolvimento progressivo dos EUA no Vietname, problema que herdou do seu antecessor, e rapidamente ganhou uma dimensão preocupante. O alastramento deste conflito nos anos posteriores absorveu a atenção da “Casa Branca” e dos recursos militares americanos.

Tal como a crise dos mísseis de Cuba de Outubro de 1962, a guerra na Indochina recentrou a atenção dos principais decisores mundiais nessa zona do globo e na questão fulcral implícita, isto é, o facto de se estar perante um mundo bipolar, cobiçado pelas duas superpotências, e que colocava em confronto dois projectos político-ideológicos opostos: o capitalismo e o comunismo.

---

<sup>113</sup> John Fitzgerald Kennedy tomou posse do cargo de presidente dos EUA, no dia 20 de Janeiro de 1961, e foi assassinado na cidade de Dallas, em 22 de Novembro de 1963. Cfr. Martin Gilbert, *História do Século XX*, 2010, pp. 394, 408.

Assim, a tensão entre Lisboa e Washington esbateu-se, o que se deveu, em grande parte, ao reconhecimento do valor estratégico do Açores num ambiente de “Guerra Fria”.

Por outro lado, e retrocedendo aos meses mais críticos da Administração Kennedy no tocante às relações luso-americanas, depreendeu-se que Portugal não se encontrava internacionalmente isolado, embora fosse patente as dificuldades que sentia junto de muitos Estados, nomeadamente o bloco afro-asiático e certos países do norte da Europa. Na realidade, a República Federal da Alemanha, a França e a Grã-Bretanha mantiveram-se de uma forma mais ou menos explícita, consoante os casos, solidários com as autoridades portuguesas. Isso manifestou-se no apoio político-diplomático e em remessas de capitais e armamento provenientes dessas Nações.

Esta ajuda era particularmente visível nas duas primeiras entidades e menos evidente no que respeitava ao Reino Unido. Este rodeava-se de maiores cautelas para estar em sintonia com o discurso de MacMillan dos “ventos de mudança” (1960) e com a real intenção de continuar a acção descolonizadora, iniciada na Índia e na Palestina, e prosseguida, em África.

Contudo, a prudência britânica revelou-se, igualmente, no sentido de não acelerar em demasia os “ventos de mudança” e, até, de suavizar a orientação de Kennedy para com as possessões africanas lusas.

Na narrativa de Franco Nogueira, ao caracterizar as relações luso-britânicas, nesta época, redigiu, que prevaleceu “os limites da velha prudência saxónica, do pragmatismo britânico, dos interesses ocidentais a longo prazo, dos interesses britânicos em Portugal, e até das obrigações emergentes da aliança anglo-lusa”<sup>114</sup>.

Aliás, o antigo detentor da pasta dos Negócios Estrangeiros esclareceu, que perante as dificuldades impostas, pelos americanos, à política africana portuguesa, Salazar

---

<sup>114</sup> Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, Op. Cit., p. 303.

compreendeu “a necessidade e a vantagem do recurso a outros métodos”, aceitando “um novo estilo de diplomacia”<sup>115</sup>.

Assim, no “Palácio das Necessidades”, foi “imaginada uma nova orientação e planeada uma nova estratégia: ampliar e aprofundar as relações com alguns outros países; aproveitar as linhas de fractura e as divergências existentes entre as nações que contam, de modo a que o apoio obtido junto de umas funcione como emulação junto de outras que sejam suas rivais; evitar a todo o custo que as potências detentoras do poder real no mundo e que sejam centros de decisão militar e económica se coliguem contra Portugal, de modo a infligir a este prejuízos sérios o bastante para impor mudança de política”; cultivar a inimizade entre os blocos rivais, para que estes se impedissem, mutuamente, de alcançar uma posição vantajosa, na África lusa, cujo efeito final pudesse vir a favorecer uma das partes; e, finalmente, perfilhar o “modus operandi” do adversário, submetendo-o a ele, e atacando-o no seu próprio campo<sup>116</sup>.

Ora, a nova orientação, destacou-se, entre outros aspectos, por uma aproximação à Europa. O estreitamento de relações visou a França e a República Federal da Alemanha, bem como conheceu uma dimensão regional e multilateral, com a adesão de Portugal à Associação Europeia de Comércio Livre (AECL)<sup>117</sup> e à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em 1960<sup>118</sup>.

Mas, apesar da conduta inovadora acima mencionada, era a situação no continente negro que mais preocupava as autoridades portuguesas.

---

<sup>115</sup> Idem, p. 302.

<sup>116</sup> Ibidem, pp. 301-302.

<sup>117</sup> Em língua inglesa, a organização em causa é designada por European Free Trade Association (EFTA).

<sup>118</sup> Cfr. Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: A Crise De Uma Aliança*, Op. Cit., pp. 220-221; Num sentido semelhante, António Telo escreveu o seguinte: “Na realidade Portugal, antes do começo da mais significativa e longa guerra, que já teve em África, perde o apoio dos aliados tradicionais – a Inglaterra e os EUA – e é obrigado a aceitar soluções de compromisso, em piores condições. Dá-se uma inversão de alianças real e efectiva, com implicações militares imediatas, mas, sobretudo, com implicações políticas a mais longo prazo. (...) O país procura um apoio material e político junto de outros países, principalmente a França e a RFA”. António José Telo, “As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal” in *Revista de História das Ideias*, Vol. 16, 1994, pp. 367-368.

Daí, o empenho em estas arquitectarem, progressivamente, uma política específica e vocacionada para a África Austral com o objectivo de, aí, defenderem as possessões ultramarinas.

Isto envolveu, desde logo, a colaboração com a África do Sul e a Rodésia do Sul. Mais tarde, com o começo da guerra em Moçambique, em 1964, a dissolução da Federação das Rodésias e Niassalândia, e a Declaração Unilateral de Independência da Rodésia do Sul face ao Reino Unido, em Novembro do ano seguinte, o Malawi tornou-se, cada vez mais, um aliado apetecível.

Se a Europa servia os desígnios de Portugal, no sentido do país poder dar um sinal de algum grau de emancipação face à maior potência do Ocidente e de distanciamento perante o tradicional vínculo marítimo, rompia, igualmente, com o espectro do isolamento internacional, rodeava-se de democracias consolidadas, e atraía apoios inquestionáveis para a sua causa, em África, como eram os casos da França e da RFA<sup>119</sup>.

A definição e a implementação de uma estratégia para a África Meridional, ultrapassando os limites das contingências militares, e concebida de acordo com uma abordagem política, diplomática e bélica, abrangendo uma dimensão regional, proporcionava, também, a Portugal, uma maior autonomia em relação aos EUA.

A intransigência portuguesa em assumir um período concreto para a permanência de forças americanas nos Açores, contribuiu, tal como os outros factores atrás elencados, para suavizar o posicionamento norte-americano, face às directrizes ultramarinas emanadas de Lisboa.

---

<sup>119</sup> A aproximação de Portugal à França e à RFA e o facto de poder contar com estes importantes apoios no auge da crise luso-americana, levou Luís Nuno Rodrigues a concluir o seguinte: “Pode, pois, dizer-se que um dos factores que acabaram por motivar a mudança significativa da política americana em relação a Portugal, nos anos de 1962 e 1963, foi a falta de apoio encontrado pelos Americanos na restante comunidade internacional (sobretudo ao nível da Europa Ocidental) para a sua política de confronto com Portugal. É a própria documentação americana (...), que nos deixa antever como (...) foram os Americanos que acabaram por se encontrar «orgulhosamente sós»”. Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: A Crise De Uma Aliança*, Op. Cit., pp. 220.

Neste braço-de-ferro luso-americano é, ainda, importante, tomar em consideração, o debate ocorrido no seio da Administração Kennedy entre os que valorizavam, acima de tudo, o princípio da autodeterminação dos povos e a adoção de medidas conducentes à futura descolonização de Angola e das restantes possessões lusas; E, aqueles, que pelo contrário, enalteciam a posição estratégica da base das Lajes, considerando-a o aspecto essencial ao nível das relações bilaterais e, por isso, o elemento a privilegiar.

Nesta querela, que dividiu os decisores norte-americanos de acordo com as coordenadas acima descritas, verificou-se, ao longo de 1962, a primazia das teses favoráveis à importância dos Açores, no âmbito do relacionamento bilateral.

Os partidários do interesse geoestratégico do arquipélago açoriano e, conseqüentemente, da contemporização com as teses africanas portuguesas venciam as resistências dos que defendiam o ímpeto nacionalista africano, nomeadamente angolano, como forma, de no futuro, perpetuar a influência de Washington no continente negro.

Contudo, o triunfo dos argumentos mais sintonizados com os de Lisboa não tranquilizou, em absoluto, as autoridades portuguesas. Estas pretendiam obter garantias, a médio prazo, de que não se iria assistir a qualquer mudança nas intenções da “Casa Branca”; Por conseguinte, continuaram a apostar no valor das Lajes para conseguirem a adesão ou, pelo menos, a neutralidade, americana, face ao ideário ultramarino luso, quando se tratasse de assumir posições públicas, sobretudo, no âmbito das Nações Unidas.

Daí, a ideia de Lisboa de incutir alguma ansiedade em redor deste processo, baseada na premissa da precariedade da utilização da base das Lajes pelas tropas dos EUA. Isto originou a inexistência de um tratado formal, acerca desse uso, no final de 1962, situação que se prolongou até 1971. Neste ano, finalmente, Richard Nixon e Marcello

Caetano, concordaram com a celebração de uma nova convenção, que regulasse o interesse de ambas as partes na matéria em apreço<sup>120</sup>.

Conforme foi anteriormente referido, em 1964, a guerra já abrangia Angola, a Guiné e Moçambique. Tinha, entretanto, também, ocorrido a dissolução da Federação das Rodésias e Niassalândia, cujo impacto, político e militar, depressa se fez sentir no futuro da África Austral; Nomeadamente com reflexos para Portugal<sup>121</sup> e, em menor escala, face à África do Sul, que tiveram de se adaptar à nova conjuntura geopolítica regional.

As duas Rodésias (norte e sul) deram origem, respectivamente, à Zâmbia e à Rodésia do Sul. Pelo seu lado, a Niassalândia adoptou a designação de Malawi, enquanto Estado independente.

Acresce que a Rodésia do Sul afastou-se, gradualmente, da Grã-Bretanha, devido a querer preservar, no poder, um regime de minoria branca e, ao contrário, das intenções da potência colonizadora.

Este conflito de interesses motivou a Declaração Unilateral de Independência<sup>122</sup>, por parte da Rodésia do Sul, visando a desvinculação face a Londres, em 11 de Novembro de 1965.

Ora, esta circunstância regional, onde sobressaía, cada vez mais, um eixo branco, resistente, aos novos poderes negros, conduziu a que certos países, mais colaboradores com os regimes brancos africanos, adoptassem estratégias pautadas por uma maior discrição e prudência.

---

<sup>120</sup> Cfr. Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: A Crise De Uma Aliança*, Op. Cit., pp. 218-219. No mesmo sentido Cfr. José Freire Antunes, *Os Americanos e Portugal (1969-1974). Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992, pp. 164-165.

<sup>121</sup> Lisboa sentiu mais a evolução descrita, na medida em que já travava uma guerra em três frentes. Exceptuando o caso da Guiné, tanto Angola como Moçambique possuíam fronteiras, consoante a delimitação dos espaços em concreto, com os novos territórios.

<sup>122</sup> Na versão inglesa, a mais utilizada, Unilateral Declaration of Independence (UDI).

As cautelas em apreço justificavam-se de uma forma acrescida, na medida em que o Reino Unido, uma potência europeia ocidental, estava perante um diferendo com a Rodésia, agora, em progressivo estado de rebeldia.

Daí, o aparecimento de informações, que pressupunham, por parte da França, a existência de reservas no apoio militar a fornecer, de futuro, ao eixo branco, nomeadamente, à Rodésia.

É, precisamente, esse, o conteúdo da missiva oriunda do MNE, datada de 13 de Dezembro de 1965, e dirigida ao Embaixador de Portugal em Paris, Dr. Marcello Mathias.

Nela, referia-se um artigo da revista “Newsweek”, onde se dizia que o “Governo francês modificou a sua atitude no que respeita à venda de armas francesas aos governos “brancos” de África”.

No sentido de comprovar a notícia, afirmava-se que Paris recusou as licenças de exportação para o envio de dezoito helicópteros à Rodésia. Acrescentava-se que os mesmos eram, anteriormente, vendidos sem quaisquer restrições à Rodésia, África do Sul e Portugal “ «for use in its African colonies» ”<sup>123</sup>.

No mesmo âmbito, e dotado de um teor semelhante, surgiu o relato, datado de 31 de Agosto de 1967, de uma conversa entre o funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Teixeira da Motta, e um membro da Missão da Rodésia, em Lisboa.

Este, Sr. Mussell, um oficial da Força Aérea rodesiana, referiu ao primeiro, a informação transmitida pelo coronel Pierre Focard (um oficial francês bem relacionado, eventualmente ligado aos serviços de informações do país), de que as autoridades rodesianas só conseguiriam adquirir armas através de Portugal ou da África do Sul.

---

<sup>123</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pelo MNE ao Embaixador de Portugal, em Paris, no dia 13 de Dezembro de 1965.*

Contudo, mesmo estes dois últimos Estados estariam, em breve, impedidos de obter equipamento militar gaulês, nomeadamente foguetões e bombas de morteiro, muito utilizados na contrainsurreição.

Seria uma decisão muito recente do governo francês e que indicava uma “mudança de atitude da parte de um país que não tem posto, até agora, quaisquer dificuldades à venda de armas em direcção à África Austral”<sup>124</sup>.

Do mesmo modo, em meados dos anos 60, as relações luso-americanas eram caracterizadas pela ambiguidade, que já não possuía o peso de outrora, embora ela fosse perceptível, no cuidado com que as autoridades americanas rodeavam as declarações públicas, contrastando, com aquilo que diziam, em privado, aos funcionários portugueses e a respectiva prática.

O próximo conjunto de documentos, envolvendo interlocutores norte-americanos, retrata, bem, a ambivalência sugerida.

De facto, num documento datado de 17 de Junho de 1965, a propósito de negociações para a compra de Portugal aos EUA de motores de aviões a jacto, referiu-se o facto do Departamento de Estado norte-americano ter solicitado “«o número e identificação dos aviões F-84 G» a que se destinariam os referidos motores”, bem como a garantia de que as aeronaves em causa seriam utilizadas apenas na “área da Defesa NATO como definida no artigo 6 do Tratado do Atlântico Norte”.

O diplomata português não deixou de notar a estranheza das exigências dirigidas a Portugal, quando se assistia a “sucessivos desembarques de material de guerra de

---

<sup>124</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Relato de Conversa, com o timbre do MNE, entre o diplomata português, Teixeira da Motta e o membro da Missão da Rodésia, em Lisboa, Sr. Mussell, datado de 31 de Agosto de 1967.*

origem comunista no Continente africano e, especialmente, em países vizinhos dos territórios portugueses”<sup>125</sup>.

Na sequência do documento anterior, confirmou-se, num outro, datado de 28 de Outubro de 1965, o destino a dar aos motores a jacto comprados a uma empresa americana, bem como o âmbito de acção dos respectivos aviões.

De facto, o conteúdo em causa constou, de uma cópia enviada pela Embaixada de Portugal em Washington, da Nota dirigida por esta, em 26 de Outubro de 1965, ao Departamento de Estado norte-americano, relativamente à compra de dezoito motores à empresa Haverford Machine Company, Inc.

A aquisição mencionada destinava-se a equipar aviões F-84 G, “estacionados na Base Aérea nº2 da OTA, em Portugal continental”<sup>126</sup>. O documento identificava as seis aeronaves estacionadas no espaço português europeu, e esclarecia que iriam ser utilizadas apenas na área de defesa da NATO, conforme o estipulado no art.º 6º do Tratado do Atlântico Norte<sup>127</sup>.

Numa outra situação, pretendia-se esclarecer a legalidade da compra de aparelhos do modelo B-26, que colocava, novamente, Portugal e os EUA, nas posições de comprador e vendedor, respectivamente.

Neste caso, também em 1965, verificou-se uma diligência feita pelo Embaixador dos EUA, em Lisboa, junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros luso, onde se abordou “um alegado caso de contrabando de aviões B-26 para Portugal”. O governo norte-americano pretendia a devolução dos aparelhos, e comunicou que os responsáveis das firmas envolvidas iriam ser julgados nos tribunais do país. Após averiguações, o

---

<sup>125</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 17 de Junho de 1965.*

<sup>126</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 28 de Outubro de 1965.*

<sup>127</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Nota dirigida pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Departamento de Estado norte-americano, em 26 de Outubro de 1965.*

executivo português concluiu que celebrou um contrato com uma firma suíça para a aquisição de vinte aeronaves B-26. Destas, foram recebidas e pagas sete. Lisboa considerou a “operação perfeitamente lícita”<sup>128</sup>.

Contudo, a questão não ficou resolvida.

Em Fevereiro de 1966, numa conversa havida entre o capitão-de-fragata, Vicente Almeida d’Eça, e o Embaixador dos Estados Unidos, em Lisboa, Anderson, este abordou a questão dos B-26, e informou que o julgamento dos indivíduos implicados iria começar em breve.

Possuía informações fidedignas de que os advogados de defesa dispunham de elementos comprometedores para funcionários portugueses. Eles apontavam para a montagem de uma operação, com a finalidade de obter a saída de material de guerra dos EUA, de forma ilegal. Alertou para a possibilidade de os causídicos utilizarem essa informação contra Portugal, “promovendo uma campanha destinada a desprestigiar o Governo [português] aos olhos da opinião pública americana”. Consequentemente seria aconselhável que as autoridades portuguesas se precavessem face a essa eventualidade.

Sugeriu, então, que fosse emitida uma declaração de que Lisboa desconhecia “qualquer atitude menos própria por parte de funcionários seus”, mas que se tal comportamento viesse a ser provado, os culpados não deixariam de ser punidos. Acrescentou que, na sua opinião, a transacção em causa não sofreria qualquer retrocesso. Assim, e em conformidade, seria oportuno que o governo português manifestasse a intenção de utilizar os B-26, apenas em Portugal continental.

O representante dos EUA não escondeu que conhecia o último destino dos aviões, e aduziu que a respectiva utilização militar, em África, só seria exequível através de “um

---

<sup>128</sup> A firma suíça era a “Luber S.A.”, que concluiu o negócio com Portugal através da intermediação das companhias americanas “Aero Associates” e “Hamilton Aircraft Company”. Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pelo MNE ao Serviço do Pacto do Atlântico, em 15 de Novembro de 1965.*

apoio logístico adequado”. Isto significava a obtenção de peças “sobressalentes e munições”<sup>129</sup>.

É de salientar a importância da conversa atrás referida porque é, mais uma vez, um testemunho da disparidade entre o conteúdo do discurso público oficial norte-americano, e o que era combinado, secretamente, com as autoridades portuguesas, com expressão concreta na guerra de África<sup>130</sup>.

Em Julho de 1967, ocorreu uma conversa entre o Embaixador português, em Washington, e um alto funcionário do Departamento de Estado, Sr. Stossel. Este referiu que o Secretário de Estado o tinha encarregado de abordar, novamente, a questão dos sete aparelhos B-26, entregues a Portugal, em 1965. O governo dos EUA “continuava a ver [a] questão com [a] maior preocupação”, e mantinha a posição de pedir o regresso dos aviões ao país.

Contudo, uma vez que isso não havia sido conseguido até ao momento, e apesar de numerosas diligências nesse sentido, gostariam de receber uma garantia formal de que as aeronaves não seriam utilizadas fora do espaço abrangido pela NATO. Se tal não fosse cumprido, isso poderia “afectar desfavoravelmente” o relacionamento bilateral. No entanto, não deixou de sublinhar como aspecto positivo, o facto de os B-26 continuarem em Portugal continental.

---

<sup>129</sup> AHD-MNE,PAA 371, *Apontamento de Conversa com Sua Excelência o Embaixador dos Estados Unidos, Estado-Maior da Armada, 17 de fevereiro de 1966.*

<sup>130</sup> A orientação política norte-americana ia, de facto, no sentido de ocultar, em público, as combinações que mantinha, em segredo, com Portugal. Esta preocupação foi bem sublinhada num artigo publicado na revista “Newsweek”, de 9 de Maio de 1966. Neste revelava-se a detenção do piloto John Hawke pelas autoridades norte-americanas, devido ao seu papel no envio dos aviões B-26 para Portugal, com os respectivos sobressalentes e munições. Uma vez que a operação havia sido descoberta pelos serviços alfandegários americanos, Hawke foi considerado um operacional incómodo e dispensável (alegadamente, a trabalhar para a CIA). Era, absolutamente necessário, a Washington, encobrir a sua ligação à Administração, na medida em que a descoberta do projecto seria prejudicial à imagem apresentada pelos EUA nas Nações Unidas. Bem pelo contrário, poderiam ser conotados com os países que se posicionavam contra a independência dos povos de África. Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Informação enviada pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 5 de Maio de 1966.*

O diplomata português replicou, tal como no passado, que a operação de compra dos aviões a uma empresa suíça fora, inteiramente, lícita.

O representante de Portugal comentou no telegrama, que esta nova pressão por parte das autoridades americanas estava, certamente, associada à polémica instaurada no Congresso, acerca do avultado comércio de armas que tinha envolvido Washington, nos últimos anos. “Foi revelado que cerca [de] um terço [dos] financiamentos [do] «import-export Bank» ” estava ligado ao fornecimento secreto de armas a diversos países, o que havia sido considerado, por muitos congressistas, uma deturpação da finalidade do Banco e um incentivo à corrida armamentista, a nível mundial<sup>131</sup>.

A resposta não tardou a surgir na forma de um telegrama, datado de 17 de Agosto de 1967.

Este provinha do Ministério dos Negócios Estrangeiros e era dirigido à Embaixada de Portugal, em Washington.

Revelava que as Necessidades não viam razões para alterar a posição portuguesa no que se referia à compra dos aviões B-26 a uma empresa suíça, devidamente legalizada. Mais, considerava-se que as questões jurídicas eram do foro interno norte-americano, e deveriam ser tratadas nos respectivos tribunais, sem qualquer envolvimento português.

Os referidos aviões eram, assim, propriedade do governo luso, e tinham sido objecto de uma transacção perfeitamente lícita. Os esclarecimentos a fornecer, verbalmente, a Washington, deveriam seguir esta orientação<sup>132</sup>.

A propósito da posição das Necessidades acerca desta questão, o funcionário do Departamento de Estado norte-americano, Sr. Landau, referiu ao diplomata Ressano Garcia que, embora a compra directa dos aviões B-26 tivessem sido efectuados a uma

---

<sup>131</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 25 de Julho de 1967.*

<sup>132</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, 17 de Agosto de 1967.*

empresa suíça, não se ignorava a origem americana dos aparelhos. Tal operação implicou a violação da lei do país, e que só a garantia das autoridades portuguesas da respectiva utilização na área NATO, “permitiria encerrar [o] caso definitivamente”<sup>133</sup>.

Contudo, informações tornadas públicas no mês anterior, e às quais já se fez uma breve referência, haviam-se avolumado e revelado embaraçosas para o executivo americano. Simultaneamente retiravam alguma credibilidade, a este, nos argumentos utilizados no caso dos F-84 G e dos B-26.

Na realidade, em Julho, surgiram notícias publicadas na comunicação social norte-americana, nomeadamente no jornal “Washington Post”, acerca do debate político em torno do papel do “Export-Import Bank”, na venda de armas ao estrangeiro.

O Banco havia sido criado em 1934, para auxiliar o financiamento às exportações. Porém, desde o início da década de 60, surgiram dados de que a instituição estava a conceder empréstimos para a compra de armamento por parte de certos países da América Latina, Médio Oriente e África. O Pentágono dirigia e servia de fiador a estas transacções, que eram efectuadas sob a designação “Country X Transactions” e, aparentemente, “sem que o Banco tivesse conhecimento dos países a que emprestava”.

Segundo as palavras de um Senador republicano, “o Export-Import Bank tem estado praticamente ligado a todos os conflitos armados dos últimos anos. Tornou-se uma ameaça não só à paz mundial como à boa-fé do povo americano”. Uma das críticas mais contundentes, oriundas do Congresso, e dirigidas à Administração Johnson, traduzia-se na hipocrisia de se lamentar a política agressiva da União Soviética, onde sobressaía, a corrida aos armamentos e, simultaneamente, Washington estar na origem da venda de um número crescente de armas para países cada vez mais diversificados<sup>134</sup>.

---

<sup>133</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21 de Agosto de 1967.*

<sup>134</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 26 de Julho de 1967.*

A relevância deste documento deve ser sublinhada, uma vez que faz menção ao financiamento de transacções secretas de armas dirigidas a vários Estados, entre os quais os situados no continente africano, e com reflexos importantes naqueles que hostilizavam Portugal.

Ainda em Julho de 1967, e na sequência da polémica em torno da venda ou cedência de material bélico norte-americano a outros países, o tema voltou a ser objecto de um diálogo luso-americano entre diplomatas dos dois Estados.

Em conformidade, numa conversa ocorrida entre o funcionário do MNE, Marçal de Almeida, e o Conselheiro da Embaixada dos EUA, em Lisboa, Wellman, o diplomata norte-americano veio justificar as razões, que orientaram o Departamento de Estado na cedência de aviões de transporte C-130 ao governo congolês.

A explicação baseou-se, sobretudo, em três critérios: 1) Era um bom presságio, o facto de Mobutu, embora considerado um extremista, ter solicitado o apoio dos EUA e de “um país africano moderado como a Etiópia”, quando “confrontado com uma nova crise no Katanga”; 2) Caso Washington tivesse recusado o pedido de Mobutu, o mais provável seria o recurso ao auxílio soviético; 3) A intervenção norte-americana, favorável ao governo central de Kinshasa, pautava-se “pelo desejo de assegurar a integridade territorial do Congo”. Por outro lado, tentava-se evitar que a situação evoluísse para um conflito de carácter racial, marcado pela “luta entre mercenários brancos e a população negra”;

Finalmente, Wellman acrescentou ainda que os aviões cedidos destinavam-se a transporte e não a operações com características militares; e, inclusivamente afirmou, que uma das aeronaves em causa embarcou refugiados brancos, oriundos de Kisangani, “entre os quais se contavam alguns portugueses”<sup>135</sup>.

---

<sup>135</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Apontamento da conversa ocorrida entre o funcionário do MNE, Marçal de Almeida, e o Conselheiro da Embaixada dos EUA, em Lisboa, Wellman, 27 de Julho de 1967.*

Este esclarecimento de Wellman é elucidativo, porque é um testemunho, irrefutável, da concessão por parte de Washington, de material susceptível de ser utilizado em missões militares.

No caso concreto, a situação era particularmente delicada, na medida em que se tratava do apoio a um país, o Congo, cujo território convergia com o norte de Angola, e ambos situados no epicentro de uma convulsão na África Meridional.

Numa outra conversa ocorrida no mês de Setembro, entre o diplomata português, Calvet de Magalhães, e o adido comercial da Embaixada dos Estados Unidos, em Portugal, Jelinek, o representante norte-americano afirmou que as autoridades do seu país não colocariam quaisquer dificuldades ao “fornecimento de sobressalentes para os camiões Dodge que eventualmente possam vir a ser fornecidos pela firma Chrysler ao Exército Português”.

A declaração em causa visava esclarecer rumores acerca da possibilidade de Washington colocar dificuldades à venda de peças para os veículos mencionados, após a respectiva venda<sup>136</sup>.

É de salientar a posição norte-americana evidenciada no referido diálogo, na medida em que demonstra a duplicidade da estratégia de Washington, com possíveis repercussões no continente africano, e onde se salvaguarda os interesses comerciais dos EUA.

O Canadá foi, igualmente, cauteloso, quanto a transacções de equipamento militar que envolvessem Portugal, tal como testemunham as conversações que se seguem.

Num encontro ocorrido entre o Embaixador português, em Ottawa, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Sr. Martin, em Julho de 1967, abordou-se o tema da compra de peças sobressalentes “Pratt and Whitney”.

---

<sup>136</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Apontamento: Concurso Para A Aquisição De Camiões Para O Exército Português, 20 de Setembro de 1967.*

O diplomata lembrou que as peças em causa seriam apenas introduzidas em aviões utilizados na área abrangida pelo Tratado do Atlântico Norte. Pelo seu lado, Martin, fez referência a resoluções das Nações Unidas, que condicionavam a venda de material bélico a Portugal, mas que conseguira, “com grande dificuldade”, a autorização para a venda das referidas peças.

O Embaixador agradeceu e retorquiu que as restrições votadas na ONU não se aplicavam a Portugal continental. Seguidamente, o representante diplomático português mencionou outros dois assuntos: a “venda de sobressalentes para radar e de peças para tanques anfíbios”.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros canadiano prometeu o reexame dessa questão, difícil, uma vez que já tinha sido, anteriormente, rejeitada. O Embaixador adiantou que, à semelhança das aeronaves, não se destinavam a equipamento estacionado no Ultramar.

No momento seguinte, foi abordada a importância da presença portuguesa em África, pautada pelas seguintes características: “convivência assimiladora, ausência [de] discriminação racial e [existência de] miscigenação”; Portugal, embora pluricontinental, era uno.

A presença portuguesa em África contribuía para a paz e o interesse ocidental. O país conservava territórios ultramarinos devido à adesão maioritária da população local, e não existiam ameaças internas. Estas provinham do exterior, “como era o caso da Tanzânia”.

O Ministro questionou se o treino militar fornecido pelo Canadá estaria a beneficiar ataques no norte de Moçambique, ao que lhe foi respondido afirmativamente. O governante afirmou que “não era essa a intenção do Canadá e que iria abordar o assunto” com as autoridades tanzanianas.

Acrescentou que o governo sofria “muitas pressões”, nomeadamente por parte do “alto clero protestante”, e se o diplomata português estaria disponível para os receber. Este aceitou a sugestão, embora ressalvasse o facto de os missionários protestantes manifestarem uma “flagrante parcialidade na África portuguesa”<sup>137</sup>.

Ainda, em Julho de 1967, foi confirmada a autorização de venda a Portugal de sobressalentes para os motores de avião Pratt and Whitney, e recusada a venda de peças para radar, extensiva aos tanques anfíbios. Estavam, igualmente, excluídas “qualquer espécie de equipamento, armas, peças, ou munições”, no futuro. Isto, porque o seu destino final carecia de controlo.

O Canadá possuía um papel moderador na “Commonwealth”, que convinha preservar e, também, nos poderia ser útil. O Embaixador português ficou com a ideia de que teria havido um compromisso do Canadá com os “novos países africanos da Commonwealth”, no sentido de “não nos fornecer, em nenhuma condições, armas ou equipamento militar”.

Entretanto, após conversações bilaterais, a Tanzânia havia assegurado às autoridades canadianas, que o treino recebido não servia intenções belicistas dirigidas ao norte de Moçambique.

Houve, ainda, lugar à exposição ao representante canadiano, do melindre que representava o fornecimento de contingentes militares para as forças da ONU. A resposta assegurou ao diplomata português, que iria existir, por parte do Canadá, “menos entusiasmo e maior ponderação no futuro”, nessa matéria<sup>138</sup>.

Os argumentos do executivo português foram, efectivamente, ponderados pelas autoridades canadianas e estas prestaram-se a rever a situação.

---

<sup>137</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Ottawa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 18 de Julho de 1967.*

<sup>138</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Aerograma enviado pela Embaixada de Portugal, em Ottawa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 31 de Julho de 1967.*

Assim, em Dezembro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros canadiano enviava uma nota à Embaixada portuguesa, em Ottawa, informando “que depois [de] cuidadosa revisão [de] todas [as] circunstâncias relativas [à] especial exportação [de] sobressalentes para tanques anfíbios e para equipamento radar, [o] Governo estaria preparado [para] reconsiderar [a] sua anterior decisão referente [a] estes dois casos”<sup>139</sup>.

Entretanto, Portugal, para além de necessitar de armamento, também procurava o seu lugar no mercado internacional do comércio de armas com o intuito de obter receitas e, eventualmente conseguir, a partir do negócio de equipamento bélico, condicionar a política de certos Estados em relação a África.

Atendendo ao contexto mencionado, compreende-se que o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) tenha solicitado, em Março de 1967, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, um parecer sobre a exportação de granadas de mão para a Líbia<sup>140</sup>.

Na sequência da solicitação anterior, o Ministério emitiu o seu juízo, indicando ao SGDN, que não tinha qualquer “objecção de natureza política” ao envio das mencionadas granadas de mão, à Líbia<sup>141</sup>.

Em Maio de 1967, um novo parecer é solicitado ao MNE por parte do SGDN. Este referia-se à possibilidade da empresa austríaca “COPYFA” adquirir a Portugal três milhões de cartuchos de calibre 7,62 mm, cujo destino seria o Gana e os Camarões.

Adiantando-se à posição a ser tomada pelas “Necessidades”, a instituição militar inquiridora, manifestou-se, desfavoravelmente, face ao negócio em causa, uma vez que tal armamento podia ser reexportado e utilizado por movimentos hostis, “que actuam nas Províncias Ultramarinas Portuguesas”<sup>142</sup>.

---

<sup>139</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Ottawa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 11 de Dezembro de 1967.*

<sup>140</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Ofício dirigido pelo Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), 6 de Março de 1967.*

<sup>141</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Ofício dirigido pelo MNE ao SGDN, 29 de Março de 1967.*

<sup>142</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Ofício dirigido pelo Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), 30 de Maio de 1967.*

Uma vez mais, o MNE concordou com a opinião exprimida pelo SGDN<sup>143</sup>.

Julgamos que é interessante assinalar o facto de existir a concordância político-diplomática, no sentido de se efectuar uma transacção mercantil, envolvendo material militar, entre Lisboa e Trípoli, e, quase em simultâneo, desaprovar-se um negócio com características semelhantes, mas tendo como destinatários, desta vez, o Gana e os Camarões.

No mês de Outubro, o governo português prosseguiu a sua política de tentar ganhar dividendos políticos e/ou pecuniários através do acompanhamento das estratégias armamentistas, ao nível internacional.

Nuns casos, como já foi demonstrado, as iniciativas centravam-se na venda de material bélico; Noutros, os expedientes, podiam corresponder à função de interposto comercial ou à facilitação da passagem de tais artigos por território português.

Ora, no Outono de 1967, Portugal prestava-se a permitir que a RFA colocasse material, presumivelmente de guerra, através de trânsito por território português, cujo destino era Marrocos. Como contrapartida, Rabat, adoptaria uma posição mais favorável, na ONU, em relação à política africana portuguesa.

Este reparo surgiu na sequência do discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros marroquino, no debate ocorrido na Assembleia das Nações Unidas, em 10 de Outubro de 1967. O governante afirmou que a instituição internacional devia intervir com “ «energia e eficácia» ”, no sentido de colocar um fim na opressão colonial existente em Angola, Moçambique e Guiné.

O diplomata português comentou, que se compreendia a dificuldade das autoridades marroquinas apoiarem ou entenderem a posição portuguesa. No entanto e, à semelhança de outros países afro-asiáticos, e até socialistas, esperava-se que Rabat se abstinhasse de ataques a Lisboa, naquele fórum.

---

<sup>143</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Ofício dirigido pelo MNE ao SGDN, 20 de Junho de 1967.*

Como demonstração da boa vontade portuguesa em manter um relacionamento frutuoso com Marrocos, sugeria-se que, em simultâneo, se sondasse este governo, no interesse de adquirir algum material bélico fabricado em Portugal<sup>144</sup>.

Entretanto, o xadrez a africano ia evoluindo e o isolamento dos territórios com minorias brancas no poder era relativo. As oportunidades de comércio eram aproveitadas e o pragmatismo económico de alguns países sobrepunha-se, por vezes, às razões de ordem política.

Segundo um artigo escrito numa publicação norte-americana, a França tinha rompido com uma suposta atitude de recuo face ao negócio de armas com a “África branca”, divulgada em 1965, e seria, agora, em 1968, a principal fonte de abastecimento do eixo branco, no que respeitava a material bélico.

Quanto aos EUA e ao Reino Unido, apesar de, aparentemente, não serem fornecedores de armas à África do Sul, eram indicados como os seus principais parceiros comerciais e investidores de relevo neste país.

De facto, na sua edição de 27 de Março de 1968, o jornal “New York Times” publicava uma notícia intitulada “France Increases South Africa Ties. Portuguese also get arms – investment up sharply”.

O artigo pretendia demonstrar que a França era, no momento, o maior fornecedor de armas à “África branca”, embora procurasse manter, em simultâneo, boas relações com os países africanos. Existiam indícios do fornecimento de petróleo à Rodésia (embora, negado pelo Eliseu), assim como armamento destinado à África do Sul, cujo lote incluiria aviões Mirage, helicópteros Alouette, tanques AMX, veículos de combate Panhard, e submarinos da classe “Daphne”.

---

<sup>144</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Rabat, 30 de Outubro de 1967.*

Isto, em claro desafio, ao embargo de armas declarado pelas Nações Unidas a Pretória, e proposto devido à recusa da África do Sul em ceder o controlo do Sudoeste Africano àquela instituição internacional, alegando que recebeu um Mandato legítimo da Liga das Nações para tal fim.

Simultaneamente era afirmado que a França ocupava o terceiro lugar como parceiro comercial da África do Sul, a seguir à GB e aos EUA. Na última década, as exportações de Paris para Pretória haviam triplicado, excedendo ao nível do investimento, os 100 milhões de dólares.

No que respeitava à venda de armas, a França argumentou perante o Conselho de Segurança da ONU, o facto de o armamento em causa não vir a ser utilizado contra os nativos, e não mostrava qualquer reboço em aproveitar a rejeição inglesa numa transacção bélica no valor de 500 milhões de dólares.

Em relação a Portugal, aquele país, acordou a construção de fragatas e submarinos destinados a Lisboa. A primeira já teria sido entregue, e o contrato envolveria, ainda, a remessa de mais três fragatas e os referidos quatro submarinos. Apesar, dos Estados Unidos e a GB, respeitarem o boicote de armamento destinado à África do Sul, continuavam a ser considerados grandes investidores neste Estado.

As informações em causa eram tidas como provenientes de fontes inglesas<sup>145</sup>.

É de salientar a importância deste artigo, porque aborda o armamento cedido pela França a Portugal e à África do Sul. Por outro lado, explica a razão de tal boicote - a questão do Sudoeste Africano -, e o papel ambíguo dos EUA e da GB.

Em Abril de 1968, também, a empresa inglesa “Shotfire Limited”, manifestou interesse em adquirir à “Fábrica Militar de Braço de Prata”, 25.000 balas de calibre 105mm,

---

<sup>145</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Notícia publicada no jornal “New York Times”, de 27 de Março de 1968;* Também Cfr. *Telegrama enviado pela Missão Permanente de Portugal na ONU ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de Março de 1968.*

destinado ao Exército nigeriano. A fábrica em causa respondeu, que não se encontrava “em condições de satisfazer a encomenda”<sup>146</sup>.

No Verão de 1968, na Zâmbia, a comunicação social local<sup>147</sup> informava, de que do ponto de vista nacional, não era prudente a compra de mísseis britânicos, atendendo à possibilidade dos técnicos deste país ficarem a conhecer o sistema de defesa zambiano. A montagem de tal equipamento revelaria segredos ao nível da segurança nacional, que poderiam ser transmitidos a Pretória e Salisbúria<sup>148</sup>.

Em Junho de 1968, a revista “Rhodesian Project and Finance”, publicava um artigo sob o título “World Scene: New Defence Pacts?”. Segundo este, os movimentos de libertação africanos estariam a ser apoiados activamente na GB, nomeadamente por Sir Humphrey Berkeley, membro do Partido Conservador, e que havia sido conselheiro financeiro do Presidente Nyerere (Tanzânia). O político inglês era próximo de Oliver Tambo (presidente interino do ANC sul-africano) que, numa reunião conjunta, defendeu “o assassinato dos brancos da África Meridional”. Noutra ocasião advogou-se “uma revolução armada no sul de África”.

O mesmo artigo referia que o líder da FRELIMO, Eduardo Mondlane, era pessoa grata em determinados sectores políticos britânicos, e que a apatia de Londres perante a infiltração soviética e chinesa, no continente africano, conduziria a um maior entendimento entre a África do Sul, Portugal e a Rodésia.

No que respeitava aos EUA, desde a morte do Presidente Kennedy que a FRELIMO não contava com os apoios concedidos no passado, nomeadamente, através da “Fundação

---

<sup>146</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Ofício dirigido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal, em Londres, Manuel Barrajota Rocheta, 20 de Junho de 1968.*

<sup>147</sup> A publicação em causa era a revista “Vanguard”, editada pelo movimento “Zambia Youth Service”.

<sup>148</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371); *Ofício dirigido pelo Cônsul português, em Lusaka (Zâmbia), ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 16 de Agosto de 1968.*

Ford”. Esta havia garantido, no tempo daquele Presidente, 70.000£ à organização de Mondlane<sup>149</sup>.

É de salientar, que a atitude de solidariedade por parte dos EUA com aquele movimento, não seria estranho, entre outras razões, pelo facto de o seu líder ser casado com uma senhora norte-americana.

Já, em Janeiro de 1969, o Departamento de Defesa rodesiano, previa um entendimento mais estreito no capítulo da segurança entre a Rodésia, Portugal e a África do Sul, tendo em vista uma escalada da ameaça que se verificava sobre a África Austral. Recomendava-se que, caso se avançasse para ulteriores negociações, estas decorreriam no mais absoluto segredo.

Atendendo ao clima hostil verificado na ONU e na OUA contra os países mencionados e, de certa forma, apoiado pela GB e os EUA através do embargo de armas dirigido contra a África do Sul, deveria ser combinada uma estratégia comum reactiva.

No plano apresentado pela Rodésia era analisada a ameaça colocada por certos países africanos, os movimentos de libertação, a OUA, as Nações Unidas e a GB. Era, ainda, estudada a posição de Estados não hostis, situados em África, e com os quais se deveria manter uma política de boa vizinhança. Finalmente apelava-se, a um maior estreitamento de relações entre os três Estados objecto de tal entendimento<sup>150</sup>.

Em Março de 1969, o Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN), solicitava o parecer político do MNE, acerca da oportunidade de venda por parte da “Sociedade Portuguesa de Explosivos, Lda.” (SPEL), de bombas de 200 kg para aeronaves, à Bélgica. Uma empresa deste país, a “Poudrieres Reunies de Belgique”, serviria de

---

<sup>149</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21 de Novembro de 1968.*

<sup>150</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Contingency Planning for Defence of Southern Africa, Ministry of Defence, Salisbury, 6th January, 1969.*

intermediária na referida transacção, que tinha como destino final a Líbia, Marrocos e a Etiópia<sup>151</sup>.

Em resposta ao referido parecer, as “Necessidades” consideraram que não existia qualquer inconveniente na venda do referido material, tendo como destino final a Líbia e Marrocos. Já o mesmo critério não se devia aplicar à Etiópia<sup>152</sup>.

Em Fevereiro de 1970, a imprensa inglesa fazia referência ao fornecimento de aviões “Mirage”, pela França ao novo governo líbio<sup>153</sup>. Este facto surgiu na sequência do cancelamento por parte de Trípoli de contratos com o Reino Unido respeitantes a material bélico, e à cessação de bases militares a este Estado.

Apesar do desapontamento, correspondente à perda de influência britânica no Médio Oriente, comentava-se nos círculos políticos britânicos, que era melhor ser Paris a substituir-se à GB e não Moscovo.

Existia, igualmente, a ideia de que esta iniciativa inseria-se numa nova estratégia sucessora da política de “ «grandeur» ”, do General De Gaulle. Ela corresponderia a assumir uma posição dominante no Mediterrâneo, em detrimento da “aspiração de desempenhar um papel de grande potência mundial”. Haveria, assim, a vantagem de desvalorizar a presença soviética nessa área.

O projecto tenderia, também, a afectar os interesses britânicos e norte-americanos na zona, e a alargar-se à África Negra, o que seria fonte de crispação por parte do bloco anglo-saxónico. As relações francesas com os Estados árabes teriam melhorado, bastante, nos últimos tempos, nomeadamente, com a Argélia, que havia sido objecto de uma visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros gaulês, Schumann.

---

<sup>151</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Ofício dirigido pelo SGDN ao Ministério dos Negócios Estrangeiros*, 25 de Março de 1969.

<sup>152</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Ofício dirigido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA)*, 8 de Abril de 1969.

<sup>153</sup> O país tornou-se numa República, em 1969, liderado por Kadhafi.

Apesar de o mau estar sentido em Londres e Washington, vários funcionários reconheceram que existia uma ameaça real, russa e chinesa, em África, que poderiam preencher um vazio de poder, se tal não fosse contrariado pelos franceses. A China estava a construir o caminho-de-ferro que ligaria a Tanzânia à Zâmbia, e a Rússia assumia uma influência crescente no Egipto, Argélia e, provavelmente, Nigéria. Simultaneamente, perspectivava-se um aumento da importância, para o Ocidente, do petróleo oriundo da Líbia, durante os próximos cinco a sete anos<sup>154</sup>.

Em Janeiro de 1971, surgiram notícias na comunicação social da África do Sul, acerca da decisão de Washington de vender dois Boeing 707 a Portugal. Estes aparelhos destinavam-se ao transporte de tropas portuguesas para África, o que foi considerado uma importante mudança na política da Administração Nixon, em relação a Lisboa. Por outro lado, especulou-se sobre a possibilidade de esta iniciativa poder encorajar a GB a tomar iniciativas semelhantes em relação a Pretória, no que dizia respeito à venda de armamento à África do Sul. Era, igualmente, enfatizado o facto dos EUA e a GB terem decidido abandonar a “Comissão do Colonialismo”, no que era considerado uma posição de maior firmeza face a algumas nações que, sob a capa de democráticas, assumiam o papel de ditadores a nível mundial<sup>155</sup>.

É interessante verificar o conteúdo das notícias acima referidas. Estas indicavam uma mudança na política externa americana, no que se referia à África portuguesa.

Paralelamente surgiram, também, notícias na imprensa alemã, relatando que o Secretário de Estado de Informação da RFA, Ahlers, afirmou numa conferência de imprensa ocorrida, em 11 de Janeiro desse ano, que o país tinha suspenso o fornecimento de armas à Grécia e a Portugal. A primeira não recebia armamento, desde

---

<sup>154</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Londres, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 9 de Fevereiro de 1970.*

<sup>155</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 14 de Janeiro de 1971.*

1968; e em relação a Lisboa, atendendo a que os acordos existentes tinham caducado no final de 1970, não havia a intenção de os renovar.

O diplomata português que redigiu esta informação (Homem de Mello) manifestou-se céptico, quanto ao real conhecimento destes assuntos, por parte de certos elementos do governo federal alemão, na medida em que o fornecimento de material de guerra germânico a Lisboa era da responsabilidade das entidades militares dos dois Estados. Contudo, Homem de Mello, não deixou de se manifestar apreensivo quanto à continuidade de tais fornecimentos, e acrescentou que as autoridades portuguesas só deveriam “apresentar reparos”, caso se verificasse, também, a suspensão da entrega de “sobressalentes e acessórios”. O diplomata luso finalizava o documento, comentando que as declarações do governante alemão poderiam estar associadas ao próximo encontro do Chanceler Brandt com o Presidente do Quênia, Jomo Kenyatta, e aquele estar em condições de poder afirmar que a “RFA não fornece armamento a Portugal”<sup>156</sup>.

---

<sup>156</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Bohn, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 12 de Janeiro de 1971.*

## 2.2 A Aliança Ímpia

A partir das independências que se registaram na década de 60, do século passado, no continente negro, os territórios dominados por minorias brancas compreenderam que era mais aquilo que os unia do que aquilo que os dividia. Daí, a aliança informal, conhecida na designação inglesa por “Unholy Alliance”, que reunia Portugal, a África do Sul e a Rodésia.

Este conluio, foi rodeado de uma certa discrição, embora, devido à liberdade de imprensa existente na África do Sul e na Rodésia, e às conexões britânicas, nem sempre o sigilo contou com êxito.

Aliás, as primeiras alusões à “Unholy Alliance” surgiram pela voz da dirigente do Partido Trabalhista, Barbara Castle, noticiada no jornal sul-africano, “Rand Daily Mail”, de 5 de Outubro de 1960. A declaração referia uma “Unholy Alliance”, que reunia Salazar, Welensky e Verwoerd, e poderia contemplar a utilização de armamento.

Também Kenneth Kaunda, futuro líder da Zâmbia, anunciou em 4 de Abril de 1962, o propósito de denunciar, junto da ONU, uma alegada aliança militar entre a Federação da África Central Britânica, Portugal e a África do Sul.

Na realidade, entre 1960 e 1974, surgiram com frequência, notícias alusivas a tal entendimento provenientes, maioritariamente, de jornais de língua inglesa. Apesar da existência de alguns desmentidos por parte de representantes dos três territórios visados, tais afirmações sucederam-se até Abril de 1974.

No tocante a Portugal, devido à censura que recaía sobre os meios de comunicação social, as notícias foram sempre mais reservadas e breves, tentando-se encobrir a ideia de um entendimento. Contudo, este existiu e foi-se consolidando até àquela data.

----- x -----

A aliança entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia, que ficou conhecida pela designação inglesa de “Unholy Alliance”<sup>157</sup>, começou a ser divulgada desde o início da década de 60 e predominou até 1974.

Um conjunto de acontecimentos esteve na origem da difusão da coligação em causa e que, no essencial, foram os seguintes: A crise do Suez, em meados dos anos 50; as perturbações desencadeadas pela independência do Congo belga, em 1960; e o princípio do conflito em Angola, no ano seguinte.

Estes desencadearam uma progressiva concentração das atenções internacionais no continente africano.

Note-se que aquela foi objecto de abordagens diferenciadas, consoante se tratava de Portugal, da África do Sul, da Rodésia, e dos respectivos adversários, nomeadamente, certos Estados africanos já independentes, e governados por maiorias negras.

Portugal procurou sempre desvalorizar ou, mesmo, negar a referida associação; a África do Sul e a Rodésia mostraram-se cautelosos em relação ao tema, embora não conseguissem evitar o seu debate devido à liberdade de imprensa; finalmente, os países contrários aos executivos liderados por brancos aproveitavam, frequentemente, as oportunidades facultadas pela comunicação social e outros fóruns, para denunciar o que consideravam ser uma ameaça à paz e ao direito à livre autodeterminação dos povos.

Na realidade, logo em 13 de Julho de 1960, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Eric Louw, declarou, a propósito da crise do Congo, “que chegaria o momento em que a União Sul-Africana, a Rodésia do Sul e Portugal terão que permanecer firmes numa frente comum”<sup>158</sup>.

---

<sup>157</sup> Na tradução, em língua portuguesa, optámos pela designação de “Aliança Ímpia”. Esta denominação era utilizada pelos críticos e adversários da mesma.

<sup>158</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 13 de Julho de 1960*; No mesmo sentido, Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Rand Daily Mail*, July 13, 1960.

É interessante relevar que o Embaixador português comentou a importância de o governante sul-africano se ter referido a Portugal, e não, particularmente, a Angola e Moçambique, como era hábito no discurso oficial de Pretória.

Na sequência deste destaque, o diplomata luso concluiu o seguinte: “Julgo ser esta a primeira vez em que fomos, publicamente e por voz responsável, identificados como potência e aglomerado político exclusivamente africanos”<sup>159</sup>.

Numa lógica semelhante, surgiu uma notícia, em 13 de Agosto de 1960, na publicação londrina “The News Chronicle”, que relatava o surgimento de um pacto de assistência mútua entre a Federação, a África do Sul e os territórios lusos de Angola e Moçambique<sup>160</sup>.

Contudo, o jornal “The Evening Standard” (Salisbúria), de 15 de Agosto do mesmo ano, referiu, através de um representante do Primeiro-ministro Federal, a inexistência de tal combinação. De facto, neste periódico, podia-se ler: “A spokesman for the office of the Federal Prime Minister said today that there was no truth in the story published by The News Chronicle in London on August 13 that the Federal Government had approved a mutual assistance treaty with South Africa and Portuguese territories of Mozambique and Angola to make troops available immediately to stamp out demonstrations and active rebellions”<sup>161</sup>.

O próprio Primeiro-ministro da Federação da Rodésia e Niassalândia, Sir Roy Welensky, desmentiu, em Setembro, após uma visita a Pretória, a existência de qualquer pacto entre a Federação e a África do Sul.

---

<sup>159</sup> Idem.

<sup>160</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo Cônsul Geral de Portugal, em Salisbury, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 16 de Agosto de 1960.*

<sup>161</sup> AHD-MNE, PAA 368, *The Evening Standard*, August 15, 1960.

O governante britânico, na passagem pela capital sul-africana, referiu que “Apesar da deterioração da situação ao norte, o problema duma aliança militar entre a Federação e a União não estava a ser considerado”.

Admitiu que podia ser útil uma uniformização ao nível do armamento de ambos os territórios, mas não vislumbrou a necessidade de um pacto militar.

Salientou, ainda, a discrepância entre os dois sistemas políticos. A África do Sul acreditava na separação racial e “ «nós no sistema de “partnership” (...). Esta diferença fundamental nas nossas políticas impede relações (...) mais estreitas entre os nossos dois países» ”<sup>162</sup>.

O mesmo protagonista em declarações transcritas no jornal sul-africano “Rand Daily Mail”, de 5 de Outubro, afirmou, em Salisbúria, “que são inteiramente destituídas de fundamento as afirmações produzidas na conferência do Partido Trabalhista Britânico segundo as quais a União Sul Africana, a Federação das Rodésias e Portugal estavam planeando uma conjura militar para defesa dos interesses brancos no continente africano”<sup>163</sup>.

Este depoimento surgiu na sequência de afirmações produzidas pela dirigente do Partido Trabalhista, Barbara Castle<sup>164</sup>, que mencionou, no decurso de uma conferência do

---

<sup>162</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 10 de Setembro de 1960*; Também, Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Pretoria News*, September 10, 1960.

<sup>163</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo MNE ao Ministério do Ultramar, em 12 de Outubro de 1960*.

<sup>164</sup> Barbara Castle nasceu em 6 de Outubro de 1910 e faleceu a 3 de Maio de 2002. Notabilizou-se como jornalista e política. Neste domínio exerceu vários cargos, onde se destacou, entre outros, como membro do Parlamento pelo Partido Trabalhista, Ministra do Desenvolvimento Ultramarino e Ministra dos Transportes. Estas duas últimas funções foram desempenhadas no governo liderado por Harold Wilson, em meados dos anos 60. No final da sua carreira pública foi, ainda, membro do Parlamento Europeu, no decurso da década de 80.

partido, na Grã-Bretanha, a existência de uma aliança iníqua<sup>165</sup> entre Salazar, Welensky e Verwoerd baseada na componente militar<sup>166</sup>.

O início da guerra em Angola correspondeu a declarações mais explícitas e favoráveis a uma maior aproximação política e militar entre Portugal, a África do Sul e a Federação das Rodésias. Contudo, esta verificação não encobria a prudência e a cautela com que a questão continuava a ser abordada por certas personalidades dos países em questão.

A título de exemplo, o Ministro da Justiça sul-africano, Erasmus, referiu-se, claramente, quanto à “necessidade de uma mais estreita colaboração da África do Sul com as Rodésias, Angola e Moçambique, a fim de preservar em África a civilização ocidental”<sup>167</sup>.

De facto, num discurso proferido em 14 de Abril de 1961, aquele governante teceu considerações que, pela sua relevância, vale a pena citar. Elas foram as seguintes:

“In parts of north and central Africa the White man has already been driven out or is on the way out and the Black man has taken over the Governments there.

But in the other part of Africa, namely Southern Africa, the White man stands firm.

In recent times the opinion has been growing that as far as our neighbor states are concerned, where relations with South Africa are very friendly and where the Whites still retain political power, it has become urgently necessary to seek closer cooperation that the White in Southern Africa must stand together and stand firm.

These countries are South Africa, the Rhodesias and Portuguese Angola and Mozambique.

---

<sup>165</sup> No original, em língua inglesa, “unholy alliance”; Cfr. AHD-MNE, *Rand Daily Mail*, October 5, 1960. A notícia em causa relatava o seguinte: “At the Labour Party conference, Mrs. Barbara Castle, (...) spoke of «an unholy alliance of Salazar, Welensky and Verwoerd which may be backed by arms»”.

<sup>166</sup> Cfr. Op. Cit. *Informação dirigida pelo MNE ao Ministério do Ultramar, em 12 de Outubro de 1960.*

<sup>167</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal na União da África do sul ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 18 de Abril de 1961.*

They will in the future have to close their ranks if western civilization is to be maintained in South Africa.

In these four countries there are similar tensions and problems which make closer contact desirable. The possibilities of closer cooperation are very great in, for example, the spheres of economics and marketing”<sup>168</sup>.

Contudo o Governo Federal das Rodésias, sempre mais contido, refutou, através do Ministério da Defesa, a verificação de um pacto militar entre a Federação, Portugal e a África do Sul.

Pelo contrário, é dito que: “The Federal Government has only one existing defence commitment, which is its commitment to the United Kingdom on Commonwealth defence. There is no other”<sup>169</sup>.

As cautelas associadas ao discurso oficial dos dirigentes da Federação não significavam a ausência de vozes dissonantes. Entre estas sobressaía a opinião do deputado federal independente John Gaunt, que apresentou na “Assembleia Federal uma moção no sentido de se estabelecer um pacto defensivo entre a Federação, Angola, Moçambique e a República da África do Sul”<sup>170</sup>.

As suas palavras reproduzidas no “The Rhodesia Herald”, em 2 de Agosto de 1961, foram as seguintes:

“Mr. Gaunt said the sooner the Federation signed a defence pact with South Africa, Mozambique and Angola «the better it will be for all of us»”.

E acrescentou: “«We must have a defence pact which says that if one or the other is attacked the others will go to its rescue, because the time may come – and very rapidly – when we may be in for serious armed intervention on our northern borders»”.

---

<sup>168</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Discurso do Ministro da Justiça sul-africano, Erasmus, pronunciado em 14 de Abril de 1961.*

<sup>169</sup> AHD-MNE, PAA 368, *The Evening Standard*, July 7, 1961.

<sup>170</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo Cônsul de Portugal, em Salisbury, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2 de Agosto de 1961.*

Dirigiu, ainda, uma crítica contundente aos EUA pelo facto de interferirem nos assuntos dos chamados territórios coloniais.

Outro deputado, Humphrey Wightwick, censurou o Gana devido à aproximação ao bloco comunista. Quanto a este país questionou, inclusivamente, se não estava no momento de abandonar a “Commonwealth”<sup>171</sup>.

Na resposta às aquelas sugestões, o Ministro das Finanças da Federação, Sir Donald Macintyre, detentor, também, da pasta da Defesa, esclareceu que o governo não tinha condições para estabelecer pactos defensivos sem o consentimento do Reino Unido. Simultaneamente, adiantou, que este Estado era o único com quem a Federação mantinha um acordo, na área em causa, e no âmbito da “Commonwealth”<sup>172</sup>.

Uma outra opinião desfavorável a um pacto militar entre Portugal e a África do Sul, proveio de uma personalidade do meio académico deste país.

Ela surgiu no decurso de uma conferência proferida pelo Professor Lawrie, Secretário-Geral do Instituto de Assuntos Internacionais da Universidade de Witwatersrand.

O orador advertiu a África do Sul, acerca da “inoportunidade” de se estabelecer “uma aliança militar com Portugal”. Os inconvenientes situavam-se no âmbito estratégico e político.

O argumento desenvolvido pelo docente traduzia-se no facto de, um eventual entendimento, nessa área, colocar dificuldades acrescidas a Pretória. Por outro lado, o governo português sublinhava, frequentemente, o “carácter unitário, pluricontinental e multirracial da Nação portuguesa”. Ora, segundo o académico, “uma coincidência temporária de interesses políticos não deverá ocultar, à África do Sul, as diferenças fundamentais existentes”<sup>173</sup>.

---

<sup>171</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *The Rhodesia Herald*, August 2, 1961.

<sup>172</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Rand Daily Mail*, August 15, 1961.

<sup>173</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 20 de Agosto de 1961.*

Já do lado nacionalista sul-africano, pugnava-se pela tese oposta. De facto, o jornal português “Diário de Notícias” reproduzia, na sua edição de 1 de Janeiro de 1962, afirmações publicadas no periódico, considerado próximo do governo de Pretória, “Vaderland Sondagblad”, onde se defendia uma aliança entre Portugal, a África do Sul e a Federação das Rodésias. O alvo era a orientação política seguida pelas Nações Unidas.

Na realidade o articulista, um “ «bem conhecido técnico militar que, por enquanto, não pode ser identificado» ”, aconselhava o “Governo sul-africano a acabar de uma vez para sempre com as intervenções das Nações Unidas no Sudoeste Africano, integrando aquele território na República”.

E acrescentava: “ «Esta atitude, que não encontraria oposição da parte da população local, seria mais moral do que as acções das Nações Unidas no Congo ou da União Indiana contra Goa» ”<sup>174</sup>.

Alguns elementos da ala governamental mostravam-se mais prudentes. Era o caso do Ministro da Defesa Jim Fouché. Este, em declarações reproduzidas pelo jornal “Evening Star”, de 14 de Março de 1962, referiu que a África do Sul estava indisponível para firmar tratados de defesa com os territórios britânicos e portugueses vizinhos. Lembrou, ainda, que apenas a Grã-Bretanha era responsável pela defesa da Federação das Rodésias<sup>175</sup>.

Como se mencionou atrás, os nacionalistas africanos aproveitavam todas as ocasiões, sobretudo as que fossem acompanhadas pelos “media”, para denunciar qualquer tipo de aliança entre os regimes brancos africanos. Pelo seu lado, os responsáveis da Federação, como já foi amplamente demonstrado, não estavam interessados na divulgação de tal associação.

---

<sup>174</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Diário de Notícias*, 1 de Janeiro de 1962.

<sup>175</sup> Cfr AHD-MNE, PAA 368, *Evening Star*, March 14, 1962.

O conteúdo do texto da informação enviada pelo Consulado Geral de Portugal, em Salisbury, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, retratava, precisamente, essas ideias. Estas baseavam-se em recortes de duas publicações: o “The Daily News” de 4 de Abril de 1962, e o “The Rhodesia Herald” de 5 de Abril de 1962. No primeiro anunciava-se a intenção do presidente do “United National Independence Party” (UNIP), Kenneth Kaunda, de acusar, junto da ONU, uma alegada aliança militar entre a Federação, Portugal e a África do Sul, de ser “perigosa para as reivindicações nacionalistas africanas”. No segundo, surgia o desmentido, pela voz do Ministro Federal da Defesa, da “existência de qualquer pacto militar com países vizinhos”<sup>176</sup>.

Note-se, a título de curiosidade que, de acordo com o primeiro periódico, o Catanga, também, estava envolvido na dita conjura com os poderes brancos<sup>177</sup>.

Refira-se que, atendendo às contingências regionais e às circunstâncias internacionais, as posições assumidas raramente eram lineares.

É perante, a sinuosidade do momento político, que se devem tentar compreender afirmações, aparentemente, mais paradoxais.

Deste modo, compreender-se-á melhor as afirmações feitas por Sir Roy Welensky, num comício eleitoral, onde este disse que a Rodésia contava com o apoio da África do Sul e Portugal, caso o comunismo alastrasse no continente<sup>178</sup>.

No original, podia ler-se o seguinte: “If Communism moved down the continent, South Africa and Portugal would do their best to support us here in Rhodesia in any steps we might take. And we would take steps”<sup>179</sup>.

---

<sup>176</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo Cônsul de Portugal, em Salisbury, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 5 de Abril de 1962.*

<sup>177</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *The Daily News*, April 4, 1962.

<sup>178</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Daily Express*, April 6, 1962.

<sup>179</sup> Idem; Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Londres, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 11 de Abril de 1962.*

Na mesma linha de notícias anteriores, o “Ethiopian Herald”, de 31 de Maio de 1962, referia a existência de uma aliança defensiva entre Portugal, a Federação das Rodésias e a África do Sul<sup>180</sup>.

Retomando a expressão utilizada, em Outubro de 1960, pela dirigente trabalhista, Barbara Castle, e sob o título “Unholy Alliance East, South Africa”, o artigo narrava as denúncias, provenientes de africanos independentistas, contra uma “unholy alliance” que unia os executivos da Federação, da República da África do Sul e de Portugal.

O pacto visava erradicar o nacionalismo africano nos países em questão.

As acusações provinham do “Zimbabwe African People’s Union” (ZAPU/Rodésia do Sul), do partido “United National Independence Party” (UNIP/Rodésia do Norte) e da “União Democrática Nacional de Moçambique” (UDENAMO/Moçambique).

Inclusivamente, um dirigente da UDENAMO, Maurice Mabunda, reportava o facto de militares sul-africanos treinarem portugueses, nomeadamente, colonos moçambicanos.

Mabunda criticou, igualmente, a possibilidade de os portugueses, residentes em Moçambique, comprarem armas e munições na Rodésia do Sul, sem necessidade de obterem licenças para o efeito.

Contudo, a Federação e Portugal desmentiam a existência de uma aliança, entre os dois, no âmbito da defesa, que os juntasse, também, à África do Sul<sup>181</sup>.

Liberto dos constrangimentos políticos da governação, Sir de Villiers Graaf, líder da oposição sul-africana (Partido Unido), era favorável a que o respectivo governo estreitasse relações com Angola, Moçambique e Rodésias no âmbito económico, militar e político.

---

<sup>180</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Addis Abeba, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 31 de Maio de 1962.*

<sup>181</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Ethiopian Herald*, May 31, 1962.

No entanto, considerava que tal aproximação seria impossível com o actual executivo nacionalista. Isto, porque a sua orientação política colocava a África do Sul numa situação marginal, face aos restantes países ocidentais.

No final desta informação, o diplomata português que a redigiu, Villas Boas, teceu o seguinte comentário: “É a primeira vez, pelo menos nos últimos anos, que um membro categorizado desta oposição refere claramente [as] vantagens [de uma] aliança com Portugal e a Federação como necessidade para [a] defesa [da] civilização ocidental na zona sul do continente africano e remédio contra [o] crescente isolamento [da] África do Sul no aspecto internacional”<sup>182</sup>.

No telegrama em causa é de relevar, de acordo com a opinião do representante luso, o facto da constituição de uma aliança tripartida servir a continuidade da presença da civilização ocidental na África Austral, e de atenuar o crescente isolamento de Pretória na sociedade internacional.

Acompanhando uma lógica semelhante, o semanário africânder (nacionalista), “Dagbreek”, referia o progressivo estreitamento das relações entre Portugal, a Federação das Rodésias e a África do Sul.

Salientava, contudo, que a cooperação não poderia ser mais alargada, enquanto não se definisse o futuro político das Rodésias e Niassalândia<sup>183</sup>.

No âmbito das críticas dirigidas a Portugal, à África do Sul e à Federação das Rodésias e Niassalândia, destacou-se uma brochura, publicada em 1962, da autoria de Rosalynde Ainslie<sup>184</sup>, e intitulada “The Unholy Alliance: Salazar – Verwoerd – Welensky”<sup>185</sup>.

---

<sup>182</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 16 de Junho de 1962.*

<sup>183</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Dagbreek*, July 22, 1962.

<sup>184</sup> Rosalynde Ainslie era, à época, secretária do Comité nacional britânico de luta contra o apartheid; Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Temps Nouveaux*, N° 49, 5/12/62.

A ideia central era a da existência de uma aliança crescente entre aqueles protagonistas. Por um lado, tratava-se de uma cabala para impedir a expansão do africanismo e, por outro, traduzia-se numa ameaça à paz em África, extensiva ao mundo.

Embora, na opinião da autora, se tenham verificado indícios do estabelecimento de um acordo formal, era mais provável estar-se perante uma cooperação com carácter informal.

Seguidamente, adiantou exemplos de colaboração militar. Reportando ao ano de 1961, referiu o treino de forças da Rodésia do Sul na África do Sul; a ida de missões militares deste país e da Federação a Moçambique, bem como o treino conjunto de unidades de combate; a tendência para a África do Sul se envolver em operações combinadas com os portugueses, em Angola; e a utilização partilhada por pilotos portugueses e sul-africanos de um campo de aviação na “Faixa de Caprivi” (situada no Sudoeste Africano e na região fronteiriça com Angola).

Mencionou, ainda, a assistência entre as polícias dos três governos.

Foi dito, igualmente, que o Catanga, liderado por Moisés Tschombé se associou à coligação em causa e, nomeadamente, manteve encontros regulares com Sir Roy Welensky.

Este, segundo a UNIP, teria permitido o trânsito de armamento e tropas entre a Rodésia do Norte e o Catanga, o que foi, prontamente, negado por Salisbúria.

Alegadamente, também havia sido negado pelos governos da Federação e de Portugal, a autorização da colocação de observadores da ONU naquela fronteira, e na que separava o Congo de Angola, respectivamente.

Seguidamente, a autora fez uma síntese dos acontecimentos mais marcantes em cada um dos territórios da “aliança ímpia”.

---

<sup>185</sup> Embora, como já foi mencionado, a deputada trabalhista, Barbara Castle, tenha referido, logo, em 1960, a expressão “Unholy Alliance”, foi, na publicação em causa, da autoria de Rosalynde Ainslie, que ela conheceu um destaque assinalável.

No caso da África do Sul lembrou a brutalidade com que foi reprimida a greve dos mineiros em 1946, e o protesto de Sharpeville, em 1960, que culminou com a morte de 69 negros.

Apesar da contestação proveniente da oposição, nomeadamente a da iniciativa do “African National Congress” (ANC) e do “Pan-Africanist Congress”, nenhuma mudança foi alcançada na orientação governativa.

Do mesmo modo, as resoluções das Nações Unidas para se terminar com o “apartheid” e colocar-se o Sudoeste Africano sob a autoridade internacional, depararam-se com a intransigência de Pretória.

Quanto a Angola, criticou-se a severa repressão exercida pelas autoridades portuguesas aquando do início do conflito no território. Missionários “Baptistas” adiantavam números, que rondavam os 20.000 mortos nos primeiros três meses de guerra, apelidando a região de “ «the blackest spot on the continent of Africa» ”<sup>186</sup>.

Os acontecimentos obrigaram à deslocação de refugiados para a República do Congo, em que a média se situaria nos oitocentos indivíduos por dia.

Era, ainda, referida a existência de fortes indícios do uso de bombas de “napalm”, fornecidas pela NATO, contra os nacionalistas africanos.

Outra acusação residia no facto de o direito de voto pertencer a uma ínfima minoria de nativos, bem como, na circunstância da política laboral assentar na exploração do trabalho barato e não especializado. Citando Henrique Galvão, conhecido opositor de Salazar desde o episódio “Santa Maria”, e traduzidas as suas palavras na língua inglesa: “ «only the dead are really exempt from compulsory labour» ”<sup>187</sup>.

Finalmente, reportava-se o aumento exponencial na ida, nos últimos dez anos, para Angola, de população branca oriunda da metrópole. O problema é que esta possuía

---

<sup>186</sup> AHD-MNE, PAA 368, *The Unholy Alliance: Salazar – Verwoerd – Welensky*, London, 1962, p. 11.

<sup>187</sup> *Idem*.

baixos rendimentos económicos e não detinha competências específicas. Daí, concorrer com os nativos, em matéria laboral, e sendo-lhes oferecidas condições preferenciais, em detrimento dos últimos.

Os privilégios conferidos aos colonos brancos estariam, na opinião de Ainslie, na origem do ressentimento e da rebelião vigente em Angola.

No domínio dos transportes, sobressaía o caminho-de-ferro de Benguela, que ligava o interior da África Austral ao porto do Lobito, permitindo, posteriormente, o escoamento dos produtos por via marítima, através do Atlântico.

No tocante a Moçambique e, também, na área das comunicações, enfatizava-se a importância dos entrepostos da Beira e de Lourenço Marques.

O primeiro como principal via de circulação de mercadorias entre as Rodésias, a Niassalândia e o exterior, rumo ao oceano Índico; o segundo, cumprindo as mesmas funções face à cidade sul-africana de Joanesburgo, e a toda a região envolvente do Transval.

Mencionou-se, ainda, a relevância do volume de mão-de-obra exportada para a África do Sul e a Rodésia do Sul. A contrapartida centrava-se na utilização preferencial dos portos moçambicanos por aquelas autoridades.

Na opinião da autora, os equívocos relacionados com a Federação das Rodésias e da Niassalândia estavam associados à escassa representatividade dos negros na Assembleia Federal, se comparada com a dos brancos, e à disparidade do rendimento auferido por estes face àqueles e que beneficiava, largamente, segundo Ainslie, a comunidade branca. Daí, o conceito de “Partnership” ser uma mera ilusão.

Assim, no final da década de 50, assistiu-se a um crescimento da contestação nacionalista africana e, em 1961, os representantes britânicos anunciavam que a Federação não poderia subsistir contra expectativas africanas fundamentadas.

Recomendava-se, em conformidade, que se iniciassem reformas de acordo com as esperanças da oposição africana. Contudo, os progressos revelaram-se, no imediato, tímidos e incertos.

Ao nível económico, era destacado a proeminência do cobre da Rodésia do Norte, na origem da riqueza da Federação.

A principal exportação da Rodésia do Sul assentava nos produtos agrícolas, e a Niassalândia, a região menos desenvolvida das três que compunham o aglomerado federal, fornecia, sobretudo, mão-de-obra para as minas e indústrias da primeira, e trabalhadores para as quintas da segunda<sup>188</sup>. Estes eram, igualmente, recrutados para laborar nas empresas mineiras sul-africanas.

A Federação ao não possuir saídas para o mar, dependia, para esse efeito, dos portos moçambicanos, e da rede ferroviária que a ligava à África do Sul.

O Catanga estava, na opinião de Ainslie, também, irmanado com o eixo dos espaços africanos governados por brancos.

Após a independência do Congo face à Bélgica, em 1960, o Catanga, liderado por Moisés Tschombé, declarou a secessão face ao restante território congolês.

Esta emancipação contaria com a cumplicidade dos colonos belgas, e dos interesses económicos europeus ligados à indústria diamantífera, nomeadamente, a “Union Minière”.

A situação gerou uma enorme controvérsia no interior do país e deteriorou-se com a retirada das tropas belgas do terreno.

Ocorreram, então, combates, no sentido de se tentar manter a separação catanguesa, envolvendo, do lado de Tschombé, mercenários contratados para o efeito, pagos, em grande parte, com os rendimentos da extracção de diamantes.

---

<sup>188</sup> De acordo com a brochura em causa, a Rodésia do Sul, dependia, igualmente, de trabalhadores moçambicanos. Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *The Unholy Alliance: Salazar – Verwoerd - Welensky*, p. 16.

Entretanto, a ONU interveio no terreno e procurou mediar o conflito. Posteriormente, alcançou-se um cessar-fogo e Tschombé esteve, algum tempo, refugiado na Rodésia, usufruindo da convivência das respectivas autoridades.

Contudo, de acordo com a autora, continuou a incentivar, a partir do santuário rodesiano, a luta pela independência do Catanga.

No aspecto económico destacavam-se os minérios congolezes, onde sobressaíam os diamantes da Província secessionista, a mais rentável do país desavindo.

Assim, na brochura em análise, destacava-se uma articulação política e económica entre os executivos brancos em África, coadjuvados pelo governo negro do Catanga e os respectivos interesses financeiros.

As medidas adoptadas<sup>189</sup> destinavam-se a preservar o poder e a riqueza junto das comunidades brancas, e as forças oposicionistas tendiam a ser silenciadas pela repressão.

O facto das exportações dos produtos dos territórios do interior necessitarem do escoamento proporcionado pelos portos angolanos e moçambicanos, ajudava Salazar a lidar com as dificuldades económicas desencadeadas pela guerra em Angola.

É, igualmente, relevada a circunstância dos grandes grupos económicos, detentores da extracção do ouro, diamantes e cobre, cobrirem uma vasta área de negócios, o que lhes conferia, na África do Sul, relações privilegiadas com a imprensa, nomeadamente, com o influente grupo “Argus Newspaper”.

Os interesses financeiros do Ocidente no continente negro conduziam a que as metrópoles europeias pugnassem pela estabilidade nos respectivos domínios na África Austral, e explicava a tendência para a manutenção do “status quo” político.

---

<sup>189</sup> Elas baseavam-se, essencialmente, no facto de a indústria e a agricultura serem controladas pelos colonos e empresas dominados por brancos, que beneficiavam, ainda, de mão-de-obra barata. Os negros eram, na opinião de Rosalynde Ainslie, forçados a alienar as terras, confrontados com o pagamento de taxas elevadas, e políticas laborais e sociais racistas. Cfr. Idem, p. 18.

No campo militar é sublinhada a pujança da África do Sul, que era a mais forte, entre os parceiros da “unholy alliance”.

Possuía consideráveis efectivos ao nível da Polícia e das Forças Armadas, equipadas com armamento variado e moderno para actuarem em terra, mar e ar.

Existiam planos, desde o final de 1960, para a expansão, reorganização e modernização das forças de segurança.

Consequentemente, os anos de 1961 e 1962 tinham registado uma alocação de somas avultadas e crescentes na área da defesa.

Paralelamente, a indústria bélica sul-africana tinha sido, largamente, ampliada.

O país já produzia armas automáticas, revólveres, bombas aéreas, projecteis de artilharia e munições variadas. Havia, também, conseguido licenças para construir espingardas automáticas belgas, o blindado francês “Panhard AML”, e equipamento associado a mísseis. Neste último caso o acordo, também, tinha sido estabelecido com uma firma francesa, que tinha permitido tal apetrechamento.

Algumas notícias divulgadas na Grã-Bretanha e na África do Sul apontavam para a compra, por parte desta, de bombardeiros britânicos com capacidade de transporte de armas nucleares, bem como a aquisição à França, de caças “Mirage” e helicópteros “Alouette”.

Entretanto, iam surgindo rumores e, mesmo, algumas declarações mais ousadas, que sugeriam a existência de recursos susceptíveis de possibilitar a construção de uma bomba atómica.

Simultaneamente, consolidava-se a convicção, em Pretória, de que o objectivo final da subversão era a própria África do sul e, em última análise, tinham de ser capazes de enfrentarem essa ofensiva com a máxima autonomia possível. Era a interiorização da mentalidade de cerco a um hipotético último reduto branco.

Finalmente, Ainslie criticou a ambiguidade britânica no relacionamento com a África do Sul e Portugal.

Para além do armamento vendido por Londres a Pretória, ela aludia a um eventual acordo secreto, no âmbito da defesa, entre os dois Estados. Contudo, o discurso oficial mencionava apenas o convénio acerca da base naval de Simonstown (situada na África do Sul), que podia ser utilizada por navios de guerra britânicos, em caso de guerra.

Quanto a Portugal, o executivo inglês assegurava, no Parlamento, que o respectivo equipamento militar, adquirido por Lisboa, não era utilizado em Angola. No entanto, os movimentos de libertação desmentiam essas declarações, afirmando que estavam a ser vítimas da utilização de armas de fabrico britânico e norte-americano.

Assim, a autora, censurava, asperamente, o envolvimento do Reino Unido na “unholy alliance”, e dirigia um apelo para que o país reavaliasse as suas políticas na África Austral. Adiantava, que era de esperar, da nação inglesa, um contributo duradouro para a democracia africana e a paz no mundo.

Estes objectivos podiam ser alcançados mediante a prossecução das seguintes medidas: apoiando as exigências africanas para a formação de governos democráticos; favorecendo um imediato embargo de armas contra os governos de Salazar e Verwoerd; e, através da votação, no seio das Nações Unidas, em benefício de sanções económicas visando atingir Pretória.

E, avisava, que se a Grã-Bretanha não actuasse rapidamente, poderia ter de assumir o ónus do derramamento de sangue e sofrimento verificado na África Austral, ultrapassando, muito, a dimensão da tragédia associada à guerra em Angola<sup>190</sup>.

Note-se, ainda, o destaque dado pela brochura de Ainslie à designação “unholy alliance”. Se no passado, a expressão já havia sido utilizada por outras personalidades,

---

<sup>190</sup> Cfr. *Ibidem*, p. 35; Também, no mesmo sentido, Cfr. “L’«alliance impie»” in *Temps Nouveaux*, n° 49, 5/12/1962, pp. 29-31.

nomeadamente, a dirigente do partido trabalhista, Barbara Castle, aquela assume, aqui, uma relevância assinalável, ao ser incorporada no título da publicação.

Face ao que já foi mencionado, uma série de acontecimentos ocorridos desde o início da década de 60, conduziram, progressivamente, a um discurso mais ousado, direccionado para um maior entendimento entre os poderes brancos, em África.

O discurso de Macmillan<sup>191</sup> sobre os “ventos de mudança”, os acontecimentos no Congo belga, o começo da guerra em Angola, o iminente desmembramento da África Central Britânica e o conseqüente futuro político da Rodésia do Sul estão na origem da tomada de posições mais assertivas sobre o relacionamento vindouro entre este território, Portugal e a África do Sul.

Assim, não constituiu surpresa, o agendamento no Parlamento da Rodésia do Sul, em Março de 1963, de uma discussão sobre as intenções deste governo se juntar a Portugal e à África do Sul num pacto destinado a evitar “um prematuro domínio de europeus por africanos”. Estas palavras do Primeiro-ministro, Winston Field, eram justificadas, pelo próprio, atendendo ao facto de não existir, por parte dos africanos, um prévio conhecimento e “experiência de um governo democrático”<sup>192</sup>.

Enquanto não se verificasse a aquisição de tais competências e a prática de uma governação democrática, o poder deveria permanecer na posse das elites brancas.

Apesar de se verificarem declarações mais explícitas quanto a um possível entendimento tripartido, as acções concretas protagonizadas no terreno queriam-se discretas.

Daí, o desconforto manifestado pelo Comissário da “British South Africa Police”, Coronel Spurling, pela divulgação da notícia sobre a reunião entre as polícias de

---

<sup>191</sup> Harold Macmillan, nascido na cidade de Londres, em 1894, veio a falecer em 1986. Notabilizou-se como político e estadista pelo Partido Conservador. Exerceu as funções de Primeiro-ministro do Reino Unido entre 1957 e 1963.

<sup>192</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama enviado pelo Consulado de Portugal em Salisbury, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 4 de Março de 1963.*

Angola, Moçambique, Rodésia do Sul e África do Sul, ocorrida na cidade de Lourenço Marques, entre 15 e 20 de Fevereiro de 1963.

A informação foi veiculada pelo “Diário de Moçambique” (Beira) de 26 do corrente e objecto de uma conversa entre Spurling e o cônsul de Portugal, em Salisbúria.

Aquele, no rescaldo da publicação do manifesto de Ainslie contra a “unholy alliance”, realçou a inoportunidade da difusão de “assuntos que jogam com as bases da segurança de três países e que além de uma inútil indiscrição demonstrada, levam o público a conclusões políticas graves, que com tanto cuidado se tem pretendido evitar”.

O reparo em causa prendia-se com o facto de tais notícias motivarem “especulações acerca de entendimentos militares ou paramilitares entre as nações ao sul do Zambeze”.

A preocupação do oficial rodesiano não era infundada, uma vez que o jornal referido sublinhava a importância das conversações terem incidido sobre o policiamento das zonas fronteiriças.

Spurling acrescentou que ia solicitar junto do seu homólogo português, situado em Moçambique, a realização de diligências junto dos “Serviços de Censura à Imprensa”, no sentido de acautelar o conteúdo de futuras publicações; Nomeadamente, com o intuito de se salvaguardar a discrição em redor do “próximo encontro de Polícias” a ter lugar em Pretória, entre 29 de Março e 1 de Abril, do corrente ano<sup>193</sup>.

Na realidade, os nacionalistas africanos estavam atentos às iniciativas dos poderes brancos e aproveitavam, regularmente, a comunicação social e o contacto com organismos internacionais para denunciar tais actividades.

---

<sup>193</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo Consulado Geral de Portugal, em Salisbury, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 28 de Fevereiro de 1963.*

Joshua Nkomo<sup>194</sup>, líder da ZAPU, aproveitou uma ida às Nações Unidas, em 26 de Março de 1963, para alertar a organização face à situação vivida pela comunidade negra na Rodésia do Sul.

Advogou que se assistia a uma degradação da vida política no território, aproximando-o, rapidamente, do tipo de revolução experienciada na Argélia.

Preveniu, ainda, a audiência para a existência de um pacto militar entre a Rodésia do Sul, Portugal e a África do Sul no sentido de proteger os respectivos interesses em África.

E a propósito, salientou a utilização de tropas sul-africanas em solo rodesiano.

Aduziu que a libertação da Rodésia do Sul era fulcral para a emancipação dos restantes espaços tutelados por minorias brancas.

Na opinião de Nkomo, as questões suscitadas deviam ser discutidas, em breve, na Assembleia Geral e, eventualmente, serem objecto de uma intervenção por parte do Conselho de Segurança da organização<sup>195</sup>.

Anteriormente, numa deslocação à Grã-Bretanha, o líder da ZAPU tinha criticado o executivo britânico devido à complacência deste perante a situação política verificada na Rodésia do Sul. Esta insatisfação foi reproduzida, posteriormente, na sede das Nações Unidas<sup>196</sup>.

Entretanto, continuavam a ser publicadas notícias sobre a articulação entre os poderes brancos na África Austral e, inclusivamente, a eventual cumplicidade de Espanha no arranjo.

---

<sup>194</sup> Joshua Nkomo era o líder do “Zimbabwe African People’s Union” (ZAPU), entretanto banida na Rodésia do Sul.

<sup>195</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *The Daily News*, March 27, 1963.

<sup>196</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *The Daily News*, March 3, 1963.

A conjuntura em causa foi avançada pelo jornal “Cape Times” de 1 de Julho de 1963, dando origem a uma missiva enviada pelo embaixador luso, em Pretória, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Tal comunicação aludia a alegadas informações surgidas a propósito de um pacto secreto entre Espanha e Portugal, em que o governo de Madrid apoiaria Lisboa no esforço de guerra em Angola, caso Ben Bella<sup>197</sup> (Argélia) enviasse tropas para combater nesse território.

Realça-se, igualmente, o interesse veiculado por certos meios sul-africanos de se concretizar um pacto de defesa entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia do Sul. Contudo, aponta-se como obstáculo à respectiva realização, o facto de Portugal não querer ser conotado com a política de “apartheid” sul-africana. Por outro lado, o estabelecimento de um pacto de defesa poderia acarretar a intervenção de forças de Pretória na “África portuguesa”.

Ora, uma acção dessa natureza representaria, certamente, uma despesa avultada e a transferência de material de guerra de delicada aquisição. Isto, em virtude da dificuldade de o obter no mercado internacional, nomeadamente junto da GB e dos EUA.

Finalmente, o envolvimento sul-africano no conflito, ao lado dos portugueses, fragilizaria ainda mais a posição do país no continente africano. O autor, questionava, inclusivamente, se era benéfico, para Pretória, o envolvimento num “conflito armado com os restantes Estados africanos por causa de Angola e Moçambique”.

Assim, o articulista (sul-africano) considerava remota a possibilidade de se estabelecer uma aliança militar entre Portugal e a África do Sul<sup>198</sup>.

---

<sup>197</sup> Ahmed Ben Bella foi o primeiro Presidente da República da Argélia e exerceu o cargo entre 1963 e 1965.

<sup>198</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 10 de Julho de 1963.*

Entretanto, em 24 de Outubro de 1964, a Rodésia do Norte tornou-se na República da Zâmbia, após a dissolução da Federação da Rodésia e da Niassalândia, até aí sob controlo britânico.

O novo Estado, liderado por Kenneth Kaunda, depressa se manifestou adversário de concertações entre os territórios africanos, sob domínio branco, embora, por vezes, tenha adoptado posições ambíguas para conseguir a transacção das respectivas matérias-primas, através dos portos ultramarinos portugueses.

Daí, não constituir uma surpresa, o conteúdo de duas notícias publicadas nos jornais diários “L’Essor du Katanga” e “La Dépêche”, dos dias 8 e 14 de Dezembro de 1964, respectivamente.

No primeiro caso Kaunda, Presidente da Zâmbia, incentivava o estabelecimento de sanções económicas contra Portugal, Rodésia e a África do Sul, com o objectivo de os obrigar a mudar de política.

Apesar de reconhecer, enquanto estadista de um país interior, a dependência de vias marítimas estrangeiras para o escoamento dos produtos nacionais, declarava que não abrandaria a condenação do colonialismo<sup>199</sup>.

No segundo, aludia-se a uma eventual cooperação, em todos os domínios, entre aqueles três Estados, embora não se julgasse necessário a “conclusão de convenções militares particulares”.

Contudo, adiantava-se que se a Grã-Bretanha não apoiasse, militarmente, a Rodésia do Sul, esta efectuaria diligências para a celebração de um acordo bélico com a África do Sul. Isto, segundo declarações do Primeiro-ministro rodesiano, Ian Smith<sup>200</sup>.

---

<sup>199</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *L’Essor du Katanga*, 8/12/1964.

<sup>200</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *La Dépêche*, 14/12/1964.

As afirmações de Ian Smith estão associadas à desagregação da Federação britânica. Esta ocorreu em 1963 e, no ano seguinte, a Rodésia do Norte converteu-se na Zâmbia e a Niassalândia no Malawi.

Ambas as independências contaram com a liderança de negros e o beneplácito do Reino Unido.

Na Rodésia do Sul verificou-se uma evolução diferente e bastante mais problemática.

A minoria branca não aceitou a transferência do poder para a maioria negra e, internamente, as elites de origem europeia radicalizaram as suas posições.

O partido da “Frente Nacional”, chefiado por Smith, alcançou, entretanto, o poder, e a situação culminou com a Declaração Unilateral de Independência face à Grã-Bretanha, em Novembro de 1965.

Londres não reconheceu o novo estatuto rodesiano e considerou que estava perante uma rebelião, cujo epicentro era Salisbúria.

A ONU depressa se solidarizou com a perspectiva inglesa e aplicou sanções à Rodésia.

As penalizações em causa situaram-se no âmbito económico e, em determinado momento, foram implementadas no terreno com o apoio de vasos de guerra britânicos.

O grande objectivo dos navios ingleses era o de fiscalizar e impedir as remessas de combustível dirigidas a Salisbúria.

O embargo petrolífero saldou-se, em grande parte, por um fracasso, devido à colaboração discreta de Portugal e da África do Sul com a Rodésia.

Ao mesmo tempo que Ian Smith consolidava o regime em prol dos interesses da comunidade branca, contestava as pretensões de Londres e concertava posições, progressivamente, mais íntimas com os restantes executivos africanos brancos, crescia a oposição interna.

Esta era representada pelo ZAPU e o Zimbabwe African National Union (ZANU).

A primeira foi fundada em 1961 e desenvolveu uma organização vocacionada para a luta armada, designada por Zimbabwe Independent People's Revolutionary Army (ZIPRA). Após a sua expulsão da Rodésia, em 1964, transferiu-se para a Zâmbia, de onde realizou uma série de incursões dirigidas contra o governo de Ian Smith.

A segunda surgiu em 1963 e o seu braço armado, Zimbabwe African National Liberation Army (ZANLA), foi responsável pela maioria das acções de guerrilha destinadas a combater a minoria branca na Rodésia.

As iniciativas bélicas da subversão expandiram-se, sobretudo, a partir de 1972.

Surgiram ataques, protagonizados pela ZANLA, no nordeste rodesiano, nomeadamente na área de Centenary, cujas actividades alargaram-se, também, a Moçambique. Aliás, era do conhecimento do serviço de informações da Rodésia, a presença expressiva da ZANLA na área de Tete.

Anteriormente, na segunda metade da década de 60, as forças rodesianas conseguiram debelar, progressivamente, as acções armadas dos movimentos oposicionistas. Inclusivamente, não houve registo de recontros no ano de 1969.

O ascendente verificado do lado das forças de segurança rodesianas deveu-se, em grande parte, ao apoio militar facultado pela África do Sul e às dissensões existentes no seio da oposição ao regime de Ian Smith – estas exploradas, também, pelo serviço de informações rodesiano.

Contudo, no final de 1971, detectaram-se movimentações mais explícitas da guerrilha nas zonas fronteiriças, que ganharam dinâmica e força ao longo do ano seguinte.

As preocupações das autoridades de Salisbúria abrangiam, igualmente, a situação militar em Moçambique, nomeadamente, na zona de Tete. Estas inquietações foram objecto de conversas, ao mais alto nível, entre representantes da Rodésia e de Portugal, nesta época.

O próprio Ian Smith partilhou, publicamente, as dificuldades sentidas através de uma comunicação radiofónica, em 4 de Dezembro de 1972, onde afirmou: “«The security situation is far more serious than it appears on the surface, and if the man in the street could have access to the security information which I and my colleagues in government have, then I think he would be a lot more worried than he is today»”<sup>201</sup>.

E, na verdade, a declaração mencionada, foi secundada, quase imediatamente, em Janeiro de 1973, com o encerramento da fronteira com a Zâmbia. Isto, para tentar neutralizar as incursões da ZIPRA, que possuía bases neste país, e direccionar, mais, os meios de fiscalização para as zonas limítrofes com Moçambique, de onde provinham raides da ZANLA com frequência crescente.

A subversão estava a expandir-se e o início de 1973 testemunhou esse progresso. A guerrilha efectuou o primeiro ataque nocturno contra um alvo governamental, atingindo uma esquadra da Polícia e os edifícios vizinhos.

A partir desse momento, embora com avanços e recuos, as autoridades rodesianas perceberam que a luta armada era um facto incontornável e constante.

Dáí o chefe das informações de Salisbúria, Ken Flower, ter caracterizado a evolução da guerra da seguinte forma: “From a winning position between 1964 and 1972, Rhodesian Forces were entering the stage of the “no-win war”, which lasted from December 1972 to 1976; after that, they were fighting a losing war”<sup>202</sup>.

Do lado sul-africano, a oposição negra, expressava, igualmente, o seu descontentamento perante o regime branco instalado em Pretória.

Na reunião anual do “anti-apartheid movement”, realizada na cidade de Dublin, em Abril de 1967, discursou Roberto Resha.

---

<sup>201</sup> Ken Flower, *Serving Secretly: An Intelligence Chief on Record: Rhodesia into Zimbabwe, 1964 to 1981*, John Murray, 1987, p. 135.

<sup>202</sup> Idem, p. 119.

Este dirigente do ANC, entretanto ilegalizado pelas autoridades sul-africanas, abordou, num tom condenatório, a “aliança ímpia” entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia, comungando no objectivo de manterem a supremacia branca no continente africano<sup>203</sup>.

No ano seguinte, o órgão informativo oficial do “African National Congress” (ANC), “Sechaba”, assinalava o dia 26 de Junho como o dia da liberdade da África do Sul, em referência ao início da luta armada por parte da resistência negra sul-africana.

Aludia-se a acções no Sudoeste Africano, Angola e Moçambique. Nos meses seguintes referiam-se iniciativas na Rodésia do Sul, que tinham envolvido forças combinadas do ANC e do ZAPU.

Logo, em Junho de 1967, numa referência à importância do dia 26 do corrente, Oliver Tambo<sup>204</sup>, declarava o seguinte: “ «The African revolution has rolled down to South Africa’s doorstep. It cannot be too long before the flames of freedom seep in to consume the evil forces that have plagued our country for centuries»”.

E a 28 do mesmo mês, era distribuído um panfleto por toda a África do Sul, com a seguinte mensagem: “ «MOBILIZE AND PREPARE, SOUTH AFRICANS! FREEDOM IS COMING LIKE THE RISING OF THE SUN. IT WILL BE WON IN OUR LIFETIME! (...) POWER TO THE PEOPLE! »”.

Seguidamente, é realçado o facto de se terem realizado uma série de incursões, em território rodesiano, protagonizadas por forças coligadas do ANC e da ZAPU. As iniciativas em causa haviam-se iniciado no Verão de 1967 e continuado ao longo de

---

<sup>203</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Dublin, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 24 de Abril de 1967.*

<sup>204</sup> Oliver Reginald Tambo nasceu em 1917 e faleceu em 1993. Destacou-se como um dos principais líderes do ANC e, após a respectiva ilegalização, na sequência dos incidentes de Sharpeville, conseguiu escapar às autoridades sul-africanas e ao encarceramento prisional, ao contrário do seu companheiro Nelson Mandela. A permanência no exílio, durante o apartheid, permitiu a Tambo condenar, frequentemente, as políticas discriminatórias implementadas na África do Sul. Proporcionou-lhe, simultaneamente, em 1967, o exercício das funções de Presidente do ANC, no activo, uma vez que Mandela se encontrava sob prisão, desde 1962.

1968. Elas desenvolviam-se e atingiam, cada vez mais, o interior da Rodésia, apesar dos desmentidos do governo de Ian Smith.

Aliás, de acordo com a publicação em análise, o executivo rodesiano insistia que os ataques provinham de bases situadas na Zâmbia, no sentido de desvalorizar a ameaça e tranquilizar a população branca quanto à inexistência de bases da guerrilha, na Rodésia. Contudo, na versão dos movimentos oposicionistas, a luta armada encontrava-se estabelecida e activa no seio do território dirigido por Ian Smith.

A prova dessa implantação havia sido, de acordo com o “Sechaba”, testemunhado pelo recontro que eclodiu entre forças unidas da ZAPU e do ANC, e tropas rodesianas, em Março de 1968. Segundo a mesma fonte, aqueles contingentes encontravam-se estabelecidos em solo rodesiano e não no exterior, conforme o regime de Smith queria publicitar.

As iniciativas em causa teriam gerado alarme em Salisbúria, que mobilizou reforços e solicitou mais auxílio a Pretória. Consequentemente, as autoridades sul-africanas pretendiam ceder um helicóptero “Alouette”, meios humanos e equipamento.

Atendendo à conjuntura regional, um comunicado conjunto dirigido à imprensa pelo ANC e a ZAPU, informava, em 22 de Março de 1968, acerca do encontro de responsáveis militares e dos serviços de informações de Portugal, África do Sul e Rodésia.

A reunião visava realizar um balanço sobre o conflito na Rodésia e a alegada ofensiva, protagonizada pela FRELIMO, na província moçambicana de Tete, vizinha daquele território.

A informação concluía que “«We anticipate a tripartite offensive from the White fascist forces»”.

Seguidamente, em 24 de Março de 1968, e com base numa notícia publicada no “Sunday Times” de Joanesburgo, reproduzia-se um artigo de opinião que abordava a escalada da guerra na África Austral.

A Rodésia estava cada vez mais comprometida na contenda e necessitada da ajuda de Pretória. As forças policiais sul-africanas já lutavam ao lado das unidades de segurança rodesianas.

Pelo seu lado, Portugal, mantinha um esforço de guerra estimado em 120.000 combatentes, repartidos pelas três colónias problemáticas, conforme os seguintes rácios: 60.000 em Angola, 45.000 em Moçambique e 15.000 na Guiné-Bissau. Era uma guerra colonial dispendiosa<sup>205</sup>.

Aduzia-se que apenas a África do Sul tinha escapado às incursões nacionalistas africanas, facto que não se aplicava ao Sudoeste Africano, entretanto, também, alvo de acções armadas.

Assim, não seria de estranhar que, num futuro próximo, Pretória tivesse que promover um dispositivo militar, de modo a contemplar toda a África Austral, com o objectivo de garantir a sua própria defesa.

Uma outra notícia citada no “Sechaba”, fundamentada em fontes norte-americanas, indicava o encontro frequente e secreto entre oficiais portugueses, sul-africanos e rodesianos. As reuniões tinham uma periodicidade mensal, e juntavam representantes do Exército, Força Aérea e Polícia, usualmente com a patente de coronel, em capitais africanas.

As cidades anfitriãs eram, habitualmente, Salisbúria, Pretória e Lourenço Marques. Por vezes, Luanda, também acolhia o mesmo tipo de eventos.

---

<sup>205</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Sechaba*, Vol. 2, Nº. 6, June 1968, p. 3.

Ao nível dos resultados concretos dos encontros, apontava-se o sobrevoo do espaço aéreo e a utilização de aeródromos militares dos países em causa, a troca de informações, e a extradição de indivíduos considerados guerrilheiros.

Afirmava-se, ainda, que a concertação mencionada tinha-se tornado mais assídua nos últimos meses.

Após a citação da nota informativa referida, o boletim do ANC aludia à respectiva evidência para os povos africanos do conluio exposto entre os regimes brancos. E acrescentava: “We have long been aware of the existence of the unholy alliance by which White domination is maintained in Southern Africa”.

Na sequência deste comentário, reproduzia-se uma afirmação do presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, onde este declarava que a luta dos africanos “«will have to involve the obliteration not only of the political system of colonialism as such, but also those elements in the present economic structure in Southern Africa which buttress the position of the white man, be he Portuguese, British or Boer»”.

Citando-se, igualmente, o Administrador da província sul-africana do Natal, Theo Gerdener, este alertava para o carácter regional da guerra que envolvia os portugueses e os rodesianos, e perante a qual os sul-africanos deviam permanecer alertas.

Os termos deste apontamento noticioso, baseado na comunicação social sul-africana, eram revelados nas seguintes palavras: “«The Administrator of Natal, Theo Gerdener, appealed to (White) South Africans to give more tangible proof of their appreciation to those people, particularly the Portuguese, who were fighting terrorists in Southern Africa. He said it was unwise to assume that terrorist activities were directed only at the Portuguese and Rhodesians or that it was only the actions of a few thousand

disorganized and ill-trained insurgents, who would in time disappear into the bushes from where they came»<sup>206</sup>.

Finalmente, o boletim, à semelhança da retórica inicial, apelava ao estabelecimento da liberdade na África do Sul: “In our lifetime we shall celebrate South Africa Freedom Day in our own land! Let us constantly re-dedicate ourselves to bringing that day closer”<sup>207</sup>.

Os documentos atrás mencionados demonstram que a “aliança ímpia”, tal como foi designada a associação entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia, foi denunciada, logo, em 1960 e, depois, ao longo desta década.

Ela, como também ficou comprovado, foi exposta por nacionalistas africanos e políticos britânicos.

Do lado dos poderes brancos, o entendimento quis-se discreto e, por isso, nunca acolheu o reconhecimento explícito desse encontro de vontades, a um nível oficial superior e formal<sup>208</sup>.

Embora, tanto do lado sul-africano como rodesiano, se tenham erguido vozes a incentivar uma maior colaboração entre Lisboa, Pretória e Salisbúria, esse apelo raramente contou com a anuência de governantes sul-africanos ou rodesianos, apesar da

---

<sup>206</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Sechaba*, Vol. 2, Nº. 6, June 1968, p. 4; A declaração em causa, da autoria do Administrador da Província do Natal, Theo Gerdener, foi expressa no decurso de uma angariação de fundos para a organização sul-africana “Portuguese Fighting Soldiers Comforts Fund”. Esta agremiação visava apoiar os soldados portugueses que combatiam no Ultramar, nomeadamente, em Moçambique. Na ocasião foi realçada a interdependência entre Portugal, a Rodésia e a África do Sul, na medida em que enfrentavam um inimigo comum. Cfr. Michael Morris, *Terrorism*, Cape Town, Howard Timmins, 1971, p. 81.

<sup>207</sup> Idem; Na informação, proveniente da Embaixada de Portugal, em Londres, que acompanhou o exemplar da revista “Sechaba”, e dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, é igualmente relevado o papel da comunidade indiana residente na África do Sul na luta nacionalista africana. De facto, o diplomata luso que a redigiu, referiu tal participação, baseada numa entrevista concedida pelo Dr. Y. M. Dadoo, antigo “Presidente do South African Indian Congress”, onde este declarou que “«o povo africano de toda a África meridional, nos territórios portugueses de Moçambique e Angola e Guiné-Bissau (sic), na Rodésia e África do Sul estão agora envolvidos numa luta de vida ou de morte»”, “em que a comunidade indiana da África do Sul”, “«tem também um papel definido e significativo»”. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Londres, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1 de Julho de 1968*.

<sup>208</sup> Este facto, não excluiu que, por vezes, se tenham manifestado opiniões de governantes, sobretudo sul-africanos, favoráveis a uma colaboração mais estreita entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia.

liberdade de informação vigente nestes países possibilitar a publicação de notícias sobre o assunto.

Aquelas declarações provinham, maioritariamente, de membros da oposição sul-africana e rodesiana, que desobrigados dos condicionalismos próprios da governação, sentiam-se mais libertos para manifestar opiniões consideradas, por alguns, polémicas, senão, mesmo, inconvenientes.

No caso português procurava-se a discrição devido, sobretudo, a duas ordens de razões: primeiro, porque tal colaboração existia e era uma mais-valia para as forças lusas que não convinha publicitar e, por outro lado, a Lisboa não interessava a colagem a Pretória, na medida em que esta reconhecia-se no sistema do “apartheid”. Ora, esta doutrina colidia com o multiracialismo veiculado por Lisboa.

Também, no que dizia respeito à Rodésia, o executivo luso pautava-se pela prudência devido às desavenças entre Ian Smith e o governo de Londres, que contou com um agravamento, após a Declaração Unilateral de Independência de aquele território em relação ao Reino Unido, em Novembro de 1965.

A cautela do governo português fincava-se na manutenção da “mais velha aliança” e na tentativa de evitar o ressurgimento de antigas tensões entre os dois países no continente africano, que já havia testemunhado, entre outros episódios, o drama do ultimato britânico de 1890.

Assim, apesar do bom relacionamento entre Lisboa e Salisbúria, preferiu-se não ir além de relações consulares entre as duas capitais, para evitar constrangimentos face à Grã-Bretanha. Embora, na prática, os consulados funcionassem como verdadeiras embaixadas, actuando como tal.

Contudo, a evolução da guerra, em África, no biénio de 1967/68, isto é, acompanhando, também, a transição de Salazar para Caetano, sofreu um desenvolvimento que conduziu

a uma maior aproximação entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia. Isto, sem se pretender descurar a aparência de um relacionamento reservado.

Na realidade, os ataques combinados da ZAPU/ANC na Rodésia, as incursões da FRELIMO na província moçambicana de TETE, e as acções da SWAPO no Sudoeste Africano, associadas, por vezes, a movimentos de libertação que pelejavam no sul de Angola, preocupavam, crescentemente, os poderes brancos na região.

Esta inquietação proporcionou, em última análise, as condições para o estabelecimento, em Outubro de 1970, do ultra-secreto acordo ALCORA, que contará, adiante, com um tratamento autónomo.

Ora, a convenção ALCORA, traduziu-se na formalização do entendimento, já existente, entre o eixo Lisboa – Pretória – Salisbúria, mas, agora, obtendo o compromisso e a chancela oficial das autoridades dos três países. Simultaneamente, o ALCORA favoreceu a definição de estratégias e a edificação de organismos conjuntos com o objectivo de ajustar propósitos, dinamizar meios e concretizar planos concertados.

À medida que as operações militares se intensificavam, a entreajuda que reunia os três pólos mencionados, tornava-se mais evidente.

Entretanto, os generais de Marcello Caetano tentavam uma nova abordagem militar, no sentido de apressar um desfecho para o conflito, que proporcionasse, senão a vitória, pelo menos, a possibilidade de os políticos conseguirem negociar o futuro dos territórios ultramarinos numa posição vantajosa.

Era o tempo de grandiosas iniciativas militares: grandes, na ousadia, como foi o caso da operação “Mar Verde”, dirigida contra a Guiné-Conakry; ou, atendendo, ao aparato bélico envolvido, tal como se verificou na operação “Nó Górdio”, no norte de Moçambique.

Esta época caracterizou-se pelo expoente máximo ao nível do relacionamento castrense entre Portugal, a Rodésia e a África do Sul, constituindo, esta última, o pivô e o elo mais forte da aliança em análise.

Isto, a par da concretização de projectos de grande dimensão, cujo exemplo paradigmático consistiu na construção da barragem de Cabora-Bassa, em Moçambique.

Daí, não se estranhar, o facto de a “Aliança Ímpia” continuar a ser objecto de indignação e denúncia, por parte de certos sectores políticos, com reflexos na comunicação social.

De facto, no jornal “The Rhodesia Herald” (Salisbury), de 21 de Junho de 1973, publicou-se um artigo, sob o título “Unholy Alliance, segundo o qual, a deputada trabalhista inglesa, Judith Hart<sup>209</sup>, criticou a prevista comemoração do sexto centenário da aliança luso-britânica<sup>210</sup>.

No decurso de um encontro organizado pelo movimento “Anti-Apartheid”, Hart, apelou ao fim da “unholy alliance”, que reunia Portugal, a África do Sul e a Grã-Bretanha, na ONU, em redor de assuntos africanos.

---

<sup>209</sup> Judith Hart já era conhecida das autoridades portuguesas e, inclusivamente, em 13 de Julho de 1962, encontrou-se com Franco Nogueira, que, a propósito, registou o seguinte: “Recebi a deputada trabalhista britânica Sr.<sup>a</sup> Judith Hart. Confrontámos teses sobre democracia, liberdade, colonialismo, etc. A Sr.<sup>a</sup> Hart veio para assistir ao julgamento de Arlindo Vicente [militante comunista]. Disse-me que estava perfeitamente satisfeita com a liberdade do julgamento, a imparcialidade do tribunal, os direitos de defesa do arguido. E que agradecia ao governo português as facilidades que lhe havia concedido”. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1986, pp. 33-34.

<sup>210</sup> Na realidade, em Julho de 1973, efectuou-se uma visita de Estado ao Reino Unido, protagonizada, do lado português, por Marcello Caetano. Esta pretendeu retribuir a viagem realizada a Lisboa, pelo Duque de Edimburgo, no ano anterior, e com o mesmo propósito. A ida de Caetano à capital inglesa foi marcada pela controvérsia, em redor do caso Wiriyaamu, associado a atrocidades praticadas por tropas portuguesas, nessa localidade, em Moçambique. “A oposição trabalhista assumiu imediatamente a divulgação da notícia, nomeadamente através de uma conferência no âmbito do grupo de Chatham House, um centro de reflexão político e económico muito ligado aos meios progressistas e ao Partido Trabalhista, exigindo ao primeiro-ministro, Edward Heath, que cancelasse a visita oficial do Presidente do Conselho de Portugal”. Apesar da contestação, a viagem de Caetano concretizou-se. Cfr. Pedro Feytor Pinto, *Na Sombra do Poder*, 1ª ed., Publicações Dom Quixote, 2011, p. 229.

Inclusivamente, em determinado momento, questionou: “«How can we be asked to celebrate with a country which is fighting a colonial war in Africa and is allied to South Africa and Rhodesia to sustain their “apartheid” and oppression? »”<sup>211</sup>.

É interessante notar que, tal como Rosalynde Ainslie, em 1962, Judith Hart, onze anos depois, criticou o facto de, alguma forma, o Reino Unido ser conivente com a “Aliança Ímpia”, desta vez, ao nível das Nações Unidas.

Em 1974, com a transformação política ocorrida, em Portugal, devido ao 25 de Abril, e ao conseqüente desmembramento do império português, a coligação entre os poderes brancos, em África, perdeu um pilar fundamental, e as críticas dirigidas a essa aliança desvaneceram-se.

---

<sup>211</sup> AHD-MNE, PAA 368, *The Rhodesia Herald*, June 21, 1973.

### **2.3 A política da RAS de aproximação a certos países africanos**

A política sul-africana de aproximação a certos países africanos, face ao facto de Pretória ter constatado um crescente isolamento internacional, devido à política do “apartheid”, o país compreendeu que necessitava de uma visibilidade externa mais positiva.

Este interesse conduziu à aproximação a certos países ocidentais, como foi o caso de França, mas ainda com uma maior determinação, no caso de Portugal e da Rodésia.

No caso português, os laços tornaram-se mais firmes após o começo da guerra em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, e em relação à Rodésia, a partir do momento em que ocorreu a ruptura entre esta e o Reino Unido, dando origem à Declaração Unilateral de Independência, em Novembro de 1965.

A relativa abertura sul-africana contemplou, ainda, a melhoria de relações com a Zâmbia e, sobretudo com o Malawi, onde, neste último caso, foram relevantes os bons ofícios de Portugal.

----- x -----

Atendendo às fontes consultadas, apercebe-se que a África do Sul, desde o final dos anos 50, procurou quebrar um certo isolamento internacional a que estava votada.

Os territórios africanos portugueses constituíam, nesse âmbito, um passo lógico pela contiguidade territorial e pela orientação politico-ideológica seguida pelo regime português.

Embora existissem discordâncias ao nível do carácter racial das sociedades em causa e tensões de índole geo-estratégico que eram notórias, as afinidades também se verificavam. Nomeadamente, a luta contra os movimentos independentistas, o comunismo e pela presença branca em África. Acresce que na hipótese de ataque ao

Ultramar português, o que já era razoavelmente previsível, os territórios lusos formavam, na óptica sul-africana, um cordão securitário.

Neste contexto, para além de Portugal, convinha na perspectiva de Pretória, assegurar a simpatia ou pelo menos a neutralidade de outros países africanos, assim como uma melhoria na imagem internacional, que se reflectisse na ONU.

Dáí não se estranhar a informação baseada no jornal “Rand Daily Mail”, de 29 de Setembro de 1959, acerca de declarações produzidas nas Nações Unidas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Eric Louw. Este ofereceu a cooperação do seu país em “questões de interesse comum” aos países africanos independentes, e aos outros territórios com diferente estatuto, como eram os casos de Angola e Moçambique. Informando Lisboa sobre a iniciativa, o embaixador Caldeira Queiroz realçou a alteração ao nível do discurso, uma vez que em recentes declarações sobre a mesma matéria, aquele governante tinha omitido os territórios portugueses e, noutra ocasião, referiu-se a estes como colónias<sup>212</sup>.

É importante o facto de o diplomata português ter assinalado a mudança dos termos utilizados em relação aos territórios portugueses, pelas autoridades sul-africanas, uma vez que eram um factor de incómodo para o executivo luso. Isto porque, por vezes, aparecia no discurso oficial sul-africano a designação de colónias portuguesas, contrariando a terminologia portuguesa da época que já adoptava a expressão “territórios ultramarinos” desde a revisão constitucional de 1951.

Seguindo a estratégia de melhoria da imagem externa de Pretória, o PM da África do Sul, John Vorster, concedeu uma entrevista à “US News & World Report”, de 14 de Novembro de 1966, sob o título “The Story of Race and Progress in Africa’s Richest Nation”. Nesta, o dirigente sul-africano negou a existência de qualquer tipo de aliança

---

<sup>212</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1129, *Informação enviada pela embaixada de Portugal na União da África do Sul ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, e datada de 30 de Setembro de 1959.*

“branca”, e afirmou que depositava esperanças na melhoria do relacionamento entre todos os países – “brancos e pretos” – da África Meridional.

Acrescentou ainda que a África do Sul não prosseguia desígnios “agressivos ou imperialistas”. Com bastante pormenor, Vorster respondeu a questões relacionadas com o “apartheid”, o Sudoeste Africano e a eventual defesa perante agressões vindas do exterior. Também foca aspectos que, na sua opinião, explicam a pujança económica do país<sup>213</sup>.

Entretanto, ocorreram alguns factos que mereceram a atenção regional incluindo a da África do Sul. Verificou-se uma tensão crescente no relacionamento entre a Rodésia e a Grã-Bretanha, originada na declaração unilateral de independência daquela, e que nos anos de 1966-67 sofreu um agravamento devido ao embargo petrolífero a Salisbúria promovido por Londres sob mandato das Nações Unidas. Foi igualmente em meados dos anos 60 que a SWAPO se tornou mais activa na faixa de Caprivi, batendo-se pela independência do Sudoeste Africano face à República da África do Sul. Acresce ainda o facto de a guerra em Angola ter ganho uma nova frente, na região leste, o que preocupou as autoridades portuguesas e não deixou indiferentes as sul-africanas.

Assim, não é de estranhar que quase um ano depois, em 1 de Outubro de 1967, o jornal sul-africano “Sunday Times” abordava uma “Doutrina Monroe” sul-africana, adaptada à África Meridional. Aludindo a declarações de John Vorster, referiu-se que, em consequência, a tradução prática das mesmas deveria ser o estabelecimento de “uma linha de Angola, através da Rodésia, até Moçambique, além da qual os terroristas encontrarão resistência não só dos países interessados mas também, possivelmente, das unidades policiais sul-africanas”.

---

<sup>213</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368 Informação dirigida pela Embaixada de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros datada de 25 de Novembro de 1966.

Por outras palavras, na origem, a Doutrina mencionada significava o afastamento das ideologias e influências europeias face à América; No caso de Pretória traduzia-se no mesmo em relação às orientações políticas e respectivos movimentos de libertação. Estes deveriam ser banidos da África Meridional e, conseqüentemente, a África do Sul procurava estreitar o relacionamento com os Estados africanos moderados.

Assim, mencionava-se, igualmente, o afastamento progressivo da África do Sul em relação à tradicional política da neutralidade. A crescente aproximação à Rodésia tinha sido perceptível desde a UDI e o mesmo tinha-se verificado em relação a Angola e Moçambique. Assim, seria de esperar uma intensificação da cooperação militar entre os três Estados, com um crescente envolvimento operacional de Pretória. A maior oposição residia na OUA e nos seus membros mais activistas<sup>214</sup>.

Contudo, existiam Estados africanos que preferiam não hostilizar ostensivamente a África do Sul e Portugal. Procuravam exportar uma imagem de solidariedade com o nacionalismo africano e simultaneamente não afrontar abertamente os poderes brancos. Era uma posição próxima da neutralidade.

Neste caso encontrava-se a Zâmbia que dependia de Angola para o trânsito do seu comércio e temia o potencial bélico e económico de Pretória.

A expressão desta duplicidade foi manifestada num documento de 16 de Setembro de 1968, que informava acerca da proibição das actividades do Pan-Africanist Congress of South Africa (PAC), na Zâmbia.

A justificação prendia-se com o alegado conhecimento de Kaunda, do desenvolvimento de actividades subversivas contra o país e que poderiam, inclusivamente, considerar a eliminação daquela personalidade. O Presidente estaria ainda consciente de que um

---

<sup>214</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368 Informação proveniente da PIDE em Moçambique e dirigida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros sob o título a «A Doutrina Monroe na África Meridional», datada de 20 de Outubro de 1967.

auxílio mais ostensivo aos partidos nacionalistas no exílio poderia desencadear, por parte da Rodésia, Portugal ou a África do Sul, “uma acção punitiva contra a Zâmbia”.

Acrescenta-se que esta posição confirma a perspectiva moderada de Kaunda, ao contrário de outras correntes no país que advogavam uma ajuda mais efectiva aos partidos em causa.

Realçava-se, ainda, o facto de o PAC corresponder a uma facção dissidente do ANC, “segundo este uma linha soviética, enquanto aquele se inclinava mais para a China”. O primeiro manteria ligações com o partido rodesiano ZANU, rival do ZAPU, que se encontraria, na Zâmbia, numa situação igualmente precária<sup>215</sup>.

Note-se o ênfase na posição moderada de Kaunda devido à sua localização geoestratégica e igualmente justificada por rivalidades internas que, supostamente e no extremo, poderiam colocar em perigo a vida do dirigente zambiano. Aliás, a propósito do alinhamento das unidades políticas do continente negro, o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Patrício colocava a Zâmbia, a par com o Congo Leão e o Senegal, na categoria de “Estados com relações e atitudes equívocas, variáveis ou evolutivas”<sup>216</sup>.

No âmbito das Nações Unidas, também se reconheceu, mediante um relatório preparado pelo Comité Apartheid, a existência de uma “política de abertura” da África do Sul em relação aos Estados africanos.

No entanto, foi entendido que esta orientação seria apenas um expediente para garantir o acesso a novos mercados, e justificada, igualmente, por razões de segurança. Em conformidade, deveria ser mantida a política de sanções contra a África do Sul e a “assistência moral, política e material aos «povos oprimidos»”.

---

<sup>215</sup> Cfr. AHD-MNE PAA-368, *Informação da Embaixada de Portugal em Londres, dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, datada de 16 de Setembro de 1968.*

<sup>216</sup> Cfr. Manuel Braga da Cruz; Rui Ramos (Org.), *Marcelo Caetano: Tempos de Transição*, 1ª ed., Porto Editora, 2012, p.294; Cfr. no mesmo sentido, entrevista realizada pelo autor a Rui Patrício no Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 2007.

Aludiu-se ainda ao fortalecimento da aliança militar entre a África do Sul, Rodésia e Portugal, e às relações económicas que os unem, destacando-se os acordos sobre o aproveitamento do Cunene e Cabora Bassa<sup>217</sup>.

É interessante relevar que a política de um menor isolamento de Pretória a nível regional já se havia iniciado em meados da década de sessenta com a aproximação ao Malawi. Este contacto foi, em grande parte, proporcionado pela diplomacia portuguesa que via no Dr. Hastings Banda um aliado interessante tanto a favor de Lisboa como de Pretória.

O Eng. Jorge Jardim, conselheiro privilegiado de Salazar para as questões africanas, tinha constatado a importância e a necessidade de se poder contar com o apoio do Malawi. A posição estratégica deste país, nomeadamente devido ao Lago Niassa bordejar com a fronteira moçambicana, constituía um foco de instabilidade que era aproveitado pelos movimentos de libertação. Daí o Presidente do Conselho português compreender as sugestões de Jardim e a necessidade de estabelecer uma relação de grande cumplicidade com o executivo de Banda.

Nesta manobra diplomática, o governo português considerou a utilidade de envolver a África do Sul, promovendo a referida aproximação entre Zomba e Pretória.

Na realidade, os dois Estados decidiram estabelecer relações diplomáticas em Setembro de 1967 e já anteriormente, em Março do mesmo ano, tinham assinado um acordo comercial<sup>218</sup>.

O bom relacionamento foi confirmado por uma viagem realizada pelo PM Vorster a Zomba em 1970, na sequência da qual foi acordado elevar as respectivas representações diplomáticas de Legações para Embaixadas. No processo, o então representante do

---

<sup>217</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama enviado pela Missão Permanente de Portugal na ONU para o MNE, e datado 9 de Dezembro de 1969.*

<sup>218</sup> Cfr. Roger Pfister, *Apartheid South Africa and African States: from Pariah to Middle Power, 1961-1994*, London, Tauris Academic Studies, 2005, p.40.

Malawi, Richardson, que era ainda um diplomata de nacionalidade inglesa, foi substituído em Abril de 1971 por Joe Kachingwe, que se tornou no primeiro Embaixador negro acreditado em Pretória. O diplomata, que já tinha exercido funções no país em 1968, questionado sobre o facto de o Malawi poder constituir uma ponte entre a África do Sul e os outros Estados africanos, respondeu que o país prosseguia uma política de “porta aberta”<sup>219</sup>.

Do lado sul-africano, a ideia era a de manter o encarregado de negócios, Wertzell, promovendo-o a Embaixador<sup>220</sup>.

Como corolário da aproximação entre os dois países, o Presidente Banda efectuou uma visita oficial à África do Sul em Agosto de 1971, a primeira de um chefe de estado negro a este país. Consequentemente, a OUA criticou este desenlace, considerando que Estados-membros não deveriam relacionar-se com o regime sul-africano.

Note-se a importância da elevação das representações diplomáticas do Malawi e da África do Sul, nos respectivos países, à categoria de Embaixadas e a indicação do primeiro diplomata negro na África do Sul; em determinado momento, os norte-americanos também indicam um diplomata negro.

Na interpretação da Embaixada portuguesa em Pretória, é provável que a viagem tenha sido aproveitada pelo executivo sul-africano, tanto a nível interno como externo.

No primeiro domínio, para demonstrar a justeza política de uma maior abertura ao relacionamento com Estados africanos, num momento em que ela era, ainda, objecto de grande contestação nos meios nacionalistas mais conservadores. No plano exterior, para justificar o facto de o “apartheid” não ser um obstáculo a uma maior aproximação

---

<sup>219</sup> no original, “an open-door policy”. Cfr. “Pretoria News”, 29 July 1971; note-se, a título de curiosidade, que um outro diplomata de Zomba referiu-se a Kachingwe como o “primeiro mártir da carreira diplomática do Malawi”. Este comentário foi ouvido e relatado para Portugal pelo Embaixador luso no Malawi, Vasco Futscher Pereira. Cfr. AHD-MNE, PAA 959, *Aerograma proveniente da Embaixada de Portugal em Zomba, e dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 28 de Julho de 1971.*

<sup>220</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 959, *Documento enviado pela Embaixada de Portugal, em Zomba, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 14 de Junho de 1971.*

àqueles Estados. O problema mais delicado estava, aparentemente, na futura vivência diária de um indivíduo negro numa região – o Transval -, onde o racismo permanecia muito entranhado nas mentalidades locais. Embora a questão da residência tenha sido resolvida com a construção do bairro diplomático<sup>221</sup>, a rotina diária de um indivíduo negro, mesmo protegido com credenciais diplomáticas, não se avizinhava fácil. De qualquer forma, a visita do Chefe de Estado do Malawi e a estadia prolongada de um diplomata negro na África do Sul foi entendida como um teste à política de boa vizinhança com os Estados africanos<sup>222</sup>.

Em 1972, no decurso de conversações luso-sul africanas, foi referido a propósito da situação das relações externas da África do Sul que as perspectivas eram as seguintes: “falência da política de diálogo com os Estados africanos”; “ruptura dos incipientes laços de cooperação com Madagáscar”; “esfriamento das relações com o Botswana”; “afastamento e hostilidade por parte do Lesoto”; “cooperação com o Malawi, Maurícias e Swazilândia”; prosseguir o relacionamento com a Zâmbia mas favorecendo o encerramento da fronteira deste país com a Rodésia e a participação da África do Sul no combate anti-subversivo ao lado dos rodesianos; pressupunha-se, ainda, a possibilidade de um eventual acordo entre a Rodésia e a Grã-Bretanha; finalmente, ao nível das relações com as Nações Unidas, sobressaía o problema do Sudoeste Africano<sup>223</sup>.

---

<sup>221</sup> A construção do bairro diplomático surgiu, em simultâneo, com a aproximação da África do Sul aos Estados negros. Os primeiros residentes no empreendimento foram, precisamente, os diplomatas do Malawi, que ocuparam as duas habitações iniciais. Este bairro foi objecto de alguma controvérsia, com eco na comunicação social sul-africana de língua inglesa, sendo considerado, de certa forma, um “gueto” diplomático.

<sup>222</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 959, *Documento enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 16 de Julho de 1971.*

<sup>223</sup> Cfr. AHD – MNE, PAA 368, *Apontamento intitulado “Conversações luso-sul africanas” e redigido pelo funcionário do MNE Pedro Catarino, datado de 8 de Fevereiro de 1973.*

## 2.4 A Diplomacia Bilateral

As relações entre Portugal e a África do Sul são antigas e podem-se balizar, como um marco essencial, desde a guerra anglo-bóer (1899-1902) até aos dias de hoje.

Na realidade, no início do século XX, quando se verificou o conflito entre os descendentes de holandeses e os ingleses, na tentativa de dominar o território, os portugueses ofereceram alguma protecção aos bóeres, através do trânsito de soldados e equipamento pelos espaços africanos lusos.

Contudo, após a consolidação do poder bóer, do domínio do Partido Nacional e da criação da República da África do Sul, em 1961, as relações bilaterais nem sempre foram lineares. Pelo contrário, a par da sintonia respeitante à ameaça proveniente dos movimentos de libertação, existia um distanciamento ao nível das organizações das respectivas sociedades: Portugal pugnava por sociedades multi-raciais e não se queria ver associado ao “apartheid” ou à política do “apartheid”. Pelo seu lado, Pretória dissociava-se do colonialismo português.

Apesar das diferenças assinaladas, as afinidades prevaleceram na maioria dos casos e, daí, o entendimento entre os dois Estados, em matérias cruciais.

----- x -----

“Não pode haver dúvidas sobre a firmeza que anima a União [da África do Sul] de defender-se e procurar sobreviver por todos os meios ao seu alcance: dentro da moral internacional se possível, fora dela se necessário”<sup>224</sup>.

---

<sup>224</sup> Transcrição de uma afirmação do Secretário-Geral do MNE da África do Sul, Embaixador Jooste, elaborada pelo representante máximo de Portugal naquele país, Embaixador Caldeira Queiroz, no decurso de uma conversa entre ambos. AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama (Nº 21) enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Janeiro de 1960.*

As relações entre Portugal e a África do Sul são antigas e, a título de exemplo, refira-se que, no início do século XX, combateram do mesmo lado, no decurso da I Guerra Mundial, contra a ameaça patenteada pelos alemães, em África<sup>225</sup>.

Anteriormente, em 1880, um grupo de cerca de trezentos bóeres já se haviam estabelecido em Angola, na região de Huíla e, na sequência da guerra anglo-bóer (1899-1902), os portugueses manifestaram simpatia pelos descendentes dos holandeses, testemunhando-o através de gestos humanitários e do acolhimento de refugiados<sup>226</sup>.

Contudo, é a partir de meados dos anos 50 do século passado, que se verificam registos de uma maior intensidade no relacionamento bilateral, pelo menos, ao nível de uma época mais recente.

Em 1955, e daí em diante, verificou-se uma preocupação com a expansão comunista, a ameaça proveniente do projecto ideológico de Nehru e a pressão oriunda das Nações Unidas no sentido de estimular o movimento descolonizador, também, em África.

Inclusivamente, nesse ano, surgiu uma proposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Sul-Africana dirigida ao Embaixador português no país, sugerindo-se a realização de um convénio que juntasse representantes da Bélgica, Federação da Rodésia e da Niassalândia, França, Reino Unido, Portugal e União da África do Sul. O objectivo seria a troca de percepções, delinear estratégias futuras e estreitar laços entre os participantes<sup>227</sup>.

O estreitamento de relações, pressentia-se, não apenas devido a iniciativas de carácter multilateral, que englobava Portugal e a África do Sul, mas, igualmente, atendendo a outro tipo de indícios, cujo enfoque se situava no domínio bilateral.

---

<sup>225</sup> Cfr. Richard Pattee, *África do Sul, vizinha de Portugal*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1971, p. 507.

<sup>226</sup> Idem, pp. 505-506.

<sup>227</sup> Cfr. Amélia Neves de Souto, *Caetano e o Ocaso do "Império": Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2007, p. 303.

Num apontamento, oriundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros luso, datado de 14 de Janeiro de 1956, relatava-se uma conversa entre as autoridades portuguesas e sul-africanas. Nesta, lembrava-se que, à proposta da União da África do Sul para a elevação das respectivas missões diplomáticas à categoria de Embaixadas, estava implícito a exclusividade do representante de Pretória em Lisboa<sup>228</sup>.

É de notar, que nesta época, já tinha existido a troca de ministros plenipotenciários<sup>229</sup>. Ora, o reparo em causa, justificava-se pelo facto de a existência de um chefe de missão designado para exercer funções num único país testemunhar a consideração e o apreço que se tinha por esse relacionamento bilateral.

Pelo contrário, a indicação de um Embaixador com a responsabilidade de representar o seu país numa pluralidade de Estados, poderia ser interpretado como um menor interesse e atenção face a uma determinada entidade política que, em conformidade, se sentia diminuída em termos de importância. Era, precisamente, esta segunda situação que Lisboa pretendia evitar quanto ao representante de Pretória.

Uma preocupação que irá acompanhar a África do Sul, durante a vigência do sistema de “apartheid”, é a reacção da sociedade internacional em relação ao mesmo, nomeadamente quando as iniciativas provêm de unidades políticas consideradas próximas de Pretória.

Esse estado de espírito manifestou-se no desagrado sentido pela União da África do Sul, em resultado da abstenção portuguesa na ONU, quanto à inscrição na agenda da

---

<sup>228</sup> Cfr. AHD – MNE, PAA 1129, *Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, redigido por Vasco da Cunha, e datado de 14 de Janeiro de 1956.*

<sup>229</sup> Na realidade, desde 1954, que o General Adolfo do Amaral Abranches Pinto, exercia as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário. Cfr. Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Anuário Diplomático e Consular Português (Referido a 31 de Dezembro de 1954)*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1955, p. 85. Anteriormente, em 1953, o representante máximo de Portugal na União da África do Sul, Francisco de Paula Brito Júnior, tinha a categoria de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de 2ª classe. Cfr. Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Anuário Diplomático e Consular Português (Referido a 31 de Dezembro de 1953)*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1954, p. 87.

Assembleia Geral de uma queixa da Índia e do Paquistão, face ao tratamento dos seus conterrâneos naquele Estado.

Assim, seguiram instruções dirigidas à representação lusa na ONU, semelhantes às enviadas ao Embaixador português em Pretória, no sentido de sensibilizar a delegação sul-africana para a delicada situação da comunidade portuguesa vizinha da União Indiana, e o desejo de não querer perturbar as “excelentes relações” mantidas com o Paquistão.

Simultaneamente foi lembrada a recente votação lusa contra a resolução apresentada nesse fórum, condenatória do “apartheid”. Se Portugal tivesse, nessa ocasião, atendido apenas ao seu interesse, ter-se ia absterido, atendendo à “política de não discriminação racial”, tradicionalmente assumida pelo país<sup>230</sup>.

Numa lógica semelhante, embora mais abonatória para Portugal, o Embaixador português na União da África do Sul reportava, em 1957, às “Necessidades”, a preocupação das autoridades sul-africanas face à posição de certos Estados ocidentais na ONU, que “sistematicamente se absteriam” de votar a favor de Pretória, quando se tratava, nomeadamente, de questões relacionadas com a situação de não europeus no país. Entre aqueles, mencionou-se a França, a Nova Zelândia e a Holanda, e esclareceu-se que Portugal representava uma excepção.

Por uma questão de fidelidade ao princípio da “legalidade”, o executivo sul-africano votava, até recentemente, alinhado com a Grã-Bretanha e a França. Mas, uma vez que estes não adoptavam o mesmo critério, Pretória iria optar, doravante, pela norma da

---

<sup>230</sup> Cfr. AHD – MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Delegado Permanente de Portugal, junto das Nações Unidas, em Nova York, e datado de 5 de Fevereiro de 1957.*

reciprocidade e, sobretudo, só ofereceria o seu voto aos países que tivessem iniciativas equivalentes, no tocante aos seus assuntos de política interna<sup>231</sup>.

Ainda no âmbito do destaque que se pretendia dar às relações luso-sul-africanas, transmitiu-se, no começo de 1959, às autoridades deste país, a importância atribuída por Portugal, no que respeitava à nomeação do Dr. Henrique Bacelar Caldeira Queiroz, como Embaixador na União da África do Sul. Este transitou de Secretário-Geral do MNE<sup>232</sup> para aquele posto, pretendendo-se realçar a alta consideração que se reconhecia ao relacionamento bilateral<sup>233</sup>.

Na sequência da crescente cumplicidade entre os dois Estados, verificou-se uma conversa muito interessante entre o Embaixador português na África do Sul e o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano e o respectivo Secretário-Geral.

O diálogo discorreu acerca da percepção sul-africana sobre a política norte-americana para o continente africano, e que comprovava o facto do apoio ao nacionalismo africano se ter iniciado no final da Administração Eisenhower.

O início da reunião relevou o agrado com que tinha sido recebido na África do Sul, a designação de o antigo Secretário-Geral do MNE para Embaixador no país. O gesto foi interpretado como prova de que a África do Sul não se encontrava isolada perante o Ocidente e, a confirmar-se a indiferença ocidental, isso poderia ter consequências graves na sobrevivência do Estado na forma actual, isto é, com o predomínio da comunidade branca.

O diplomata português ficou convencido da necessidade, para os sul-africanos, da presença portuguesa, em África, e que se poderia contar com Pretória num pressuposto

---

<sup>231</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 8 de Março de 1957.*

<sup>232</sup> Cfr. MNE, *Anuário Diplomático e Consular (Referido a 31 de Dezembro de 1958)*, Imprensa Nacional de Lisboa, p. 30.

<sup>233</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Pretória, e datado de 24 de Janeiro de 1959.*

de razoabilidade. Concluiu, que em “circunstâncias desafogadas para a África do sul”, esta percepção “teria de ser revista e, possivelmente, revertida”.

O tópico seguinte compreendeu a perspectiva sul-africana face à política norte-americana para o continente. Louw considerou-a errada e com graves danos para o “desenvolvimento normal” e progressivo da região. Apresentou relatórios de Washington, que defendiam o apoio aos “nacionalismos negros”, nomeadamente, concertado em reuniões dos seus representantes diplomáticos e consulares, como teria acontecido há dias, em Lourenço Marques. Adiantou que, a falta de sensibilidade para as questões africanas, resultava da própria génese dos EUA e da ambição de alcançarem novos mercados, apropriando-se das respectivas matérias-primas – o que designou de “primarismo político e imperialismo económico”.

Curiosamente, o governante não se referiu à ameaça representada pela influência comunista em África (o que foi, devidamente, notado, mas sem comentários, pelo diplomata português), e concentrou-se no ataque ao posicionamento político de Washington, Bruxelas e Paris. Salientou a ausência de vontade, por parte da Bélgica e da França, em permanecer na região, e manifestou a convicção de que apenas a Rodésia do Sul e a União estavam determinadas a “sobreviver ou perecer”.

Reconhecia que, também, se podia contar com Portugal, e referindo o conjunto formado pelos territórios de Angola, Moçambique, Rodésia do Sul e África do Sul, considerou estes o “remanescente da projecção europeia, em África, e os únicos elementos que mantêm o propósito resolutivo de sobreviverem como tal”<sup>234</sup>.

Note-se a importância das questões tratadas no decurso desta reunião, onde se destacam três aspectos essenciais: o facto do apoio aos nacionalismos africanos já ter sido iniciado no final da Administração Eisenhower, e não apenas, posteriormente, com

---

<sup>234</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 17 de Junho de 1959.*

Kennedy; a percepção da vontade de belgas e franceses de abandonarem África; e que só a Rodésia do Sul, Portugal e a África do Sul estavam determinados em permanecer no continente negro.

Num outro encontro, ocorrido no Verão de 1959, reunindo, desta vez, o representante máximo português na União da África do Sul e o Primeiro-ministro Verwoerd, este relevou as vantagens da política do “apartheid”.

O diálogo desenrolou-se, sobretudo, em torno da política de “ «desenvolvimento paralelo» ”, adoptado, firmemente, pelo governo sul-africano.

O governante defendeu que as populações bantu não possuíam as bases culturais para acompanharem o ritmo civilizacional dos brancos. Daí, a opção de lhes proporcionar uma vida e educação separadas.

O diplomata português preferiu não fazer qualquer comentário, embora tenha pensado que tal sistema conduziria, inevitavelmente, à independência dos bantu, estimados em cerca de nove milhões de indivíduos. Seguidamente, o representante luso realçou a importância de África e da presença portuguesa no continente, incidindo no argumento civilizacional.

Quanto a Portugal, este adiantou que era agora possível observar os resultados de “30 anos de administração disciplinada, bem planeada, e nem sempre fácil para o Governo e os governados” – imagem, que impressionou favoravelmente Verwoerd, “que nela quis ver o espelho profético dos seus próprios esforços”<sup>235</sup>.

Ainda, em Agosto de 1959, ocorreu uma nova conversa entre Caldeira Queiroz e Louw. A reunião abordou os seis seguintes temas: O eventual apoio da África do Sul a Portugal, caso fosse agendado, novamente, a polémica em torno do artigo 73º, ou se a União Indiana levantasse problemas sobre Goa; Qual a posição de Lisboa, acerca do

---

<sup>235</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama (Nº 69) enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 24 de Agosto de 1959.*

interesse de Pretória em ser eleita para um dos lugares de Vice-Presidência da próxima Assembleia Geral das Nações Unidas; Preocupação quanto à introdução nos trabalhos da Assembleia, de assuntos relacionados com a comunidade indiana existente na África do Sul e o “apartheid”; A questão do Sudoeste Africano; O problema da Argélia; e, finalmente, a visita a África do Secretário-Geral das Nações Unidas.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, é dito que a África do Sul votaria do lado de Portugal se surgisse de novo a questão do artigo 73º, e assumiriam a mesma posição se fossem colocadas dificuldades pela União Indiana, nomeadamente, visando atingir Goa.

No que toca ao segundo ponto, agradeceu-se o apoio já manifestado por Portugal, e sugeriu-se uma iniciativa discreta para o mesmo efeito, a partir de Lisboa, dirigida “aos nossos amigos”, designadamente, Espanha, o Brasil, e outros Estados sul-americanos.

Em relação, a Brasília, Louw, lembrou que o seu governo apoiou, recentemente, o executivo brasileiro para um cargo elevado na Agência de Energia Atómica.

Quanto ao “apartheid” e ao problema relacionado com a comunidade indiana instalada no país, o governante, apelou à solidariedade dos “amigos”, uma vez que a África do Sul não tencionava participar nesses debates. O argumento, no caso dos indianos, era que estes não existiam enquanto tal, na medida em que possuíam nacionalidade sul-africana.

Acerca do Sudoeste Africano, não havia a intenção de ceder às pressões das Nações Unidas (e se o fizessem em algum domínio, seria apenas uma “manobra táctica”), e que estava convencido do agrado de Lisboa por não ter como vizinho, em Angola, um território tutelado pelas Nações Unidas.

Quanto à Argélia, concluiu-se que, no passado, ambos os países tinham apoiado as aspirações francesas. Contudo, agora, o problema estava muito dependente da posição norte-americana, e da qual não era de esperar uma atitude sensata.

Por último, abordou-se o périplo por África previsto pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, entre Dezembro de 1959 e Janeiro de 1960. A África do Sul tinha decidido não o convidar para visitar o país, embora não o impedisse caso fosse o seu desejo. De qualquer forma, Dag Hammarskjöld<sup>236</sup> teria manifestado a intenção de não percorrer “países africanos ao Sul do Congo”<sup>237</sup>.

No início de 1960, prosseguiram conversações muito interessantes entre Caldeira Queiroz e personalidades sul-africanas. Neste caso, o interlocutor foi o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Embaixador Jooste.

O diálogo abordou os seguintes oito aspectos:

- 1) O diplomata sul-africano expôs, energeticamente, a vontade do seu governo de defender o país e lutar pela respectiva sobrevivência, utilizando-se “todos os meios” para alcançar esse fim: “dentro da moral internacional se possível, fora dela se necessário”;
- 2) O mesmo agente diplomático sublinhou o facto de o Ocidente ter uma enorme responsabilidade em relação ao destino do continente africano, o que incluía a estratégia norte-americana para a região. Infelizmente assistia-se a uma demissão dos países ocidentais, cuja única excepção era representada por Portugal. As transformações tinham ocorrido muito rapidamente, o que obrigava a um acompanhamento diário da situação para “remediar ou combater o mal que antecipamos para amanhã”;
- 3) A resignação ocidental oscilava entre a ausência de sensibilidade dos EUA para os problemas africanos, e a abdicação e “falta de combatividade” de Estados, como a Bélgica e a Grã-Bretanha;

---

<sup>236</sup> Dag Hjalmar Agne Carl Hammarskjöld, de nacionalidade sueca, nasceu na localidade de Jonkoping (Suécia), em 29 de Julho de 1905, e faleceu num acidente de aviação, no decurso de uma missão de paz no Congo, em 18 de Setembro de 1961. Ocupou vários cargos de relevo político e institucional, destacando-se como Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), entre 10 de Abril de 1953 e a data da sua morte. Cfr. <http://www.un.org/Overview/SG/sg2bio.html>.

<sup>237</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama (Nº 70) enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 24 de Agosto de 1959.*

4) Quanto a esta última, Jooste, apelidou, ironicamente, a sua política como “ «renúncia criadora» ”. Com isto quis significar a cegueira britânica, ao pensarem que conseguiam substituir por coisa “nova aquilo a que renunciaram”. Consequentemente iriam perder influência em espaços que jamais retomariam, e fragilizar, progressivamente, a “sobrevivência do branco em África”;

5) No que respeita à Federação das Rodésia e Niassalândia, o representante sul-africano, defendeu a necessidade de consistência do projecto, embora, afastado, “tanto quanto possível” da tutela inglesa. Contudo, não deixou de notar que, na sua opinião, a Rodésia do Norte e a Niassalândia iriam apartar-se do eixo branco. Nesse sentido, só poderiam contar com a Rodésia do Sul, e a solidariedade de Sir Roy Wellensky, que se encontrava em sintonia com a perspectiva de Pretória;

6) Seguidamente referiu-se à perda de influência europeia no continente africano. Ainda recentemente se podia falar do domínio branco na África ao sul do Sahara. Agora, é apenas ao sul do Equador. E, brevemente, com a decisão do executivo de Bruxelas, só restará, Angola, Moçambique, a Rodésia do Sul e a União da África do Sul: é o “último reduto”;

7) Os portugueses podiam tomar como verificável, a pressão proveniente da ONU e de movimentos subversivos, cujo alvo seriam as respectivas províncias ultramarinas. A origem dessas iniciativas não partiria apenas de Moscovo;

8) A passividade das potências ocidentais iria conduzir à propagação do nacionalismo africano e ao nascimento de novos Estados, mesmo que “inviáveis”. Esta tendência só poderia ser invertida mediante uma resistência organizada e inflexível, que não devia estar sujeita a condições<sup>238</sup>. Isto justificava a orientação sul-africana de não vacilar na adopção de certas medidas internas. O diplomata português garantiu que a África do Sul

---

<sup>238</sup> A expressão utilizada por Jooste e reproduzida por Queiroz é bem expressiva, e é a seguinte: “Não há, neste momento, meio-termo”.

poderia estar confiante na vontade do executivo português se manter, firmemente, vinculado aos seus princípios e ideias. Pretendia-se que se registassem avanços, mas sem precipitações e “pressas excessivas”. Estas originariam, certamente, “pânico”. Não se aceitava o espírito revolucionário vigente na época e, a propósito, o Embaixador luso lembrou, com o auxílio de um mapa, a delicada situação das possessões portuguesas: a cedência numa parte, “por pequena que seja”, colocaria em risco as restantes<sup>239</sup>. Adiantou que perante ameaça semelhante no subcontinente indiano, o governo português não hesitou em se preparar para combater “450 milhões de indianos”, em 1954<sup>240</sup>. Assim, concluiu Caldeira Queiroz, “nós, também, não temos meio-termo”<sup>241</sup>.

---

<sup>239</sup> Corresponde à designada teoria do “efeito dominó”. O académico Manuel Valentim Alexandre abordou a “teoria dos dominós”, num contexto estritamente africano, ao explicar o alastramento da insurreição desde os Congos até Angola, neste último caso, em 1961. Cfr. Manuel Valentim Alexandre, “A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada” in III Conferência Internacional FLAD-IPRI, *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, Lisboa, Julho de 2006, p. 55. Mas a mesma lógica pode ser extrapolada para o caso da Índia portuguesa. A intenção de defender estes territórios, em Dezembro de 1961, valia, sobretudo, como manifestação da vontade lusa de proteger os seus espaços africanos, nomeadamente, quando já se haviam iniciado as hostilidades em Angola, nos meses de Fevereiro e Março desse ano. Tal como escreveu o historiador Rui Ramos “Em 1961, por recusar-se a abdicar das suas colónias, Portugal enfrentou uma sangrenta insurreição no Noroeste de Angola e uma agressão militar da Índia, que em 18 de Dezembro, depois de anos a exigir a entrega do território, invadiu Goa e aprisionou os 4000 soldados da guarnição”. E mais adiante acrescentou, “Neste contexto, aquilo que distinguiu Portugal não foi apenas a recusa de sair, mas a capacidade de ficar”. Rui Ramos (coord.); Bernardo Vasconcelos e Sousa; Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, Fevereiro de 2010, pp. 679-680. Também, do mesmo modo, se pode entender o raciocínio de Pedro Aires Oliveira: “Para alguns militares, o destino reservado a Vassalo e Siva constituiu um primeiro aviso sério acerca do papel de bodes expiatórios que o regime lhes poderia reservar caso as coisas corresse mal em África. No plano imediato, porém, o simulacro de resistência encenado em Goa cumpriu os propósitos de Salazar. A disparidade de meios em jogo, e a censura de Nehru pelos países ocidentais, forneceu ao regime um alibi precioso para se refugiar numa postura de autovitimização, que por sua vez dava alento à “«mística»” da defesa obstinada do império”. Cfr. Pedro Aires Oliveira, “Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio”, in João Marques de Almeida; Rui Ramos (coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal Séc. XIX-XX*, Instituto da Defesa Nacional, junho de 2008, p. 144. De um ponto de vista mais adverso em relação à posição portuguesa, mas, igualmente, ilustrativo quanto ao significado do “efeito dominó”, leia-se o seguinte comentário do norte-americano Xanthaky, em 9 de Dezembro de 1961, reproduzido por Franco Nogueira: “Este problema de Goa põe-se também em relação aos demais territórios ultramarinos portugueses. Torna-se por isso necessário que Portugal, urgentemente e dramaticamente (promptly and dramatically), anuncie os objectivos da sua política ultramarina: e estes devem ser, segundo o Governo dos Estados Unidos, a livre expressão dos desejos das populações, a construção de uma sociedade multirracial baseada na escolha livre e pública das populações”. Franco Nogueira, *Diálogos Interditos: A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, Lisboa, Editorial Intervenção, Vol. I, 1979, p. 68.

<sup>240</sup> Na realidade, desde 1953 que se encontrava definida a política para os territórios portugueses no subcontinente indiano. A estratégia delineada por Lisboa assentava, sobretudo, em dois esteios: a não entrega de Goa à União Indiana, sob pena de a cedência poder ser interpretada como fraqueza com reflexos nos restantes espaços ultramarinos lusos; e a aposta no pacifismo de Nehru e a consequente ausência de qualquer iniciativa bélica. Franco Nogueira expôs, claramente, o argumento nos seguintes termos: “Goa é indefensável militarmente perante o colosso indiano: mas em causa está uma questão de

Note-se a relevância deste documento, na medida em que esclarece a perspectiva portuguesa e sul-africana em relação a África, e demonstra que existe, na maioria dos assuntos, afinidades políticas significativas quanto ao tratamento dos mesmos: a demissão das potências ocidentais no tocante às respectivas responsabilidades no continente negro, a desconfiança face à ONU, e a importância da defesa do bastião branco, em África.

Seguidamente, Caldeira Queiroz, clarificou o seu entendimento em relação à alínea 1 do telegrama Nº 21, isto é, a informação anteriormente mencionada.

Ele referiu que, atendendo à interdependência ao nível da segurança entre a África do Sul, Moçambique e Angola, os sul-africanos estariam determinados a enveredar por qualquer tipo de comportamento, “quer por meios lícitos ou ilícitos”, para manter a respectiva sobrevivência.

Adiantou que não considerou esta orientação uma advertência, mas revelou, eventualmente sem intenção, o pensamento do executivo sul-africano: se os desenvolvimentos nas províncias portuguesas contrariassem a estratégia securitária do

---

princípio. Se Portugal entregar um território porque um governo estrangeiro o solicita, com que fundamento pode negar pedidos semelhantes quanto a outros territórios portugueses? Se entregar Goa à Índia, em nome de que princípio recusará amanhã Timor à Indonésia? Se entregar Goa, em nome de que princípio defenderá amanhã Angola, ou Moçambique, ou a Guiné? Mas não poderá Nehru invadir e ocupar Goa? Pode: nesse caso Portugal é vítima de um acto de força, de uma afronta à carta da ONU, de uma agressão em suma: os princípios em que Portugal se baseia, todavia, ficam intactos. Se Portugal entregar Goa, não está por esse próprio facto admitindo a ilicitude da sua soberania? Se a soberania portuguesa é ilícita em Goa, como pode ser havida por legítima noutros territórios ultramarinos de igual estatuto? A partir do momento em que, por seu alvedrio, entregar Goa, tem Portugal que ser considerado um país estrangeiro em Angola, ou Cabo Verde ou qualquer outro seu território. E por último o chefe do governo tem mais um ponto em mente: Goa é uma posição ocidental: se for perdida, é mais uma posição que o Ocidente perde. Deste modo, a única política que pode salvar Goa é a de cortar a Nehru todas as alternativas, salvo uma: a força, a guerra: mas esta não pode o chefe indiano fazê-la porque esbarra com a sua política pacifista sobre que assentam todo o seu prestígio e a magistratura mundial que se arroga. Salazar sente assim que a sua atitude está certa: não tem mesmo outra”. E, seguidamente conclui: “Goa é portuguesa: e o governo não pode entregá-la. Firmada a sua decisão, encontrado o seu caminho, Salazar dispõe-se a executá-la friamente, sem nervos”. Franco Nogueira, *Salazar: O Ataque (1945-1958)*, 4ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, pp. 274-276.

<sup>241</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama (Nº 21) enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Janeiro de 1960.*

país, Pretória, “não hesitará em praticar um acto “ «imoral» ” em política. Se já o suspeitávamos, não pode, agora, haver lugar para dúvida”<sup>242</sup>.

A questão levantada por Queiroz é muito pertinente, uma vez que a África do Sul é apresentada com tendências hegemónicas regionais. E, de facto, o expansionismo sul-africano face a Moçambique foi, em vários momentos históricos, ora de um modo mais explícito, ora de uma forma menos óbvia, um tema debatido e equacionado naquele território situado no cone sul de África.

Logo, no início de Março de 1960, ocorreu um encontro entre o Encarregado de Negócios da África do Sul e o Embaixador português, em Madrid. Aquele pretendia conhecer a posição espanhola sobre os assuntos africanos, atendendo às informações obtidas por Portugal, e à abstenção de Espanha na 4ª Comissão das Nações Unidas, o que diferia da perspectiva portuguesa. O diplomata português manifestou a existência de afinidades entre os países ibéricos e a “firme determinação” de ambos, em conservarem os seus territórios africanos.

Em seguida, o representante de Pretória mencionou o facto de ter acompanhado MacMillan<sup>243</sup> num périplo pela África do Sul. Mencionou o facto de ter estranhado a ambivalência do dirigente inglês, no sentido de este, por um lado, apelar à colaboração daquele Estado no que respeita à emancipação dos “povos africanos” e, por outro lado, tecer críticas face à condução da “política interna” do país. Referiu que a solução adiantada por MacMillan poderia residir no estabelecimento de um sistema federal composto por dois Estados: um negro e outro branco, em que este manteria as funções ligadas à política externa e à defesa nacional da nova Federação.

---

<sup>242</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama (Nº 24) enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Janeiro de 1960.*

<sup>243</sup> Maurice Harold MacMillan, de nacionalidade britânica, nasceu, em 10 de Fevereiro de 1894, e faleceu em 29 de Dezembro de 1986. Foi de putado pelo partido conservador e desempenhou vários cargos políticos, tendo-se destacado como Primeiro-ministro do Reino Unido entre Janeiro de 1957 e Outubro de 1963. Cfr. [www.britannica.com/EBchecked/topic/355161/Harold-Macmillan](http://www.britannica.com/EBchecked/topic/355161/Harold-Macmillan)

Depois, o representante sul-africano considerou, que a situação na África do Sul era mais favorável do que a existente em Angola, Moçambique e na Federação das Rodésias, devido a estes territórios absorverem, primeiro, o impacto directo da instabilidade gerada na região. Adiantou, ainda, que atendendo à composição maioritariamente negra da Niassalândia, seria natural a sua desvinculação do modelo federal e previa a integração daquelas na África do Sul.

Finalmente relevou a enorme confiança depositada pelo executivo de Pretória na orientação da política africana prosseguida por Lisboa. Concordava que o surgimento de novos Estados, sem a preparação adequada para o autogoverno, constituiria um perigoso erro “com gravíssimas consequências para [o] Ocidente”<sup>244</sup>.

Este documento é, no nosso entender, muito importante, na medida em que espelha as preocupações e as diferenças entre as políticas britânica e sul-africana, em relação a África, e sublinha a importância dos territórios portugueses, enquanto cordão securitário, face ao possível alastramento da insurreição para a África do Sul.

Entretanto, apesar da bonomia e harmonia que caracterizavam e procurava-se imprimir às relações bilaterais, também não eram esquecidos certos factores cujos efeitos poderiam ser adversos aos interesses de Portugal, e que deviam ser, desde logo, ponderados, no sentido de precaver o país de situações ou resultados indesejados.

É, precisamente, neste contexto, que se podem compreender os argumentos invocados por Caldeira Queiroz, preocupado em se imprimir prudência e pragmatismo às relações entre Portugal e a África do Sul. Ao contrário da maioria das informações que reflectiam optimismo no tocante a esse relacionamento, nesta apresentaram-se razões conducentes à cautela e, mesmo, alguma desconfiança, que deviam rodear os contactos bilaterais.

---

<sup>244</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Madrid, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 2 de Março de 1960.*

A argumentação do representante português assentava nas seguintes premissas: A África do Sul necessitava de captar a simpatia de países como a Holanda e o Reino Unido, em detrimento de Portugal, uma vez que dava esta como garantida e, simultaneamente considerava, de algum modo, a aproximação de Portugal, de mera oportunidade política, na medida que qualquer perturbação de maior, em Pretória, dificultaria imenso a sobrevivência de Angola e Moçambique. Então, valeria a pena questionar se existiria, realmente, coincidência de interesses entre os dois Estados e, segundo Queiroz, a resposta tenderia a ser negativa;

A repressão violenta exercida pelas forças de segurança sul-africanas, em Sharpeville<sup>245</sup> e Langa, tinham chocado a opinião pública internacional e colocado o país numa condição de pária perante a comunidade internacional e, nomeadamente, o Ocidente. Ora, neste momento, qualquer suspeita de afinidades com potências detentoras de possessões em África, contribuiria para um ostracismo, ainda, mais significativo;

Em consequência daqueles dramáticos incidentes, devia ser notado que os negros sul-africanos alcançaram uma vitória formidável: o Conselho de Segurança iria reunir e a opinião pública inglesa havia condenado, veementemente, as práticas segregacionistas de Pretória. A pressão internacional sujeitou o executivo sul-africano a reagir, declarando que, de momento, “deixava de ser obrigatório o uso dos livretes de identidade”<sup>246</sup>. O regozijo com que foi recebida a notícia assumiu a forma de protesto

---

<sup>245</sup> O incidente ficou conhecido como o massacre de Sharpeville, uma localidade situada perto de Vereeniging, na Província do Transval. A origem da repressão por parte das autoridades sul-africanas deveu-se ao facto de os negros protestarem contra o uso de cartões de identidade, que serviam para controlar os seus movimentos. De facto, em 21 de Março de 1960, adeptos do Congresso Pan-Africanista (PAC, na sigla inglesa), anteciparam o protesto previsto pelo ANC para 31 do mesmo mês, e tentaram entregar os seus passes na esquadra da polícia local. Face ao tumulto, entretanto verificado, as forças policiais, cujo contingente foi reforçado nas horas seguintes, decidiu disparar, indiscriminadamente, sobre os manifestantes. A acção saldou-se em 69 mortos e 186 feridos. A maioria das vítimas mortais tinha sido atingida por detrás. Cfr. Rui Câmara Pina, *África do Sul: A Difícil Transição*, 1ª ed., Porto, Fronteira Do Caos Editores, 2012, p. 37; Frank Welsh, *A History of South Africa*, Harper Collins Publishers, 2000, p. 454; Armando de Campos, *África do Sul – Potência Regional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), 1996, p. 78.

<sup>246</sup> O uso de passes ou de cartas de identidade tinha como objectivo controlar, sobretudo, o movimento dos negros – embora, se aplicasse, por exemplo, também aos indianos – e determinar se podiam trabalhar

por parte de membros proeminentes do African National Congress (ANC), ao queimarem os respectivos cartões de identificação. O dirigente Luthuli<sup>247</sup> afirmou que nunca mais os usaria. Declarou, igualmente, que a hipótese, aventada por Verwoerd, do retorno ao sistema de representação dos negros por alguns brancos, no Parlamento, era inviável. Tornava-se evidente a força ganha pela comunidade negra ao nível interno, entre a opinião pública mundial e nas Nações Unidas. A fragilização do governo sul-africano era patente;

Um outro cenário avançado por Queiroz era o da população branca sul-africana, estimada em três milhões, acordar com os países ocidentais determinado tipo de transformações ou reformas, por uma questão de sobrevivência e salvaguarda de bens. Os compromissos em causa poderiam passar pela divisão da África do Sul em dois universos, em que um seria, exclusivamente, destinado aos brancos e, o outro, reservado às outras comunidades. Outra hipótese consistiria na gradual derrogação das normas associadas ao “apartheid”. Qualquer conjectura iria, com toda a certeza, perturbar, substancialmente, o bom relacionamento existente entre Pretória e Lisboa. Caso ocorresse uma evolução no sentido descrito, Portugal seria considerado um intruso no continente, o único Estado com a metrópole sediada na Europa. Contrariamente estabeleciam-se as condições perfeitas para a União ser aceite como um país, naturalmente, africano. Consequentemente, não seria aconselhável qualquer tipo de entendimento escrito de “natureza secreta”. Isto, porque se o país sobrevivesse na

---

num determinado local. Em última análise visava impedir uma “infiltração de indígenas nas cidades e centros industriais”. Richard Pattee, *África do Sul: Vizinha de Portugal*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1971, pp. 337-338; O “Pass Laws Act” foi instituído em 1952 e simbolizou, provavelmente, o aspecto mais odiado do apartheid. Todos os negros, com idade superior a 16 anos, tinham de estar munidos de um título de identidade, cuja falta podia conduzir à prisão. Cfr. Rui Câmara Pina, Op. Cit., p. 123.

<sup>247</sup> Albert John Mvumbi Luthuli nasceu em 1898 e faleceu em 1967. Destacou-se como dirigente político sul-africano, adepto da não-violência, exercendo as funções de líder do ANC entre 1952 e 1960. Na sequência dos protestos de Sharpeville, queimou o seu passe de identificação e apelou a um momento de pesar colectivo pelos acontecimentos nessa localidade, que se saldaram em cerca de 250 vítimas, feridas ou mortas. Foi o primeiro negro a ganhar o prémio Nobel, o que se concretizou, em Oslo, no dia 10 de Dezembro de 1961. Cfr. [www.britannica.com/EBchecked/topic/352162/Albert-John-Luthuli](http://www.britannica.com/EBchecked/topic/352162/Albert-John-Luthuli).

sequência de alterações político-constitucionais profundas – o que poderia acontecer sem grandes distúrbios e de acordo com uma evolução legislativa progressiva -, aquilo que sobreviesse ao nível de acordos secretos iria penalizar, sobretudo, a imagem de Portugal. Por outro lado, se a solução estivesse num compromisso verificado com as nações ocidentais, dificilmente, a África do Sul poderia manter a actual orientação política e, provavelmente revelar-se-ia, um vizinho ingrato, “ou mesmo (...) neutral. As repercussões [de um tal desenvolvimento] entre os nossos negros serão inevitáveis e perigosas”<sup>248</sup>.

A situação no Congo também foi objecto de conversas bilaterais entre entidades portuguesas e sul-africanas. A preocupação era crescente, atendendo à instabilidade política e social vivida no território, ao que acrescia a tensão associada à futura orientação ideológica de um país independente, caso fosse adversa aos interesses de Portugal e da África do Sul.

Daí, o teor da conversa entre Caldeira Queiroz e o Secretário-Geral interino do Ministério dos Negócios Estrangeiros sul-africano.

Este informou o diplomata português da alteração da percepção de Pretória acerca da evolução dos acontecimentos no Congo-Belga. Se até ao momento, não eram previstos distúrbios de maior, no período de transição, agora, o sentimento ia no sentido contrário. Seguidamente, referiu um assunto delicado em torno dum convite inicial para a África do Sul se fazer representar nas celebrações do dia da independência e, “a posteriori”, manifestaram-se opiniões políticas opostas. De qualquer modo, o executivo mantinha a intenção de enviar um delegado para assistir às cerimónias.

Adiantou, ainda, a existência de movimentações comunistas no Congo, às quais não eram alheias as actividades do Cônsul da Checoslováquia, o que coincidia com

---

<sup>248</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Março de 1960.*

informações lusas. Mencionou, também, o facto de o seu governo ter reconhecido o Mali, e de preparar-se para acção idêntica dirigida a Madagáscar.

Finalmente abordou a visita à África do Sul do Secretário-Geral da ONU, Dag Hammarskjöld, em Julho (1960). A propósito, Queiroz teceu um comentário destinado às Necessidades, acerca de se continuar a alimentar, do lado sul-africano, a “ficção”, de que a viagem não era consequência da resolução do Conselho de Segurança condenatória do “apartheid”<sup>249</sup>.

Destaque-se a mudança de percepção da África do Sul em relação ao Congo-Léo, que admitia, agora, constituir uma preocupação, e o último comentário do diplomata português acerca de determinadas ilusões alimentadas por Pretória, nomeadamente, quando as autoridades sul-africanas teimavam em desvalorizar o impacto internacional negativo provocado pela existência do “apartheid”.

Em plena época estival de 1960, o Congo continuou a ser objecto de conversações bilaterais.

Desta feita, o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Eric Louw, manifestou, a Caldeira Queiroz, a sua preocupação pela interferência das Nações Unidas em território congolês. Era uma situação que se poderia prolongar por muitos anos e constituía um precedente indesejável. Isto, na medida em que a sua possível repetição seria, então, entendida, como algo natural noutras regiões como a Niassalândia, o Quénia e o Tanganica. Do mesmo modo, a Rodésia, também correria perigo. Ainda no que respeitava ao Congo, havia recebido informações baseadas em declarações de um Senador norte-americano, que iam no sentido de considerar os interesses dos negros “«paramount»”.

---

<sup>249</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 20 de Junho de 1960.*

Por outro lado, a intervenção da ONU no Congo, colocava o problema do pagamento associado à permanência das respectivas tropas no local. A posição do governo sul-africano seria a de não participar em tais despesas, argumentando que os militares belgas “teriam podido restabelecer a ordem se lhes tivessem dado mais uma ou duas semanas”.

Seguidamente, Eric Louw, referiu as dificuldades que esperava encontrar na próxima Assembleia Geral das Nações Unidas. Ele tinha informações que apontavam para o suscitar da questão do Sudoeste Africano na Assembleia por parte da Etiópia e da Libéria. O objectivo era o de dirigir a contenda junto do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), de modo a potenciar uma acção militar daquela instituição no Sudoeste Africano.

Concomitantemente alertou, para o facto de a situação poder alargar a área de envolvimento das tropas das Nações Unidas na cercania da fronteira de Angola.

Assim, o executivo de Pretória iria procurar evitar que o assunto fosse inserido na agenda da instituição.

O governante aproveitou, ainda, para esclarecer que a interpretação avançada por alguns jornalistas quanto a uma eventual associação política entre a União Sul-Africana, a Rodésia do Sul e Portugal não era correcta. Louw clarificou que o seu propósito havia sido o de expressar “que tais potências teriam que fazer face a ataques exteriores, e eventualmente teriam que combater juntas”<sup>250</sup>. Provavelmente num futuro próximo, isto é, daí a dois ou três anos<sup>251</sup>.

No final de 1960, ocorreu nova conversa entre o Embaixador de Portugal na África do Sul e o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Jooste.

---

<sup>250</sup> AHD – MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo Director-Geral do MNE ao Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, em 4 de Agosto de 1960.*

<sup>251</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 26 de Julho de 1960.*

Este abordou a pressão esperada sobre Angola, que “assumirá de início infiltrações e perturbações na nossa fronteira com o Congo”.

Quanto a Moçambique, não se mostrou tão preocupado. Contrariamente, o diplomata português comentou para Lisboa, que se devia estar atento a eventuais iniciativas de Nyerere<sup>252</sup> dirigidas à África Oriental e, posteriormente, à África Central.

No que respeitava ao Gana, Nkrumah<sup>253</sup>, já não conseguia disfarçar a sua apetência de alcançar uma posição liderante face a “vários novos Estados africanos”. Essa ambição manifestou-se na sua ideia da criação de um “Alto Comando Militar Africano”.

Os dois diplomatas concordaram, que a Nigéria começava a extremar as posições e a revelar uma “falta de coesão interna”, em oposição às expectativas britânicas.

Abordou-se, também, o acréscimo da influência israelita, em África. O país do Médio Oriente havia sido, recentemente, anfitrião de um encontro com representantes de “vários novos Estados africanos”, com o objectivo de promover a educação no continente, através da concessão de duas mil bolsas de estudo a alunos negros, em 1961.

Quanto ao relacionamento da União com a Commonwealth, aquele país não tomou qualquer iniciativa tendente a ser readmitido na instituição, embora o carácter flexível da organização possa beneficiar uma eventual futura readmissão. Contudo, Estados como o Gana, a Nigéria e a Federação Malaia estar-se-iam a bater por retirar essa característica ao organismo.

No tocante à hipótese de distúrbios na Basutolândia, o executivo sul-africano não esperava perturbações de maior. No entanto, este estava preparado para qualquer

---

<sup>252</sup> Julius Kambarage Nyerere, nasceu em Março de 1922, na localidade de Butiama, no Tanganica e faleceu a 14 de Outubro de 1999, na cidade de Londres, em Inglaterra. Destacou-se como político e intelectual, assumindo o cargo de Primeiro-ministro quando o Tanganica alcançou a independência, em 1961. Mais tarde, em 1964, tornou-se o primeiro presidente do novo Estado da Tanzânia. Fundou, ainda, entre outros inspiradores, a Organização de Unidade Africana (OUA), em 1963. Cfr. <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/423105/Julius-Nyerere>

<sup>253</sup> Kwame Nkrumah nasceu na África Ocidental Britânica no dia 18 de Setembro de 1909 e faleceu a 27 de Abril de 1972, em Bucareste, capital da Roménia. Foi presidente do Gana entre 1957 e 1966, ano em que foi deposto devido a um golpe de Estado. A sua acção pautou-se pelo fortalecimento da OUA e pela projecção internacional do Gana. Cfr. [http://www.encyclopedia.com/topic/Kwame\\_Nkrumah.aspx](http://www.encyclopedia.com/topic/Kwame_Nkrumah.aspx)

eventualidade, e defendia que a presente “agitação” era promovida “por agentes comunistas brancos”.

Finalmente, Caldeira Queiroz agradeceu a “Rosa dos Ventos” oferecida pelo governo de Pretória, que considerou “uma magnífica assinatura ao tratado não escrito que une os nossos dois países”. Jooste acrescentou que tinha um carácter “permanente”<sup>254</sup>.

O telegrama em causa trata-se de um documento importante porque aborda, novamente, os problemas oriundos do Congo e que podem afectar Angola; o aumento da influência israelita em África; a situação na Commonwealth; e a alusão ao tratado não escrito que une Portugal e a África do Sul.

Em Fevereiro de 1961, surgiu novo diálogo entre o Secretário-Geral do MNE sul-africano, Embaixador Jooste, e o representante de Portugal na África do Sul, Caldeira Queiroz.

O tema do momento concentrava-se em redor do recente ataque de Henrique Galvão ao navio de recreio “Santa Maria”.

Jooste referiu que o assalto ao paquete “Santa Maria” representou um “precedente perigosíssimo”. Caso não se verificasse uma sanção adequada, episódios semelhantes poderiam voltar a ocorrer, uma vez que sobrava um sentimento de impunidade. Era notória a ausência de enquadramento jurídico para uma situação que poderia configurar um exemplo de pirataria, na contemporaneidade. Daí, o executivo sul-africano não ter actuado com meios militares, face ao pedido de assistência das autoridades portuguesas, embora o diplomata em causa tenha notado, que ficava em aberto a possibilidade para uma assistência efectiva de Pretória, “para além do mar territorial”. Em qualquer circunstância, futura, a “União Sul Africana estará sempre ao lado de Portugal”.

---

<sup>254</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Novembro de 1960.*

Queiroz reportou para as Necessidades, que se tratou de uma retractação discreta das autoridades sul-africanas. Contudo, não deixou de sublinhar, “amavelmente”, a Jooste que, em situação idêntica, Lisboa, prestaria auxílio efectivo a Pretória.

Seguidamente, este referiu-se à delicadeza do assunto, atendendo ao relacionamento de Portugal com o novo governo brasileiro.

Finalmente congratulou-se, pela forma eficaz e rápida com que foram debelados os tumultos, em Luanda<sup>255</sup>.

Trata-se de um documento interessante, na medida em que revela a inacção e a cautela de Pretória em não se comprometer, activamente, com as autoridades portuguesas, face ao assalto ao paquete “Santa Maria”. Contudo, é de notar o facto de Jooste se justificar e fazer questão em se mostrar solidário perante Queiroz.

Para além do assalto ao paquete “Santa Maria”, em Janeiro de 1961, neste ano, ocorreram outros acontecimentos que preocuparam as autoridades portuguesas. Entre eles, sobressaíram os distúrbios em Angola, nos meses de Fevereiro e Março; a tentativa, no mês seguinte, de derrubar Salazar pela via de um golpe de Estado protagonizado pelo ministro da defesa, general Botelho Moniz; e finalmente, em Dezembro, a ocupação do Estado português da Índia pela União Indiana.

Em 1963 prosseguia a guerra em Angola e, entretanto, havia-se iniciado o conflito na Guiné-Bissau. A República do Congo já se tinha emancipado face á Bélgica e era previsível que, em breve, outros territórios adjacentes aos domínios portugueses alcançassem a independência.

Daí, não ser surpreendente a troca de epístolas entre as autoridades portuguesas e sul-africanas. A África do Sul permanecia um reduto branco, que preferia ter nas suas fronteiras territórios de orientação estratégica semelhante, isto é, cuja intenção fosse a

---

<sup>255</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 10 de Fevereiro de 1961.*

de manter o controlo político-militar sob a direcção de personalidades brancas, como eram os casos de Angola e Moçambique. Pelo seu lado, interessava a Portugal possuir relações próximas com o vizinho do cone sul de África, rico em recursos naturais, militares e tecnológicos.

Em conformidade, o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Eric Louw, dirigiu uma carta ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, datada de 16 de Setembro de 1963.

Nesta missiva, manifestava-se o agrado com que o governo sul-africano recebeu a notícia das instruções, dadas pelo chefe do executivo português, no sentido de se apressar as obras de construção de um aeroporto na ilha do Sal (Cabo-Verde). Existia a expectativa de que as obras principais ficassem concluídas no Natal de 1963.

Acrescentava-se, ainda, o facto de, após conversações com o respectivo Ministro das Finanças, não se preverem quaisquer dificuldades no financiamento a prestar pela África do Sul a Portugal, e após solicitação de Lisboa<sup>256</sup>.

No dia seguinte, também era dirigida a Salazar uma carta assinada por Verwoerd.

Este começou por agradecer uma missiva anterior do Presidente do Conselho, datada de 31 de Agosto de 1963<sup>257</sup>.

Após referir que aquela abordava a cooperação bilateral em vários domínios, salientou a satisfação de saber, que o aeroporto da ilha do Sal, já estaria operacional no próximo Natal.

Seguidamente mencionou o facto de existir a vontade, desde sempre, de manter e incrementar uma relação de boa vizinhança com as províncias ultramarinas de

---

<sup>256</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1132, *Carta enviada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Eric Louw, ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e datada de 16 de Setembro de 1963.*

<sup>257</sup> Procurou-se obter cópia desta carta no Arquivo Oliveira Salazar, na Torre do Tombo, e no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Contudo, não foi possível encontrar essa missiva em qualquer dos espólios investigados. Finalmente, após aturada investigação, ela foi encontrada, em parte, transcrita por Franco Nogueira. Cfr. Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, Vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 514.

Portugal<sup>258</sup>. Atendendo, aos ataques que Portugal e a África do Sul têm vindo a sofrer por parte das Nações Unidas e de outras origens, justificava-se um bom relacionamento bilateral e uma cooperação estreita entre os dois países. Esta conduta deveria orientar futuras conversações nas mais diversas matérias, que são objecto deste entendimento.

Verwoerd concordou com Salazar, quanto à ameaça que paira sobre a civilização ocidental no continente africano, e na necessidade de proteger os interesses inerentes a esse património histórico e cultural. O Primeiro-Ministro sul-africano destacou a importância do apoio prestado por Pretória, ao nível de equipamento militar, aquando da rebelião ocorrida em Angola, em 1961/62. Esta assistência iria ter continuidade, desde que pedida e exequível, na medida das capacidades existentes, em armamento e equipamento militar diverso. Os fornecimentos em questão poderiam beneficiar do facto da África do Sul ter apostado na produção de armas e munições.

Verwoerd, também, registou e acompanhou o comentário de Salazar, no tocante à vulnerabilidade a que estaria sujeito o território sul-africano, caso Lisboa não conseguisse manter as suas possessões africanas. Aquele estadista referiu que o apoio a conceder, teria que ser avaliado em cada momento e de acordo com as circunstâncias. Contudo, os cálculos teriam sempre que ponderar a escassez de “recursos humanos” de Pretória<sup>259</sup>.

Esta carta é da maior importância porque ela responde a solicitações anteriores de Salazar – missiva de 31 de Agosto de 1963 – ao nível de assistência em armas e equipamento militar diverso; apoio que já teria representado uma mais-valia, perante o início do conflito em Angola.

---

<sup>258</sup> É importante a referência às províncias ultramarinas, na medida em que, por vezes, surgem, em documentos oficiais e na comunicação social sul-africana, a designação de colónias.

<sup>259</sup> AHD-MNE, PAA 1132, *Carta enviada pelo Primeiro-Ministro sul-africano, Hendrik Verwoerd, ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e datado de 17 de Setembro de 1963*; Na época, estimava-se em três milhões, o número da população branca na África do Sul.

Na realidade, a missiva do Verão de 1963 é muito relevante e merece, por conseguinte, a reprodução da parte que Franco Nogueira entendeu ser a mais pertinente: “Nós estamos quase sós em África, Senhor Primeiro-Ministro, e se a Rodésia do Sul for compelida a aceitar as condições que tenho visto expostas na imprensa no sentido do domínio absoluto da raça negra, penso que não ficarão então no continente africano mais que os territórios portugueses e a União Sul-Africana a representar e a defender a civilização do Ocidente. Nesta hipótese, desvanece-se a esperança que por muito tempo manteve de conservar-se em paz e em progresso, para benefício do Ocidente, a parte de África ao sul do Congo e do Tanganica. Felizmente a guerra no seu aspecto de luta subversiva empreendida por terroristas ou no de luta clássica travada por exércitos dos países independentes, está muito longe das vossas fronteiras, mas rapidamente estará às vossas portas, se Portugal não puder resistir. Quer dizer que há interesse ocidental e claramente sul-africano em que tal hipótese se não verifique; e por esse motivo todas as formas de cooperação que possam ser dadas a Portugal nos seus territórios de Angola e Moçambique são muito úteis à nossa resistência e à vossa defesa própria”<sup>260</sup>.

O antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros luso comentou o facto de se estar, apenas, perante facilidades na obtenção de armas ligeiras, munições, abastecimentos, e outros, sem incluir a intervenção de tropas sul-africanas em solo português<sup>261</sup>.

As cartas em questão surgem na sequência de reuniões ocorridas, no início de Maio de 1963, entre delegações da África do Sul e Portugal.

As conversações ocorreram em Lisboa e contaram com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros luso, Franco Nogueira, e o seu homólogo sul-africano Eric Louw, que chegou à capital portuguesa, em 3 de Maio.

---

<sup>260</sup> Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, Vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 514.

<sup>261</sup> Idem.

Segundo anotações de Franco Nogueira, as negociações incidiram sobre os seguintes temas: aproveitamento do rio Cunene (Angola) em benefício da Ovambolândia; melhoramentos no aeroporto na ilha do Sal (Cabo Verde); a convenção sobre mão-de-obra moçambicana e a utilização dos rios do território ao sul do Save; e, finalmente, a abordagem de assuntos comerciais<sup>262</sup>.

As obras no aeródromo cabo-verdiano eram de grande interesse para Pretória, uma vez que visavam a respectiva ampliação, de modo a poder ser utilizado pelos aviões de transporte sul-africanos. A intervenção redundava numa mais-valia estratégica, atendendo ao embargo promovido pelos Estados africanos.

Lisboa entendia, que a colaboração da África do Sul na defesa dos territórios ultramarinos portugueses seria, em parte, devida à utilização de facilidades, no domínio da aeronáutica, na ilha do Sal e, por conseguinte, alargada. Daí, a oportunidade da já citada carta, escrita por Salazar, em 31 de Agosto de 1963<sup>263</sup>.

A propósito da forma como decorreram estes encontros, Franco Nogueira registou o seguinte comentário: “Não têm corrido bem as conversas com os sul-africanos; e parece que Louw vai apelar para o Presidente do Conselho em face da minha atitude «dura»”. E, numa outra passagem, anotou: “Temos os problemas de uma grande potência, e actuamos como tal”<sup>264</sup>.

Não será, assim, abusivo, concluir-se que as cartas, já mencionadas, trocadas entre os governantes de ambos os países, vêm na sequência de uma atitude mais inflexível por parte da diplomacia portuguesa, a qual foi reconhecida pelo detentor da pasta dos Negócios Estrangeiros português.

---

<sup>262</sup> Cfr. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se* (Diário: 1960-1968), Civilização, 1986, p. 62.

<sup>263</sup> Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência* (1958-1964), Vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 514.

<sup>264</sup> Cfr. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se* (Diário: 1960-1968), Civilização, 1986, p. 62.

A prova está nos comentários que, entretanto, Salazar formulou, e dirigidos ao representante luso em Pretória, que pela sua importância justifica-se a respectiva transcrição: “ «O Embaixador da África do Sul entregou as cartas do Primeiro-Ministro e do Senhor Louw. Falou-se da política africana dos EUA e nos países tornados independentes em África. Sumula: - Não vale a pena fazer ou ceder em nada – e a África do Sul podia ceder em alguma coisa porque os africanos não se contentam se não com a totalidade das suas pretensões - a cada cabeça um voto: - transferência total dos poderes para os negros e, nestes termos, nada a fazer se não mostrar coragem e intransigência» ”<sup>265</sup>.

É de notar, ainda, que as conversações ocorridas e as cartas trocadas, no ano de 1963, correspondem, também, a uma nova fase das relações bilaterais entre Portugal e a África do Sul<sup>266</sup>.

A melhoria e o aprofundamento das relações entre os dois países são reconhecidos pela Embaixada da África do Sul em Lisboa, sem ocultar algumas fricções, no seu relatório de situação sobre o ano de 1964.

Nele é referido que as diferenças de abordagem e de política são bem conhecidas e compreendidas pelos dois lados, não constituindo um obstáculo a um clima de “extreme goodwill towards the Republic [of South Africa] in the political field. In 1964, indeed, the Republic succeeded in establishing itself even more firmly as a trusted and reliable ally and friend whose policy of benevolent non-interference in Portugal’s domestic affairs coupled on occasion, with praise for, or, at least, tacit acceptance of Portuguese policies, proved a refreshing contrast to the continual carping criticism or attempts at

---

<sup>265</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1132, *Informação dirigida pelo MNE ao Embaixador de Portugal em Pretória, Álvaro Brilhante Laborinho, datada de 15 de Outubro de 1963.*

<sup>266</sup> Cfr. Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, Vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 513.

subversion and forcible overthrow on the part of the rest of the international community”,<sup>267</sup>.

Na informação é, igualmente, constatada a crescente consciência da importância política da África do Sul para Portugal, pela defesa que a própria faz, do que é descrito como governação civilizada e conceitos ocidentais na África Austral.

Enaltece-se, também, o estabelecimento, no extremo sul do continente, de um bastião pacífico de força, estabilidade e prosperidade e, acima de tudo, a crescente constatação de que enquanto Estados vizinhos, Portugal e a República, enfrentam muitos problemas e perigos comuns, ameaçando as suas próprias existências, mas que não constituem ameaça entre si.

Os sul-africanos não deixaram de reparar na forma extremamente favorável como a imagem da África do Sul estava a ser trabalhada pelos meios de comunicação portugueses, incluindo os oficiais. Enquanto que, o mesmo tratamento dado a Portugal pelos congéneres sul-africanos, sendo positivo, não correspondia em igual medida.

Tal situação era notada, pela parte portuguesa, que interpretava este comportamento desigual, como sendo uma atitude de muitos cidadãos e media sul-africanos de considerar a amizade um facto consumado.

Simultaneamente, os portugueses também sentiam que, atendendo à importância política e estratégica de Angola e Moçambique, não eram sempre justamente valorizadas pela opinião pública da África do Sul.

Os representantes de Pretória em Lisboa reconheciam que, face à situação do momento, Portugal constituía um caso, talvez único, de um país onde a África do Sul era, não apenas estimada, mas onde as notícias e os comentários depreciativos acabavam, de facto, por ser suprimidos.

---

<sup>267</sup> NASA, BTS 1/14/1, Vol. 2, *Notes on Portugal prepared for the Hon. F. W. Waering, Minister for Information and Tourism, Chapter D. South-African/Portuguese Relations, 20/05/65.*

Ao mesmo tempo, existia a percepção em Portugal de que a África do Sul talvez não estivesse a corresponder de forma suficientemente activa ao esforço português. De, igual modo, os sul-africanos não valorizavam devidamente o sacrifício que este pequeno país estava a realizar, num combate em África pela sua própria sobrevivência, e indirectamente, também, pelo Estado sul-africano.

Face ao exposto e com a preocupação de consolidar as relações bilaterais, ocorreu uma visita do MNE sul-africano, Dr. Muller, em Outubro de 1964, no decurso da qual este se encontrou com Salazar, Franco Nogueira e Silva Cunha.

A Embaixada sul-africana considerou que as relações foram sobejamente reforçadas na sequência desta estadia.

As conversações decorreram em clima franco e aberto, identificando interesses e problemas comuns, contribuindo, em muito, para consolidar entendimentos e esclarecer mal-entendidos.

Na ocasião foram assinados importantes acordos económicos, nomeadamente, na utilização de rios de comum interesse e no aproveitamento do rio Cunene<sup>268</sup>.

No ano de 1964, ocorreram alguns factos que concorreram para novas aproximações entre Portugal e a RAS.

É de salientar, o início da guerra em Moçambique e a independência dos territórios pertencentes à Federação da Rodésia (Norte e Sul) e da Niassalândia, até aí sob domínio britânico.

No prosseguimento do bom relacionamento bilateral, Franco Nogueira realizou uma visita de Estado a Pretória em 26 Julho de 1967, onde se avistou com Muller e Vorster.

No encontro que manteve com este, foi reconhecido pela África do Sul, a importância do esforço militar de Portugal em Angola e Moçambique, para a defesa daquela.

---

<sup>268</sup> Idem.

O dirigente sul-africano adiantou, ainda, a disponibilidade do seu país para intervir militarmente nos territórios portugueses “se a situação o requeresse”. Franco Nogueira “disse-lhe esperar que não chegássemos a esse apuro, e que não era de natureza militar a colaboração que pretendíamos do seu país”.

A substituição de Salazar pelo Prof. Marcello Caetano, do ponto de vista sul-africano, não afectou a evolução das relações entre Portugal e a África do Sul.

Ao aumento das pressões internacionais sobre os dois Estados correspondeu um reforço, ainda maior, dos laços entre Lisboa e Pretória.

No relatório de situação relativo ao ano de 1968, a Embaixada da África do Sul em Lisboa, concluiu que “The year indeed again furnished ample proof of the fact that, the spite diametrically opposed domestic racial policies, the Republic and Portugal were able to live together harmoniously and to cooperate fruitfully within the framework of mutual respect for each others sovereignty and strict non-interference in each others domestic affairs”<sup>269</sup>.

Realçaram-se as declarações do novo Presidente do Conselho, Marcello Caetano, proferidas na Assembleia Nacional, em 27 de Novembro de 1968, de que Portugal não alteraria a sua política relativamente à África Austral, e a negação da existência de uma aliança secreta entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia.

Na mesma ocasião, Caetano, salientou que os três países mantinham políticas raciais diferentes, embora coincidindo na necessidade da presença branca na região. Consequentemente, a plena colaboração actual iria continuar.

No caso daqueles dois primeiros Estados, intensificaram-se os contactos comerciais e políticos, nomeadamente materializados numa visita de uma delegação governamental sul-africana à capital portuguesa, e de uma importante missão empresarial a Angola.

---

<sup>269</sup> NASA-BTS 1/14/20, Vol. 1, Portugal Annual Report, *ANNUAL REVIEW, 1968: PORTUGAL, 21 July, 1969*.

Na sequência destas visitas aumentou o número de voos semanais entre Joanesburgo e Lisboa.

Contudo, a face mais visível dessa colaboração tomaria forma no gigantesco empreendimento de Cabora-Bassa, cuja construção foi atribuída, em Julho desse ano, e ainda a título provisório, ao consórcio internacional ZAMCO, com significativa participação de capitais sul-africanos.

Por seu lado, o projecto hidroeléctrico no rio Cunene conhecia avanços, em termos de planeamento, desde o acordo preliminar de 1964, resultando numa nova convenção<sup>270</sup>.

Assim, no ano de 1969 foram contratados dois importantes projectos entre Portugal e a África do Sul, ambos no domínio do aproveitamento de energia hidroeléctrica. Os caudais em causa provinham do rio Cunene e da edificação da barragem de Cabora Bassa.

Isto, obviamente, envolveu a África do Sul em importantes projectos económicos e estratégicos em Angola e Moçambique, cujo significado político importa realçar.

No caso do rio Cunene, o acordo surgiu na sequência de negociações entabuladas pelas delegações portuguesa e sul-africana, que decorreram entre 7 e 10 de Outubro de 1968. O mesmo refere que segue a tradição da convenção elaborada para a utilização de rios de interesse comum e, nomeadamente, o aproveitamento do Cunene, assinada na cidade de Lisboa, em 13 de Outubro de 1964 (artigo 1.1). Este possibilitou os estudos técnicos e as conversações políticas, que resultaram num consenso para a optimização conjunta dos recursos hídricos do rio Cunene (artigo 1.2).

O acordo de Janeiro de 1969, visava alcançar as seguintes vantagens: a regulação do caudal do rio; melhorar a produção de energia hidro-eléctrica, em Matala; iniciar a irrigação e o fornecimento de água adequados às necessidades humanas e animais do Cunene Central; o provimento de recursos hídricos a pessoas e animais no Sudoeste

---

<sup>270</sup> Idem.

Africano, bem como o arranque da irrigação na Ovambolândia; e a produção de energia hidro-eléctrica, em Ruacana<sup>271</sup>.

A regulação do fluxo de águas do rio Cunene e o aproveitamento de energia eléctrica, a partir do mesmo, pressupunha a construção de duas barragens (em Gove e Calueque), e de uma estação de energia eléctrica, em Ruacana. Em Calueque, seria instalado um sistema de abastecimento de águas do Cunene para o Sudoeste Africano e a Ovambolândia. A estação de Ruacana destinava-se, em grande medida, ao fornecimento de electricidade ao Sudoeste Africano;

As relações bilaterais mantiveram-se, claramente, amigáveis, repetindo-se a troca de visitas de Estado.

Rui Patrício, já na qualidade de MNE, deslocou-se à África do Sul, em Junho de 1971, a qual, a Embaixada sul-africana em Lisboa, considerou proveitosa.

Particularmente demonstrativa da confiança mútua foi a decisão, tomada em princípio, da encomenda a estaleiros portugueses de navios de guerra para a Marinha sul-africana. Na opinião da mesma diplomacia, isto constituiria um sinal de vitalidade e confiança no futuro das relações entre os dois países<sup>272</sup>.

Esta reunião, para além deste aspecto, abordou um grande número de temas, salientando-se que Portugal apresentou uma perspectiva pessimista da influência da URSS e da China no continente africano, valorizando as suas posições como sendo do interesse da RAS.

Tentou, assim, atrair a África do Sul para a estratégia de defesa de Portugal, nomeadamente na Guiné, Moçambique e na influência do Zaire para a segurança de Angola.

---

<sup>271</sup> AHD-MNE, PAA 1129, “Agreement between the Government of the Republic of South Africa and the Government of Portugal in regard to the first phase development of the water resources of the Kunene River Basin”, Lisbon, 21 January 1969, pp. 3,5.

<sup>272</sup> Cfr. NASA-BTS 1/14/20, Vol. 1, Portugal: Annual Reports, *ANNUAL REPORT-1971*, 31 January 1972.

Rui Patrício manifestou a sua desconfiança face à NATO, uma vez que a organização, dado o clima de “détente” e os interesses conflituantes dos seus membros, dava sinais de uma atitude passiva face às iniciativas soviéticas. Ao desinteresse da maioria dos aliados, juntava-se a animosidade habitual da Dinamarca e da Noruega e, frequentemente, do Canadá.

Portugal ficou particularmente esclarecido, neste aspecto, pelo pouco interesse com que foram recebidas as suas propostas de discussão das actividades soviéticas extra-europeias.

Apesar das dificuldades apontadas, Patrício, reconheceu que os esforços portugueses e sul-africanos não eram inconsequentes. Isso era comprovado pelo facto de, na NATO, não ter sido aprovada uma proposta no sentido de a Aliança apoiar, indirectamente, os movimentos de libertação<sup>273</sup>.

Por outro lado, existia a preocupação de outros parceiros, tais como a GB, sobre o aumento da ameaça naval soviética, inclusive, no Oceano Índico.

O governo português considerava que a “détente” na Europa servia os interesses de Moscovo, ao libertar-lhe recursos que seriam usados em África.

Lisboa acusava esse acréscimo de pressão, nomeadamente na Guiné, que considerava a sua primeira linha de defesa.

O MNE português alertou para a importância desta Província portuguesa, devido à sua localização estratégica nas ligações aéreas com a Europa. Nas entrelinhas do discurso de Patrício, descortina-se, igualmente, o alerta para um eventual efeito dominó, que poderia afectar a África do Sul. Por outras palavras, não era apenas Angola e Moçambique que contavam na defesa de Pretória. Aliás, é referido pelo mesmo governante, o facto de a Guiné servir de teste para novas armas a serem utilizadas pelos movimentos de libertação.

---

<sup>273</sup> Esse auxílio, a verificar-se, seria prestado por Organizações Não-Governamentais (ONG).

Patrício, ainda na sequência da conversa com o Dr. Muller, referiu-se ao efeito provocado pela construção da linha ferroviária que visava ligar a Zâmbia à Tanzânia (TANZAM). Isso conduziria a desvalorização do caminho-de-ferro de Benguela, cuja importância, até ao momento, era fulcral no escoamento do comércio zambiano e colocava, de certa forma, Kaunda na dependência da boa vontade das autoridades portuguesas.

Em conformidade, face à conclusão do TANZAM, a Zâmbia sentir-se-ia mais à vontade para dar guarida aos movimentos de libertação antiportugueses, o que Patrício considerou uma enorme ameaça aos interesses lusos. Aliás, elegeu, neste contexto, Kaunda como o principal perigo para Portugal e, mesmo, para a África Austral.

Acrescentou-se, igualmente, que a Zâmbia, devido à sua posição geoestratégica, funcionava como um santuário, do qual provinham ataques direccionados aos espaços contíguos.

Um relatório militar português identificava a presença de vinte e uma bases do MPLA e da FRELIMO naquele Estado.

Assim, era necessário persuadir Kaunda de que a existência da Zâmbia dependia do bom relacionamento desta com os seus vizinhos.

O governante português adiantou que Lisboa estava preocupada com o aumento do fluxo comercial oriundo de Pretória para Lusaca, nomeadamente em milho. O representante sul-africano replicou que as trocas não tinham diminuído nem sofrido qualquer acréscimo.

Contudo, a política externa sul-africana apostava num melhor entendimento com os Estados africanos moderados como era o caso da Costa do Marfim, do Senegal e do Malawi. Por outras palavras, a estratégia diplomática de Pretória baseava-se, essencialmente, em dois pontos: não enveredar por qualquer acção que pudesse ser

entendida contraproducente face aos países considerados moderados e melhorar a sua imagem externa.

Portugal contrapôs e insistiu na hostilidade zambiana, considerando a hipótese de ser adoptada uma acção mais consequente, dificultando com subtileza o comércio com Lusaca, embora não infringindo o princípio do escoamento do comércio dos países interiores.

A África do Sul concluiu que deveria ser ponderada uma atitude de harmonia futura a contento dos dois Estados e, em caso, de iniciativas visando a Zâmbia por parte de Lisboa, Pretória ou Salisbúria, estas deveriam ser antecedidas de consultas prévias.

As conversações dever-se-iam manter discretas para se furtarem à acusação de constituírem uma aliança ímpia<sup>274</sup>.

Na sequência de uma outra visita, agora em 1973, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, à África do Sul, os jornais “Times”, “Guardian” e “Financial Times”, publicaram artigos sobre os reflexos da viagem.

Rui Patrício negou a existência de um pacto de defesa com a República da África do Sul e que a política externa portuguesa se caracterizava pela não interferência nos assuntos dos outros países. Este último ponto estava relacionado com as consequências externas de uma proximidade à África do Sul.

Não era intenção de Portugal actuar contra a Tanzânia ou a Zâmbia, uma vez que o cobre exportado por esta foi desviado, em grande parte, para o Lobito, desde o encerramento da fronteira entre a Zâmbia e a Rodésia.

Patrício declarou que Portugal dispunha de recursos financeiros que lhe permitiam lutar, indefinidamente, contra os movimentos de libertação, em África.

---

<sup>274</sup> Cfr. NASA-BTS 1/14/3, Vol. 1, Portugal Relation with SA, *Discussions Between the Minister of Foreign Affairs, Dr. The Hon. H. Muller and The Minister of Foreign Affairs of Portugal, His Excellency Dr. Rui D’Espinay Patrício, Pretoria 23-24 June, 1971.*

Não era intenção portuguesa afrouxar o esforço militar em Moçambique para se concentrar em Angola.

Entretanto, ocorreu, em finais de 1973, uma visita do Embaixador sul-africano em Lisboa, Montgomery, a Angola com repercussões na imprensa do seu país.

Na sequência da deslocação, o diplomata concedeu uma entrevista ao jornal “The Star” (Joanesburgo), e caracterizou certas benesses sociais proporcionadas à população autóctone como “the most effective form of defence against terrorism”. A “arma secreta” consistia em tratar os “cidadãos africanos de Angola como pessoas”, ajudando-os a elevar o nível de vida.

Isto era alcançado através do acesso a habitação, educação, serviços de saúde, e completado por um sentimento de pertença e de destino comum.

O articulista concluiu que a mesma política deveria ser implantada na África do Sul, porque se traduzia na melhor defesa contra o comunismo.

Em inícios de 1974, registava-se uma preocupação sul-africana quanto ao futuro da Rodésia e, por acréscimo, da continuidade dos regimes brancos em África.

Esta inquietação sobressaiu no encontro entre os Embaixadores português e sul-africano, colocados na Finlândia, em 18 de Janeiro de 1974.

Wounter Malan considerou que a minoria branca da Rodésia não tinha condições para se manter no poder por muito mais tempo. A única hipótese de sobrevivência do actual regime seria através de uma ida maciça de europeus para o território, o que só aconteceria num cenário de forte recessão europeia. Isso não era previsível e, Salisbúria, não tinha capacidade para impedir as tensões inerentes ao percurso político do país.

No tocante à África do Sul, estariam a ser preparadas medidas legislativas, visando atenuar a crispação político-racial.

Quanto a Portugal, referiu, com delicadeza, o facto de os dirigentes não terem a correcta percepção da evolução política em África, nos próximos trinta anos. O conflito tenderia a agravar-se. Pretória contava com o apoio convicto dos EUA, Reino Unido, França e Alemanha Federal. Enquanto perdurasse, a África do Sul não seria vencida. Para que a situação se mantivesse, o país procurava garantir um aumento progressivo do investimento desses Estados, “concedendo-lhes todas as facilidades”.

Lisboa, não fazia o mesmo. Pelo contrário, criava obstáculos a tais investimentos, reduzindo os respectivos benefícios, e tornando o mercado nacional pouco atractivo para o estabelecimento de empresas estrangeiras e a realização de negócios decorrentes. A consequência seria o menor interesse das grandes potências ocidentais, na continuação da presença portuguesa no Ultramar.

Tal afastamento não lhes provocaria, em princípio, qualquer dano e, até, poderia acarretar vantagens acrescidas.

O representante português discordou e referiu que, na sua opinião, o governo português se encontrava receptivo ao investimento externo. Havia-se ultrapassado o critério tradicional, de que “as sociedades estrangeiras iam diminuir a nossa força ou a nossa soberania”; e existiam indícios do acréscimo da pujança lusa.

Malan replicou que esta sensação não traduzia a realidade. Um progresso rápido e consistente poderia ser benéfico para Portugal e levaria ao estabelecimento de nacionais, em África. Ora, isso não se verificaria, caso se evitasse a instalação dos grandes grupos económicos estrangeiros. Claro, que no início as administrações seriam compostas por elementos de origem, mas com o passar do tempo, isso seria alterado, sendo a liderança assumida, em larga medida, por gestores portugueses. Infelizmente, as condições propostas pelas autoridades portuguesas para aquelas operações financeiras eram desinteressantes, e conduziam à procura de mercados alternativos e à desconfiança.

Paralelamente, o ritmo de desenvolvimento de Angola e Moçambique ficava aquém das potencialidades e necessidades políticas destes Estados. Em síntese, só com a colaboração das potências ocidentais, seria possível a permanência do “status quo” actual na África Austral.

O diálogo em causa é demonstrativo das discordâncias que, por vezes, sobressaiam ao nível das relações bilaterais. Neste caso, estamos perante uma crítica incisiva à alegada não-receptividade das autoridades portuguesas face ao investimento estrangeiro na metrópole, Angola e Moçambique.

Mais uma vez, tal como na questão do “apartheid” versus colonialismo, nas veladas ambições territoriais sul-africanas sobre espaços portugueses, na reprovação de alguns sectores militares de Pretória em relação à condução da guerra, sobretudo em Moçambique, revelavam-se interesses diferentes.

Na realidade, as apreciações negativas do diplomata sul-africano não eram, inteiramente, justas.

Portugal não praticava uma política isolacionista, o que podia ser constatado, entre outros exemplos, pelo estatuto de membro fundador da NATO, por pertencer à ONU, pela adesão à EFTA e pelo início de conversações com a CEE. Em África, no facto dos norte-americanos explorarem o petróleo de Cabinda, a escolha de um consórcio internacional (incluindo capitais sul-africanos) para a construção da barragem de Cabora Bassa (Moçambique), e o projecto hidroeléctrico no Rio Cunene (Angola), em parceria com a África do Sul.

Finalmente são de relevar os comentários e as apreciações obtidas junto do embaixador Boet Malan<sup>275</sup>, que exerceu funções em Lisboa em duas ocasiões – 1965/1969 e 1978/1982.

---

<sup>275</sup> A entrevista ao Embaixador Boet Malan foi realizada na sua residência em Constantia, na Cidade do Cabo, em 12/10/2007.

Este referiu que o governo sul-africano da época (anos 60 e 70) tinha uma grande admiração por Salazar.

Na opinião do governo sul-africano, o regime português era considerado, no Ocidente, uma ditadura benevolente e simpática.

Contudo, não se iludia a existência de um problema político em Portugal, associado, maioritariamente, à acção da polícia política (Polícia Internacional de Defesa do Estado – PIDE).

Mas, existia a convicção (em determinados círculos sul-africanos e portugueses) que Salazar desconhecia as atitudes mais repressivas da PIDE. A ideia era a de que o Presidente do Conselho não estava ao corrente dos excessos cometidos pela polícia política.

Havia, igualmente, a crença de que o líder português dedicava a sua vida ao governo da Nação portuguesa, e que o fazia pela causa pública e não para benefício pessoal. A título de exemplo, tal como referiu Boet Malan, um diplomata auferia um salário superior ao de Salazar.

O Embaixador considera que as relações entre a África do Sul e Portugal eram, nos anos 60 e 70, próximas. Isto devia-se, no essencial, a três ordens de razões: a dimensão da comunidade portuguesa na África do Sul; o facto dos territórios portugueses de Angola e Moçambique constituírem as fronteiras noroeste e nordeste daquele país. Isto, tendo em conta que a Namíbia era um território administrado pela África do Sul; e, finalmente, atendendo à importância (económica e estratégica) de Moçambique.

Acrescentou que os negros queriam tomar o poder em África. Consideravam uma aspiração legítima, já que olhavam para o continente como uma zona natural de influência negra. Inclusivamente, vigorava a tese de que tinham direito a governar mal.

Isto é, se o exercício do poder fosse nefasto por comparação com o das autoridades coloniais, esse direito era seu por excelência.

O Embaixador defendeu ainda a opinião de que existiam maiores afinidades entre os militares portugueses e a África do Sul, do que no caso dos políticos lusos e o mesmo país.

Afirmou também, que houve um apoio concreto (armas e logística) – mas discreto - da África do Sul às Forças Armadas portuguesas, em África.

Existia, certamente, uma estratégia comum luso-sul-africana para a África Austral. Contudo, isto não significava uma comunhão total de ideias nem que o entendimento fosse explícito e formal.

Quanto ao “apartheid”, uma parte considerável dos diplomatas sul-africanos considerava que o sistema era injusto e não haveria possibilidade de o manter a longo prazo.

Do lado português, também é de relevar o testemunho do embaixador José Manuel Villas-Boas<sup>276</sup>. Este representou Portugal na África do Sul entre 1959 e 1963 e, posteriormente, na década de 80.

O entrevistado considerava que o ambiente político existente em Pretória era, nos anos 60, propiciador de um bom relacionamento entre Portugal e a África do Sul.

Contudo, existia alguma desconfiança da parte de Pretória em relação a Lisboa. Este sentimento residia no seguinte: duvidava-se da capacidade militar de Portugal aguentar as suas possessões africanas, nomeadamente Angola e Moçambique, vizinhas daquele país; e as autoridades sul-africanas consideravam que o “apartheid” era a melhor forma de organização multirracial e, em conformidade, o modelo seguido nas colónias portuguesas não era o ideal.

---

<sup>276</sup> A entrevista ao Embaixador José Manuel Villas-Boas decorreu na sua casa de Esteiró, em Caminha, em Agosto de 2007.

Assim, Villas-Boas caracterizou o relacionamento bilateral utilizando as expressões “desconfiança” e “ambiguidade”. Quase que se poderia falar em “amor-ódio”.

A título de exemplo, referiu a facilidade com que os portugueses se miscigenavam com outras raças, o que era incompreendido pelas autoridades sul-africanas.

Apesar do desentendimento em redor de algumas questões, existia a noção de que Portugal representava um mal menor em África ou, dito de uma forma mais positiva, era o país em cuja política africana a África do Sul mais confiava. Simultaneamente, a geografia do Ultramar português obrigava a um entendimento.

O presidente Verwoerd tinha apreço e consideração por Salazar e a prova disso encontrava-se no facto de, na hierarquia máxima dos embaixadores destacados no país, estarem o da Grã-Bretanha, Estados Unidos da América e Portugal. Os representantes da França, Alemanha Federal e Espanha, entre outros, não se posicionavam neste patamar.

O entrevistado não se recordou da ida de altas individualidades militares portuguesas à África do Sul. Contudo, lembrava-se da visita do ministro da Economia português ao país e de contactos entre militares de patentes intermédias de ambos os lados.

A Portugal, interessava sobretudo a cooperação militar e o investimento sul-africano nas províncias ultramarinas. Outra prioridade dizia respeito à situação da comunidade de origem portuguesa residente na África do Sul. Nomeadamente, existia uma grande preocupação pelas condições de vida de moçambicanos a trabalhar na região do Rand. Estes dedicavam-se, maioritariamente, ao trabalho nas minas de ouro dessa região. Pontualmente, a embaixada portuguesa insurgiu-se contra aquelas condições de vida, fruto da política do “apartheid”. Os trabalhadores moçambicanos, não sujeitos a tal regime por parte das autoridades portuguesas, não acatavam facilmente o modelo segregacionista de Pretória.

Interrogado sobre se considerava a cooperação entre a África do Sul e Portugal fundamental para este país ter mantido o Ultramar, nomeadamente Angola e Moçambique, ao longo de treze anos de guerra, o embaixador, após alguma reflexão respondeu que sim. Contudo, acrescentou que era uma intuição com algum fundamento, não possuindo dados objectivos plenos para responder cabalmente a uma questão que considerou de difícil resposta. Até, porque lembrou que a questão militar era da responsabilidade do adido militar português. Apesar das reservas, bisou a resposta: “Sem dúvida que sim!”

### III) A QUESTÃO MILITAR

#### 3.1 Os Projectos Regionais

Nas décadas de 50 e de 60 do século passado, surgiram algumas ideias que visavam a tutela europeia sobre os espaços africanos, apesar das independências entretanto ocorridas. Talvez a mais curiosa e interessante tenha correspondido à criação de uma “NATO africana”, cuja designação corresponderia a “South Atlantic Treaty Organization” (SATO).

Contudo, os vários projectos idealizados não vingaram. Foi também o que sucedeu à iniciativa sul-africana, em finais dos anos 60, de prosseguir um entendimento com o Brasil e a Argentina perante os “perigos de infiltrações comunistas no Atlântico Sul”.

----- x -----

Antes dos impérios coloniais ponderarem a hipótese de uma independência efectiva das suas possessões ultramarinas, consideraram ainda um cenário em que pudesse perdurar, por mais algum tempo, o modelo vigente.

Claro que esta possibilidade estava condicionada pela capacidade bélica, económica, social, influência externa e as condicionantes políticas internas de cada metrópole. Simultaneamente havia que ter em conta, também, a situação específica de cada colónia face à maior ou menor vontade para uma eventual emancipação.

De qualquer modo já se vislumbrava a eventualidade do movimento emancipalista, a médio prazo, sobressair com maior dinâmica.

Daí, estas questões terem sido objecto de debate, cada vez com maior acuidade, desde o início da década de 50 do século passado. Note-se, a título de exemplo, que a Índia já havia obtido a independência face ao Reino Unido, em 1947.

Perante todo este contexto, não foi de estranhar a posição do Primeiro-Ministro da União Sul-Africana, Dr. Malan, ao sugerir, em 1953, a constituição de uma “Carta Africana” para cobrir a necessidade da existência de uma política africana que juntasse a União da África do Sul, a Inglaterra, Portugal, a França e a Bélgica<sup>277</sup>.

No caso da África Austral, notava-se uma preocupação acentuada de determinados regimes brancos manterem o respectivo “status quo”.

Eram os casos de Portugal e da África do Sul. O primeiro baseava-se na tradição histórica, na missão civilizadora e na defesa dos interesses ideológicos e estratégicos próprios e do Ocidente. Pelo seu lado, Pretória, pugnava pela supremacia branca, a contenção do alastramento da ameaça comunista, a consolidação de um sistema que assegurasse a proeminência dos africânderes na sociedade e, acima de tudo, o domínio enquanto potência regional.

Daí o facto de, em Novembro de 1955, no decurso de uma conversa entre os Ministros da Defesa sul-africano (Erasmus) e português, aquele ter proposto um projecto de defesa para a África Austral, que envolveria a GB, a Federação da Rodésia e Niassalândia, Portugal, os EUA, a França e a Bélgica. Aduzia-se que a segurança da África Meridional pressupunha a implementação de um sistema de radar eficaz<sup>278</sup>.

Porém, no mês seguinte (Dezembro de 1955), F C Erasmus<sup>279</sup> restringiu a ideia de tal defesa à participação da GB, Rodésia, França, Bélgica e Portugal. Cada país apresentou as suas reservas quanto a esta nova proposta. Os britânicos que já haviam concordado com a cedência da base de Simonstown a favor da África do Sul aceitaram, à semelhança deste Estado, que a defesa da África Austral, no seu todo, residia nos acessos ao continente, nomeadamente o Médio Oriente. A Rodésia ofereceu uma

---

<sup>277</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros datado de 17 de Março de 1953*.

<sup>278</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministro da Defesa Nacional em 28 de Novembro de 1955*.

<sup>279</sup> F C Erasmus foi Ministro da Defesa da União Sul-Africana entre 1948 e 1959.

resposta evasiva. Os franceses estavam mais concentrados no norte do continente do que no sul. A Bélgica, embora, possuindo um excelente dispositivo militar no Congo, desvalorizou a iniciativa. Portugal reconheceu, pela voz de Salazar, que Angola e Moçambique não tinham, no momento, condições militares para contribuir para um tal esforço. Para além do mais, existia a percepção de se verificarem problemas de maior urgência na Ásia.

Refira-se, ainda, o facto de na década de 50, ter existido um debate acerca da estratégia militar sul-africana. A discussão resultou numa ideia de avanço das linhas de defesa do país, onde alguns dirigentes advogavam que tais marcos defensivos tinham-se já deslocado do rio Limpopo para o Quénia e, mesmo, para o Nilo.

Ora, esta concepção coincidia, na época, com a britânica e face ao desinteresse das outras potências consultadas, quanto ao projecto sul-africano, de um dispositivo mais centrado na África Meridional, o executivo de Pretória indiciava uma maior aproximação à Grã-Bretanha e à resolução dos seus problemas internos<sup>280</sup>.

No ano seguinte acentuou-se a importância do norte de África nos planos sul-africanos. Concretamente era manifesta a preocupação sul-africana face à penetração soviética no Médio Oriente, entendida como “porta” de acesso à parte sul do continente.

Mais uma vez considerou-se a possibilidade de se efectuar uma conferência que reunisse, desta vez, a GB, a Bélgica, Portugal, a Libéria, a África do Sul e a Federação da África Central, com o objectivo da defesa de África.

Apesar das Forças Armadas sul-africanas não incluírem negros, mencionou-se a intenção das autoridades deste país não recusarem a cooperação internacional, devido a prosseguirem uma orientação diferente ao nível da política racial.

---

<sup>280</sup> Cfr. “Limpopo to the Nile” in *Review of South Africa*, Saturday, December 17, 1955.

Adiantou-se, ainda, a possibilidade da África do Sul abandonar “um pouco” o isolacionismo<sup>281</sup>.

A imprensa norte-americana aludiu através de um artigo no “Washington Post” à proposta do PM sul-africano, Johannes Strijdom<sup>282</sup>, no sentido de se constituir uma “aliança defensiva”, compreendendo a Inglaterra, a União Sul-Africana, a Federação da Rodésia e Niassalândia, Portugal, a França e a Bélgica. O artigo salientou a importância da preocupação de Strijdom basear-se na hipótese de tal projecto contrariar possíveis interesses soviéticos em África.

É de relevar o facto de a iniciativa, no seio da Commonwealth, ter contado com a ausência dos representantes da Índia e do Ceilão, Jawaharlal Nehru e Solomon Bandaranaike, respectivamente.

Note-se que a Grã-Bretanha não clarificou a sua reacção à ideia de Strijdom. Isso poderia compreender-se à luz da tradicional controvérsia suscitada pela política racial da África do Sul<sup>283</sup>.

Também, o jornal “Daily Herald” referia, em 9 de Julho de 1956, a possibilidade, a médio prazo, de ocorrer uma conferência cujo tema era, novamente, a defesa de África, sob a forma de uma NATO africana.

Três argumentos justificariam o encontro internacional: o primeiro fundamentava-se na infiltração russa no Mediterrâneo e Norte de África; o segundo justificado pela retirada das tropas britânicas da zona do Suez e a influência crescente do líder egípcio, Nasser, no Sudão; finalmente, a exigência proveniente do Ceilão e dirigida ao Reino Unido, no

---

<sup>281</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, “South Africa Seeks Defence Partners” in *The Daily Telegraph (Londres)*, de 4 de Abril de 1956.

<sup>282</sup> Na origem e sendo descendente de holandeses, o nome ancestral da família era Strijdom, embora, posteriormente tenha sido modificado na África do Sul para Strydom. Cfr. Rui Câmara Pina, *África do Sul: A Difícil Transição*, 1ª ed., Porto, Fronteira do Caos Editores, 2012, p. 113.

<sup>283</sup> Cfr. “African Pact is Proposed” in *Washington Post*, July 4, 1956.

sentido de este Estado retirar o seu aparato bélico das bases aéreas e navais existentes naquele território.

Saliente-se que Strijdom apelou ao apoio do Ocidente contra a investida comunista no Médio Oriente, considerado a “porta de entrada” de África. Esta inquietação sul-africana já havia sido mencionada e revelava-se uma prioridade na agenda política do país.

Porém, nos bastidores, pairava, pelo menos, um obstáculo, não disfarçado, quanto a uma efectiva solidariedade entre os territórios em causa. O “apartheid” pressupunha a ausência de treino e armamento militar face aos “não-brancos”. Pelo seu lado, a Federação da Rodésia e Niassalândia decidiram integrar nas respectivas fileiras todos os que se revelassem aptos na sequência da formação castrense<sup>284</sup>.

Cerca de um ano mais tarde, surgiu a mesma ideia transcrita no jornal inglês “Yorkshire Post”, onde se afirmava que a África do Sul estaria a preparar a criação de uma “South Atlantic Regional Defence Alliance”. Esta contaria, igualmente, com a presença de Portugal, França e Inglaterra.

Com efeito, antecipando uma deslocação do Ministro da Defesa sul-africano Erasmus a Londres, em Setembro de 1957, e na sequência de iniciativas idênticas adoptadas por Pretória no passado recente, pretendia-se suscitar a relevância da rota do Cabo como alternativa a novos problemas que afectassem o tráfego marítimo no Suez.

Aquele percurso e os portos sul-africanos ganhariam uma importância crescente e seria adequado planear a protecção da zona em benefício dos interesses ocidentais. O reabastecimento de navios de combustível em cais situados no sul do continente africano era uma realidade estratégica incontornável e Erasmus queria sondar Londres

---

<sup>284</sup> Cfr. “African Nato Nearer, in *Daily Herald* [Londres], July 9, 1956.

quanto à possibilidade de uma defesa efectiva perante uma ameaça submarina inimiga<sup>285</sup>.

Em 1959, foi retomada a ideia da criação de uma “NATO africana” sob a designação de “South Atlantic Treaty Organization” (SATO). A sugestão partiu do deputado Wightwick, representante do “Dominion Party” no Parlamento da Federação Rodésiana. Esta iniciativa contaria com a colaboração dos territórios vizinhos, o que pressupunha a participação do Reino Unido, França, Bélgica, Portugal, África do Sul, Rodésia e, outros três mais afastados da zona em causa, mas que seriam incluídos em tal plano: os Estados Unidos, a Espanha e o Gana.

Entendeu-se que o Norte de África estava ao alcance da influência da NATO. O deputado rodésiano adiantou, ainda, que a conjuntura internacional recente demonstrava que as fronteiras de segurança da Federação estariam já no Estreito de Aden.

O mesmo protagonista sugeriu, igualmente, o estabelecimento do “Plano Colombo” que abrangeria, para além da Rodésia, ainda a União da África do Sul, a Grã-Bretanha, Portugal e, eventualmente, a Bélgica. Colocou ainda a possibilidade de uma inclusão norte-americana, caracterizada como “ «interested benevolence, if not active participation» ”.

Considerou-se essencial a participação da África do Sul e, nomeadamente, que os respectivos políticos, rapidamente, se aperceberiam dos benefícios daí resultantes. Para além do mais, o envolvimento da União da África do Sul poderia contribuir para uma eventual mudança no ambiente político de uma ampla zona de África, um factor de diminuição de tensões e favorecer o entendimento ao nível regional.

Finalmente e, justificando sobretudo a criação da SATO, foi referido que seria de considerar uma “defesa em profundidade” de África.

---

<sup>285</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, “South Atlantic Defense” in *Yorkshire Post* [Londres], August 22, 1957.

Saliente-se que Salisbúria seria a sede da SATO, o que se justificava pelas vantagens económicas e estratégicas implícitas.

É de relevar que na hipótese do Médio Oriente ou da Europa serem dominados por forças hostis, a África constituiria a última base de resistência dos países ocidentais<sup>286</sup>.

No mês seguinte, o Ministro da Defesa sul-africano François Erasmus anunciou, na sequência de conversações com o Ministro britânico da Defesa Duncan Sandys, o retomar da proposta de uma “Baby NATO” em África, que reuniria o Reino Unido, a França, a Bélgica, a Espanha e Portugal com o objectivo de conter o comunismo e o nacionalismo africano. Acrescente-se que estava prevista a ida de Erasmus a Lisboa no dia 16 de Março<sup>287</sup>.

Em Abril do mesmo ano, ocorreu um volte-face em relação à iniciativa sul-africana, várias vezes sugerida desde meados da década. De acordo com a imprensa sul-africana, o governo inglês demonstrava pouco interesse face à ideia de uma organização abrangente para a África Meridional. Na interpretação do correspondente sul-africano, as razões para tal atitude seriam as seguintes: em primeiro lugar, considerava-se o facto da União da África do Sul constituir a única nação independente da África Austral. Na realidade, os restantes territórios envolvidos estavam sob o domínio de potências europeias, tais como a Inglaterra, a França, a Bélgica e Portugal. Na medida em que estes Estados já se encontravam ligados por uma estreita associação de carácter continental, e em que já existia a Commonwealth, não se justificava a existência de novos tratados. “Além destas razões, a cooperação militar e as medidas anti-subversivas podem ser levadas a cabo conjuntamente, sem existência de qualquer acordo especial”.

Em segundo lugar, e com base na experiência da NATO e da SEATO, uma nova organização nos mesmos moldes pressuporia um compromisso político-ideológico

---

<sup>286</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, “SATO Suggested by DP Member” in *The Rhodesia Herald*, February 28, 1959.

<sup>287</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, “Baby NATO to stem Nationalism”, in *Dawn*, March 13, 1959.

fundamentado na obediência aos princípios da Carta das Nações Unidas para “assegurar a igualdade de direitos, auto-determinação dos povos e outros objectivos semelhantes”.

Estas condições seriam de difícil aplicação às circunstâncias do quadro africano.

Finalmente, insistia-se no facto das questões militares poderem ser mais facilmente dirimidas a título informal pelos dirigentes da defesa e chefias militares. Acrescentava-se ainda o tradicional argumento de que a defesa do continente africano se encontrava mais no Médio Oriente do que propriamente em África. Contudo, esta tese já tinha perdido actualidade uma vez que, nesta altura, os soviéticos já controlavam o Iraque e alastravam a respectiva influência ao Golfo Pérsico e ao Oceano Índico. O panorama mencionado fazia prever “constantes desenvolvimentos técnico-militares em África” o que acarretava questões de carácter económico e político<sup>288</sup>.

É de relevar que a informação em causa tem origem numa publicação de Abril de 1959, isto é, aproximava-se o anúncio de MacMillan acerca dos ventos de mudança que iriam determinar o futuro de África. Daí a importância da Commonwealth, cujo objectivo era de associar as ex-colónias britânicas a Londres.

Ora, as iniciativas de Pretória mencionadas poderiam ser interpretadas como uma ameaça à estratégia africana dos britânicos.

Do mesmo modo, seguindo a linha das propostas sul-africanas, o líder do partido político Rhodesia Front, Winston Field, também sugeriu a formação na África Austral de uma aliança de países, cujo objectivo seria duplo: uma solidariedade económica e outra de natureza militar. A propósito desta ideia, o editor do “The Rhodesia Herald” manifestou num editorial, em 23 de Maio de 1962, a sua descrença na viabilidade de tal projecto.

---

<sup>288</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal na África do Sul ao MNE em 15 de Abril de 1959.*

No âmbito económico, foram lembradas as estreitas dependências e os benefícios fiscais que as economias do Sul de África tinham em relação aos países europeus, “concluindo que a República da África do Sul, só por si, não bastaria para substituir-se à Europa.

Quanto à Defesa, o mesmo jornalista recordava que o dispositivo da NATO tinha sido criado na perspectiva de uma ameaça externa; enquanto, que no caso da África Austral, o perigo situava-se no interior dos próprios territórios.

Assim, concluía, que era arriscado uma colaboração ao nível regional. A expressão escolhida para ilustrar esta matéria é elucidativa: “Can we, however, contemplate calling up Rhodesians to help put down insurgents in Angola; or risk the furor that would follow the stationing of South African troops here”<sup>289</sup>.

Esta análise é interessante na medida em que revela cepticismo quanto a alianças no Sul de África nomeadamente as que poderiam ligar Portugal, a África do Sul e a Rodésia, contrariando o discurso oficial.

Em Janeiro de 1969, foi difundida uma notícia pela Rádio Malawi acerca da intenção da África do Sul formar com os vizinhos uma união comercial “nos moldes do Mercado Comum europeu”.

Esta associação compreenderia a RAS, o Malawi, o Lesotho, o Botswana e a Suazilândia. Acrescente-se ainda que ela possuiria, também, uma vertente militar<sup>290</sup>.

Contudo, na sequência desta informação, os comentários resultantes do SGDN e do MNE foram no sentido de não dar grande credibilidade a esta iniciativa<sup>291</sup>.

Ainda no ano de 1969, o embaixador da África do Sul no Brasil emitiu declarações acerca de um eventual estabelecimento de um pacto militar entre a África do Sul, a Argentina e o Brasil a fim de enfrentar os “perigos de infiltrações comunistas no Atlântico Sul”.

---

<sup>289</sup> AHD-MNE, PAA 368, “Thickening the brew”, *The Rhodesia Herald*, May 23, 1962.

<sup>290</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo SGDN ao MNE em 4 de Janeiro de 1969*.

<sup>291</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo MNE ao CEMGFA em 19 de Fevereiro de 1969*.

O Brasil desmentiu, prontamente, a possibilidade de se estabelecer uma aliança tipo OTAN no Atlântico Sul, uma vez que nenhum dos países em causa teria meios militares para materializar tal hipótese. Inclusivamente, o Itamaraty referiu que tal projecto seria inviável sem a presença dos Estados Unidos.

Buenos Aires pronunciou-se em relação ao assunto em moldes semelhantes aos de Brasília.

É de relevar que o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil confidenciou ao embaixador Português ali colocado que nenhum dos Estados mencionados, inclusive a própria África do Sul, possuía capacidades militares para assumir esse tipo de compromisso. O diplomata brasileiro acrescentou igualmente que em nenhum caso o seu país tomaria qualquer decisão definitiva sobre o assunto sem uma consulta prévia a Portugal, pois considerava que “Portugal sabe muito mais do que nós sobre a África Austral”<sup>292</sup>.

---

<sup>292</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo MNE ao Embaixador de Portugal na África do Sul, Menezes Rosa, de 24 de Abril de 1969.*

### 3.2 A Subversão e a Contra-subversão

Após o início da guerra em Angola, em 1961, seguida, da Guiné, em 1963, e do conflito em Moçambique, em 1964, Lisboa viu-se obrigada a adaptar progressivamente o seu dispositivo militar aos teatros de operações africanos.

Embora tenham existido missões militares portuguesas que efectuaram visitas de estudo à Grã-Bretanha, a França e à Argélia, e analisaram alguns casos de contra-insurreição bem sucedidos, o principal manual português, abrangendo esta matéria, surgiu apenas em 1963 sob o título de “O Exército na Guerra Subversiva”.

As conclusões apontavam para o emprego de uma diversidade de medidas que contemplavam, para além da componente militar, meios políticos, sociais, económicos, psicológico e diplomáticos.

Um aspecto que obteve grande sucesso foi a cooperação entre as autoridades civis e militares, e a população local. Nomeadamente, via a construção de infra-estruturas que beneficiavam os habitantes e traduziam o esforço dos militares de uma forma mais aprazível e menos contundente.

----- x -----

Após a vaga de independências ocorridas em África e os distúrbios verificados no Congo belga, em 1960, já era de esperar que a sublevação alastrasse aos territórios portugueses, nomeadamente Angola.

O ano de 1961 pode ser considerado “horribilis” para o governo português presidido por António de Oliveira Salazar. De facto, ele foi marcado por uma sucessão de acontecimentos altamente perturbadores, aos quais já se fez referência: o começo da guerra em Angola, o assalto ao navio Santa Maria, a tentativa de derrube de Salazar e a queda da Índia.

Apesar da guerra em Angola ter ocorrido primeiro, é a Índia que vai determinar, em grande medida, o esforço de guerra subsequente em África. As autoridades portuguesas vão procurar, a todo o custo, evitar um desfecho para Angola, Moçambique e Guiné semelhante ao que sucedeu no Oriente.

Contudo, a hecatombe no Estado Português da Índia não significa que os militares tivessem descurado a aprendizagem das técnicas de combate que poderiam ser úteis em África.

O caso dos territórios indianos era singular. Tratava-se de espaços contíguos à União Indiana; distantes de Portugal continental e isolados face a qualquer outra possessão portuguesa ou Estado amigo; colados a um dos países mais populosos do mundo e com Forças Armadas influentes a nível regional; e, finalmente, do lado português não existia uma força que pudesse travar uma ofensiva indiana.

Angola, por exemplo, também não estava perto da parte europeia de Portugal. Contudo, situava-se próximo de alguns países amigos ou, pelo menos, não hostis; Não era ameaçado por outra potência (embora não fosse de negligenciar o poder dos movimentos de libertação);E já possuía uma comunidade de origem europeia interessante<sup>293</sup>.

Como se referiu atrás, Portugal estava atento aos “ventos de mudança” enunciados por Mac Millan. A diferença principal, face aos propósitos do Primeiro Ministro inglês, residia na convicção de que se podia resistir a tal destino.

Salazar acreditava na originalidade portuguesa. E esta baseava-se na epopeia dos descobrimentos, no modo de estar dos portugueses em África e na artificialidade da

---

<sup>293</sup> Segundo o censo realizado em 1960, existiam na Província de Angola 172.529 brancos, 53.392 mestiços, 4.604.362 negros e 166 membros de outra raças. Comparando os dados com o censo ocorrido em 1950, verificou-se um aumento de 93.703 brancos, 23.744 mestiços, 567.675 negros e 61 de outras raças. Concluiu-se, então, que, proporcionalmente, foi a população branca que mais cresceu (118, 87%), seguindo-se a mestiça (80, 09%), e depois a negra (14, 06%). Quartel General da Região Militar de Angola (3ª Repartição), *Esboço Histórico das Operações na RMA*, Polic. 1965, I.III. 2.1.

subversão. Isto originava a ideia de que existia uma missão a executar em África; uma obra civilizadora que unia europeus e africanos num destino comum. De algum modo, Portugal fazia um favor à Europa em ser o protagonista da perpetuação da cultura e valores europeus no continente negro.

A Europa, supostamente agradecida, se não quisesse ajudar, pelo menos, não deveria atrapalhar. E aos Estados Unidos da América, convinha ir lembrando que se travava uma guerra contra o comunismo. E, tratando-se, de uma guerra global, também tinha como palco África.

Ora, esta lógica, colocava o Estado português na qualidade de paladino natural da Europa e dos EUA naquele continente. E, mais, alimentava o ânimo para a possibilidade de defesa do Ultramar.

O começo do conflito em Angola não apanhou o regime completamente de surpresa. Em 1959, Salazar avisara que “o certo é que vamos ter uma guerra no Ultramar e será uma guerra de guerrilha”<sup>294</sup>.

No ano anterior, o Presidente do Conselho, tinha afirmado em entrevista ao jornalista Serge Groussard que “não há possessões portuguesas, mas pedaços de Portugal disseminados pelo mundo. Em Lisboa, em Cabo Verde, em Angola ou em Moçambique, em Goa, na Guiné, em Timor ou em Macau é sempre a Pátria”<sup>295</sup>. E a seguir acrescentava que as colónias continuariam “a progredir em plena harmonia se não houver manejos estrangeiros”<sup>296</sup>.

O problema residia, precisamente, no encontro de agendas nacionalistas e do foro internacional que concorriam para a alteração do “status quo” colonial.

---

<sup>294</sup> António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*, Lisboa, livros Horizonte, 2001, p. 45.

<sup>295</sup> António de Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas* (1959-1966), VI, Coimbra Editora, 1967, p. 10.

<sup>296</sup> *Idem*, p. 27.

Desde a entrada de Portugal nas Nações Unidas, em 1955, que existiam pressões nesse sentido. A Índia tinha liderado o processo e, em Dezembro de 1961, tinha resolvido pela força a questão que o governo português não quis negociar pela diplomacia: a situação dos territórios de Goa, Damão e Diu e os enclaves de Dadrá e de Nagar-Aveli.

Em África, os indícios não eram diferentes. Nomeadamente, Portugal não podia ficar indiferente aos distúrbios que atingiam o antigo Congo belga vizinho de Angola.

Após a retirada das autoridades belgas, em 1960, o território foi palco de uma tremenda guerra civil que durou até 1963.

Naquele ano, o governo do novo Estado do Zaire foi entregue a Lumumba, conhecido pelas posições contra o Ocidente. Um surto de instabilidade percorreu o país e parte do exército, ainda sob o domínio belga, distanciou-se do novo poder. Perante ameaças dirigidas à população branca, o governo de Bruxelas decidiu o envio de forças páraquedistas para o país. No decurso do caos reinante, a província do Catanga optou pela secessão. Este movimento de independência foi liderado por Moisés Tschombé.

A atmosfera de desordem geral caminhou a par com o sentimento de fervor nacionalista. E que, inevitavelmente, se alastraria ao norte de Angola.

As implicações no território português são, aliás, na época, objecto de um relatório dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCIA), dirigido ao Comandante Chefe das Forças Armadas em Angola. Neste referia-se o seguinte: “A extraordinária importância que para o panorama político de Angola reveste a vizinha República [Congo-Léopoldville], reside no facto de ser nele que está sediada a quase totalidade dos partidos nacionalistas angolanos, cuja eficácia de “combate” depende directamente da benevolência do Governo de LEO [Léopoldville]”<sup>297</sup>.

---

<sup>297</sup> Arquivo General Luís Deslandes (AGLD), *Relatório com a classificação de “Secreto” do SCCIA para o General Comandante-Chefe de Angola, General Venâncio Deslandes, de 3 de Setembro de 1962.*

De facto, Holden Roberto, chefe da União das Populações de Angola (UPA), residia no Zaire. Este movimento possuía uma base de sustentação étnica – os bacongos – que abrangia populações situadas no Zaire, enclave de Cabinda e no Congo português (norte de Angola).

O nacionalismo africano tinha ganho importância, dimensão e visibilidade internacional através de várias organizações entretanto nascidas. Na génese estão afinidades étnicas, políticas e místico-religiosas, variando a intensidade da componente respectiva de acordo com os movimentos concretos em causa.

Em Angola, existiam movimentos profético-messiânicos que inspiravam grupos rebelados contra as autoridades portuguesas. Era conhecido o apoio externo oriundo do Cairo, de Acra ou de Brazzaville. As principais orientações radicadas numa natureza místico-religiosa eram o “lassismo”, o “quimbangismo” e o “tocoísmo”<sup>298</sup>. Estas, de uma forma geral, reviam-se no slogan: “A África para os africanos”.

Convém, também, referir as tendências separatistas que eram mais populares entre africanos nos anos 60, e a respectiva adequação ao caso angolano. Estas podem-se resumir nas seguintes: a “nativista”, a “panafricanista” e a “nacionalista”.

---

<sup>298</sup> O “lassismo” é da autoria de Lassy Simon Zéphérin, que criou o movimento em 1951. Este assenta numa interpretação livre da Bíblia, sobretudo baseada no Evangelho de S. João, e na proximidade entre a figura de Lassy e a de Cristo. À semelhança de outros movimentos, reagiu contra a presença branca no continente africano. Teve influência na evolução política do Congo-Brazzaville e encontrou adeptos junto de nativos de Cabinda. O “quimbangismo” foi criado por Simão Kimbangu, em 1921, no antigo Congo Belga. É o primeiro movimento do género referenciado e que terá inspirado outros como no caso do “lassismo”. As suas características são semelhantes às adquiridas mais tarde pela organização de Lassy Simon e, do mesmo modo, dirigida contra a comunidade branca. A sua influência fez-se sentir no Congo Belga e nas zonas fronteiriças desta região com o Congo-Brazza. O “tocoísmo” foi fundado, igualmente, no Congo Belga por Simão Gonçalves Toco, sendo certo que já se encontrava em plena expansão, em 1949. No ano seguinte expandiu-se para Angola devido, em grande medida, à expulsão do líder daquela colónia belga. As características do movimento são semelhantes às associadas às organizações mencionadas atrás. Nomeadamente, no que respeita à inspiração protestante, interpretação livre de passagens da Bíblia e antagonismo em relação às populações de origem europeia. Distingue-se, contudo, pela ligação inicial à organização norte-americana “watch tower”, vulgarmente conhecida por “testemunhas de Jeová”. Quartel General da Região Militar de Angola (3ª Repartição), Op. Cit., pp. I.VI.6.1-I.VI.7.1.

A primeira defendia a África para os africanos. No caso angolano batia-se pela respectiva emancipação sob a direcção dos naturais, mesmo que isso implicasse contratempos iniciais no âmbito do desenvolvimento.

A segunda pretendia a integração de Angola numa grande federação de regiões africanas.

A terceira preconizava a reprodução em Angola do modelo brasileiro.

A corrente mais temida pelas autoridades portuguesas era a “nativista” devido ao carácter xenófobo e à rede de sustentação internacional implícita.

De facto, existiam sectores da política internacional que animavam, ideologicamente, o emancipalismo africano. Logo em 1948, Stalin, explicou como se poderia debilitar a Europa através de África: “Despojando o mundo ocidental da posse dos países coloniais, reduzimos os lucros do capitalismo, diminuímos o nível de vida das massa trabalhadoras e criamos assim a situação necessária para movimentos revolucionários. Em termos mais militares, não sendo possível o ataque directo contra a Europa, é preciso adoptar uma manobra envolvente através da Ásia e da África”. Tratou-se do desenvolvimento da famosa síntese de Lenine, proferida em 1922: “O caminho de Paris e de Londres passa por Pequim e pela África”<sup>299</sup>.

Na Ásia, na sequência da II Guerra Mundial, também se tinha ouvido o grito “A Ásia para os asiáticos”. E, num memorandum de 1953, Mao-Tsé-Tung previa, em sintonia com o cenário avançado pelo seu homólogo soviético, o desaire europeu nos seguintes termos: “Uma vaga de revolução varrerá então todo o continente africano, e os imperialistas e os colonialistas serão rapidamente lançados ao mar... Uma vez a Ásia e a África separadas dos países capitalistas da Europa, o continente europeu desmoronar-se-á por completo do ponto de vista económico. A sua capitulação surgirá naturalmente,

---

<sup>299</sup> Hermes de Araújo Oliveira, *Guerra Revolucionária*, Lisboa, Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1960, p. 33.

como consequência dos acontecimentos mencionados. A crise europeia será seguida duma quebra económica total e duma catástrofe industrial”<sup>300</sup>.

O plano comunista seria asfixiar economicamente a Europa através de um assalto a África. Era a chamada manobra de “aproximação indirecta”. O objectivo seria dividir a África Branca (muçulmana) da África Negra de modo a que a respectiva conquista fosse possível em separado. Assim, deveria ocorrer uma penetração profunda em direcção ao Golfo da Guiné; outra abrangendo o norte de África; e, ainda, uma terceira cobrindo o eixo Cairo-Cartum-Adis Abeba-Nairobi-Beira, e que contemplaria o estabelecimento de duas amplas bases no Congo Belga e na União Sul Africana<sup>301</sup>.

Ora, é na confluência dos movimentos profético-messiânicos, de afinidades étnicas, de correntes separatistas e da componente político-ideológica das forças em confronto na Guerra Fria, que se pode compreender a génese das organizações mais adversas ao colonizador europeu.

É o caso da Aliança dos Bakongos (ABAKO). Com sede em Léopoldville, a sua origem está radicada na Associação Cultural dos Naturais do Baixo Congo, e foi fundada por Nlandu Nzeza, em 1953. O objectivo era o de aglutinar os povos de raça bakongo e reeditar o antigo Reino do Congo. Este abarcava o Distrito de Cabinda e o Congo português.

Após os primeiros tempos de afirmação da identidade e de um território bakongo, a organização evoluiu, progressivamente, para a rejeição das autoridades belgas. Em 1955, surgiu já como partido independentista sob a liderança de Joseph Kasavubu, futuro presidente do novo país.

---

<sup>300</sup> Idem, p. 36.

<sup>301</sup> Nestes dois territórios, o movimento sindicalista seria um veículo importante para a articulação entre ideais emancipalistas e a influência da política soviética e chinesa. Ibidem, pp. 36-38.

A mística de Kasavubu depressa alastrou às populações do norte de Angola, cativando para a respectiva causa os bakongos situados em território português. Aliás, a ocorrer a reconstituição do Reino do Congo, a capital estaria prevista em S. Salvador, em Angola. Em conformidade, foi criada a organização NGWIZACO<sup>302</sup>, também conhecida pela ABAKO portuguesa e à qual foram dadas instruções para prestar auxílio à União das Populações de Angola (UPA).

A UPA nasceu da tentativa de encontrar o legítimo representante do antigo Reino do Congo, processo que se iniciou em meados dos anos 50. Aquele escrutínio acabou por eleger Holden Roberto que, mais tarde, assumirá a direcção daquele movimento.

A sua formação e activismo político acompanhou o mesmo percurso dos futuros dirigentes do Congo Belga, passando, para além do Congo, pelo Ghana e a Guiné.

As primeiras actividades do movimento conhecidas em território português tiveram lugar nas regiões de Nóqui, Bembe, S. Salvador e Buela, que foram alvo da divulgação de panfletos escritos em inglês, francês, quicongo e quimbundo. Registraram-se, igualmente, emissões da Rádio-Léopoldville. O objectivo visava a independência de Angola. As acções em causa remontam a Outubro de 1959<sup>303</sup>.

A propósito do pensamento de Roberto, vale a pena destacar uma entrevista concedida a uma estação de rádio de Nova York, em Novembro de 1961, isto é, já depois do início da guerra na Província portuguesa: “Sentimo-nos muito felizes por nos considerarem comunistas, por um lado, e pró-ocidentais, por outro. Concluiu-se que somos verdadeiramente africanos, pois aqueles que nos acusam de pró-ocidentais têm relações com o Oeste e os que nos acusam de comunistas, têm relações com estes. Não

---

<sup>302</sup> A Associação dos Naturais do Congo – NGWIZANI A CONGO – foi criada em Léopoldville, em 1960. Dotada de uma base de apoio étnica, elegeu como “capital ideológica” a cidade de S. Salvador, em Angola, referenciada como o centro do antigo Reino do Congo. Embora, renunciando à violência, existiam facções dissidentes que estreitaram relações com a UPA. Esta última, claramente adversária de Portugal e responsável pelos ataques a colonos portugueses, em 1961. Cfr. Quartel General da Região Militar de Angola (3ª Repartição), Op. Cit., pp. I.VI.4.6.-I.VI.4.8.

<sup>303</sup> Os Estatutos da UPA datam de 1 de Julho de 1960.

compreendem qual é a nossa posição. O nosso movimento foi formado para lutar contra a opressão da colónia [Angola]. A violência não é o nosso princípio”<sup>304</sup>.

E no ano seguinte, também na mesma cidade norte-americana, declarava: “Não me interessa a sua colaboração – do MPLA [Movimento Popular de Libertação de Angola] – nem jamais a aceitarei. Conheço a índole dos mestiços e assimilados, que não têm lugar numa futura Angola independente. Cruéis para os negros, eles representam a degenerescência da raça. Temos de os combater e eliminar. A África é negra e não pode ser outra coisa”<sup>305</sup>.

Não restam dúvidas que a iniciativa das hostilidades em Angola pertenceu à UPA, em Março de 1961. Esta possuía a base de “Kinkusu” no Congo Belga e unidades a treinarem na fronteira entre a Argélia e a Tunísia. Estes países proporcionaram uma retaguarda logística importante, contribuindo com formação militar e, no caso da Argélia, com voluntários.

As acções armadas desenvolveram-se, sobretudo, no norte e leste de Angola. Nesta zona incidiu nas regiões contíguas ao caminho de ferro de Benguela.

É consensual o facto de ter actuado com supremacia político-militar até 1962 face ao seu rival mais directo, o MPLA. Contudo, depois da resposta portuguesa e do começo da consolidação do dispositivo militar, Holden Roberto começou a sentir dificuldades e, inclusivamente, apelou à abertura de uma frente de guerra em Moçambique (1962). A ideia seria a de dispersar as forças lusas de modo a aliviar a pressão sobre o movimento. Este ano foi marcado pelo surgimento da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) que, no plano prático, acabou por suceder à UPA. Com o tempo, a FNLA foi perdendo importância em relação ao MPLA e à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

---

<sup>304</sup> Idem, p. I.VI.5.33.

<sup>305</sup> Ibidem, p. I.VI.5.34.

O MPLA surgiu em 1959, a partir da iniciativa de elementos refugiados no estrangeiro, nomeadamente, em Conakry e em Léopoldville. Visava a autodeterminação do povo angolano e a independência do respectivo território. É de inspiração comunista e, em 1965, já era considerado, pelas autoridades militares portuguesas, o partido angolano “melhor dotado, melhor dirigido e mais dotado de elementos evoluídos”<sup>306</sup>.

A sua primeira acção armada conhecida foi o assalto às cadeias de Luanda na noite de 3 para 4 de fevereiro de 1961, o que deu início à guerra em Angola.

Apesar da sua génese estar muito associada ao Congo Belga<sup>307</sup>, desenvolveu, posteriormente, uma implantação acentuada no Congo-Brazzaville.

Em Angola, a sua influência fez-se sentir, inicialmente, sobretudo em Luanda, nos centros populacionais mais evoluídos a norte do Quanza, e nos Dembos. Neste caso, tratando-se de uma área controlada pela UPA, a explicação estará relacionada com a dissidência de elementos desta organização em favor do MPLA. Em Luanda, intensificou a actividade desde Novembro de 1962<sup>308</sup>.

Para além de contar com elementos oriundos do interior de Angola, o partido recrutou indivíduos refugiados no Congo Belga. Estes foram, na sua maioria, enviados para campos de treino em Marrocos e na Argélia.

O MPLA tentou, por vezes, estabelecer uma frente comum, entre outros, com a UPA, mas contou sempre com a respectiva intransigência em avançar para tal solução. Isto é explicado pelas ideias de Holden Roberto, às quais já se aludiu atrás.

O partido contou, desde o início, com dirigentes emblemáticos como Agostinho Neto e Eduardo dos Santos.

---

<sup>306</sup> Ibidem, p. I.VI.5.18.

<sup>307</sup> Onde conta com uma sede, desde Outubro de 1961.

<sup>308</sup> Um relatório da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) de 1962, refere como principais áreas de influência do MPLA as zonas de Luanda, Benguela e Nova Lisboa. Cfr. AGLD, *Informação da PIDE com a classificação de “Confidencial”, dirigida ao Gabinete do General Comandante-Chefe de Angola, em 28 de Julho de 1962.*

A UNITA surgiu em Muangai, no distrito de Moxico, em Março de 1966. Foi fundada por Jonas Malheiro Savimbi e situou, inicialmente, a sede na Zâmbia. Elegeu com áreas principais de actuação, as zonas do sul e leste de Angola. Em conformidade, contactou a South West Africa Peoples Organization (SWAPO<sup>309</sup>). Esta advogava a independência do Sudoeste Africano, região contígua ao sul de Angola e dominada pela África do Sul. Este objectivo abrangia a chamada Ovambolândia, que incluía parcelas de território português entre os rios Cunene e Cubango. Daí, serem-lhe imputadas actividades, desde Fevereiro de 1961, nas regiões de Moçâmedes, Pereira d’Eça, Forte Roçadas, Cuanhama, Porto Alexandre, Sá da Bandeira, entre outras.

Assim, interessava às autoridades sul-africanas e portuguesas acompanhar uma possível articulação entre a UNITA e a SWAPO.

Ainda com sede em Lusaca, a UNITA atacou a Vila Teixeira de Sousa na noite de Natal de 1966. Apesar de ter sofrido numerosas baixas, a acção demonstrou a capacidade de iniciativa militar do movimento.

Em Julho de 1967, face a desinteligências com o governo da Zâmbia, transferiu a sua base de operações para a nascente do rio Lungué-Bungo. Daqui, conseguiu operar na faixa oriental do Bié<sup>310</sup>.

Em 1972, estabeleceu um acordo com as autoridades portuguesas, no decurso da “Operação Madeira”, desencadeada pelo Comando luso da Zona Leste. Este entendimento neutralizou as forças da UNITA, que se dedicou mais a combater os movimentos rivais.

No quadro do relacionamento regional entre Portugal e a África do Sul, convirá, também, destacar o início das hostilidades em Moçambique.

---

<sup>309</sup> Conhecida em português por Organização dos Povos do Sudoeste Africano. Este movimento provém da Ovamboland People Organization (OPO) e foi fundado em 1959.

<sup>310</sup> Cfr. António Pires Nunes, *Angola (1966-74). Vitória Militar no Leste*, Lisboa, Tribuna da História, 2002, p. 19.

Estas deveram-se aos objectivos políticos e militares da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e à consequente reacção portuguesa.

Esta surgiu em Dar-es-Salam, na Tanzânia, em Junho de 1962. Contudo, o início da luta armada ocorreu apenas, em Setembro de 1964, com um ataque ao Chai.

Apesar de ter tentado a implantação no sul de Moçambique, o dispositivo das forças portuguesas obrigou o movimento à concentração de esforços no norte, nos distritos do Niassa e de Cabo Delgado, apoiando-se, sobretudo, em elementos da etnia maconde.

A partir de dissidências registadas em 1968, o Comando-Chefe do território intuiu que se poderia enfraquecer muito a capacidade militar do adversário através de uma operação em larga escala.

Desenvolveu-se, então, a “Operação Nó Górdio”, que não alcançou os resultados esperados e, na verdade, a FRELIMO nunca perdeu a sua capacidade ofensiva.

Ao nível regional, a África do Sul, apoiava a Rodésia e a manutenção dos portugueses em Moçambique, assumindo, de certa forma, a liderança do bloco de origem europeia em África.

Este auxílio era sentido em Moçambique ao nível do fornecimento de material no âmbito sanitário, das comunicações, da intendência e da cartografia<sup>311</sup>. O envio de material de guerra e, nomeadamente, de helicópteros constituiu uma ajuda valiosa por parte da África do Sul.

Quanto à resposta portuguesa aos acontecimentos referidos, é de enfatizar que estes não apanharam ao nível da preparação teórica aquelas autoridades desprevenidas.

O estudo de guerras com características subversivas era prática institucionalizada desde a década de 50.

---

<sup>311</sup> Cfr. Carlos de Matos Gomes, *Moçambique (1970). Operação Nó Górdio*, Lisboa, Tribuna da História, 2002, p. 20.

E, apesar da noção das dificuldades a enfrentar, existiu quem, até ao fim, vislumbrou a possibilidade de vitória num conflito desta natureza.

Encontravam-se neste caso Silva Cunha, Bettencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques<sup>312</sup>. Estes, em síntese, pensavam que a “subversão” podia ser vencida. E davam como exemplo os acontecimentos ocorridos na Grécia, Malásia e Quénia<sup>313</sup>.

Estes casos haviam sido amplamente estudados pela elite militar portuguesa<sup>314</sup>. Consequentemente, surgiu o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, em 1963.

A análise em causa demonstrava que a Grã-Bretanha, entre 1945 e 1960, tinha-se envolvido numa série de campanhas militares em que tinha saído vencedora, excepto no caso da Palestina.

Os ensinamentos recolhidos afastavam-se da doutrina da guerra convencional. No essencial, podem-se resumir nos seguintes pontos: “1. As desordens eram suprimidas com um mínimo de força; 2. As contra-insurreições bem sucedidas tinham dependido de uma estreita cooperação entre todos os ramos do governo civil e das forças armadas, e tal coordenação fora da responsabilidade de uma só entidade; 3) As contra-insurreições bem sucedidas dependeram de boas informações, e a sua recolha e verificação foi coordenada por uma só autoridade; 4) As contra-insurreições bem sucedidas requeriam

---

<sup>312</sup> Joaquim da Silva Cunha foi Ministro do Ultramar (1965-73) e Ministro da Defesa (1973-74); O General Bettencourt Rodrigues foi o último governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas portuguesas na Guiné entre 1973 e 1974; O General Silvino Silvério Marques foi governador de Cabo Verde de 1958 a 1962 e governador-geral de Angola entre 1962 e 1966.

<sup>313</sup> Cfr. Freire Antunes, Op. Cit. P. 340; Silvino Silvério Marques, *Portugal e Agora?*, Edições do Templo, 1978, pp. 56-57. No mesmo sentido, pode ler-se o seguinte: “Porque a subversão conseguiu, na verdade, já no século XX, alguns êxitos, dada, fundamentalmente, a forma inadequada como foi combatida, criou-se a convicção de que as guerras subversivas são guerras perdidas pela contra-subversão e, ainda, o convencimento de que esta tarefa é exclusiva das forças armadas. Tal convicção é errada, como mostram os exemplos da Malásia, Quénia e Índia Portuguesa, entre outros, que a contradizem”. Estado-Maior do Exército, *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, 1990, pp. 91-92.

<sup>314</sup> Neste caso estão Pedro Cardoso e Renato Marques Pinto. Estes oficiais frequentaram o curso de informação em Maresfield Park Camp (Reino Unido) no biénio 1958-59. Cfr. John P. Cann, Op. Cit., p.72. No mesmo sentido cfr. Pedro Cardoso, *As Informações em Portugal*, Instituto da Defesa Nacional, 1980, p. 106.

a adopção de pequenas unidades táticas altamente descentralizadas de modo a derrotar as tropas irregulares”<sup>315</sup>.

Estas lições foram prontamente incorporadas na doutrina militar portuguesa. A prova encontra-se na seguinte passagem elaborada a partir do que consta na obra “O Exército na Guerra Subversiva”: ”Convém ainda recordar que, em virtude do carácter total e indirecto da estratégia da subversão, a contra-subversão deve usar da mesma diversidade de meios. Assim, não deverá actuar só, ou, predominantemente, com forças militares mas, essencialmente, com meios políticos, sociais, económicos, psicológicos e diplomáticos; e, por outro lado, não empregar as forças militares só em acções armadas, mas aproveitar a sua dispersão pelo território e as suas variadas potencialidades para uma estreita cooperação com as autoridades civis e com as polícias na conquista da adesão da população, e com os serviços essenciais na garantia do seu funcionamento”<sup>316</sup>.

E a seguir acrescenta-se: “As forças militares são um dos meios ao dispor da contra-subversão e a sua actuação visa contribuir para fazer abortar ou vencer a insurreição subversiva ou, pelo menos, garantir condições de segurança e de tempo para que o conflito seja resolvido pela política, numa posição de força”<sup>317</sup>.

Ora, é nesta encruzilhada que o problema se colocou aos dirigentes políticos e militares portugueses, em 1974. Quando Marcello pedia a continuação do esforço não era, necessariamente, por acreditar na vitória da guerra em África; era, somente, por considerar que os militares lhe deviam possibilitar as melhores condições possíveis no terreno para a resolução política do problema. E as fontes investigadas e já citadas provam-no abundantemente.

---

<sup>315</sup> John P. Cann, Op. Cit., pp.71-72.

<sup>316</sup> Cfr. Estado-Maior do Exército, *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, 1990, p. 140.

<sup>317</sup> Idem

### 3.3 O Acordo ALCORA

O acordo ALCORA reuniu Portugal, a África do Sul e a Rodésia, em Outubro de 1970, com o objectivo de articular melhor os esforços bélicos entre as três entidades mencionadas.

Face ao alastramento da guerra e à necessidade dos países de domínio branco alcançarem os seus objectivos de uma forma mais célere, foi celebrado secretamente o entendimento mencionado, mascarado de “exercício”.

Este acordo envolvia o estabelecimento de vários organismos com uma estrutura semelhante à dos Estados Maiores Nacionais. Deste modo, sobressaiam, no modelo, repartições de logística, operações e informações.

Na sequência desta estrutura, visava-se a cooperação ao nível do fornecimento de equipamento militar, bem como, estudos cartográficos e a obtenção de fotografias através de meios aéreos.

Após o 25 de Abril de 1974, o ALCORA deixou de vigorar devido à alteração política verificada em Lisboa.

----- x -----

(A justificação de se considerar o ALCORA como capítulo individual, prende-se com a ideia de que, aqui, considera-se a articulação militar entre Portugal, a Rodésia e a África do Sul; no capítulo seguinte, A cooperação militar entre os dois países, trata-se exclusivamente da dimensão bilateral entre Portugal e a África do Sul, mesmo que, por vezes, ela esteja, igualmente, compreendida no ALCORA).

“Quando a história puder ser narrada será fascinante”. Comentário extraído do editorial do jornal “The Rhodesia Herald”, de 14 de Novembro de 1972<sup>318</sup>.

---

<sup>318</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, Informação baseada no jornal “The Rhodesia Herald”, de 14 de Novembro de 1972.

Em meados dos anos 50, as atenções internacionais centraram-se no Médio Oriente. A crise do canal do Suez, desencadeada pela respectiva nacionalização a mando do Presidente Nasser<sup>319</sup> do Egipto, originou um conflito, em 1956, que opôs Israel, a Grã-Bretanha e a França às forças egípcias.

O conflito foi resolvido com a intervenção dos Estados Unidos da América e de contingentes oriundos das Nações Unidas, que forçou a cessação das hostilidades entre os beligerantes e a retirada dos militares estrangeiros da terra dos faraós.

A abertura à navegação ficou assegurada, mas o canal ficou na dependência do Egipto. Atendendo a que, anteriormente, a via marítima pertencia a um consórcio internacional dominado por capitais franco-britânicos, pode-se concluir que, no final, Nasser concretizou as suas intenções.

Esta questão colocou a região em causa no topo da agenda internacional.

Contudo, pacificada a zona, e percebendo-se o interesse crescente que a União Soviética tinha pelo Mediterrâneo, a África Meridional ganhou, gradualmente, relevância.

A África Austral poderia compensar, com a rota do Cabo, vias marítimas condicionadas a Norte, e poderia contrariar um eventual movimento expansionista soviético, posteriormente, dirigido ao sul do continente negro.

Na realidade, desde 1955, que transpareciam, através dos media, notícias referentes a ideias ou projectos que visavam a defesa da África Austral.

Uma informação oriunda da Embaixada de Portugal na União da África do Sul, datada de 9 de Dezembro de 1955, e baseada na comunicação social sul-africana, revelava um plano de instalação de uma rede de postos de radar para fins militares e que acautelariam, nomeadamente, o surgimento de um conflito armado<sup>320</sup>. A ideia era a de

---

<sup>319</sup> Gamal Abdel Nasser viveu entre 1918 e 1970. Foi o primeiro presidente da República do Egipto, exercendo o cargo de 1956 a 1970.

<sup>320</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação oriunda da Embaixada de Portugal na União da África do Sul, e dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros luso, 9 de Dezembro de 1955.*

envolver o conjunto da África Austral no projecto, incluindo Angola e Moçambique. De acordo com o boletim “South African Affairs”, de 25 de Novembro de 1955, o acordo celebrado entre o Reino Unido e a África do Sul, que possibilitaria a instalação de radares, inseria-se no espírito do convénio sobre defesa, contratado entre os dois governos, no início do ano.

Este acordo possuía uma cláusula, onde se previa a faculdade de se ensaiar processos, conjuntos, de defesa aérea e terrestre da África Austral.

A mesma lógica seria aplicável aos sistemas de detecção, que abrangeriam essa mesma área. Esta incluía, para além das possessões portuguesas, os territórios pertencentes à Grã-Bretanha e à Bélgica<sup>321</sup>.

Também, num recorte do jornal “Diário da Manhã”, de 18 de Janeiro de 1957, fazia-se referência à seguinte iniciativa anglo-sul-africana: convocar uma conferência internacional que visava reunir “todos os países interessados na defesa de África”. A notícia menciona que, em princípio, tratava-se, não de uma, mas de duas conferências: uma, “consagrada aos problemas de defesa do continente africano, e a outra tratará da protecção das rotas marítimas que servem a África”.

Os momentos apontados para as reuniões seriam os meses de Maio ou Junho de 1957, e ocorreriam, primeiro em Londres e, depois, na Cidade do Cabo.

A origem da diligência remontava aos “acordos de Londres, entre a Grã-Bretanha e a África do Sul, assinados em 30 de Junho de 1955”.

Além dos anfitriões, iriam ser endereçados convites à França, Bélgica, Portugal, e, “talvez”, aos Estados Unidos. A ideia era a de não limitar a participação nos eventos, apenas aos países com possessões em África.

---

<sup>321</sup> AHD-MNE, PAA 368, *South African Affairs*, Volume 2, nº 11, 25 November 1955.

A informação relevava ainda o facto de Pretória ter desmentido notícias, surgidas em Londres, quanto à hipótese, avançada, de os sul-africanos não colaborarem com “tropas negras” oriundas de países vizinhos<sup>322</sup>.

Contudo, apesar da existência, na segunda metade da década de 50, de ideias incipientes, quanto a um entendimento alargado no âmbito da defesa na África Austral, elas nunca passaram disso mesmo.

Deveu-se à conjugação de três acontecimentos, já na década de 60, a reunião de condições político-estratégicas que propiciaram a celebração do convénio ALCORA, em 1970.

Aqueles corresponderam à crise no Congo belga; ao início da guerra em Angola e, mais tarde, em Moçambique; e à declaração unilateral de independência, proclamada pelo governo rodesiano, em Novembro de 1965, e em choque com os propósitos britânicos<sup>323</sup>.

O problema congolês, cujos contornos mais significativos já foram descritos, alertou as autoridades portuguesas e sul-africanas para o risco de “contágio” a sul, e constituiu uma ameaça directa sobre Angola. Kinshasa poderia, facilmente, tornar-se anfitrião de elementos hostis à presença lusa em Angola, tal como se veio a verificar.

Lisboa e, ainda mais discretamente, Pretória, não se coibiram de apoiar Moisés Tschombé e a secessão do Catanga. Esta região é rica em minerais, nomeadamente, diamantes. Por outro lado, numa lógica de “guerra fria”, interessava, na perspectiva da “África branca”, ajudar quem estivesse mais distante de Moscovo. Era o caso de Tschombé, que já contava com a presença, a seu lado, de mercenários pagos pelas empresas de minério belgas.

---

<sup>322</sup> AHD-MNE, PAA 368, Recorte do jornal “Diário da Manhã”, de 18 de Janeiro de 1957.

<sup>323</sup> Note-se que a estes, devem ser associados outros três acontecimentos, que serão abordados adiante: o início das acções armadas por parte da SWAPO contra a África do Sul; as ofensivas internas na Rodésia, visando atingir o governo de Ian Smith; e o projecto de construção da barragem de Cahora Bassa, em Moçambique.

O conflito em Angola principiou com o assalto a cadeias na capital, a 4 de Fevereiro de 1961, e o massacre de fazendeiros brancos e respectivos colaboradores nativos, no norte do território, em Março do mesmo ano<sup>324</sup>.

Esta situação serviu para colocar, ainda mais de sobreaviso, aqueles que já temiam o alastrar do conflito para o sul do continente africano; Nomeadamente, Portugal e a África do Sul.

O conflito em Angola tinha, assim, representado mais uma confirmação do que uma surpresa.

Na realidade, desde os finais dos anos 50, que Pretória e Lisboa tentavam antecipar, mediante troca de impressões entre os respectivos diplomatas, cenários que traduzissem a possível evolução política, na África Meridional.

Isso percebe-se, claramente, no decurso de uma conversa, ocorrida em Junho de 1959, entre o embaixador português colocado na África do Sul e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Secretário-Geral do MNE deste país.

No diálogo, o representante português convenceu-se da importância, para os sul-africanos, que representava a presença lusa, em África.

Mais adiante, o governante sul-africano exaltou o acerto da política africana portuguesa, ao contrário da manifestada por Washington, Paris e Bruxelas. Em relação aos últimos, criticou a apatia e a indiferença perante a continuidade da sua presença na região, e relevou a determinação de Pretória e Salisbúria em ficar, incondicionalmente. Aduziu que se podia confiar em Portugal, e que o conjunto formado pelas possessões lusas, a Rodésia e a África do Sul, formavam o garante da permanência europeia no continente africano<sup>325</sup>.

---

<sup>324</sup> Cfr. João José Brandão Ferreira, *Em Nome da Pátria: Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa*, Publicações Dom Quixote, 2009, pp. 168-169.

<sup>325</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1129, *Documento dirigido pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 17 de Junho de 1959*.

É interessante notar que, nesta época (anos 50), ainda se abordava, muito, as questões africanas associadas à projecção dos interesses europeus nesse continente. Com o advento da década de 60, assistiu-se a uma africanização do discurso político. A África do Sul e a Rodésia assumiam-se como países africanos com minorias brancas africanas. Os governantes portugueses referiam-se a Angola e Moçambique como territórios ultramarinos e, já na década de 70, elevados à categoria de Estados. A ideia, ao longo destes anos, foi a de ir concedendo, gradualmente, aos espaços em apreço, uma maior autonomia política e administrativa, o que pressupunha a formação e utilização de quadros locais.

O emprego, progressivamente mais elevado, de elementos nativos nas formações militares portuguesas, era uma realidade visível. Em 1974, correspondiam a quase metade dos efectivos mobilizados.

Claro, que a africanização da guerra servia, em primeiro lugar, para suavizar o esforço de guerra em benefício dos efectivos oriundos da metrópole. Mas, também, comprometia as populações locais num projecto, que se pretendia por si abraçado e, simultaneamente, publicitava-se a imagem de serem africanos a baterem-se por uma causa, em parte, também africana.

Numa outra conversa ocorrida, logo, em Janeiro de 1960, entre o Embaixador português na África do Sul, Caldeira Queiroz, e o Secretário-Geral do MNE sul-africano, Embaixador Jooste, mantinha-se o tom da reunião de Junho do ano anterior.

Abordou-se o declínio das potências europeias em África. Esse enfraquecimento tinha localizado, primeiro, a respectiva influência, ao sul do Sahara; agora, situava-a já ao sul do Equador; e, não tardaria a ficar reduzida a Angola, Moçambique, Rodésia do Sul e União da África do Sul.

Consequentemente, assistir-se-ia ao alastrar do nacionalismo africano e ao surgimento de unidades políticas inexecutáveis. Esta orientação só poderia ser contrariada por uma reacção estruturada, intransigente e incondicional.

A África do Sul não iria vacilar, e Caldeira Queiroz, em resposta, garantiu que Portugal se manteria fiel aos seus princípios e ideias<sup>326</sup>.

É de notar ainda o facto de a mudança da percepção sul-africana em relação ao Congo belga, se ter verificado em Junho de 1960. Pelo menos, é o que transpareceu de uma conversa entre um diplomata português e outro sul-africano. É dito, que se até à época não se previa uma forte instabilidade, isso, daí em diante, seria diferente.

A propósito, o representante de Pretória alertou para a existência de actividades comunistas no Congo, às quais não eram alheios elementos checoslovacos, o que estava em concordância com informações provenientes de Lisboa<sup>327</sup>.

E, numa outra troca de impressões, em Novembro do mesmo ano, o mesmo interlocutor preveniu acerca de uma eventual tensão no norte de Angola, cuja origem estaria em incursões hostis provenientes do Congo. Mais adiante, o Embaixador Jooste aludiu a um convénio não redigido, que unia Portugal e a África do Sul, a título permanente<sup>328</sup>.

Na realidade, a colaboração existia, e há documentação que atesta a progressiva intensificação da mesma, a partir do momento que se inicia a guerra em Angola.

Numa carta dirigida por Verwoerd a Salazar, a 17 de Setembro de 1963, é realçado, claramente, a importância do apoio prestado por Pretória a Portugal, aquando do advento da crise angolana, em 1961.

---

<sup>326</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Janeiro de 1960.*

<sup>327</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1129, *Documento enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 20 de Junho de 1960.*

<sup>328</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1129, *Documento enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Novembro de 1960.*

Ora, na missiva em questão, é dito que o auxílio sul-africano iria prosseguir, atendendo aos recursos susceptíveis de ser disponibilizados, e que se manteria no âmbito do armamento e equipamento militar variado<sup>329</sup>.

Note-se que a epístola é escrita, num momento em que já se havia iniciado o confronto armado, na Guiné (Janeiro de 1963), e, por conseguinte, também se esperavam acontecimentos semelhantes, em Moçambique. Estes ocorreram em Agosto/Setembro de 1964<sup>330</sup>, num território que, à semelhança de Angola via Sudoeste Africano, era contíguo à África do Sul.

Seria, assim, natural, que este país, Portugal e a Rodésia do Sul se sentissem cada vez mais irmanados num destino africano que era, gradualmente, percepcionado em comum. De facto, a declaração unilateral de independência, por parte da Rodésia, em finais de 1965, contrariando a vontade de Londres, testou, novamente, essas afinidades.

Como foi atrás mencionado, o embargo sobre a Rodésia, obrigou a que os países com interesse na zona se manifestassem.

Portugal, após reflexão, resolveu apoiar a iniciativa de Salisbúria, uma vez que lhe interessava ter, na sua fronteira moçambicana, um regime “amigo”. Isto, sem deixar de ponderar que, de alguma forma, o acontecimento poderia ter, no futuro, repercussões indesejáveis, em Moçambique<sup>331</sup>. Convinha, então, rodear o processo da máxima discrição para não ofender Londres e, simultaneamente, evitar a acusação de auxílio a um território que se estava a colocar à margem do direito internacional.

A Rodésia possuía um governo simpatizante com as posições portuguesas em África e, por isso, Portugal optou por ajudar aquele país, quando na sequência da UDI, a Grã-

---

<sup>329</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1132, *Documento enviado pelo Primeiro-Ministro sul-africano, Hendrik Verwoerd, ao Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, e datado de 17 de Setembro de 1963.*

<sup>330</sup> Cfr. Filipe Ribeiro de Meneses, *Salazar – Uma Biografia Política*, 3ª ed., Publicações Dom Quixote, Outubro de 2010, pp. 546-547.

<sup>331</sup> Na medida, em que se tratava da independência de uma ex-colónia em relação à metrópole. Por outras palavras, tratava-se de uma iniciativa que visava a emancipação face ao colonizador, quando Portugal se batia em Angola, Moçambique e Guiné pela preservação do seu património ultramarino. Acrescia que o Estado visado era o Reino Unido, o mais antigo aliado de Portugal.

Bretanha conseguiu que as Nações Unidas decretassem um embargo de combustíveis à Rodésia.

A Zâmbia, temendo qualquer reacção hostil por parte da GB, resolveu apoiar a iniciativa da antiga potência colonizadora.

A Rodésia, desagradada, retaliou, impedindo o trânsito de mercadorias zambianas pelo seu território. Isto incluía o famoso cobre, tão útil às exportações de Lusaca.

Portugal, não se querendo envolver na tensão entre aqueles dois Estados, optou por afirmar a sua política de facilitar o escoamento de produtos aos países interiores. Os portos de Nacala, Beira e Lourenço Marques, em Moçambique, serviam bem esses propósitos.

Assim, Lisboa definiu uma estratégia de auxílio a ambos, com especial relevância no caso da Rodésia.

No que respeitou ao auxílio ao governo de Ian Smith, a orientação consistiu em desviar os combustíveis da Beira para Lourenço Marques. Isto era conseguido, a partir de determinado momento, com a colaboração da África do Sul, que os reencaminhava para Moçambique, para, daí, seguirem em direcção à Rodésia.

Era mais adequado que tais abastecimentos circulassem pela África do Sul antes de alcançar Moçambique e, sobretudo, a Rodésia. Primeiro, porque Pretória justificava melhor determinadas necessidades em termos energéticos, que poderiam ser considerados elevados para os níveis normais de consumo moçambicano. Segundo, seria mais difícil a fiscalização de fornecimentos, simultâneos, provenientes da África do Sul e de Moçambique<sup>332</sup>. Finalmente, ia ao encontro da política portuguesa de permitir a passagem de mercadorias para os países interiores, o que correspondia ao caso da Rodésia.

---

<sup>332</sup> Jorge Jardim, *Rodésia: O Escândalo das Sanções*, 1ª ed., Lisboa, Intervenção, 1978, p. 79.

No essencial, o estratagema combinado entre Lisboa, Pretória e Salisbúria, consistia em, os dois primeiros comprar, quantidades excedentárias de produtos petrolíferos que, seguidamente, eram reencaminhados para a Rodésia.

As cautelas, que rodearam o plano, compreendiam a recomendação da Rodésia simular constrangimentos na disponibilização de combustíveis à população.

A crise rodesiana motivou, inequivocamente, uma maior aproximação entre portugueses, sul-africanos e rodesianos.

Aos acontecimentos já mencionados e que serviram para intensificar o relacionamento em causa, há que acrescentar outros três: o início das acções armadas da SWAPO (1966), em prol da independência do Sudoeste Africano, e dirigidas contra a potência administrante – a África do Sul; o começo dos confrontos entre os nacionalistas negros e as autoridades rodesianas (1968); e o lançamento do projecto para a construção da barragem de Cahora Bassa, em Moçambique (1969).

Apesar dos conflitos assinalados, era a Portugal que se exigia um maior esforço de guerra. Este já se manifestava desde 1961 e distribuía-se por Angola, Guiné e Moçambique.

Assim, é natural que os territórios portugueses constituíssem pontos estratégicos importantes para a defesa da Rodésia e da África do Sul e, em conformidade, fossem objecto de uma cooperação, progressivamente, mais alargada.

As afinidades indicadas foram objecto de intervenções mediáticas de diversas personalidades sul-africanas.

Embora rodeada de alguma prudência, a nova posição, pública, sul-africana foi resumida pelo Primeiro-Ministro Vorster, em 1967. Este, negando sempre a existência de uma aliança militar, afirmou que a África do Sul, Portugal e a Rodésia eram “bons

amigos, e os bons amigos conheciam o seu dever quando a casa de algum estivesse a arder”<sup>333</sup>.

No ano seguinte, o Brigadeiro Bronkhorst, dirigia um apelo ao governo, suscitando a necessidade de ajudar os portugueses, “que estão a lutar por nós”. O militar reconhecia que se estava a corresponder às obrigações perante a Rodésia<sup>334</sup>, mas que havia muito mais a fazer no caso dos territórios lusos. Acrescentou que o apoio devia ser formalizado no quadro de uma aliança. Na resposta, o ministro da defesa, P. W. Botha, disse que a atitude do governo era a de dispensar acordos entre amigos<sup>335</sup>.

Também, o Administrador de Natal, Theo Gerdener, realçou a interdependência entre os três Estados. Numa recolha de verbas para o “Fundo de Apoio aos Combatentes Portugueses”, em Março de 1968, referiu que não era sensato pensar que a subversão visava apenas portugueses e rodesianos<sup>336</sup>.

Apesar das cautelas e reservas colocadas pelas autoridades sul-africanas e portuguesas quanto à formalização de uma aliança, o tema já era objecto de debate e especulação, desde o início dos anos 60, na comunicação social.

Como já foi referido atrás, Rosalynde Ainslie<sup>337</sup>, redigiu, em 1962, uma brochura intitulada “The Unholy Alliance: Salazar, Verwoerd, Welensky”, onde afirma, em conformidade com o título, a existência de uma coligação entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia do Sul.

---

<sup>333</sup> Michael Morris, Op. Cit., p. 81.

<sup>334</sup> A propósito do apoio sul-africano a Salisbúria, um dirigente da ZAPU (Rodésia), declarou que a presença de tropas sul-africanas na Rodésia se relacionava com o pacto de defesa existente entre a África do Sul, aquele país e Portugal, e servia os “interesses a longo prazo da NATO”. Simultaneamente, revelou uma aproximação militar entre a África do Sul e a Argentina. Denunciou, ainda, a existência de políticos britânicos com interesses económicos em África, que violavam as sanções económicas contra a Rodésia. Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama enviado pela Missão Permanente de Portugal na ONU (New-York) ao MNE, 14 de Maio de 1969*.

<sup>335</sup> As palavras exactas foram as seguintes: “(...) this Government’s attitude is that agreements are not necessary between friends and I leave the matter there”. Michael Morris, Op. Cit., p. 81.

<sup>336</sup> Idem.

<sup>337</sup> Rosalynde Ainslie era, em 1962, secretária do “Comité Nacional Britânico de Luta contra o Apartheid”.

Também, em 1965, o Presidente Kaunda, da Zâmbia, referiu-se, nos mesmos termos, a uma provável formação de uma “Aliança Ímpia” entre aqueles países<sup>338</sup>.

No ano de 1967 surgiram notícias provenientes de diversas fontes que apontavam, igualmente, para um entendimento reunindo os protagonistas em causa.

A título de exemplo, o “Glasgow Herald” e o “Daily Mail” nas suas edições de 22 e 23 de Agosto desse ano, respectivamente, noticiaram a possibilidade de se estabelecer um acordo de defesa entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia. O pacto em causa justificar-se-ia devido aos ataques de grupos terroristas a mando da OUA<sup>339</sup>.

Outra fonte, a revista “Rádio e Televisão” (do Cairo), aludia, em 25 de Novembro do mesmo ano, a um suposto pacto secreto entre os mesmos intervenientes.

O articulista aduziu, ainda, que aqueles Estados preparavam “conspirações contra os povos africanos”, à semelhança da atitude hostil de Israel face aos países árabes. O Malawi, o Lesoto e o Botswana seriam, também, cúmplices daquela conspiração, uma vez que estavam na zona de influência da África do Sul.

Ao abrigo do mencionado pacto, Portugal já teria enviado “mercenários” para o Congo e esse acordo seria conhecido em Lisboa por ASPERO, correspondendo às duas letras mais associadas à denominação de cada país membro – África do Sul, Portugal e Rodésia<sup>340</sup>.

Pelo seu lado, a revista “Southern Africa” de 21 de Outubro de 1968, publicou uma síntese de uma entrevista de Franco Nogueira a um jornal alemão federal. Nesta, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, expressou uma dura crítica aos países da NATO devido a não serem politicamente solidários entre si e, para além disso, ainda

---

<sup>338</sup> Cfr. Michael Morris, *Terrorism*, Cape Town, Howard Timmins, 1971, p. 85.

<sup>339</sup> AHD-MNE (Capilha 2; Doc. 48), Informação dirigida pela Embaixada de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 26 de Agosto de 1967.

<sup>340</sup> AHD-MNE (Capilha 2; Doc. 58-61), Informação dirigida pela Embaixada de Portugal no Cairo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 28 de Novembro de 1967.

favoreciam forças hostis, como no caso de relacionamentos em África direccionados contra Portugal.

Como contraponto à hostilidade proveniente de alguns elementos da NATO, o artigo mencionava a possibilidade da existência, num futuro próximo, de “um pacto de defesa na África Meridional”, que reunisse a África do Sul como “anchor man”, a Rodésia, Moçambique e Angola<sup>341</sup>.

No ano seguinte, as considerações de ordem política traduziram-se num âmbito mais prático e concreto, no decurso de um périplo africano, efectuado pelo Ministro da Defesa português.

Numa visita de Sá Viana Rebelo a Moçambique, África do Sul e Angola, em Fevereiro de 1969, foi inventariado o equipamento já cedido por Pretória e Salisbúria, e aquele que seria disponibilizado no futuro próximo, nomeadamente, pelo executivo sul-africano. O material em causa incidia, maioritariamente, em aeronaves, nomeadamente, helicópteros.

Atendendo à conjuntura política e estratégica vigente na África Austral, foi pressentida a urgência de uma combinação trilateral estruturada, que complementasse ou substituísse os arranjos bilaterais em vigor até os finais dos anos 60. Do ponto de vista nacional, visava-se, sobretudo, fortalecer as Forças Armadas portuguesas em meios aéreos, reconhecimento fotográfico e elaboração de mapas.

Estas preocupações mereceram a atenção do Ministro da Defesa luso nas citadas visitas realizadas a África, em 1969.

Contudo, logo em 1968, elencaram-se as necessidades ao nível do apoio externo facultado a Angola.

---

<sup>341</sup> AHD-MNE, PAA 368, Revista “Southern Africa”, em 21 de Outubro de 1968.

A forma de colaboração era inovadora, uma vez que não se limitava à cedência de material de guerra. Visava, também, o envio de aparelhos provenientes de uma base aérea sul-africana para missões em território angolano.

No essencial tratava-se dos seguintes aspectos: fornecer apoio aéreo no sueste de Angola; a entrega de helicópteros Alouette III; o provimento de material variado; e a colocação de combustível no sudeste angolano.

A base de origem, situada fora de Angola<sup>342</sup>, disponibilizaria oito helicópteros Allouette III e quatro aviões Cessna 185, sem insígnias. As tarefas compreendiam, essencialmente, o reconhecimento e transporte. A área de actuação era balizada pelos seguintes parâmetros: a leste pela fronteira com a Zâmbia, a oeste pelo meridiano de Cuangar, a norte pelo rio Lungué-Bungo, e a sul pela fronteira com o Sudoeste Africano. O alojamento às tripulações sul-africanas era proporcionado pelos aquartelamentos de Cuando Cubango, Cuito Canavale, Gago Coutinho e N'Riquinha.

No início de 1969, realizou-se uma importante visita à Rodésia por parte de oficiais portugueses, dos três ramos, sediados em Angola e Moçambique. A comitiva compreendia o Comandante da Região Aérea desta província, General Manuel Machado de Barros, que reconheceu a oportunidade da viagem e a mais-valia da mesma.

Ela realizou-se num momento conveniente, atendendo a que já se verificava um certo desânimo por parte das forças portuguesas activas em Moçambique. Do lado de Salisbúria existia a preocupação de conter a progressão de elementos hostis oriundos da Zâmbia, que atravessavam território moçambicano criando perturbações na fronteira comum com a Rodésia.

É de salientar que esta cooperação mais próxima já se havia iniciado no ano de 1968.

---

<sup>342</sup> Embora o documento em análise, classificado de “Secreto”, não o refira, as informações oriundas de outras fontes, situam a base em Runtu, no Sudoeste Africano. Cfr. AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, Caixa 2, Comando da 2ª RA, Repartição de Operações, *Auxílio Externo*, Luanda, 10 de Janeiro, 1969; Cfr. Entrevista ao General Costa Santos.

Os rodesianos proporcionaram-nos o conhecimento de novas lógicas de trabalho, alterações ao modelo organizacional, inovações ao nível do emprego tático de forças de intervenção, e a utilização das informações na contra-subversão.

Estas modificações tinham por finalidade criar uma outra dinâmica, no sentido de contrariar aquele desalento.

Foi, ainda, debatida a “tese do ataque aos santuários terroristas nos países limítrofes”.

A concretização prática destes conhecimentos foi o objecto do exercício “Cauliflower”<sup>343</sup>.

No mesmo ano de 1969, surgiu um importante documento oriundo do Departamento de Defesa rodesiano, com a classificação de “Muito Secreto”, prevendo um entendimento mais estreito no capítulo da segurança entre a Rodésia, Portugal e a África do Sul. Este tinha em vista uma escalada da ameaça que se verificava sobre a África Austral.

Recomendava-se que, caso se avançasse para ulteriores negociações, estas decorreriam no mais absoluto segredo.

Atendendo ao clima hostil verificado na ONU e na OUA contra os países mencionados e, de certa forma, apoiado pela GB e os EUA através do embargo de armas dirigido contra a África do Sul, deveria ser combinada uma estratégia comum reactiva.

No plano apresentado pela Rodésia é analisada a ameaça colocada por certos países africanos, os movimentos de libertação, a OUA, as Nações Unidas e a GB. É ainda estudada a posição de Estados não hostis, situados em África, e com os quais se deveria manter uma política de boa vizinhança.

Finalmente, apelava-se a um maior estreitamento de relações entre os três Estados, objecto de tal entendimento<sup>344</sup>.

---

<sup>343</sup> Manuel Machado de Barros, “Missão Militar à Rodésia em 1969: Demonstração Cauliflower” in *Mais Alto*, nº 243 Setembro/Outubro de 1986, p. 25.

<sup>344</sup> AHD-MNE, PAA 368, Joint Planning Staff, *Contingency Planning For The Defence Of Southern Africa*, Ministry of Defence, Salisbury, 1969.

Note-se que, na réplica à proposta rodésiana, o Ministério da Defesa Nacional português considerou ser cedo “para elaborar alianças ou pactos militares” entre a Rodésia, Portugal e a África do Sul. Acrescentou-se que, de momento, nenhuma resposta acerca do assunto deveria ser dirigida às autoridades rodésianas. Isto, sem prejuízo de se julgar “indispensável a colaboração da Rodésia no conjunto do dispositivo de defesa da África Austral”<sup>345</sup>.

Em Maio de 1970, são cedidos pela África do Sul à Força Aérea Portuguesa (FAP) sessenta aparelhos T-6. Verificou-se a necessidade de estes serem revistos e preparados, no sentido de os tornar mais modernos e operacionais.

Consequentemente, foi solicitado ao Ministro da Defesa uma verba para cobrir os trabalhos mencionados, que foi concedida e atribuída através do Fundo de Defesa Militar do Ultramar (FDMU).

A cedência em causa tinha como objectivo actualizar a frota aérea portuguesa, considerada obsoleta, com excepção dos helicópteros Allouette III e SA330<sup>346</sup>.

Estavam, assim, criadas as condições para um relacionamento mais estreito e mesmo formal entre a África do Sul, Portugal e a Rodésia.

A colaboração tripartida assume a designação oficial de ALCORA, cuja importância e dimensão deve ser relevada<sup>347</sup>.

O acordo em causa visava inserir, num contexto formal e duradouro, as conversações entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia, nos domínios estratégico e militar.

A designação oficial era “Exercício ALCORA”, e a grande maioria dos documentos correspondentes obteve a classificação de “Muito Secreto”.

---

<sup>345</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida por Gonçalo Caldeira Coelho ao representante máximo português em Salisbury, João Freitas Cruz, 22 de Março de 1969.*

<sup>346</sup> Cfr. AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1970, Caixa 2, SEA, *Preparação e Integração na FA dos 60 T-6 MK III e MK II recentemente fornecidos pela RAS*, 18 de Maio de 1970, p. 1.

<sup>347</sup> Parte do texto utilizado neste capítulo baseou-se, na nossa comunicação apresentada no Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, que ocorreu, entre 4 e 6 de Março de 2010, na Universidade de Aveiro.

A prova do secretismo está na cautela que rodeou sempre o tratamento do assunto. Era da competência militar e os envolvidos estavam sujeitos a sigilo profissional. Existem indícios ténues do conhecimento do tema pelos diplomatas, e os testemunhos apontam para uma extrema cautela na partilha de informações entre o Ministério da Defesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Na época, nunca foi do domínio público<sup>348</sup>. E, apenas recentemente, surgiram abordagens mais completas ao tema<sup>349</sup>. Provavelmente, a causa, deve-se ao facto de parte da documentação ter sido desclassificada, apenas em 2007.

O acordo foi assinado em 14 de Outubro de 1970 e, posteriormente, aprovado pelos ministros da defesa de Portugal e da África do Sul, e pelo executivo rodésiano. Aqueles respondiam, apenas, perante os respectivos chefes de governos.

Apesar da designação cândida de “exercício”<sup>350</sup>, tratou-se de um verdadeiro acordo. A delicadeza dos assuntos tratados e o volume da documentação atestam, também, a sua importância.

O objectivo do “ALCORA” consistia em “investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, a República da África do Sul e a

---

<sup>348</sup> Uma notícia contemporânea proveniente do jornal “Expresso” referia que, numa edição antiga do mesmo semanário (datada de 21 de Abril de 1973), havia sido censurada uma informação acerca da transferência de caças franceses para a África do Sul. Cfr. *Expresso*, Nº 1851, 19 de Abril de 2008, p. 12. Isto demonstra a vigilância exercida, na época, sobre notícias relacionadas com a segurança da África Austral.

<sup>349</sup> Uma das aproximações mais completas à questão é feita, por Amélia Neves de Souto, na obra “Caetano e o ocaso do “Império””. Anteriormente, Francisco Proença Garcia tinha vislumbrado a pertinência do assunto, no livro “Análise Global de Uma Guerra”. Contudo, é uma abordagem bastante redutora face à importância e dimensão do tema. Este é tratado no âmbito de “operações ALCORA”. É apresentada apenas a perspectiva portuguesa, numa síntese que fica muito aquém do valor e volume da informação, agora, disponível. No entanto, atendendo ao momento da publicação (2003), é indiscutível a relevância da análise efectuada e o mérito do autor. Cfr. Francisco Proença Garcia, *Análise Global de uma Guerra: Moçambique 1964-1974*, Prefácio, 2003, pp. 168-169.

<sup>350</sup> As pastas e os documentos do acervo em causa apresentam sempre a designação de “Exercício ALCORA”, utilizando uma nomenclatura mais ajustada a exercícios militares. Contudo, no âmbito das “considerações gerais” do texto fundador, pode ler-se que “Em 14 de Outubro de 1970 foi assinado o acordo base orientador do quadro geral, onde se devem inserir as conversações tripartidas entre Portugal, a República da África do Sul e a Rodésia. Esse acordo, designado por Exercício ALCORA, foi aprovado pelo Ministro da Defesa Nacional de Portugal, em 28 de Outubro de 1970, pelo Ministro da Defesa da República da África do Sul, em 12 de Maio de 1971, e pelo Governo da Rodésia, em 26 de Julho de 1971”. AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, Organização Permanente de Planeamento ALCORA (PAPO), *Finalidade, Organização e Funções*, Polic, 30 de Novembro, 1973, p. 2.

Rodésia, tendo em vista fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral”<sup>351</sup>.

Explicitava-se, bem, a ênfase dada ao aspecto militar. As conversações preliminares e o planeamento inseriam-se nessa vertente, e devia ser procurada a respectiva compatibilidade com a orientação política e estratégica.

Consequentemente, perspectivava-se a coordenação entre os três ramos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea), e a cooperação de natureza não militar quando esta beneficiasse as operações militares<sup>352</sup>.

O esquema organizativo deixava antever os domínios preferenciais do acordo em causa. A ideia base era a de erguer um autêntico Estado Maior conjunto.

Aquele estabelecia uma série de comissões, onde sobressaía, desde logo, a Comissão de Alto Nível ALCORA (ATLC)<sup>353</sup>. Esta reunia a autoridade máxima e, em conformidade, dirigia e coordenava todos os órgãos compreendidos na estrutura. A Comissão tinha um carácter permanente e, em princípio, reunia duas vezes por ano. Era composta por oficiais generais de topo. No caso português, o lugar pertencia ao Secretário Adjunto do Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN)<sup>354</sup>, e ao qual se poderiam ainda associar os Comandantes Chefe de Angola e de Moçambique. O representante da África do Sul

---

<sup>351</sup> Idem. Daí, a distinção entre países e territórios ALCORA. Os primeiros correspondem, obviamente, aos signatários do acordo. Os segundos compreendem a África do Sul, a Rodésia, Angola e Moçambique.

<sup>352</sup> Ibidem

<sup>353</sup> Nos documentos portugueses, as siglas correspondem à terminologia inglesa, embora a respectiva descrição surja em língua portuguesa. No caso concreto, no original pode ler-se ALCORA Top Level Commission (ATLC).

<sup>354</sup> O Secretariado Geral da Defesa Nacional esteve sediado no Palácio da Cova da Moura (Alcântara) e foi extinto a seguir ao 25 de Abril. O Ministro da Defesa Nacional e o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) possuíam os respectivos gabinetes no edifício. Era responsável pela definição das políticas e estratégias de Defesa. Comandava, directamente, os comandantes-chefes do Ultramar e dirigia, sobretudo ao nível da coordenação, os Estados-Maiores dos três ramos. Funcionava um pouco à semelhança destes, com repartições moldadas ao estilo de Estado-Maior. O Secretário Adjunto (titular das Operações), era um dos principais conselheiros, em matéria militar, do Ministro da Defesa Nacional. A importância do lugar media-se, também, pelo facto de ser um dos generais mais elegíveis para a chefia dos ramos. Por exemplo, o último Chefe do Estado Maior do Exército (CEME) do Estado Novo tinha exercido, anteriormente, as funções de Secretário Adjunto. Informações concedidas pelo General Renato Marques Pinto, em entrevista telefónica realizada em 3 de Junho de 2008.

era o Chefe do Estado Maior da Defesa. E, finalmente, o posto da Rodésia era preenchido pelos Comandantes da Força Aérea e do Exército.

A ATLC possuía, na sua dependência directa, dois órgãos consultivos com uma natureza “ad-hoc”: a Comissão Consultiva ALCORA para a Segurança das Comunicações (ACSAC) e a Comissão de Especialistas em Cartografia e Topografia (MSSC). A primeira compreendia representantes dos organismos de segurança nacional dos Estados ALCORA, especialistas em segurança das comunicações.

A segunda reunia técnicos especializados no domínio mencionado, e podia coadjuvar a Organização Permanente de Planeamento ALCORA (PAPO) quando tal fosse solicitado.

A PAPO era o ponto fulcral do sistema, a principal responsável pela autonomia do mesmo e implementação das medidas provenientes da ATLC. Cabia-lhe, igualmente, fazer a ligação entre os órgãos militares nacionais e a estrutura ALCORA. No caso de se verificarem operações combinadas, competia-lhe ainda constituir o núcleo de comando da Comissão Suprema para Operações Combinadas (SCOC).

A sua direcção pertencia ao Estado Maior General Directivo (GDS) que, por sua vez, compreendia um director-geral (sul-africano) e três directores oriundos de cada Estado participante. A sede situava-se na África do Sul<sup>355</sup>.

As respectivas funções de planeamento, coordenação e implementação da “agenda” ALCORA eram asseguradas por quatro repartições, à semelhança dos Estados-Maiores nacionais. Tratava-se das seguintes: operações, informações, logística, e telecomunicações e guerra electrónica.

A primeira tinha como função, ao nível organizacional, “determinar as necessidades das Forças Navais, Terrestres e Aéreas ALCORA para fazer face à ameaça, em

---

<sup>355</sup> AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, *Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73)*, Polic., 1973, pp. 4-5.

conformidade com a sua evolução”. Importava, ainda, averiguar quais os melhores sistemas de Comando e Controle a adoptar, onde fosse “necessária uma actuação conjugada de forças ALCORA”. Finalmente, interessava fixar a “organização, composição, articulação e necessidades, em material e equipamento, das forças de reserva e estratégicas ALCORA”, adaptando-as à evolução da ameaça<sup>356</sup>.

Seguidamente, são enumeradas uma série de iniciativas, onde se destacam: o planeamento de exercícios que prevejam a participação, no limite, de todos os países ALCORA; a promoção do intercâmbio de ideias; o estudo da realização de “operações apoiadas, coordenadas e combinadas”; a preparação de “planos de contingência”, que visem acções em espaços exteriores aos territórios ALCORA; a possibilidade de se “recomendar a realização de operações especiais”; estimular a colaboração internacional de elementos civis ALCORA, quando estes possam favorecer o êxito de operações militares; e, finalmente, efectuar um levantamento das necessidades, no capítulo de cartas topográficas referentes aos territórios ALCORA.

A segunda repartição mencionada tinha como funções principais: obter relatórios através dos serviços nacionais de informações e, quando fosse o caso, a partir dos comandos operacionais; apurar a ameaça aos territórios ALCORA, a curto, médio e longo prazo<sup>357</sup>; manter actualizada a “Ordem de Batalha” das organizações terroristas activas e dos dados respeitantes à “organização, efectivos e equipamento do inimigo potencial em África, relevante para a ameaça aos territórios ALCORA”; estudar o nível de ameaça colocado por certos países africanos, com o objectivo de difundir pelos comandos a literatura, entretanto, produzida, e colaborar em planos de contingência;

---

<sup>356</sup> Idem, p. 4.

<sup>357</sup> De uma forma geral, todos os documentos ALCORA que aludem a este tipo de prazos, estabelecem a duração de um ano, cinco anos e mais de cinco anos para o curto, médio e longo prazo, respectivamente.

programar o reconhecimento fotográfico; e “obter cartas topográficas de países relevantes para a ameaça”<sup>358</sup>.

No domínio da contra-informação, especificava-se a adopção de medidas de modo a abranger áreas dos três ramos das forças armadas, bem como a reagir perante a contra-espionagem, contra-sabotagem e contra-subversão. Era ainda previsto, em caso de necessidade, a censura aos meios de comunicação.

As acções psicológicas também eram enfatizadas, nomeadamente, tendo como destinatários: as Forças Armadas ALCORA; e, de um modo geral, as sociedades em causa, para enfrentar a ameaça psicológica proveniente do inimigo.

Propunha-se, também, a realização de estudos sociais, económicos e étnicos, em zonas fronteiriças, e o estabelecimento de doutrina comum aos países ALCORA, no âmbito da acção psicológica.

A repartição de logística visava, entre outros propósitos, “estudar o dispositivo logístico permanente (...) e os meios de transporte disponíveis nos territórios ALCORA”, no sentido de se avaliar a respectiva capacidade e de se efectuar um planeamento de contingência; escrutinar os problemas e recomendar possíveis soluções, de modo a obter-se o material e equipamento indispensáveis às “forças de reserva e estratégicas ALCORA”; estabelecer “planos de apoio logístico para operações apoiadas, coordenadas e combinadas”; definir planos de auxílio logístico para operações em “áreas exteriores aos territórios ALCORA, a curto, médio e longo prazo”; e proceder-se à publicação e difusão de doutrina comum, com relevância na matéria de logística.

A repartição de telecomunicações e guerra electrónica abrangia, conforme a própria designação, duas áreas de destaque.

---

<sup>358</sup> AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, *Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73)*, Polic., 1973, pp. 6-7.

A primeira tinha por missão estudar as telecomunicações entre os países ALCORA, bem como todos os “aspectos de uniformização e compatibilidade”. E importava, identificar as necessidades conjuntas, naquele âmbito, para “operações coordenadas, apoiadas e combinadas, terrestres, navais e aéreas”, incluindo códigos e cifras.

Quanto à segunda, enumerava-se uma série de tarefas, onde sobressaem as seguintes: estabelecer as prioridades para a guerra electrónica coordenada; produzir planos de contingência, para dar resposta às “necessidades conjuntas dos territórios ALCORA, no respeitante à guerra electrónica e a contra-medidas electrónicas”; e “coordenar o empastelamento das comunicações militares do inimigo”, sob a supervisão da SCOC<sup>359</sup>.

Na dependência das repartições assinaladas, existiam diversas subcomissões, que tinham a seu cargo a realização do trabalho de estado-maior, e dos estudos de pormenor respeitantes aos assuntos em causa.

Os organismos referenciados são oito, com as seguintes designações: Subcomissão de Comando e Controle (CCSC), Subcomissão de Doutrina Comum de Contra-Subversão (CCDSC), Subcomissão de Planeamento Aéreo (APSC), Subcomissão de Cartografia (MSSC), Subcomissão de Informações (ISC), Subcomissão de Acção Psicológica (PASC), Subcomissão de Logística (LSC), e a Subcomissão de Telecomunicações e Guerra Electrónica (TEWSC).

As quatro primeiras subcomissões estavam subordinadas à repartição de operações. As seguintes encontravam-se distribuídas de acordo com o sugerido pela própria denominação, identificada com o da repartição respectiva. A única nuance é representada pela PASC, mas que, obviamente, dependia da repartição de informações.

Face ao que é dito no documento em análise, importa esclarecer alguns pontos que nos parecem relevantes.

---

<sup>359</sup> AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, *Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73)*, Polic., 1973, pp. 10-11.

O primeiro diz respeito ao conceito estratégico ALCORA, nomeadamente ao debate desencadeado pela necessidade de afectação de forças implicadas nesse enunciado.

De acordo com aquele conceito, tornava-se premente “organizar uma força estratégica, constituída por meios aéreos de ataque e forças terrestres altamente móveis, que sirvam de dissuasor convincente, contra uma ameaça externa, e que assegurem uma intervenção oportuna e eficiente”.

A ACOC recomendava, então, à ATLC o “estabelecimento urgente desta força, proporcional à ameaça e no sistema de designação para atribuição”. Os meios previstos eram os seguintes: um batalhão, com o apoio aéreo correspondente, até final de 1974; uma brigada aero-móvel, até final de 1975; e, posteriormente, a alocação de mais forças, na medida do desenvolvimento da ameaça.

Face ao exposto, a ATLC emitiu a sua opinião, baseada nos seguintes pontos: 1) Atendendo ao conceito estratégico, o terrorismo é a principal ameaça dirigida aos territórios ALCORA. Assim, a força mencionada devia ser constituída, para actuar numa dupla vertente: o terrorismo e a guerra convencional;

2) Ao nível dos custos, seria extremamente dispendioso possuir meios, destinados apenas à hipótese de verificação de uma guerra convencional;

3) Os compromissos nacionais, no momento, eram incompatíveis com a constituição de uma força inteiramente baseada no sistema de designação para atribuição. A luta contra o terrorismo absorvia os recursos militares, de modo a não deixar margem para a respectiva utilização no âmbito ALCORA, em períodos prolongados. A excepção seria a República da África do Sul, que continuaria, mesmo nessas condições, a dispor de tais meios;

- 4) A fim de dotar os países de capacidade de dissuasão efectiva, a ATLC reconheceu a necessidade de criar uma força com as características propostas pela ACOC, em momento julgado mais oportuno e com a concordância dos Estados envolvidos;
- 5) Atendendo às premissas acima expostas, julgou-se urgente trabalhar para uma dupla finalidade: a constituição imediata de uma força de combate ao terrorismo. Esta seria fruto da dispensa de meios provenientes dos países ALCORA, que possuíssem essa disponibilidade. O emprego da força estaria condicionado pelo pedido expresso do país interessado e pelo consentimento dos três Estados ALCORA; a formação de uma “força designada para atribuição”, vocacionada para enfrentar a ameaça convencional, e com a capacidade sugerida pela ACOC;
- 6) Em síntese, era prioritário a constituição de uma força de reserva, destinada a eliminar o terrorismo em qualquer território ALCORA; e deveria ser ponderada a formação de uma unidade aero-móvel no “sistema de forças designadas para atribuição”, para defrontar a progressão da ameaça convencional<sup>360</sup>.

Um outro aspecto relevante diz respeito ao reconhecimento e fotografia aérea.

Estas tarefas, bem como o estudo dos objectivos seleccionados, estavam a cargo de Portugal, da RAS e da Rodésia.

Assim, decidiu-se atribuir “áreas de responsabilidade” aos Estados em causa.

Em virtude de Portugal se encontrar empenhado na guerra, em três frentes, e de não possuir grandes meios ao nível fotográfico, sobretudo a alta altitude, os espaços, no domínio do reconhecimento e fotografia aérea, foram confiados à RAS e à Rodésia.

---

<sup>360</sup> AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, *Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73)*, Polic., 1973, pp. I.G. 2.

À primeira, competia o Botswana, a Tanzânia, Madagáscar, a Suazilândia e o Lesoto. Assumia, ainda, o Congo (Brazzaville), o Zaire e o Gabão, temporariamente, enquanto Portugal não estivesse em condições de cumprir a sua parte no acordo<sup>361</sup>.

À segunda, a Zâmbia, o Malawi e o Uganda.

Embora existisse, na maioria dos casos, uma identificação entre as zonas de reconhecimento e de fotografia aérea, atendendo a quem era responsável pela cobertura em questão, verificavam-se, em simultâneo, algumas nuances que importa registar.

Ao nível do reconhecimento aéreo, a partilha de responsabilidades, encontrava-se repartida por quatro áreas – A, B, C e D –, correspondendo, grosso modo, a primeira e a terceira (A e C) à Rodésia e as restantes à RAS.

Ora, a zona C, era, no essencial, a mesma que estava atribuída à RAS, em substituição de Portugal, para efeito de fotografia aérea a alta altitude. Apenas o Uganda escapava a esta lógica, situando-se na área de reconhecimento aéreo de Pretória, e no sector de cobertura fotográfica da Rodésia.

---

<sup>361</sup> Na realidade, estes três países pertenciam à zona de vigilância confiada a Portugal.



Fonte: AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, *Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73)*, Polic., 1973, Anexo A.

Daqui, pode-se concluir que Pretória possuía os melhores meios nesta matéria. Tanto no que dizia respeito às aeronaves vocacionadas para estas missões, como no âmbito dos instrumentos fotográficos.

A capacidade mencionada, também pode explicar o facto de a RAS ter sido a preferida para a função de coordenadora, nesse domínio.

Quanto ao estudo dos objectivos e respectivo tratamento no campo das informações, a tarefa era tripartida, mantendo-se a delimitação das áreas atribuídas à responsabilidade

da fotografia aérea. Contudo, e ao contrário do verificado aí, Portugal assumia o compromisso da vigilância do Congo (Brazzaville), Zaire e Gabão.

#### Divisão de responsabilidades da fotografia aérea

| Série a | País b              | Objectivos c | Fotografia Aérea d  |
|---------|---------------------|--------------|---|
| 1       | Congo (Brazzaville) | Portugal     | RAS (Temporariamente p/conta de Portugal)   |
| 2       | Zaire               | Portugal     | RAS ( “ “ “ “ )   |
| 3       | Zâmbia              | Rodésia      | Rodésia   |
| 4       | Botswana            | RAS          | RAS   |
| 5       | Malawi              | Rodésia      | Rodésia   |
| 6       | Tanzânia            | RAS          | RAS   |
| 7       | Madagáscar          | RAS          | RAS   |
| 8       | Suazilândia         | RAS          | RAS   |
| 9       | Lesoto              | RAS          | RAS   |
| 10      | UGANDA              | Rodésia      | Rodésia   |
| 11      | Quénia              | RAS          | RAS   |
| 12      | Gabão               | Portugal     | RAS (Temporariamente p/ conta de Portugal)  |
|         |                     |              | NOTA: A RAS poderá pedir à RODÉSIA assistência fotográfica na parte norte de Madagáscar |

Nota: À distribuição acima feita não deverá excluir a possível assistência mútua entre os países.

Fonte: AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, *Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73)*, Polic., 1973, p. 43.

Cabia, assim, a Lisboa, o envio de informações relativas à localização de “campos terroristas”, naqueles três Estados e na Tanzânia. A tarefa poderia obter a colaboração dos países aliados, através dos serviços congéneres<sup>362</sup>.

Quanto aos conceitos de “Operações Coordenadas, Apoiadas e Combinadas”, consistem no seguinte: As primeiras seriam conduzidas em áreas contíguas dos territórios ALCORA, e eram protagonizadas pelas forças de segurança de cada país, que actuavam

<sup>362</sup> Fonte: AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, *Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73)*, Polic., 1973, p. 46.

com total autonomia. Isto, significava, na prática, a ausência de intervenção de um “sistema combinado de comando e controle”, embora estivesse previsto o estabelecimento de “meios de transmissão”, trocas de informações militares, a permuta de “oficiais de ligação”, e a coordenação do planeamento nos locais onde os acontecimentos iriam ocorrer; A segunda categoria resultava de um convénio formal, contratado entre governos, e o qual estatuiu que existiria um apoio militar mutuo entre os países ALCORA. Contudo, a colaboração em causa não incluía o “estabelecimento de Quartéis Gerais Combinados”, mas implicava um “Sistema de Comando e Controle”, que articulava as acções dos contingentes envolvidos. Este processo abrangia, para além dos elementos elencados nas operações apoiadas, o “planeamento coordenado de operações” e um entendimento vocacionado para o controlo “operacional de pequenos destacamentos”; Finalmente, as últimas tinham origem num tratado entre executivos, que previa uma acção conjunta, para a defesa dos “territórios” ou “interesses nacionais, de um ou mais países ALCORA”. As “operações combinadas” já necessitavam da presença de um Quartel-general Combinado<sup>363</sup>.

A estrutura acima mencionada foi, desde logo, objecto de análise na primeira reunião, no âmbito ALCORA, que reuniu os representantes dos três países ao mais alto nível, e decorreu entre 30 de Março e 1 de Abril de 1971, em Pretória<sup>364</sup>.

Os protagonistas consideraram o encontro como “histórico” e importante para a defesa dos valores do Ocidente<sup>365</sup>.

Destacou-se o facto de o “Exercício” contemplar apenas aspectos militares, excluindo a componente política<sup>366</sup>.

---

<sup>363</sup> AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1971, Caixa 2, EMFA, *Exercício ALCORA. Subcomissão de Comando e Controle: Acta da Reunião Levada a Efeito, em Pretória, de 27 Set. 1971 a 1 de Out. 1971*, Polic., 1971, pp. 4-5.

<sup>364</sup> AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1971, Caixa 5, *Actas da Comissão ALCORA de Alto Nível: Reunião Entre os Representantes das Forças Armadas Portuguesas, Forças de Segurança Rodesianas e da Força de Defesa Sul-Africana, em Pretória, de 30 de Março a 1 de Abril de 1971*, Salisbury, 7 de Abril de 1971.

<sup>365</sup> Idem, p. 4.

Nas intervenções efectuadas, destacou-se a do General Fraser (sul-africano), que alertou para ameaças num futuro próximo por parte de elementos subversivos. Estes estariam sediados fora da RAS, mas preparados para realizar acções subversivas no interior do Estado.

Em 1 de Julho de 1971, teve lugar uma reunião da Subcomissão ALCORA de Defesa Aérea, onde se salientou as fragilidades do dispositivo de defesa aérea em Angola e Moçambique.

A justificação encontrava-se no facto de os caças da FAP, F84 e G91, serem inferiores a uma hipotética ameaça proveniente de aparelhos Mig 19 e Mig 21.

Consequentemente, concluiu-se que a “criação de uma força de ataque convincente constitui uma necessidade imperiosa”<sup>367</sup>.

Os Mirage M5 e F1 foram a solução apontada para suprir as deficiências registadas<sup>368</sup>.

Note-se que, no início da década de 70, as áreas mais sensíveis correspondiam ao nordeste e leste de Angola, e no caso de Moçambique, ao norte e ao saliente de Tete (oeste).

A propósito desta região moçambicana, surgiram no primeiro trimestre de 1971, uma série de notícias que reportavam o encontro dos serviços de segurança de Portugal, da Rodésia e da África do Sul.

Num despacho do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), General Venâncio Deslandes, datado de 8 de Setembro de 1971, admitiu-se a necessidade de um reconhecimento fotográfico a dois níveis: um estratégico e outro tático.

---

<sup>366</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>367</sup> AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1971, Caixa 4, *Actas das Reuniões da Subcomissão ALCORA de Defesa Aérea que teve lugar na sede do Clube de Oficiais em 1 de Julho de 1971, 2 de Julho de 1971*, p. 3.

<sup>368</sup> Idem, pp. 3-4.

O primeiro devia ser desenvolvido pela RAS e partilhado com os seus parceiros ao abrigo do ALCORA. O segundo “tem, especialmente, de ser garantido pelos territórios que ocupam a linha da frente”, nomeadamente, os portugueses<sup>369</sup>.

Neste último caso, a coordenação de esforços de uma estratégia conjunta só seria interessante em zonas fronteiriças e no tocante à sistematização dos métodos de pesquisa. Estes contemplariam, a título de exemplo, as escalas, os tipos de fotografias e as fichas dos objectivos.

É, igualmente, sugerido um efectivo mínimo de helicópteros de forma a garantir a eficácia das operações. Cada esquadrilha deverá ter seis a sete aparelhos preparados para actuar nas suas diferentes funções: assalto ou transporte de manobra, protecção (héli-canhão), e evacuação<sup>370</sup>.

Quanto à força de ataque, a preferência devia estar concentrada em aviões de caça de “boas performances”. Neste domínio, a RAS desempenhava um papel fulcral, uma vez que já dispunha e construía aparelhos Mirage<sup>371</sup>.

O documento do General Deslandes é importante, na medida em que releva aspectos recorrentes no âmbito ALCORA, ou seja, a fotografia aérea como elemento identificador de espaços e instrumento para elaboração de cartas topográficas; a necessidade de meios aéreos, nomeadamente helicópteros; e a criação de uma força de ataque capaz de rivalizar com eventuais ameaças.

Outra preocupação no domínio ALCORA foi a identificação e a definição de perspectivas de ameaça a dois níveis: a curto e médio prazo.

O primeiro abrangia apenas um ano; o segundo abarcava um período de cinco anos e que foi previsto entre 1972 e 1976.

---

<sup>369</sup> Cfr. AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1971, Caixa 2, *Despacho do General Deslandes*, 8 de Setembro de 1971, p. 1.

<sup>370</sup> *Idem*, pp. 2-3.

<sup>371</sup> *Ibidem*, pp. 3-4.

Como enfoque principal, a ameaça provinha de duas origens: o comunismo e o nacionalismo africano.

No primeiro caso eram identificadas as duas maiores potências do universo comunista, isto é, a União Soviética e a China.

As preocupações colocadas pela URSS compreendiam a ajuda aos Estados africanos, sob a forma de apoio às organizações consideradas terroristas, embora não se previsse a intervenção militar directa da mesma.

Quanto a Pequim, os objectivos eram o de expandir os ideais comunistas, sob o ponto de vista chinês, aos territórios africanos. E, de facto, na perspectiva da China, a RAS constituía o principal obstáculo à respectiva expansão em África.

Consequentemente, estimava-se uma acção dirigida ao enfraquecimento de Pretória. Simultaneamente, esperava-se o estímulo de sentimentos pan-africanistas e da propagação da influência chinesa no continente negro através de projectos de auxílio.

Neste âmbito destacavam-se as seguintes intenções: fomentar uma ofensiva contra o Sudoeste Africano na ONU; estimular o terrorismo a anular o domínio português em Moçambique, utilizando para esse fim, eventualmente, o Malawi; reforçar a sua presença na Tanzânia de modo a se prosseguir a penetração na Zâmbia, aproveitando-se a participação na construção do caminho-de-ferro de ligação entre a Tanzânia e a Zâmbia (TANZAM); promover acções subversivas na Rodésia e Angola. No caso angolano, provavelmente, a partir da Zâmbia; e, por último, dirigir uma ofensiva à África do Sul, recorrendo às Nações Unidas para se sensibilizar a opinião pública mundial nesse sentido.

A ameaça vislumbrava-se, também, no domínio das Organizações internacionais, nomeadamente, da ONU e da OUA.

Na ONU previa-se que o bloco afro-asiático, liderado pela China continuaria a manter uma atitude hostil face aos territórios ALCORA.

Simultaneamente, o problema do Sudoeste Africano mantinha um peso substancial, que o levava a ser constantemente esgrimido contra a África do Sul, e não obstante a maior aproximação de Pretória a certos países africanos, na tentativa de suavizar os ataques.

A questão rodesiana permaneceria, igualmente, na ordem do dia, enquanto não fosse alcançado a aspiração ao direito de “um homem, um voto”, independentemente do acordo que venha a ser estabelecido com a Grã-Bretanha.

No tocante a Portugal, previa-se um encorajamento por parte da ONU em relação aos anseios dos movimentos de libertação que se opunham à dominação lusa. Contudo, essa pressão, nos critérios de avaliação ALCORA, não constituiria uma ameaça expressiva.

No âmbito da OUA, não era crível que esta conseguisse criar um braço armado, embora persistisse no apoio às organizações nacionalistas. No entanto, este auxílio estaria comprometido, em parte, pelas dificuldades financeiras associadas à organização.

Do ponto de vista dos Estados membros da instituição, as posições não eram completamente unânimes.

A Tanzânia prosseguiria a sua política de apoio ao nacionalismo africano e atendendo à previsível crescente influência comunista no país, que lhe proporcionaria um armamento mais sofisticado<sup>372</sup>, haveria uma possibilidade, ainda que ténue, de o Estado poder representar uma ameaça no domínio da guerra convencional.

A Zâmbia representava uma perspectiva de ameaça semelhante à Tanzânia, sem contudo, poder colocar um desafio directo aos territórios ALCORA.

O Botswana partilhava motivações políticas semelhantes com os países mencionados anteriormente.

---

<sup>372</sup> A sofisticação do material de guerra tanzaniano reflectir-se-ia, nomeadamente, na respectiva Força Aérea.

Já o caso do Malawi era distinto. O seu líder, Dr. Hastings Kamuzu Banda, mantinha uma atitude amistosa e era de toda a conveniência, para os países ALCORA, que não se verificassem alterações no poder.

Quanto à Nigéria, considerava-se um regime moderado, não representando um risco para os membros ALCORA.

No âmbito dos perigos provenientes da subversão, e no caso sul-africano, podia esperar-se, a médio prazo, uma campanha de terrorismo urbano acompanhada de actos subversivos em zonas rurais. A violência poder-se-ia estender ao Sudoeste Africano.

No que respeitava a Angola, “a evolução da situação (...), a médio prazo, está fortemente dependente do apoio externo que possa ser dado aos movimentos subversivos, principalmente pelos países limítrofes (...).”

Por parte dos movimentos independentistas angolanos, e no caso da FNLA, temia-se o agravamento da situação no norte e leste do território. Face ao MPLA receava-se o seu propósito expansionista na Lunda (em direcção a Malanje), Moxico, Bié e Cuando-Cubango. Simultaneamente, era esperado o apoio deste movimento à SWAPO, facilitando a sua infiltração na faixa de Caprivi através do sudeste de Angola. Conheciasse, aliás, a colocação de minas praticada pela SWAPO nesta região.

Não era previsível a curto e médio prazo a coligação dos movimentos independentistas que actuavam no espaço angolano. Paralelamente, concebia-se o cenário de fragilização da UNITA e do FNLA<sup>373</sup>.

Contrariamente, reconhecia-se a eficiência e boa preparação dos quadros do MPLA.

Na região de Cabinda, a ameaça só se manifestaria na zona fronteiriça com a República Popular do Congo.

---

<sup>373</sup> A FNLA obtinha apoio no Zaire.

Em Moçambique, a ameaça centrava-se no distrito de Tete, onde um possível aumento da actividade subversiva poderia ter por finalidade dificultar a construção da barragem de Cabora Bassa.

A propósito desta questão, surgiram no primeiro trimestre de 1971, uma série de notícias que reportavam o encontro de elementos dos serviços de segurança de Portugal, da Rodésia e da África do Sul<sup>374</sup>.

O objectivo primordial das reuniões teria sido a defesa da região de Tete e a protecção do projecto da barragem de Cabora Bassa.

É o caso do “Daily Telegraph” (britânico) e do “Dagens Nyheter” (sueco). Este na sua edição de 21 de Fevereiro de 1971 anunciou a conclusão de um acordo celebrado, em Salisbúria, entre aqueles protagonistas, e tendo em vista o fim mencionado.

A África do Sul seria o grande beneficiário da energia eléctrica gerada na barragem; A Rodésia lucraria com o equipamento técnico necessário à realização da obra e, após a respectiva conclusão, com a sua manutenção.

Os dois países investiram cerca de 1,5 mil milhões de coroas (moeda sueca) no projecto<sup>375</sup>.

O mesmo tema foi objecto de artigos semelhantes nos jornais “Daily Mail”, “Financial Times” e “Sunday Telegraph”.

Este acrescentava ainda que, segundo fontes oficiais portuguesas, 300 elementos da FRELIMO, sediados na Tanzânia, estavam a receber treino especial para se infiltrarem e atacarem a barragem de Cabora Bassa. Adiantava-se, também, que não se previa, “na

---

<sup>374</sup> Estes encontros eram rodeados de grande discrição. A título de curiosidade, o jornal britânico “Guardian”, de 18 de Fevereiro de 1971, assinalava o facto de um agente à paisana da polícia rodésiana ter-se dirigido ao público, que se encontrava no aeroporto de Salisbúria, no sentido de se evitar qualquer registo fotográfico. Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Aerograma dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, em 18 de Fevereiro de 1971*.

<sup>375</sup> AHD-MNE, PAA 368, Diário “Dagens Nyheter” (Estocolmo), de 21 de Fevereiro de 1971.

fase actual”, o envio de “agentes de segurança” sul-africanos e rodesianos para Moçambique.

Pelo seu lado, o jornal “Observer” é citado no sentido de valorizar a ameaça colocada pela FRELIMO: “although Portugal now makes an annual claim to have crushed FRELIMO, its threat to destroy the Great hydro-electric complex at Cabora Bassa, in which all white Southern Africa is interested, is evidently still thought serious”<sup>376</sup>.

Do mesmo modo, uma informação baseada na revista “Economist” de 27 de Fevereiro de 1971, abordava a realização de duas conferências, em África: Uma, reunindo o Comité de Libertação da OUA, na Tanzânia; A outra, congregando, em Salisbúria, os chefes dos serviços de segurança da África do Sul, Rodésia e Portugal.

Na opinião do articulista, os movimentos de libertação estavam perante dificuldades acrescidas no ano de 1971. Isso já se tinha verificado nos territórios portugueses ao longo de 1970; na Rodésia, a actividade era escassa, desde uma “pequena ofensiva” ocorrida em Janeiro de 1970; e na África do Sul, os “guerrilheiros” não representavam qualquer ameaça. Contudo, isto não significaria a ausência de problemas no futuro para os “países de domínio branco”.

O encontro de Salisbúria seria o indício de que o estreitamento da cooperação entre aqueles três países espelhava uma nova abordagem ao problema, isto é, que a segurança na África Meridional era “indivisível”. A entreatajuda era uma realidade, confirmada pela colaboração prestada por forças sul-africanas à Rodésia ao longo da fronteira do Zambeze com a Zâmbia. Seria, também, “quase certo”, o apoio terrestre e aéreo de Pretória aos portugueses.

---

<sup>376</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, em 22 de Fevereiro de 1971.*

É referido, igualmente, que dos 41 membros da OUA, apenas a Tanzânia, a Zâmbia e o Uganda mantinham em dia as suas contribuições para o fundo especial de libertação. A maior ajuda era proveniente dos países comunistas, o que resolvia a escassez financeira. Acrescentava-se, também que, de uma forma geral, os movimentos de libertação estavam minados pela “ineficiência, corrupção e dissidências”. Segundo a mesma fonte, esta situação levou o comité da OUA a concentrar verbas nos “três movimentos que nos territórios portugueses, de facto, conduzem operações de guerra”<sup>377</sup>.

Note-se que o encontro de Salisbúria conduziu à assunção de se estar perante uma nova abordagem face à subversão: Isto é, a segurança na África Austral era indivisível.

Esta ideia é importante, na medida em que ela sublinha um aspecto inerente ao espírito do acordo ALCORA.

O jornal dinamarquês “Politiken” abordou, igualmente, a reunião realizada em Salisbúria.

Para além do entendimento tripartido inerente ao encontro, este seria, também, sinal de que os acontecimentos em África iam em desfavor do domínio branco. Esta tendência era confirmada pela recente cisão no partido governamental da Rodésia e pelo “abrandamento do “apartheid” na África do Sul”. À semelhança, em Portugal, o chefe do executivo teria deixado transparecer, num recente discurso, um tom pessimista quanto ao futuro dos territórios africanos portugueses.

No que respeitava ao envolvimento sul-africano além fronteiras, já era pública a ideia da “presença de tropas sul-africanas em Angola e na Rodésia, e, agora, em Moçambique”<sup>378</sup>.

---

<sup>377</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Aerograma dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, em 1 de Março de 1971.*

<sup>378</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal em Copenhaga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 5 de Março de 1971.*

A propósito da presença de forças estrangeiras a operarem em território nacional, o jornal “The Rhodesia Herald”, de 5 de Abril de 1972, reproduzia afirmações de um jornalista francês acerca da colaboração de conselheiros militares rodesianos junto do Exército português, em Moçambique. Acrescentava-se, também, que existiam voos diários da aviação sul-africana e portuguesa destinados a detectar movimentações suspeitas nas regiões fronteiriças<sup>379</sup>.

Finalmente, o mesmo periódico, na edição de 14 de Novembro de 1972, sublinhava a relevância do vínculo entre Salisbúria, Pretória e Lisboa. No editorial, sob o título “o inimigo comum” afirmava que a “ameaça terrorista” estava a forjar um entendimento progressivamente mais forte entre a Rodésia, a África do Sul e Portugal.

Referia-se que a sensação de perigo era partilhada, uma vez que a OUA pretendia alcançar Salisbúria e Pretória através de Moçambique.

Enfatizava-se que à semelhança da existência de forças sul-africanas estacionadas na Rodésia, esta poderia prestar assistência militar a Portugal. A colaboração já tinha sido oferecida pelas autoridades rodesianas, esperando-se apenas um sinal afirmativo de Portugal.

Quanto ao secretismo que envolvia as negociações, o editorial concluía com o seguinte comentário: “quando a história puder ser narrada será fascinante”<sup>380</sup>.

---

<sup>379</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo Consulado-Geral de Portugal em Salisbúria ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 5 de Abril de 1972*. É de relevar que o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) veiculou um comunicado, informando-se “ (...) peremptoriamente que as Forças Armadas portuguesas não mantêm nem nunca tiveram Conselheiros Militares de qualquer nacionalidade, e nomeadamente rodesianos”. AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo SGDN ao Director-Geral dos Negócios Políticos do MNE, em 12 de Maio de 1972*.

<sup>380</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama dirigido pelo Consulado-Geral de Portugal em Salisbury, em 14 de Novembro de 1972*. A questão do entendimento tripartido não foi apenas debatido na comunicação social. A título de exemplo, o assunto foi discutido, igualmente, no Parlamento britânico. As perguntas da oposição versaram sobre a presença de forças policiais e tropas sul-africanas na Rodésia, e o respectivo apoio aéreo a partir de território daquele Estado, nomeadamente de uma base situada na “Faixa de Caprivi”. Nas respostas, pelo lado do executivo, negou-se a existência de tropas sul-africanas na Rodésia e de qualquer contacto entre as referidas forças policiais e território rodesiano. As questões incidiram, ainda, na dificuldade de alcançar um desfecho para o problema rodesiano perante a existência de forças sul-africanas a operar naquele espaço, e o embaraço provocado pelo fornecimento inglês de armas a Pretória, e o apoio desta ao governo rebelde de Ian Smith. Cfr. AHD-MNE, PAA 368, *Aerograma*

Retomando a temática da ameaça é, ainda de realçar, que a curto prazo, podia-se antever divisões na hierarquia da FRELIMO, mas sem que esse factor pudesse dar origem a uma força política rival. De qualquer modo, seriam expectáveis consequências na orientação da guerra subversiva, nos próximos 12 meses<sup>381</sup>.

Em Cabo Delgado, na fronteira do Rovuma, uma importante linha de penetração da FRELIMO, a actividade manter-se-ia, apesar do empenho das tropas portuguesas, no sentido de contrariar essa movimentação.

No Niassa, as atenções deviam continuar centradas ao sul do rio Lugenda, designadamente na área de Mecanhelas, onde a subversão procurava obter o apoio das populações.

Na zona de Tete, a principal preocupação residia, conforme já foi mencionado, na protecção da obra de Cabora Bassa, que era um alvo preferencial das tropas do movimento de libertação. Contudo, existia confiança, do lado português, no sistema defensivo implementado.

Em síntese, admitia-se em relação a Moçambique, e num período de curto prazo, um cenário de estabilidade.

Numa reunião da Comissão de Alto Nível ALCORA<sup>382</sup>, ocorrida no final de Novembro de 1972, é perspectivada, igualmente, a ameaça a longo prazo.

Caso a subversão se alastrasse nos territórios ALCORA, e conseqüentemente se verificasse um agravamento da situação, seria de equacionar a possibilidade de ocorrer

---

*dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, em 24 de Fevereiro de 1971. Também, na sequência de uma palestra, o diplomata Teixeira da Motta, desmentiu a verificação de tal pacto, mas não excluiu o clima de bom relacionamento mantido entre Pretória e Lisboa, apesar das diferentes perspectivas assumidas no âmbito racial. Quanto ao projecto de Cabora Bassa, realçou a participação sul-africana, justificada pelo respectivo mercado, e atendendo ao futuro consumo de energia no país. Cfr. AHD-MNE, PAA 368, Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, em 2 de Março de 1971.*

<sup>381</sup> Note-se que a FRELIMO exercia a sua influência em populações, que se disseminavam pelo norte e noroeste da Rodésia, e Moçambique.

<sup>382</sup> Tratou-se da quarta reunião da Comissão de Alto Nível ALCORA

uma “intervenção externa dum força internacional com o fim de pôr termo a uma situação que pode fazer perigar a paz mundial”.

O tom mais suave e concordante com que era encarado o conflito em Moçambique, no âmbito ALCORA, não era, no entanto, partilhado por alguns sectores rodesianos.

Era o caso do chefe dos serviços secretos Rodesianos (CIO), Ken Flower, que preocupado e descontente com a situação em Tete, propôs ao Primeiro-ministro Ian Smith uma deslocação sua a Portugal.

Esta ocorreu em Setembro de 1971, e no decurso da qual se encontrou com Marcello Caetano. Na conversa mantida, Ken Flower afirmou que a guerra poderia estar comprometida em Moçambique, caso não se alterasse a respectiva orientação. Nomeadamente, foi proposta uma maior aposta na população indígena e a atribuição de maiores responsabilidades à Polícia.

A questão situava-se no âmbito das infiltrações da FRELIMO, provenientes da Zâmbia, e dirigidas a Tete. Simultaneamente, conhecia-se a presença da ZANLA na região.

Paralelamente, foi criticada a estratégia de guerra seguida por Kaúlza de Arriaga; “he was a “bum” General”<sup>383</sup>.

No mês de Setembro do ano seguinte, ocorreu um encontro entre os Primeiros Ministros de ambos os países. Na reunião, Ian Smith reforçou a inquietação rodesiana relativa à situação em Moçambique.

A conversa baseou-se num documento, preparado pelo CIO, intitulado “Mozambique: Threat to Rhodesia”, que referia o equívoco da abordagem militar lusa respeitante a Tete. Assinalava-se a necessidade de se reequacionar a estratégia, e o impacto em Salisbúria de uma eventual retirada portuguesa do território. Alertava-se, ainda, para o

---

<sup>383</sup> Ken Flower, *Serving Secretly: An Intelligence Chief on Record: Rhodesia into Zimbabwe, 1964 to 1981*, John Murray, 1987, p. 117.

facto de existir um atento acompanhamento da situação, de forma a ser garantida, atempadamente, a ajuda indispensável e os ajustamentos políticos adequados.

Na resposta, Caetano comentou que os rodesianos estavam demasiado preocupados com a situação em Moçambique, o que não se justificava, e podiam confiar na capacidade portuguesa em lidar com o problema<sup>384</sup>.

Mas, na verdade, a inquietação rodesiana e, mesmo, sul-africana, embora mais atenuada<sup>385</sup>, conduziu a que, desde o início da década de 70 se intensificasse o apoio militar a Portugal. Esta colaboração era traduzida em aspectos tão variados como a participação de pilotos rodesianos, mediante a utilização de aeronaves sul-africanas, em manobras ofensivas do Exército português; no estreitar do relacionamento entre a PIDE/DGS e o sul-africano BOSS; e na intensificação de visitas a Moçambique por parte de altos responsáveis militares da Rodésia e da África do Sul.

Contudo, não deixava de ser de preocupação e alguma desconfiança o ambiente vivido, entre nós e os nossos parceiros, em redor da questão moçambicana, nas vésperas do 25 de Abril.

Na sequência do 25 de Abril de 1974, o ALCORA deixou de fazer sentido, a partir do momento que se compreendeu qual seria a posição de Portugal, a curto e médio prazo, em relação aos seus territórios africanos.

De facto, foi assinalado de forma bem explícita o seguinte: “As acções militares em que tomem parte as Forças Armadas Portuguesas ou desenvolvidas em território de Angola e Moçambique não são possíveis”<sup>386</sup>. E mais adiante acrescentou-se que “a mudança na

---

<sup>384</sup> Idem, p. 119.

<sup>385</sup> O almirante sul-africano H. H. Biermann, na sequência de uma viagem a Moçambique, dirigiu uma carta a Kaúlza de Arriaga, onde afirmou o seguinte: “Fiquei impressionado com o que vi e com o elevado moral dos soldados portugueses. Garanto-lhe, General, que os esforços do seu país no combate ao terrorismo não passam despercebidos e que a África do Sul aprecia a obra dos portugueses em Moçambique e Angola”. Cfr. José Freire Antunes, *Nixon e Caetano: promessas e abandono*, Difusão Cultural, 1992, p. 201.

<sup>386</sup> POSAAC – Acta da 2ª Reunião da Comissão Principal, 29 de Outubro de 1974, Anexo A, p.1.

situação [tornou] impossível manter entre Portugal e a RAS uma associação estreita no campo militar<sup>387</sup>.

Essa orientação predispôs, na prática, o seguinte: A cessação das hostilidades, a retirada rápida dos contingentes militares, o regresso de parte da população à metrópole, e a transferência do poder em favor dos movimentos de libertação que tinham combatido as forças portuguesas, ou seja, aqueles dotados de uma legitimidade ganha em combate.

O incumprimento dos Acordos de Alvor (Angola), colocou os movimentos africanos numa situação desigual, o que originou o início da guerra civil em Angola, que foi, também, reproduzida em Moçambique.

Face a estes acontecimentos, existiram a interrupção dos processos associados ao ALCORA - que incluiu a devolução de material de guerra e de capitais resultantes de empréstimos<sup>388</sup> - e de, certo modo, o ALCORA não é extinto, mas extingue-se por alteração da conjuntura regional, e ausência de objecto e finalidade.

Já Clausewitz ensinava, que a guerra é a continuação da política por outros meios. O caso português, não escapou, neste aspecto, à lição do autor germânico.

A guerra do Ultramar encontrava-se ao serviço de uma orientação política, que consistia na perspectiva portuguesa para os seus territórios situados fora da Europa, nomeadamente, em África.

Normalmente, o conflito em causa tem sido tratado, numa visão muito abrangente, isto é, no âmbito da rivalidade este-oeste, ou numa visão demasiado redutora, baseada na oposição Forças Armadas portuguesas/movimentos de libertação.

Ora, estas perspectivas têm secundarizado, a abordagem que pretendemos, agora, salientar: a dimensão regional do problema, que do lado da, então, chamada “África branca”, conduziu a uma colaboração crescente entre Portugal, a África dos Sul e a

---

<sup>387</sup> POSAAC - Acta da 2ª Reunião da Comissão Principal, 29 de Outubro de 1974, s. p.

<sup>388</sup> POSAAC - Acta da 2ª Reunião da Comissão Principal, 29 de Outubro de 1974, s. p.

Rodésia, e da ala dos Estados que tinham alcançado, recentemente, a independência, relevava o protagonismo de países como a Tanzânia, os Congos, a Zâmbia, a Guiné-Conakry, o Senegal e o Malawi, entre outros.

No nosso entendimento, a guerra em África só poderá ser, cabalmente, compreendida, fruto do cruzamento destas diversas dimensões.

### 3.4 A Cooperação Militar Bilateral

Embora já tivessem verificado exercícios militares conjuntos entre a África do Sul e Portugal, nos anos 50, foi na década seguinte que a cooperação militar se tornou mais frutuosa.

Foram cedidos por Pretória diversos meios bélicos, entre os quais são de destacar aeronaves de transporte, reconhecimento e helicópteros. A utilização destes últimos foi particularmente eficaz no sul de Angola e na faixa de Caprivi.

Existiram igualmente verbas cedidas pela África do Sul para a compra de material militar por parte de Portugal ou, por vezes, servindo a primeira de intermediária em compras efectuadas por Lisboa.

Pretória acompanhou atentamente o evoluir da guerra em Angola e Moçambique com a convicção de que a defesa destes territórios permitia a salvaguarda da integridade do espaço sul-africano.

----- x -----

Como já foi referido atrás, os EUA e a Grã-Bretanha eram, tradicionalmente, a fonte preferencial de abastecimento de material bélico por parte de Portugal. A alteração política verificada nestes países em relação ao continente negro, e o início da guerra nas possessões portuguesas, em África, condicionou esses apoios.

Nos casos da França e da Alemanha a situação foi diferente. Estes, embora discretos, nunca se opuseram à venda de material de guerra, nem questionaram o seu destino e utilização.

No mesmo plano se encontravam a Rodésia e a África do Sul. Esta considerava os territórios portugueses envolvidos numa contenda, que, também, era a sua, e formando uma linha avançada, que impedia o alastramento do conflito para solo sul-africano.

Dáí, os exercícios militares conjuntos ainda na década de 50, a troca de experiências de carácter militar, a colaboração entre militares de ambos os países e, sobretudo, a cedência de material de guerra, nas décadas de 60 e 70<sup>389</sup>, e o apoio em missões de combate.

De facto, houve um convite datado, logo, em 5 de Março de 1956, e endereçado ao governo português, no sentido de este se fazer representar em manobras militares previstas entre 30 de Abril e 5 de Maio de 1956, em Bloemfontein, na África do Sul.

A ideia era que Lisboa enviasse representantes das Forças Armadas de Moçambique e Angola<sup>390</sup>.

Em resposta ao documento anterior, o SGDN concordou com o convite endereçado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e indicou os oficiais portugueses que iriam assistir às manobras, em Bloemfontein. Tratava-se de dois capitães dos comandos militares de Angola e Moçambique<sup>391</sup>.

Também, no ano seguinte, ocorreram exercícios na União da África do Sul, para os quais foram convidados a assistir representantes das Forças Armadas portuguesas.

Assim, foi dirigido ao governo português uma solicitação no sentido de este se fazer representar em exercícios aero-navais, previstos para o período entre 20 de Outubro e 30 de Novembro de 1957, ao largo da Província do Cabo<sup>392</sup>.

Na resposta dada ao convite anterior, o Ministério da Marinha referiu a impossibilidade de disponibilizar meios para os exercícios em causa, por estarem empenhados num

---

<sup>389</sup> Cfr. João José Brandão Ferreira, *Em Nome da Pátria*, Publicações Dom Quixote, 2009, p. 423. O mesmo autor menciona, ainda, o auxílio de aeronaves rodesianas e sul-africanas na “função de transporte”, em Moçambique e Angola, *Idem*, p. 422.

<sup>390</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Documento dirigido pela Embaixada da União da África do Sul, em Lisboa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português*, Lisboa, 5 de Março, 1956.

<sup>391</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Documento dirigido pelo SGDN ao MNE*, Lisboa, 18 de Abril, 1956.

<sup>392</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA, 371, *Documento dirigido pela Embaixada da União da África do Sul, em Lisboa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português*, Lisboa, 11 de Julho, 1957.

exercício NATO, “além de vinculados ao Atlântico-Norte”. Contudo, era intenção de Lisboa enviar um observador<sup>393</sup>.

A resposta objecto deste documento é importante porque revela a escassez de meios navais em Angola e Moçambique e, em simultâneo, releva a vinculação à NATO.

Consequentemente, o governo da África do Sul solicitou a indicação do nome do observador português, que iria assistir aos exercícios aero-navais na costa sul-africana<sup>394</sup>.

Em conformidade foi designado o Capitão-Tenente Abel de Oliveira Neves, Capitão do Porto de Lobito<sup>395</sup>.

Na sequência do exercício “CAPEX” (1959), ocorrido na África do Sul, o coronel Pinto Resende, informou o Embaixador de Portugal, da vontade de oficiais sul-africanos em manterem “contactos regulares” com as autoridades competentes portuguesas – o objectivo principal seria a preparação do que os sul-africanos designam de “guerra revolucionária”, para a qual desejam a nossa colaboração.

Foi ventilada, também, a hipótese de colocação de Adidos Militares sul-africanos, nas Províncias Ultramarinas, adjuntos ao que funcionaria em Lisboa.

Face ao exposto, o Embaixador português na África do Sul dirigiu ao coronel Resende os seguintes comentários: 1) “Guerra revolucionária” significa, na África do Sul, sobretudo, a “revolta do elemento negro”, sendo de esperar uma “repressão duríssima e exterminadora”; 2) não seria aconselhável que Portugal participasse nessa eventual repressão, nem que existisse a aliança militar desejada pelos sul-africanos, para Lisboa não ficar comprometida em acções belicosas de Pretória; 3) Os contactos entre oficiais

---

<sup>393</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA, 371, *Documento dirigido pelo Ministério da Marinha ao Ministério da Defesa Nacional*, Lisboa, 21 de Agosto, 1957.

<sup>394</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA, 371, *Documento dirigido pela Embaixada da União da África do Sul, em Lisboa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português*, Lisboa, 3 de Outubro, 1957.

<sup>395</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA, 371, *Documento dirigido pelo Ministério da Defesa Nacional ao MNE*, Lisboa, 17 de Outubro, 1957.

dos dois países deveriam ser secretos e informais; 4) Colocaram-se reservas quanto ao estabelecimento de Adidos militares sul-africanos, em Luanda e Lourenço Marques.

Este documento é muito importante porque explicita a manifestação do desejo de oficiais sul-africanos se aproximarem das autoridades militares portuguesas e, simultaneamente, revela uma enorme prudência por parte de Lisboa em não se comprometer demasiado com a política sul-africana para a região<sup>396</sup>.

Na sequência de iniciativas anteriores semelhantes, as autoridades sul-africanas convidaram as Forças Armadas portuguesas a se fazerem representar em exercícios aero-navais no litoral da Província do Cabo, agendadas para Outubro e Novembro de 1960<sup>397</sup>.

Em informação oriunda do Ministério do Ultramar, considerou-se que atendendo às “ilações desfavoráveis que se poderiam tirar, neste momento, da nossa participação em exercícios conjuntos com as Forças Armadas da União da África do Sul”, seria mais conveniente enviar um observador<sup>398</sup>.

Pelo seu lado, a Marinha portuguesa considerava vantajosa, do ponto de vista político e operacional, a participação no exercício aeronaval CAPEX, embora a “situação nos territórios vizinhos das nossas províncias de África”, não aconselhasse a que se assumisse um compromisso formal. Apesar desta reserva, o ramo favorecia a presença portuguesa com um navio, sujeito a confirmação posterior<sup>399</sup>.

O exercício aero-naval CAPEX desenrolar-se-ia em duas fases: a primeira, em águas angolanas, por onde passariam duas fragatas e um submarino britânicos vindos da

---

<sup>396</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Pretória ao MNE, 6 de Outubro, 1959.*

<sup>397</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pelo MNE ao Secretário-Adjunto da Defesa Nacional, 7 de Julho, 1960.*

<sup>398</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pelo Ministério do Ultramar ao MNE, 21 de Julho, 1960.*

<sup>399</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pelo Ministério da Marinha ao MNE, 26 de Julho, 1960.*

Nigéria; e a segunda, na costa sul-africana, traduzindo-se no CAPEX, propriamente dito.

O parecer da Armada era, agora, favorável a que se participasse na primeira fase com a fragata “Pacheco Pereira”, e que se enviasse um observador de “cada um dos Comandos Navais de Angola e Moçambique”, para assistir ao CAPEX.

Realçou-se, ainda, o facto de Portugal ter estado representado no mesmo exercício, em 1959, através de duas fragatas<sup>400</sup>.

Na sequência do debate em causa, o Ministro da Defesa contrariou o parecer do MNE e do Ministério do Ultramar, e considerou importante a participação portuguesa no exercício aero-naval CAPEX, a ter lugar na África do Sul.

A argumentação baseou-se na presença, no ano anterior, em exercício semelhante, e no facto de Portugal dispor de “forças navais com carácter permanente em Angola e Moçambique”. Realçou-se, ainda, a necessidade de não se melindrar as autoridades sul-africanas e o “interesse operacional”, nomeadamente no “treino na detecção anti-submarina nas regiões tropicais”<sup>401</sup>.

É interessante salientar a assumpção da existência de meios navais disponíveis em Angola e Moçambique, neste ano, por contraste com a situação verificada em 1957, em que a escassez de meios era notória.

Após ponderada a argumentação das instituições intervenientes, o MNE sancionou o parecer do Estado-Maior da Armada.

A par dos exercícios militares mencionados, a colaboração bilateral apresentava sinais de maiores afinidades.

Isso é notório na apresentação do novo Adido Militar português, na África do Sul, às autoridades castrenses locais. Tratou-se do Tenente-Coronel Augusto da Silva Viana

---

<sup>400</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pelo Subchefe do Estado-Maior da Armada ao Chefe do Estado-Maior da Armada, 29 de Agosto, 1960.*

<sup>401</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 371, *Informação dirigida pelo SGMN ao MNE, 7 de Setembro, 1960.*

que se encontrou, entre outros, com o Comandante Supremo das Forças Armadas sul-africanas, General Melville.

Este referiu àquele que as respectivas Forças Armadas “não tinham segredos para os seus amigos portugueses”, pelo que o militar luso poderia observar e deslocar-se onde quisesse, sendo-lhe facilitados todos os meios para cumprir a sua missão, nomeadamente aeronaves para viagens maiores.

Aludiu, ainda, à situação preocupante vigente no Congo (Belga), e à “posição estratégica de Angola na defesa do território sul-africano, contra uma ameaça militar vinda do Norte”.

A importância do encontro acima mencionado reside no facto de se estar perante contactos pertinentes, no âmbito castrense, que indiciam uma crescente cooperação neste domínio, entre ambos os Estados.

É de enfatizar, igualmente, a preocupação de Pretória face à situação vigente no Congo, e a relevância da posição estratégica de Angola no sistema securitário sul-africano, nomeadamente, face a uma ofensiva bélica proveniente do Norte<sup>402</sup>.

A título de curiosidade, é mencionada, num artigo de jornal, a opinião do General alemão F. W. Von Mellenthin, que partilhava a inquietação de Pretória.

O oficial em causa favorecia a tese de uma “defesa comum entre os elementos brancos estabelecidos no sul de África”;

Ele colocou, ainda, a possibilidade da ocorrência de “um ataque repentino a Angola”, que atingiria o Sudoeste Africano<sup>403</sup>.

As preocupações anteriormente descritas são, agora, também partilhadas pelo Ministro da Defesa da África do Sul, Fouché.

---

<sup>402</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Apontamento enviado pelo Embaixador de Portugal, na União da África do Sul, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, e datado de 19 de Julho de 1960.*

<sup>403</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal na União da África do Sul ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 4 de Agosto de 1960.*

Este propôs-se visitar Portugal e adiantou a necessidade de se ultrapassar a etapa das relações apenas de “ordem sentimental, pois chegaria o momento de se pensar em efectuar um acordo militar”.

O pensamento de Fouché, segundo a interpretação de Alberto Franco Nogueira<sup>404</sup>, revelava um sentimento de inquietação face à “possibilidade de o Congo se transformar, com o auxílio das Nações Unidas e, posteriormente, com a ajuda e infiltração dos russos, numa potência estruturada e organizada”.

Atendendo à hipótese daquele país se unir a outros Estados negros, poderia estabelecer-se uma frente comum, cujo objectivo fosse o de, em primeiro lugar, atingir Angola, seguidamente os restantes territórios governados por brancos e, finalmente, a União da África do Sul.

Consequentemente, seria aconselhável a cooperação militar entre Portugal e a África do Sul.

Face aos receios sul-africanos em relação a Angola, as autoridades militares portuguesas, já tinham informado o Estado-Maior sul-africano, das medidas tomadas para a defesa do território angolano.

Existia a convicção, por parte da diplomacia portuguesa, de que quanto mais informadas se mantivessem as autoridades sul-africanas em relação ao dispositivo defensivo previsto para Angola, menores seriam as pretensões de Pretória para uma eventual assistência militar naquela Província Ultramarina<sup>405</sup>.

Na sequência da conversa anterior desenvolvida com o Adido Militar Português, em Pretória, o General Melville sondou o embaixador português quanto ao

---

<sup>404</sup> Franco Nogueira era à época Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE, e no ano seguinte, 1961, viria a assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

<sup>405</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pelo MNE ao Ministério do Ultramar, 12 de Agosto, 1960.*

“estabelecimento de um tratado ou de um acordo para [a] defesa comum na África Austral”, e propôs o empréstimo de aviões “Dakota”.

O diplomata português desaconselhou um acordo ou aliança formais e favoreceu “conversas entre técnicos militares dos dois países”<sup>406</sup>.

É interessante reconhecer a cautela das autoridades portuguesas em não se quererem envolver formalmente num entendimento com os sul-africanos, apesar da sua insistência e na oferta de meios militares.

Isto, sempre, sem pôr em causa, a utilidade de se manter um bom relacionamento bilateral e, inclusivamente, colocando a possibilidade de se usufruir de equipamento militar da África do Sul.

Note-se, ainda, o receio manifestado pelo General Melville, da África do Sul ser envolvida por um movimento de “pinça”, proveniente de um ataque com origem em Angola e Moçambique.

Caso essa situação se verificasse e Portugal fosse incapaz de suportar o embate, era intenção sul-africana intervir militarmente nos dois territórios.

O Embaixador entendeu, igualmente, que na circunstância de Lisboa não aceitar essa intervenção, seria, pelo menos, aconselhável, do ponto de vista sul-africano, a aceitação de material de guerra, nomeadamente aviões Dakota e munições.

Melville salientou o facto de a Rodésia do Sul estar com dificuldades em renovar o fornecimento de munições, devido à sua grande dependência da Grã-Bretanha para esse fim.

Contrariamente, a África do Sul, já fabricava munições, e preparava-se para produzir armas e motores. Este factor era de extrema importância, porque colocava a União como “o único país suficientemente industrializado para poder manter uma guerra”.

---

<sup>406</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Pretória ao MNE, 20 de Agosto, 1960.*

O diplomata português voltou a reforçar a desvantagem de instituir uma associação militar, mas aconselhou o início de conversações neste âmbito. Estas deveriam decorrer com sigilo e informalidade, de forma a permitir a Lisboa “negar com verdade haver [um] tratado [ou] acordo”.

Esta discrição tinha por objectivo a distância e a possível má interpretação por parte da comunicação social, isto é, sugerir a afirmação pública de se estar perante uma aliança<sup>407</sup>.

Na sequência de uma visita do General Melville, a Moçambique, em Setembro de 1960, este voltou a abordar a coordenação da defesa da África Austral com o Embaixador de Portugal em Pretória, e teceu elogios ao bom desempenho das tropas portuguesas.

No seio destas, aludiu aos militares nativos, considerando-os, igualmente, eficazes. Salientou, no entanto, “que a sua experiência lhe teria ensinado que o elemento negro, devido à sua intensa emotividade, é susceptível das mais surpreendentes e instantâneas mudanças quando trabalhado pela propaganda”<sup>408</sup>.

O interesse da citação atrás reproduzida, reside, na nossa opinião, no facto de o Chefe das Forças Armadas da África do Sul, enaltecer a boa integração dos elementos nativos no Exército português e, simultaneamente, referir a sua permeabilidade à propaganda inimiga. Por outras palavras, não deixa de sobressair a tradicional reserva sul-africana de contar com indivíduos negros nas respectivas fileiras.

À semelhança do que tem sido a posição manifestada por outras instituições, também o CEMGFA, General Beleza Ferraz, referiu, num parecer, a sua discordância quanto a uma eventual aliança formal entre Portugal e a África do Sul. Paralelamente, também,

---

<sup>407</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Pretória ao MNE, 21 de Agosto, 1960.*

<sup>408</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigido pelo MNE ao Secretariado-Geral da Defesa Nacional, 20 de Setembro, 1960.*

desaconselhou “qualquer auxílio que se traduza na intervenção ou simples acção de presença, nos nossos territórios, de elementos das forças sul-africanas”.

Em seu entender, as conversações bilaterais deveriam decorrer, numa fase inicial, discretamente, ao nível do Adido Militar, em Pretória, e com o conhecimento da Embaixada.

Posteriormente, o diálogo poderia ser continuado através de “missões restritas” de ambos os países.

O ministro da Defesa, General Botelho Moniz, sancionou, ulteriormente, em despacho, a orientação de Beleza Ferraz<sup>409</sup>.

No percurso natural da cadeia hierárquica, e atendendo à relevância da matéria, o parecer do CEMGFA foi remetido para o Presidente do Conselho. Este, por seu lado, concordou com o início das conversações, no âmbito da defesa, com a África do Sul, sublinhado a absoluta confidencialidade das mesmas<sup>410</sup>.

Em 4 de Fevereiro de 1961, ocorreram distúrbios armados em Luanda, que estiveram na origem da luta pela independência de Angola.

Ora, esses episódios, aduzidos à crise congoleza, desencadeada no ano anterior, alertaram, ainda mais, os sul-africanos para a ameaça que recaía sobre a África Austral, e conferiram uma nova dinâmica ao relacionamento bilateral.

As apreensões sentidas por Pretória transpareceram num encontro, ocorrido no início de Fevereiro de 1961, entre o Adido Militar português na África do Sul e o Comandante-chefe das Forças Armadas deste país.

Após a reunião foi elaborado um relatório, que seguiu para Lisboa pelos canais diplomáticos habituais.

---

<sup>409</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Parecer do CEMGFA, General Beleza Ferraz, 12 de Outubro, 1960.*

<sup>410</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pela Presidência do Conselho ao MNE, 22 de Novembro, 1960.*

No telegrama em causa, é relatada a conversa entre os dois militares, onde o general Grobelaar informou o representante das Forças Armadas Portuguesas acerca de movimentos suspeitos de embarcações soviéticas ao largo da fronteira de Angola com o Sudoeste de África. Face à frequência com que eram avistados navios provenientes dessa origem, acrescidos dos acontecimentos, recentemente, ocorridos em território angolano, o oficial sul-africano, sugeriu, o acompanhamento mais atento da navegação ao longo das costas de Angola, Moçambique e África do Sul.

A propósito, perguntou qual seria a percepção lusa quanto ao estabelecimento de um canal, que propiciasse a troca de informações secretas a nível bilateral.

Em seguida, o tema derivou para a situação no Congo. Aqui manifestou o seu desapontamento, em virtude de uma recente declaração do Presidente dos EUA, ter favorecido um sistema federal no país.

Aludiu, também, a eventuais ligações entre o capitão Galvão, o desvio do paquete Santa Maria, e a influência comunista no acto. O Adido Militar respondeu que não conhecia qualquer envolvimento dessa natureza.

Finalmente, este aduziu o seguinte comentário: A conversa com o General Grobelaar foi despoletada, certamente, pelos acontecimentos em Angola e, a troca de informações a que o oficial sul-africano aludiu, poderia continuar a fazer-se através dos adidos militares de ambos os países. Isto, à semelhança do que se vinha verificando até ao momento.

Outra possibilidade seria a de ela processar-se através de "serviços qualificados, militares e civis", incluindo os estabelecidos em Angola e Moçambique<sup>411</sup>.

A importância desta informação é considerável, na medida em que se entende a percepção sul-africana face ao possível agravamento da situação na África Austral,

---

<sup>411</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao MNE, 6 de Fevereiro, 1961.*

nomeadamente, no Congo, Angola e Moçambique. Daí, a sugestão do estabelecimento de trocas de informações mais frequentes, entre Portugal e a África do Sul.

As preocupações sentidas pelos sul-africanos foram, igualmente, partilhadas pelas autoridades portuguesas. Os acontecimentos de Fevereiro de 1961, em Luanda, eram um prenúncio de actividades armadas nacionalistas, cuja envolvência e dimensão se iria alastrar.

É neste contexto, solicitado ao Embaixador português na África do Sul, a pedido da Defesa Nacional, que o Adido Militar português junto dessa Embaixada, averiguasse a possibilidade de Pretória fornecer a Lourenço Marques “seis aviões Dakota” destinados a transporte, e bombas passíveis de serem utilizadas por aeronaves<sup>412</sup>.

Na sequência das diligências efectuadas pelo Adido Militar português, solicitou-se que o Embaixador português contactasse as autoridades sul-africanas, abordando os seguintes assuntos: o fornecimento de seis aviões “Dakota”, ao longo do ano de 1961, destinados a transportes a serem efectuados em Moçambique, e “em condições a combinar”.

Concretizando-se a entrega dos aparelhos em causa, estes seriam tripulados por efectivos portugueses e usariam os símbolos nacionais.

Sugeriu-se, ainda, que a manutenção dos mesmos fosse assegurada em unidades fabris da África do Sul, embora custeada por Portugal, e é pedida a venda de “mil bombas de 20 (vinte) libras”.

---

<sup>412</sup> AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, *Telegrama proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e dirigido à Embaixada de Portugal em Capetown, 15 de Fevereiro de 1961*. Esta pretensão pode ser relacionada com o telegrama de 20 Agosto 1960, onde o General Melville, então Chefe das Forças Armadas da África do Sul, propõe já, em Agosto de 1960, o empréstimo daquele tipo de aparelhos ao governo português.

Apelou-se, também, a que este assunto fosse tratado, com a maior confidencialidade, no interesse dos dois Estados<sup>413</sup>.

Face ao alastramento dos distúrbios no território angolano, surgiram notícias de perturbações na fronteira do sul de Angola, ligadas a refugiados portugueses no Sudoeste Africano. Estes ameaçaram penetrar, novamente, em território português, com o objectivo de “promoverem assaltos, incêndios, assassínios, etc.”. Isto, à semelhança do que aconteceu no norte da Província.

Assim, seguiram instruções provenientes de Lisboa, no sentido do Embaixador na África do Sul, contactar as autoridades locais para que estas intervenham naquela região, de modo a neutralizarem os “agitadores”<sup>414</sup>.

Refira-se que a principal ameaça era dirigida contra o norte de Angola, o que não excluía a verificação de uma outra frente aberta a sul, perante a qual as autoridades portuguesas procuraram o auxílio de Pretória.

Em resposta à preocupação portuguesa mencionada no documento anterior, as autoridades sul-africanas afirmaram terem já conhecimento da situação através do seu Cônsul em Luanda. Adiantaram que iriam adoptar as providências necessárias para neutralizarem os “agitadores refugiados no Sudoeste Africano”.

Reconheceram, simultaneamente, que o problema residia na enorme extensão da fronteira entre os dois territórios, o que dificultava a tarefa das respectivas polícias em ambos os lados<sup>415</sup>.

---

<sup>413</sup> AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, *Telegrama proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e dirigido à Embaixada de Portugal em Pretória, 24 de Fevereiro de 1961.*

<sup>414</sup> AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, *Telegrama proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e dirigido à Embaixada de Portugal no Cabo, 23 de Março de 1961.*

<sup>415</sup> AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, *Telegrama proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e dirigido à Embaixada de Portugal em Capetown, 24 de Março de 1961.*

Assinale-se a vontade das autoridades sul-africanas corresponderem à inquietação dos dirigentes lusos e reconhecerem da ausência de meios de fiscalização eficazes, de ambos os lados, atendendo à enorme extensão da fronteira.

As apreensões em causa foram objecto de uma troca de correspondência entre os líderes dos executivos português e sul-africano.

Logo em 31 de Agosto de 1963, Salazar dirigiu uma carta a Verwoerd manifestando a sua preocupação quanto ao facto de se verificar um predomínio crescente de governos de maioria negra, em África. Essa inquietação estava, no momento, muito focalizada no caso da Rodésia do Sul.

Estas circunstâncias convertiam Portugal e a África do Sul nos únicos suportes da civilização ocidental no continente negro.

Assim, face ao previsível alastramento do nacionalismo africano nos territórios portugueses, este poderia ter repercussões na África do Sul, caso Portugal não conseguisse aguentar as respectivas possessões.

Daí a pertinência e a necessidade da cooperação política, técnica e militar entre Lisboa e Pretória<sup>416</sup>.

Na resposta, datada de 17 de Setembro de 1963, Verwoerd concordou com a oportunidade de um relacionamento bilateral favorável e uma colaboração próxima entre os dois Estados.

O chefe do governo sul-africano relevou o apoio bélico prestado a Portugal aquando do início da guerra, em Angola. Este manifestou, ainda, a intenção de continuar a prestar essa ajuda, nomeadamente em armas e munições<sup>417</sup>.

---

<sup>416</sup> Cfr. Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, Vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 514.

<sup>417</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 1132, *Carta enviada pelo Primeiro-Ministro sul-africano, Hendrik Verwoerd, ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e datada de 17 de Setembro de 1963.*

No ano seguinte, Salazar endereçou nova missiva a Verwoerd. Nesta, o Presidente do Conselho abordou a vinda a Portugal de um emissário do líder do executivo sul-africano, que considerou vantajosa.

As matérias objecto de tais conversações seriam a situação política de os países vizinhos da África do Sul e de Portugal, em África; Nomeadamente, os casos do Congo (Léo), do Malawi e da Rodésia do Sul. Esta representaria a circunstância mais delicada, uma vez que o sentido da evolução do território e o desfecho de uma eventual independência eram, no momento, uma incógnita.

Quanto à Rodésia do Norte, não era clara a respectiva posição perante os territórios lusos. Contudo, não podia ser escamoteada a sua dependência económica face aos mesmos<sup>418</sup>.

Em 3 de Agosto de 1964, foi redigida a réplica de Verwoerd. Esta referia que a escolha do representante tinha recaído no diplomata Taswell, “who is completely trustworthy and has my full confidence”.

É dito que Taswell era um conhecedor da realidade africana e, nomeadamente, havia sido cônsul da África do Sul, em Luanda. No Verão de 1964 era o chefe do departamento dos assuntos africanos do MNE sul-africano.

Consequentemente, Salazar poderia abordar, confiadamente, qualquer assunto com tal interlocutor.

É referido, também, que o Malawi e a Rodésia do Norte prosseguiram relações comerciais regulares com a África do Sul. No entanto, era claro que aqueles territórios estavam a sofrer pressões externas para prosseguir uma orientação mais áspera face a Portugal, África do Sul e Rodésia do Sul<sup>419</sup>.

---

<sup>418</sup> Cfr. ANTT, AOS/COE-3, Pasta 11, Docs. N.ºs. 58-60, *Tradução em inglês de uma carta dirigida por Salazar a Hendrik Verwoerd, datada de 28/7/1964.*

<sup>419</sup> Cfr. AOS/COE-3, Pasta 11, Docs. N.ºs. 61-64, *Carta dirigida por Hendrik Verwoerd a Salazar, datada de 3/8/1964.*

Ora, este comentário tinha, naturalmente, implicações de natureza militar.

Em 12 de Maio de 1966, Verwoerd remeteu outra carta a Salazar. Esta retratou as preocupações sentidas pelos executivos português e sul-africano em relação à Rodésia do Sul.

Temia-se que, sob a égide das Nações Unidas ou de uma acção unilateral, se pudesse verificar uma ofensiva armada vocacionada para atingir a Beira (Moçambique) e as linhas de comunicação com a Rodésia. Aliás, a lógica subjacente a um ataque inicial à Beira, seria o de este servir de preparação a uma invasão da Rodésia.

Paralelamente, é afirmado que as autoridades militares sul-africanas estimavam o ataque com características de surpresa e rapidez, prevendo-se, mesmo, uma duração de “vinte e quatro horas”. O objectivo seria o de surpreender as autoridades portuguesas, beneficiando-se de uma ausência de defesas adequadas.

No entanto, eram do conhecimento de Pretória, os preparativos para a defesa da Beira realizados pelos portugueses. Este planeamento defensivo anulava praticamente o sucesso de tal operação, atendendo às questões “logísticas” implícitas e outros “problemas associados”.

Do ponto de vista político o cenário em causa era ainda menos realista. Isto, porque um ataque britânico à Beira, significaria a guerra entre Portugal e a Grã-Bretanha. Ora, este país, embora apostasse na intimidação, não pretendia, concerteza, que se evoluísse para um conflito armado.

Por outro lado, Portugal foi sempre firme na sua política, não se deixando coagir. Simultaneamente, os ingleses não agiriam na incerteza de qual poderia ser uma eventual reacção sul-africana.

No tocante, aos EUA, estavam demasiado envolvidos na guerra do Vietname para se permitirem deslocar forças para África.

Quanto a uma intervenção da parte de potências comunistas, não era previsível qualquer acção armada, uma vez que isso poderia suscitar uma reacção do Ocidente.

Finalmente, a ONU, após o insucesso do Congo e o respectivo estrangulamento financeiro, não estava em posição de tomar qualquer iniciativa.

Em conclusão, o governo sul-africano considerava a situação, em Moçambique, controlada desde que o aparelho militar luso conseguisse dissuadir a hipótese de um ataque rápido ao porto da Beira.

Verwoerd comentou, igualmente, um cenário avançado por Salazar que compreendia uma coordenação de forças militares abrangendo, para além de Portugal e a África do Sul, também, a Rodésia.

Aquele considerava que a inclusão da Rodésia se traduziria numa “completa negação” da orientação portuguesa e sul-africana, respeitante a uma solução exclusivamente bilateral do conflito que opunha o Reino Unido à Rodésia.

Simultaneamente, invalidaria o elemento de incerteza que poderia comportar uma possível reacção de Pretória face a uma escalada da crise em causa.

Perante o cenário de um estreitamento do relacionamento militar entre Portugal e a África do Sul, Verwoerd, também, julgava-o contraproducente.

As razões adiantadas prendiam-se com o facto dessa aproximação poder ser interpretada como uma “provocação” e um envolvimento na disputa. Ora, não era esse o papel dos dois Estados e, caso fosse o desempenhado, poderia desencadear medidas que se pretendiam evitar.

Acrescia que não era perceptível qualquer vantagem no início de conversações militares sobre a matéria. Existia o receio da impossibilidade de se manter a discrição de tais conversas. Por outro lado, devia-se favorecer alguma publicidade, de modo a ser mantido o efeito dissuasor associado à expectativa de se assumir uma acção comum.

A mesma lógica aplicava-se em relação a eventuais acordos de carácter militar.

Contudo, era reconhecido o benefício de se continuar as consultas entre os dois governos ao “mais alto nível”<sup>420</sup>.

Em 26 de Julho de 1967, o Ministro dos Negócios Estrangeiros luso, Franco Nogueira foi recebido pelo Primeiro-Ministro sul-africano, John Vorster.

Neste encontro, Vorster, manifestou simpatia pela luta travada pelos portugueses em Angola e Moçambique. Inclusivamente, realçou o facto de a considerar, também, em prol da defesa da África do Sul.

Em conformidade, referiu que “Pretória estava pronta a intervir militarmente para nos apoiar se a situação o requeresse”.

Na resposta, Franco Nogueira, afirmou que esperava ser desnecessário tal envolvimento. Acrescentou que a colaboração pretendida “não era de natureza militar”<sup>421</sup>.

Reconhecia-se uma aproximação bilateral à medida que a guerra prosseguia nos territórios portugueses. Do lado sul-africano a percepção era semelhante, uma vez que receavam o respectivo impacto no seu país ou em espaços administrados por Pretória. Era o caso do Sudoeste Africano.

Um relacionamento, progressivamente, mais próximo podia ser detectado nas notícias divulgadas pela imprensa sul-africana e na documentação da época.

Na realidade, em 1967, e de acordo com a comunicação social sul-africana, Portugal teria conseguido um financiamento, junto da África do Sul, no valor de 47 milhões de Rands. Este capital proporcionar-lhe-ia a compra de “armamento e equipamento

---

<sup>420</sup> Cfr. ANTT, AOS/COE-3, Pasta 11, Docs. N.ºs. 92-97, *Carta dirigida por Verwoerd a Salazar, datada de 12 de Maio de 1966.*

<sup>421</sup> Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Livraria Editora Civilização, 1986, p. 251.

militar” ao longo dos próximos quatro anos. O objectivo seria a defesa dos territórios africanos<sup>422</sup>.

Paralelamente, elevavam-se vozes de personalidades sul-africanas, defendendo um compromisso mais sério entre Portugal e a África do Sul.

São os casos do Brigadeiro Bronkhorst, do Partido Unido, e do Ministro da Defesa PW Botha. O primeiro defendeu a constituição de uma aliança entre Portugal e a África do Sul, e que Pretória não deveria voltar as costas aos portugueses. Estes lutavam, igualmente, “on South Africa’s behalf”.

Em relação ao Ministro da Defesa, reproduzem-se afirmações já transmitidas em telegrama anterior, datado de 4 de Abril de 1968. Neste, Botha, referiu que Pretória poderia numa resposta a um ataque “hitting back hard for the sake of self respect and peace”. Quanto ao estabelecimento de uma aliança, no capítulo da defesa, com Portugal e a Rodésia, comentou que “agreements are not necessary among friends who are threatened [and] have no need to sign an agreement to meet a threat”<sup>423</sup>.

No mesmo tom, o PM sul-africano, John Vorster, sugeriu que Portugal aceitasse a colaboração de Pretória contra os movimentos de libertação em Angola e Moçambique.

Na notícia em causa, comentava-se que Portugal estaria hesitante perante esta oferta, embora a Rodésia tenha já acolhido forças policiais sul-africanas no seu território.

A maior preocupação sul-africana residia na segurança da “faixa de Caprivi” e, grosso modo, na totalidade do Sudoeste Africano, o que levaria a África do Sul a interessar-se pela defesa dos países limítrofes. Nesse sentido, já existia cooperação entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia, ao nível militar e dos serviços de informação. As trocas de

---

<sup>422</sup> AHD-MNE, PAA 371, *Telegrama dirigido pelo MNE à Embaixada de Portugal, em Cape Town, 13 de Março de 1967.*

<sup>423</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 11 de Abril, 1968.*

informações compreenderiam os locais de treino e os “santuários” dos movimentos de libertação<sup>424</sup>.

É de realçar as tradicionais reservas de Portugal em aceitar a colaboração sul-africana; Pelo menos, de uma forma directa e que pudesse ter eco na opinião pública. Essa cautela já se verificava no final da década de 50 e acompanhou sempre, com maior ou menor intensidade, o relacionamento bilateral.

Note-se que, do lado sul-africano, devido ao facto de vigorar uma maior liberdade de imprensa, surgiam, frequentemente, notícias explícitas quanto à natureza e abrangência das relações entre os dois Estados.

Verifica-se, assim, que até ao momento, a colaboração bilateral já era diversificada, abrangendo aspectos tão variados como os seguintes: armamento e equipamento diverso fornecido pela África do Sul, ajuda militar através de aeronaves baseadas em Runtu (Sudoeste Africano), troca de informações entre especialistas de ambos os países, e ajustamento de capitais que acompanhavam estes ou outros projectos, nomeadamente no campo económico.

A prova dessa colaboração, no âmbito militar, foi testemunhada no decurso de uma viagem ao Ultramar e à África do Sul, realizada pelo Ministro da Defesa Nacional luso. Em Fevereiro de 1969, o governante português, efectuou visitas a Moçambique, República da África do Sul (RAS) e a Angola.

Os relatórios das viagens são inequívocos quanto ao entendimento a nível militar, que ia muito além das declarações políticas.

A visita a África teve início em Moçambique, onde decorreu entre 2 e 8 de Fevereiro de 1969. A passagem pelo Comando da Região Aérea N° 3 é, particularmente, esclarecedora. O comando informou o ministro, que dispunha de oito helicópteros Alouette III, dos quais cinco estavam operacionais. A RAS tinha sido contactada para a

---

<sup>424</sup> AHD-MNE, PAA 368, jornal “Dawn”, 20 de Setembro, 1968.

respectiva manutenção, mas seria necessário que a iniciativa viesse de um nível superior, isto é, da Defesa Nacional<sup>425</sup>.

Na visita ao Sector F (Tete), que incluía a zona estratégica de Cabora Bassa, é dito que a Rodésia havia emprestado quatro helicópteros para operações. Esta cedência teria afastado o inimigo da zona de Capoché<sup>426</sup>. Acrescentou-se ainda que nos contactos entre as tripulações destes helicópteros e as tropas portuguesas, primeiro estas utilizaram equipamentos portáteis rodesianos, mas, ultimamente, ocorria o contrário; Isto é, as aeronaves transportavam rádios cedidos pelos portugueses.

O destino seguinte foi a África do Sul. No encontro que decorreu entre os ministros da defesa dos dois Estados, foi realçada a estratégia comum para a África Austral.

O Ocidente devia contrariar as actividades soviéticas no hemisfério sul. Nesse sentido, era importante salvaguardar a rota do Cabo. Ora, Portugal e a África do Sul eram imprescindíveis nessa manobra. Seria vantajoso, sensibilizar os restantes países ocidentais para a importância deste desafio<sup>427</sup>.

De acordo com a perspectiva portuguesa, um dos aspectos mais frágeis do dispositivo militar, situava-se no sudeste angolano. Os helicópteros sul-africanos tinham-se revelado, aí, uma ajuda preciosa.

Na resposta, o governante sul-africano, comentou que talvez as autoridades portuguesas pudessem ponderar o reforço da área com o envio de um batalhão para a zona do Cubango<sup>428</sup>. Os sul-africanos temiam que o Sudoeste Africano fosse alvo de uma infiltração inimiga proveniente de Angola.

Este comentário tem o maior interesse, pois demonstra a cumplicidade táctica entre os dois países. Na realidade, este tipo de articulação não era um caso isolado. Em Junho de

---

<sup>425</sup> Cfr. AHFA, *Visita do MDN a Moçambique*, Fev. 1969, p. 18.

<sup>426</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>427</sup> Cfr. AHFA, *Visita do MDN à África do Sul*, Fev. 1969, p. 4.

<sup>428</sup> Situada na fronteira sul de Angola com o Sudoeste Africano. Este território era administrado pela África do Sul.

1969, o General Charles Fraser, utilizou o bom relacionamento que mantinha com o General Paiva Brandão, para tentar interferir na nomeação do futuro governador do Cuando-Cubango. Na missiva, podia ler-se, que era fundamental uma escolha criteriosa porque “The Governor of this district should be playing an enormously important part in the whole conduct of the counter-subversion campaign”<sup>429</sup>.

A conversa entre os dois governantes prosseguiu para a situação em Moçambique. Aqui, a maior preocupação consistia na defesa do empreendimento de Cabora Bassa. Às dúvidas securitárias colocadas por Botha, respondeu, Sá Viana Rebelo, que estavam a ser tomadas medidas destinadas à protecção do projecto. A ameaça mais séria provinha da Zâmbia e, a manter-se a neutralidade do Malawi, não se esperariam problemas de maior.

Seguidamente, o ministro português abordou as dificuldades sentidas na obtenção de armamento. Os fornecedores mais certos eram a França e a Alemanha Federal. A Grã-Bretanha e os EUA limitavam o âmbito de utilização à área NATO. As necessidades mais prementes diziam respeito aos meios aéreos.

P W Botha retorquiu que, atendendo à posição de Paris, esta poderia vender helicópteros através da África do Sul, para não comprometer a participação de Portugal na NATO. Foi, igualmente, encarada a possibilidade de a RAS fornecer material fabricado no país.

O encontro terminou com a nomeação de diversos itens, que poderiam ser entregues por Pretória. Vale a pena atentar à variedade do material em causa, e que era o seguinte: rockets, munições, minas, viaturas, equipamento para construção de estradas, aviões (modelos T 6, Impala e C 47), helicópteros Allouette III, porta bombas e tubos lança foguetes, munições para aeronaves, e material para empastelamento de comunicações.

---

<sup>429</sup> AGPB, *Carta do Tenente-General Charles Fraser dirigida ao General Paiva Brandão*, 3 June 1969.

Posteriormente, foi enviada uma lista definitiva à África do Sul e que foi aceite pelo respectivo governo.

A última etapa centrou-se em Angola. No capítulo da ajuda prestada pela África do Sul, especificou-se a utilização de helicópteros Allouette III (6 disponíveis) e Super Frelon. Executaram 44 acções de transporte de manobra (TMAN) e de transporte de manobra para assalto (TMAN-ASS). Sublinhou-se, ainda, o apoio disponibilizado através de outros meios aéreos, que compreendiam os seguintes aparelhos: Cessna 185, C 47 e C 130<sup>430</sup>.

No que dizia respeito, em concreto, à Base Aérea 9 (BA9), esta usufruía de 5 helicópteros Allouette III emprestados por Pretória. Isto, independentemente, de outros aparelhos semelhantes que actuavam no sul de Angola<sup>431</sup>.

Atendendo às razões expostas, esta zona foi alvo de uma atenção particular por parte dos dois Estados. E, por isso, resultou no objectivo de várias operações conjuntas.

O Major-General José Queiroga confirmou, em recente entrevista, que helicópteros sul-africanos “ajudaram as tropas portuguesas no sul de Angola”<sup>432</sup>.

Estas operações foram descritas com bastante detalhe pelo oficial da Força Aérea daquele país, conhecido como “Monster” Wilkins. Partiam seis aparelhos de bases no Sudoeste Africano, sobrevoavam o rio Okavango e tomavam a direcção de Angola. A maior parte das missões consistiu em transportar tropas portuguesas para locais próximos de campos inimigos<sup>433</sup>.

---

<sup>430</sup> Cfr. AHFA, *Visita do MDN a Angola*, Fev. 1969, pp. 6-7.

<sup>431</sup> Cfr. AHFA, *Visita do MDN a Angola*, Fev. 1969, p. 18.

<sup>432</sup> Suplemento *Domingo* da Edição nº 10 523 do Correio da Manhã, 23/03/08, p. 33.

<sup>433</sup> “Monster” Wilkins, *Chopper Pilot*, Nelspruit, Freeworld Publications, Aviation Series nº 6, 2000, pp. 59-60.

O general Kaúlza de Arriaga fez, igualmente, referência à ajuda prestada a Moçambique. Tratou-se de material destinado aos “lotes de intervenção” e de sobressalentes de helicópteros<sup>434</sup>. Isto, já ao abrigo do acordo ALCORA.

Não se julgue, contudo, que a colaboração se restringiu a meios aeronáuticos<sup>435</sup>. A revista norte-americana “Newsweek”, de 5 de Fevereiro de 1968, indicava a participação de forças paramilitares sul-africanas em operações no sul de Angola. De acordo, com a mesma fonte, o objectivo seria o de bloquear os movimentos inimigos, que se deslocavam desde a Zâmbia até ao Sudoeste Africano, através da fronteira angolana.

O “Journal of Modern African Studies” publicou, no mesmo sentido, que existiam acções conjuntas no sul de Angola – envolvendo tropas portuguesas e forças policiais sul-africanas –, com o fim de evitar a infiltração de tropas e equipamento da SWAPO<sup>436</sup>. Para além dos domínios mencionados, a colaboração compreendeu, igualmente, o tratamento de feridos portugueses em hospitais sul-africanos<sup>437</sup>.

Em 1969, os sul-africanos manifestaram, também, interesse no sobrevoo de águas territoriais de Angola e Moçambique.

Já em 1965, o referido executivo tinha solicitado a autorização para voos de reconhecimento no espaço marítimo moçambicano. O Ministério dos Negócios Estrangeiros emitiu, então, um parecer concordante, desde que baseado na reciprocidade e no envio dos resultados das respectivas inspecções.

Posteriormente, a Embaixada sul-africana em Lisboa, dirigiu um pedido idêntico, embora “permanente”, e extensivo às águas angolanas.

---

<sup>434</sup> Kaúlza de Arriaga, *Guerra e Política: Em Nome da Verdade. Os Anos Decisivos*, Edições Referendo, 1988, p. 357.

<sup>435</sup> Embora, estes tenham sido, claramente, prioritários.

<sup>436</sup> O artigo em causa surgiu no “Journal of Modern African Studies”, Vol. 8, Nº 1, p. 31. Cfr. Michael Morris, Op. Cit., pp. 86-87.

<sup>437</sup> Esta informação foi prestada pelo General Kaúlza de Arriaga, na sequência de uma entrevista publicada num jornal moçambicano. Cfr. “Entrevista do General Kaúlza de Arriaga”, in Savana (Semanário Independente), Maputo, Ano I, Nº 2, 28 de Janeiro de 1994, p. 5.

Após aturada ponderação, e atendendo ao “quadro de toda a valiosa cooperação que vem sendo praticada entre os dois países”, acrescentou-se uma terceira condição: a referida autorização era válida por seis meses, sujeitos a renovação.

Mais tarde, o SGDN, ainda impôs que os aviões sul-africanos contactassem a respectiva Região de Informação de Voo (na sigla inglesa, FIR), ou seja, a Beira ou Luanda, antes da entrada no espaço aéreo nacional. Este procedimento de segurança era considerado natural, na medida em que é comum na coordenação do tráfego aeronáutico<sup>438</sup>.

Ora, mais uma vez, está espelhada a preocupação portuguesa de garantir, em quaisquer circunstâncias, os direitos de soberania sobre o seu território. Este cuidado, como se disse atrás, acompanhou, sempre, as relações bilaterais.

Aliás, note-se que, inicialmente, o Ministério da Armada, não se mostrou favorável, nesta matéria, à iniciativa de Pretória.

Entretanto, a África do Sul, apostava, desde os finais da década de 50, no incremento da sua indústria de armamento. Nas décadas de 60 e 70, viu na França, um poderoso aliado, para alcançar esse fim.

Assim, em Julho de 1971, foi celebrado um acordo entre a Sociedade francesa de aviões Marcel Dassault (AMD) e a “Armaments Development and Production Corporation of South Africa Ltd.” (Arm Scor).

A convenção visava a produção de Mirage III e F-1, na África do Sul.

Alguns artigos surgidos na comunicação social sul-africana especulavam, a propósito do entendimento entre a França e a África do Sul, se este não seria o prelúdio para a “formação de um bloco defensivo na África Austral”.

---

<sup>438</sup> AHD-MNE, PAA 1129, Apontamento oriundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, intitulado “Sobrevoo das águas territoriais por aviões sul-africanos”, e datado de 11 de Novembro de 1969.

O pacto, numa versão alargada, poderia abarcar não apenas Portugal e a Rodésia, mas ainda o Malawi, Madagáscar, o Lesoto, a Suazilândia e o Botswana. As cinco últimas entidades não estariam, no entanto, informadas acerca do plano.

Quanto ao problema rodesiano, seria o “sinal para uma imediata aliança militar aberta com a África do Sul e Portugal”<sup>439</sup>.

Entretanto, um pouco à semelhança de 1966, mas agora em 1972, divulgavam-se informações que reportavam as dificuldades de os portugueses controlarem determinadas zonas do território moçambicano.

Consequentemente, em sintonia com tais notícias, o Embaixador português procurou saber junto do recém-nomeado Comandante Geral das Forças Armadas sul-africanas, Almirante Biermann, os assuntos discutidos numa recente visita deste e do Ministro da Defesa à Rodésia; E, nomeadamente, a percepção destas individualidades em relação a “insistentes rumores que corriam, sobretudo através da imprensa”, de que as autoridades de Pretória e Salisbúria estariam “alarmadas” com a situação em Moçambique, especialmente, na área do distrito de Tete.

Na resposta, Biermann, mencionou que a visita visou contactar directamente forças policiais e militares sul-africanas estacionadas na Rodésia, trocar impressões com autoridades militares sobre a situação, e verificar “in loco” as necessidades de equipamento – os rodesianos mencionaram aviões, veículos militares, etc.

Salientou a curiosidade de conhecer o sentimento rodesiano face à situação em Tete, procurando inteirar-se dela.

Biermann referiu não partilhar do alarmismo rodesiano e tentou tranquilizar as autoridades de Salisbúria. Contudo, não ocultou alguma preocupação<sup>440</sup>, apesar de ter manifestado apreço pelas “altas qualidades do Comando Militar” de Moçambique.

---

<sup>439</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, na República da África do Sul, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 14 de Julho de 1971.*

Mencionou, também, os contactos frequentes mantidos com individualidades portuguesas, através da ligação proporcionada pelo general Fraser.

O Embaixador português, aproveitando a oportunidade, alertou para o perigo de certas notícias publicadas em “países amigos” poderem concorrer para abalar a “moral de combatentes e populações envolvidas”. Tratava-se, por vezes, de “publicidade ao inimigo”, traduzindo-se no “encorajamento” de forças hostis, conferindo-lhes um “certo “estatuto” internacional”.

Assim, não obstante a liberdade de imprensa existente na África do Sul, talvez fosse possível às autoridades em questão combater “esta má imprensa”.

Biermann manifestou “bastante compreensão” pelos aspectos focados, e que tudo faria para melhorar a situação.

O diplomata luso frisou, ainda, que era de prever um maior auxílio comunista aos movimentos de libertação, nomeadamente por parte da China. Este cenário obrigaria Portugal a planear uma defesa a longo prazo, o que acarretaria a necessidade de grandes meios.

Menezes Rosa explicava que o comentário visava sensibilizar o Almirante para futuras solicitações de material de guerra.

Finalmente, Biermann mostrou-se favorável a um encontro, “sem publicidade e com toda a discrição”, entre os Ministros da Defesa da África do Sul, Portugal e Rodésia. A propósito comentou que a reunião seria de grande utilidade “to clear the air”<sup>441</sup>.

Do lado sul-africano, e a partir de fontes com essa origem, também se reflectia, a nível interno, sobre a situação militar na Guiné, em Angola e Moçambique.

---

<sup>440</sup> Na realidade, verificava-se por parte de alguns sectores militares sul-africanos uma “tendência alarmista (...), designadamente quanto aos desenvolvimentos da situação em Tete”. AHD-MNE, PAA 368, *Apontamento intitulado “Conversações luso-sul africanas” e redigido pelo funcionário do MNE, Pedro Catarino, 8 de Fevereiro, 1973.*

<sup>441</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama (Secretíssimo) dirigido pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 3 de Novembro, 1972.*

A ideia era a de que não existiam perspectivas de a guerra terminar em qualquer dos teatros de operações lusos, apesar das situações diferenciadas em cada um deles.

Num comentário abrangente, em carta dirigida a Kaúlza de Arriaga, Biermann elogiou o “elevado moral dos soldados portugueses” e o esforço desenvolvido por Portugal no combate ao terrorismo em Moçambique e em Angola<sup>442</sup>.

No caso da Guiné os sucessos anunciados pelo PAIGC não correspondiam à realidade no terreno. Na realidade a apreciação era a seguinte: “In Portuguese Guinea, the spite their claims of success the PAIGC as not extended its hold over the área and the Portuguese policy of a socio-economic development program backed by the militar is bearing fruit and the position for Portugal becoming more favourable. (...) the war in that area continues however, to hinder Portuguese relations with African States in that part of Africa<sup>443</sup>.”

Quanto a Angola, considerava-se que a situação não se tinha deteriorado e que em alguns aspectos tinha melhorado a favor de Portugal.

Identificava-se, no entanto, que o perigo potencial residia no suposto acordo concertado entre o MPLA e a FNLA. Isto poderia conduzir a operações de guerrilha combinadas entre os dois movimentos.

O apoio, que a eles, era dado pela Zâmbia e pelo Zaire, e a recente aproximação entre a China e o regime de Mobutu poderiam aumentar as contrariedades em relação às forças portuguesas.

Em contraste, a situação em Moçambique era adversa. A FRELIMO tinha sido contida a norte, mas investia nas regiões de Tete, Vila Pery, e Beira.

---

<sup>442</sup> AMC, Cx. 32, correspondência Jardim, nº113, *Cópia de carta do Contra-Almirante H.H. Biermann, comandante em chefe da Marinha da África do Sul, para Kaúlza de Arriaga, 31/1/72.*

<sup>443</sup> NASA-BTS 1/14/20, Vol. 2, PORTUGAL Annual Report, *Annual Report 1972: Lisbon, 21 March 1973.*

Estas acções causavam preocupação, não se antevendo melhorias na situação, embora sem consequências quanto ao projecto de construção da barragem de Cabora Bassa.

Note-se, ainda, que as alterações nas chefias militares portuguesas eram acompanhadas, detalhadamente, pelas autoridades sul-africanas.

Da mesma forma, não passou despercebido o novo regulamento de incorporação militar dirigido a estudantes universitários repetentes, e a vigorar a partir de 1974. Estes, após um insucesso continuado por dois anos sucessivos, seriam obrigados a cumprir o serviço nas fileiras castrenses.

Na sequência de conversações já mencionadas anteriormente, em 1972, iniciou-se a cooperação efectiva para a possível aquisição de corvetas de fabrico português, e em estaleiros desta nacionalidade, pela Armada sul-africana.

É referido, igualmente, um encontro entre os ministros da defesa de ambos os países, em Lourenço Marques, ao abrigo do qual foram discutidos assuntos de mútuo interesse<sup>444</sup>.

Nas vésperas da “revolução dos cravos” foi celebrado entre Portugal e a África do Sul um convénio em que este emprestava aquele, um montante avultado para compra de material bélico. Era mais uma prova do empenho sul-africano no esforço de guerra português, em África.

Mas, entretanto, com a queda do Estado Novo, as alterações políticas verificadas em Lisboa, tiveram, naturalmente, um impacto no Ultramar, e ao nível regional, no relacionamento mantido com Pretória.

Assim, na sequência do 25 de Abril de 1974, tanto o governo português como o sul-africano, entenderam que as condições anteriormente contratadas já não se justificavam.

---

<sup>444</sup> Idem.

Na realidade, o acordo em causa foi firmado em 8 de Março de 1974, pelo Embaixador colocado em Pretória, Menezes Rosa. As entidades envolvidas foram o Ministério das Finanças, por parte de Portugal, e o “South Africa Reserve Bank”, pela África do Sul.

O montante do empréstimo seria cedido ao país ao longo de três anos, prevendo-se a entrega de 5 milhões de rands por mês, num máximo de 50 milhões de rands anuais. Esta verba seria para financiar a compra de equipamento militar por Lisboa.

Este foi autorizado pela Defesa Nacional, através da celebração de vários contratos, para a aquisição do referido material, nomeadamente em Israel, que incluía mísseis “Crotale”, aviões, helicópteros, e apetrechamento diverso destinado à Força Aérea.

Posteriormente, foi decidido que, atendendo à nova situação político-militar nacional, desencadeada pelo 25 de Abril, se deveria cancelar as referidas encomendas. Contudo, dadas as condições contratuais, não foi possível anular por completo as entregas de material orçadas, ainda, em 75 milhões de rands.

Numa reunião, ocorrida em Lisboa, em 15 de Outubro de 1974, a delegação portuguesa combinou com os representantes sul-africanos, a remessa das “encomendas ou equipamentos constantes dos nossos contratos”. As listas foram, então, dirigidas às autoridades de Pretória.

Mais tarde, começou a existir a percepção de que estas “procuravam protelar a tomada de qualquer decisão” ou admitiu-se, mesmo, “a possibilidade de a RAS ter já decidido desembaraçar-se do acordo, procurando, apenas, a forma mais diplomática de o fazer”<sup>445</sup>.

O assunto atrás mencionado é relevante na medida em que prova a assinatura, nas vésperas do 25 de Abril, de um empréstimo efectuado por Portugal junto da África do Sul, para fazer face ao esforço de guerra português, no Ultramar.

---

<sup>445</sup> AHD-MNE, PAA 1140, Documento enviado pela Presidência do Conselho de Ministros ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 10 de Outubro de 1975.

A propensão sul-africana para se libertar de compromissos, assumidos com Portugal, anteriores ao 25 de Abril, e atendendo à nova orientação (ou, também, em alguns momentos, indefinição) política seguida por Lisboa, na sequência da mudança de regime, estão na origem do fim da relevante colaboração que existiu, até meados de 1974, entre os dois países.

### 3.5 Aguentar em Portugal e Resistir na RAS

“Você engana-se se julga que se pode ir ou não ir a Alcácer-Kibir.”, Marcello Caetano a Rogério Martins, Julho de 1972<sup>446</sup>.

As fontes analisadas permitem descortinar duas faces distintas na guerra de África.

Salazar pretendia prosseguir um conflito que envolvesse poucos meios financeiros e bélicos.

A ideia era sobretudo a de ocupar terreno, vigiá-lo e diminuir a capacidade combativa do adversário. Já no caso de Marcello Caetano, os militares obtiveram maior protagonismo, optando-se pela utilização de um maior número de meios, tanto em material bélico, como em recursos humanos.

Foi uma época de operações de grande envergadura recorrendo-se à chamada tropa de intervenção que contemplava as forças especiais.

A mudança de orientação estratégica e militar, no final do Estado Novo, também obedeceu à percepção de que a guerra não seria sustentável indefinidamente e a respectiva solução teria, em última análise, de ser política.

----- x -----

Aquando do início da guerra em Angola, em 1961, Salazar definiu uma estratégia que contemplava a reocupação das zonas que tinham sido objecto da infiltração da UPA e, “a posteriori”, a manutenção de um conflito de baixa intensidade, que prometia ser longo. Consequentemente, ganhá-lo-ia quem possuísse os melhores meios para o enfrentar e fosse mais determinado nas suas convicções. Isto, implicava, acreditar na razão de se estar perante uma guerra justa, legitimada pela tradição histórica, e na força

---

<sup>446</sup> Cfr. Vasco Pulido Valente, “Marcello Caetano: As Desventuras da Razão”, in *Revista “K”*, nº 2, Novembro de 1990, p. 41.

de vontade necessária para contrariar a motivação dos movimentos de libertação, durante o tempo que fosse preciso.

Daí, a teorização do Portugal do “Minho a Timor” e a insistência na conservação de um ânimo que possibilitasse a vitória. Era a crença na defesa de um património histórico português<sup>447</sup> e no triunfo da vontade mais determinada.

É de acordo com o contexto mencionado, alargado a outros desafios colocados ao regime no mesmo ano, que se pode compreender o discurso de Salazar, onde este refere o “Andar rapidamente e em força [para Angola]”.

E, em paralelo, com uma ida das chefias militares a Angola para apreciarem a situação, o Ministério do Exército dirigiu uma circular aos comandos, alertando para a gravidade do momento e a necessidade de defender as possessões ultramarinas.

Naquela afirmava-se que uma trama internacional tencionava “ «impor às nossas províncias ultramarinas uma independência que elas não desejam e reduzir a Metrópole à condição de Estado vassalo ou simples província duma Ibéria unificada»”. Consequentemente, tratava-se de um ataque a Portugal e era “ «Portugal que pretendem abater e destruir como nação independente» ”. Assim, todos os portugueses deviam estar “ «do lado onde só há portugueses» ”<sup>448</sup>.

O mesmo tom sobressaiu num discurso proferido, em Agosto de 1963, pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Luís da Câmara Pina, intitulado “Todos Unidos Seremos Bastantes”.

---

<sup>447</sup> O oficial norte-americano John P. Cann, colocou a questão nos seguintes moldes: “O sonho de Salazar incluía um sentido de unidade entre o ultramar e a metrópole, através da fusão da herança nacional com a psicologia e política coloniais passadas”. O interesse por África manifestado, de uma forma geral, desde as últimas décadas do século XIX e, espevitado, no caso português, devido ao confronto diplomático com a Grã-Bretanha, a propósito da questão do “mapa cor-de-rosa”, consolidou a vontade lusa de permanecer no continente negro, em 1961. Cfr. John P. Cann, *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de Fazer a Guerra, 1961-1974*, 1ª ed., Edições Atena, Lda., Julho de 1998, pp. 40-41.

<sup>448</sup> Franco Nogueira, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, 4ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, Vol. V, 2000, p. 209.

A cerimónia decorreu no Palácio de S. Bento, visando manifestar o apoio das Forças Armadas à política ultramarina prosseguida pelo governo.

Estava, assim, dado o mote e, aparentemente, reunidas as condições para a defesa do Ultramar.

O teste já havia sido feito com as operações de pacificação e reconquista das posições portuguesas, na sequência de Março de 1961; Nomeadamente, na região de Nambuanguo.

O dispositivo militar estava a ser implementado de acordo com um conflito de baixa intensidade, utilizando recursos limitados, e baseado na quadrícula.

Esta consistia na ocupação do terreno com vários aquartelamentos, de modo a cobrir a maior parte do território, incidindo nas zonas mais problemáticas.

A partir dessas bases militares, efectuavam-se patrulhas nas áreas limítrofes, com o objectivo de se manterem manchas frequentemente vigiadas. Tratava-se de um sistema de “malhas”, ao longo de determinados parâmetros, que visava impedir o estabelecimento de forças dos movimentos de libertação.

Simultaneamente, pretendia-se prestar assistência às populações, de modo a impedir ou atenuar os contactos com a guerrilha. Esse apoio podia consistir em cuidados sanitários, médicos, escolares, habitacionais, etc.

Era uma guerra que procurava o emprego de meios bélicos reduzidos e apostava na proximidade e contacto estreito com as populações.

Os oficiais portugueses que frequentaram cursos de contra-insurreição no estrangeiro, nomeadamente, em Paris, na Argélia e em Inglaterra, entre 1958 e 1960, recolheram os respectivos ensinamentos, posteriormente, ministrados, no Curso de Estado-Maior de 1961-1962, realizado no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM).

Paralelamente, começou a ser escrito o manual intitulado “O Exército na Guerra Subversiva”, que ficou concluído em 1963. Este compêndio era baseado nas experiências britânicas na Malásia (1952) e no Quênia (1954), que tinham obtido sucesso contra as respectivas insurreições.

Conforme explicou John P. Cann “Estas doutrinas incorporavam os princípios da violência mínima, da cooperação civil-militar, da coordenação das informações e das operações com pequenas unidades que tanto sucesso demonstraram na política imperial britânica. Estes princípios serviam o desejo do exército português de uma abordagem eficaz e pouco dispendiosa à contra-insurreição, e que fosse apropriada, quer aos seus meios, quer às circunstâncias das suas colónias”.

E o mesmo autor concluía: “Este pensamento influenciou grandemente o desenvolvimento do modo português de fazer a guerra, em que foi adoptada uma abordagem sustentável e de custos reduzidos às suas Campanhas de África”<sup>449</sup>.

Era a guerra barata de Salazar e passível de ser sustentada até que o adversário desistisse; Isto é, sem prazo para o seu fim.

Quando Marcello Caetano alcançou o poder, em 1968, após o acidente doméstico e a conseqüente incapacidade física de Salazar, o conflito no Ultramar já ia longo. Em Angola durava há sete anos, tendo-se alastrado à Guiné e a Moçambique.

Ora, no início da década de 70, era inevitável a existência de algum cansaço no seio da instituição militar; Principalmente, ao nível das patentes que mais suportavam o esforço de guerra, isto é, tenentes e capitães.

Caetano pressentiu a necessidade de apressar a guerra, no sentido de ser alcançada uma superioridade militar no terreno, que lhe permitisse um espaço de manobra no campo político e diplomático.

---

<sup>449</sup> John P. Cann, Op. Cit., p. 73.

Tal como salientou Rui Ramos: “Salazar reduzira a guerra a uma rotina barata, mas Caetano precisou de uma posição de força para as suas iniciativas políticas”<sup>450</sup>.

E, em 1970, estavam reunidas algumas condições que poderiam favorecer o projecto marcelista: existiam fundos financeiros; possuíam-se meios bélicos consideráveis, sobretudo devido ao reforço da ajuda proveniente da África do Sul; e encontravam-se, nas chefias militares das Províncias Ultramarinas problemáticas, três generais determinados em se notabilizarem no campo de batalha e, se surgisse a oportunidade, no domínio político.

As personalidades em questão eram as seguintes: Kaúlza de Arriaga, em Moçambique; António de Spínola, na Guiné; e Francisco da Costa Gomes, em Angola.

Rapidamente, estes oficiais decididos, motivados e ambiciosos, definiram estratégias, nos respectivos teatros de operações, que resultassem no terreno e lhes trouxessem proveitos profissionais.

Encerrava-se o capítulo da guerra barata e de chefias, razoavelmente, discretas.

O tempo era outro: Caetano não era Salazar; os comandantes-chefes queriam mais meios e notoriedade; o momento parecia propício à mudança; e o novo Presidente do Conselho indiciava um perfil político susceptível de proporcionar reformas e uma maior flexibilidade no seio do regime.

Assim, em termos estritamente militares, o aguentar marcelista, evidenciou-se, entre outros casos de menor relevância, em três iniciativas, em cada uma das Províncias, onde grassava a guerra.

---

<sup>450</sup> Rui Ramos (coord.); Bernardo Vasconcelos e Sousa; Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p. 706; No mesmo sentido, Norrie MacQueen escreveu o seguinte: “Todavia, no fim dos anos 60, os Portugueses adoptaram tácticas mais obviamente ofensivas. A nova posição foi determinada, em parte, por uma evolução dos acontecimentos que pareciam pedir uma exibição de poder imperial e, por outra parte, pelo cálculo de que o exercício deste poder talvez trouxesse resultados positivos concretos”. Norrie MacQueen, *Op. Cit.*, p. 68.

Em Moçambique, levou-se a cabo a operação “Nó Górdio”; na Guiné, a “Mar Verde”; e, finalmente, em Angola, no decurso da “Operação Madeira”, estabeleceu-se uma zona de tréguas com a UNITA, onde esta não era atacada pelas forças portuguesas, nem assediava as mesmas.

Após a nomeação do general Kaúlza de Arriaga na qualidade de comandante-chefe das Forças Armadas de Moçambique, em Março de 1970, este procurou delinear uma estratégia que conseguisse diminuir ou, mesmo, neutralizar as actividades da FRELIMO.

É neste contexto, que começou a ser elaborada a operação “Nó Górdio”, cujo objectivo era o de destruir e ocupar as bases da FRELIMO no norte de Moçambique, nomeadamente, em Cabo Delgado.

Ela foi desencadeada em Julho de 1970, com a participação de unidades pára-quedistas lançadas sobre os redutos conhecidos da guerrilha.

Simultaneamente, tropas terrestres avançavam em direcção às mesmas áreas.

Em meados de Julho, surgiam notícias de que se tratava da maior operação jamais realizada na Província Ultramarina em causa. Os meios envolvidos abrangiam “forças de caçadores, Grupos Especiais (GE’s), comandos, companhias pára-quedistas e destacamentos de fuzileiros”<sup>451</sup>. Concomitantemente, os objectivos, também, eram considerados os mais ambiciosos de sempre.

Visavam-se atingir e eliminar as bases “Moçambique”, “Gungunhana” e “Nampula”. A primeira era tida como a mais relevante, devido a abrigar o comando e os líderes da subversão em Cabo Delgado. As restantes encontravam-se destinadas ao armazenamento de armas e triagem de material proveniente da fronteira com a Tanzânia.

---

<sup>451</sup> Amélia Neves de Souto, *Caetano e o Ocaso do “Império”: Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Edições Afrontamento, 2007, pp. 252-253.

Nas palavras de Kaúlza, a “Nó Górdio” envolveu a utilização de “novas táticas com fundamento, por um lado, em tropas mecanizadas de engenharia e em tropas especiais de assalto e, por outro, no heli-assalto”<sup>452</sup>.

De algum modo, registava-se um modelo de guerra, tipo norte-americano, em uso no Vietname. Conduzia-se uma guerra de grandes meios, que combinava diversos ramos e especialidades, possível em países ricos, mas contrário ao caso de Portugal, escasso em recursos.

Aliás, no início de 1971, os efectivos pretendidos por Kaúlza começaram a preocupar Lisboa e os resultados alcançados a serem objecto de polémica<sup>453</sup>.

Embora este tenha considerado a “Nó Górdio” um sucesso, no decurso da qual se destruíram e ocuparam “todas a bases significativas do inimigo e este foi completamente desarticulado e posto em fuga”, houve, também, quem tivesse feito outras leituras.

Se o consenso existiu quanto ao cumprimento dos objectivos primários, isto é, a inutilização dos aquartelamentos da FRELIMO, o mesmo não aconteceu quanto à neutralização deste movimento de libertação.

Perante a ofensiva portuguesa, que incluiu a utilização de bombas de napalm e desfolhantes, o comando da FRELIMO decidiu dispersar as respectivas forças, formando pequenos grupos de combate que se deslocaram para a retaguarda das tropas lusas, flagelando-as, aí, nas oportunidades surgidas.

O comandante-chefe de Moçambique esperava que a guerrilha reagrupasse as suas forças, em contingentes reconhecíveis e dotados de algum aparato bélico, de modo a

---

<sup>452</sup> Kaúlza de Arriaga, *Guerra e Política: Em Nome da Verdade: Os Anos Decisivos*, 2ª ed., Lisboa, Edições Referendo, 1988, p. 337.

<sup>453</sup> Norrie MacQueen, *A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*, Editorial Inquérito, 1998, p. 70.

conseguir combatê-los de acordo com estratégias mais convencionais, usufruindo de um poder de fogo superior.

Mas, não foi o que aconteceu. O movimento de libertação moçambicano conhecia bem os trâmites da subversão e o que fazer para contrariar a manobra ofensiva portuguesa.

O académico e historiador espanhol, Josep Sánchez Cervelló, citou, a propósito, o general Rangel de Lima, que teceu a seguinte opinião: “ «Foi uma operação feita para ir procurar o inimigo, para dar batalha, para conquistar as suas posições. Mas os negros nunca actuavam assim, nunca se apresentaram frontalmente à batalha, desapareceram todos. Kaúlza foi ao norte e não encontrou lá ninguém, encontrou as casas onde viviam mas nada mais e voltou para trás; isto serviu de motivo para que Samora Machel introduzisse a guerrilha em Tete e penetrasse na Zambézia. Portanto, em termos estratégicos foi altamente contraproducente» ”<sup>454</sup>.

Na realidade, no final de 1970, a ofensiva no norte de Moçambique foi suspensa, face à deslocação da FRELIMO para a zona de Tete. Agora, era necessário guarnecer melhor esta área e proteger o empreendimento de Cabora Bassa.

Apesar desta manobra do movimento de libertação moçambicano, obrigá-lo a manter uma logística complexa, devido às enormes distâncias percorridas, desde a Tanzânia, através da Zâmbia, até Tete, levou, igualmente, o exército português a ter de reforçar o dispositivo militar em redor do referido projecto hidroeléctrico.

Daí, os críticos da operação “Nó Górdio” terem sustentado que esta não constituiu um revés insuportável para a FRELIMO e, muito menos, que o movimento tenha sido surpreendido no norte da Província Ultramarina.

---

<sup>454</sup> Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, p. 111.

Quanto a este último aspecto, era difícil que uma operação com a envergadura da mencionada passasse despercebida, atendendo ao envolvimento dos meios humanos e materiais mobilizados.

A narrativa de Fernando Amado Couto aponta, precisamente, para a impossibilidade de tal manobra militar se ter mantido secreta, na medida em que o seu aparato bélico e consequente ruído, ao nível de alguma discussão pública, fossem de difícil ocultação.

Nas palavras do próprio: “Mais do que avisada pelos seus próprios serviços de segurança, cuja rede se estendia ao quartel-general [português], a FRELIMO tinha tomado as necessárias precauções e adoptado uma diferente estratégia para fazer face à operação “Nó Górdio”. O segredo da operação era tal que constituía conversa nos cafés de Nampula, e as manobras da aparatosa logística eram mais do que um prenúncio evidente de que se preparava uma grande ofensiva do exército colonial”<sup>455</sup>.

Do ponto de vista estratégico, o general Costa Gomes, surgiu como um dos principais adversários da ofensiva lusa. Na sua opinião, por um lado, foi um erro a aplicação de conceitos de guerra clássica ao modelo de confronto subversivo e, por outro, a iniciativa militar de Kaúlza teve efeitos nefastos ao obrigar à deslocação de tropas, sobretudo do norte do território, para proteger a edificação de Cabora Bassa.

O mesmo oficial aduziu, ainda que, num ambiente subversivo, é importante ganhar a confiança das populações. A superioridade militar, só por si, não constitui uma mais-valia decisiva, como foi comprovado pelos exemplos do Vietname e da Coreia<sup>456</sup>.

Pelo seu lado, o general Pedro Cardoso, também salientou os inconvenientes da “Nó Górdio”. Tratou-se de uma operação em que tinha existido uma grande disparidade entre os meios utilizados e os objectivos alcançados. Por outras palavras, estes tinham

---

<sup>455</sup> Fernando Amado Couto, *Moçambique 1974: O fim do império e o nascimento da nação*, 1ª ed., Editorial Caminho, 2011, pp. 112-113.

<sup>456</sup> Cfr. José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, Círculo de Leitores, Vol. I, 1995, p. 121.

sido diminutos face ao aparato bélico empregado; Nomeadamente, não alterou a situação social e a conjuntura subversiva<sup>457</sup>.

Paralelamente, Baltazar Rebelo de Sousa, antigo governador de Moçambique, emitiu uma opinião com aspectos semelhantes aos elaborados por Rangel de Lima e Costa Gomes.

Aquele considerou que o plano de Kaúlza determinou uma reacção da FRELIMO, revelando-se, a prazo, pernicioso para os interesses portugueses. Ela dirigiu-se para a zona de Tete, ameaçando a construção da barragem de Cabora Bassa, e evoluindo para posições que a colocavam na direcção de Vila Pery<sup>458</sup>.

Esta localidade era relevante do ponto de vista estratégico, na medida em que ficava, sensivelmente, a meio da Província Ultramarina e situava-se no eixo que ligava o porto da Beira à fronteira com a Rodésia.

Para além da polémica gerada em Lisboa quanto aos resultados da operação, também, no exterior, entre os aliados de Portugal, gerou-se um clima de inquietação, que foi, particularmente, sentido em Salisbúria.

Daí, as iniciativas das autoridades rodesianas, junto de Marcello Caetano, nos Verões de 1971 e 1972. As conversações decorreram sobre a evolução da situação militar em Moçambique. Esta preocupava, crescentemente, os rodesianos devido à aparente facilidade com que a guerrilha circulava nas zonas fronteiriças entre a Zâmbia, a Rodésia e Moçambique, sobretudo, na área de Tete<sup>459</sup>.

Do lado sul-africano, também se registou um clima de alguma apreensão, embora menos evidenciado do que no caso da Rodésia.

---

<sup>457</sup> Cfr. Amélia Neves de Souto, Op. Cit., p. 255.

<sup>458</sup> Idem, p. 256.

<sup>459</sup> Cfr. Ken Flower, Op. Cit., pp. 116-119.

Contudo, foi o suficiente para Pretória concentrar, progressivamente, uma maior atenção no evoluir da situação político-militar na Província e, inclusivamente, prestar um auxílio directo na defesa de Cabora Bassa<sup>460</sup>.

Assim, talvez se possa concluir, que o afastamento de Kaúlza das funções exercidas em Moçambique se deveu às críticas internas e às pressões externas.

As consequências não demoraram muito a revelarem-se. Em carta datada de 9 de Julho de 1973, Marcello Caetano dirigia as seguintes palavras a Kaúlza de Arriaga: “Como lastimo que se venha embora! Mas reconheço a vantagem, para si, para Moçambique, para todos nós, em outra pessoa rever os conceitos e as tácticas da acção anti-subversiva em Moçambique. No plano militar a opinião é pragmática. E quando, como sucedeu, embora os planos parecessem certos, o inimigo progride a cada momento, há vantagem em que outro comando, não comprometido nas disposições adoptadas, tome o pulso à situação e ensaie outras soluções se lhe parecer que não foram eficazes as anteriores”<sup>461</sup>.

A operação na Guiné foi da iniciativa do comandante Alpoim Calvão. Este deslocou-se à metrópole e apresentou a proposta a Spínola, enquanto o Governador daquele território gozava férias no Luso, em Agosto de 1969.

A ideia original era a de eliminar as embarcações do PAIGC ancoradas em Conakry.

Spínola concordou com a sugestão e Calvão iniciou os preparativos para a missão.

Esta consistiria na colocação de minas-lapa nos barcos do adversário. Os explosivos seriam manuseados por mergulhadores sapadores.

Assim, o oficial da marinha portuguesa, e após o aval do Chefe de Estado Maior da Armada (CEMA), deslocou-se, em Setembro, à África do Sul para adquirir as minas.

Após a chegada ao aeroporto Jan Smuts (Joanesburgo), avistou-se com elementos do Bureau of State Security (BOSS), o que incluiu o próprio chefe.

---

<sup>460</sup> Cfr. Norrie MacQueen, *Op. Cit.*, p. 70.

<sup>461</sup> Kaúlza de Arriaga, *Op. Cit.*, p. 336.

O material de guerra foi, prontamente, disponibilizado e embarcado, numa aeronave, “como bagagem de mão”, acompanhada por Alpoim Calvão, no regresso a território português.

Ainda no mês de Setembro, efectuou-se uma missão de reconhecimento ao largo das águas da capital do Estado guineense.

Entretanto, prosseguiu, ao longo de 1969, a definição dos objectivos a alcançar.

Estes consistiam na destruição da força naval do PAIGC (material fornecido pela União Soviética) e da Guiné-Conakry, e na libertação de mais de duas dezenas de militares portugueses de uma prisão de Conakry.

Em finais do mesmo ano, Spínola informou Calvão, que o Ministério do Ultramar fora contactado por dissidentes do regime, solicitando apoio para a realização de um golpe de Estado contra o presidente Sékou Touré.

Estavam, assim, criadas as condições para o nascimento da operação “Mar Verde”.

Consequentemente, o planeamento foi sendo objecto de uma maior pormenorização.

Spínola definiu objectivos de natureza externa e interna. No primeiro caso situava-se o apoio a um golpe de Estado em Conakry, o que pressupunha o afastamento de Sékou Touré.

No âmbito interno, visavam-se os fins seguintes: o desmantelamento de instalações do PAIGC em Conakry; a prisão de Amílcar Cabral; e a libertação de militares portugueses detidos pelo PAIGC.

Em Janeiro de 1970, determinou-se que, a base de treino para a operação em causa, seria na ilha de Soga.

Estabeleceu-se, igualmente, que a missão ocorreria na madrugada de 21 para 22 de Novembro de 1970.

Aproveitando a existência de facções contrárias ao regime de Sékou Touré, os estrategas da operação “Mar Verde” encetaram negociações com aqueles dissidentes, no sentido de se promover um golpe de Estado conjunto.

O novo governo guineense (pós golpe de Estado) propunha-se redigir uma constituição inovadora, favorável à adopção de princípios democráticos e liberdades públicas. No âmbito destas conversações, o executivo liderado pela oposição deveria garantir o combate à subversão.

No dia 14 de Novembro, Alpoim Calvão, munido de uma carta de Spínola dirigida a Marcello Caetano, rumou a Lisboa.

Nessa missiva, o governador da Guiné, solicitava ao Presidente do Conselho uma derradeira decisão sobre a incursão à Guiné Conakry. Isto, porque a iniciativa já tinha sido recusada pelos Ministérios do Ultramar e da Defesa.

Apesar da discordância de alguns membros do governo, Caetano autorizou a missão.

Assim, no dia 20 de Novembro de 1970, iniciava-se a operação “Mar Verde”.

No rescaldo da missão pode-se, talvez, falar de um meio sucesso, uma vez que, apenas, parte dos objectivos foi alcançada.

Entre estes conseguiu-se resgatar os prisioneiros portugueses e neutralizar alguns meios navais do PAIGC e da República da Guiné.

Pelo contrário, verificou-se o insucesso quanto aos seguintes propósitos: os meios aéreos mantiveram-se intactos, e não se procedeu à captura de Amílcar Cabral nem de Sékou Touré.

As repercussões internacionais não tardaram a manifestar-se, nomeadamente, na ONU. Esta condenou Portugal por aquilo que classificou como invasão de outro Estado, e pela destruição causada a vidas humanas e bens materiais .

Finalmente, a “Operação Madeira”, foi aprovada em Dezembro de 1971 e prolongou-se ao longo do ano seguinte.

Esta acção decorreu na zona leste de Angola, principal foco de conflito nesta província ultramarina, no início da década de 70. Aqui operavam, sobretudo, dois movimentos de libertação: a UNITA e o MPLA. A FNLA encontrava-se praticamente inactiva, uma vez que se tinha pacificado a região dos Dembos e as respectivas populações<sup>462</sup>.

A operação, sancionada pelo general Costa Gomes, Comandante-Chefe de Angola, tinha como principal objectivo a realização de um pacto de não agressão entre a UNITA e as tropas portuguesas. Pressupunha, ainda, um acordo de cooperação no sentido de se hostilizar o MPLA.

As negociações foram lideradas pelo general Bettencourt Rodrigues, então comandante da Zona Militar do Leste, e tiveram o apoio da PIDE-DGS, do Governador-geral de Angola e do Ministro do Ultramar.

Este acordo procurou assegurar a inexistência de ataques mútuos numa zona delimitada, segundo as seguintes localidades: a norte o Luso, a sul Cangamba, a este Lucusse e a oeste Munhango; Garantia, também, a troca de informações militares. Os contactos entre os responsáveis da UNITA e os do exército português ocorriam no aeroporto do Luso.

A designação de “Operação Madeira” decorria da existência de uma combinação entre a UNITA e os madeireiros que exploravam a área, onde aquela se encontrava aquartelada. Esta negociação possibilitava a obtenção de fundos àquele movimento e, aos últimos, a

---

<sup>462</sup> De acordo com as palavras de Costa Gomes, a FNLA “estava completamente apagada. Tínhamos conquistado, pouco a pouco, as populações à volta do núcleo central, os Dembos”. Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes: O Último Marechal*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, Novembro de 1998, p. 137.

tranquilidade necessária para prosseguirem, sem sobressaltos, a sua actividade profissional<sup>463</sup>.

Pelo seu lado, os portugueses, beneficiavam das tréguas com a UNITA, o que implicava a anulação de uma ameaça latente, a ausência de atentados contra o caminho de ferro de Benguela, “essencial à economia angolana”, e a revelação das movimentações do MPLA. Estas informações eram essenciais para as tropas portuguesas conseguirem contrariar os planos desta organização<sup>464</sup>.

Em contra-partida, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, obteve algumas vantagens a nível pessoal, extensivos ao seu movimento. Estes apoios concretizaram-se, fundamentalmente, em assistência médica e logística. No âmbito familiar, o seu pai “foi libertado e reintegrado como elemento da Câmara do Bié”<sup>465</sup>.

Poderia contemplar, igualmente, no futuro, a atribuição a Savimbi de um cargo relevante na administração local<sup>466</sup>, a integração das forças da UNITA no contingente militar luso, e o apoio financeiro em benefício dos aglomerados populacionais residentes nas zonas controladas pela organização em causa<sup>467</sup>.

Entretanto, o “status quo” mencionado foi quebrado com a substituição do general Bettencourt Rodrigues pelo general Abel Hipólito. O novo comandante da zona leste assumiu uma atitude contrária à do seu antecessor, hostilizando a UNITA.

Conforme, reconheceu Costa Gomes, já na qualidade de CEMGFA<sup>468</sup>, e depois de uma conversa com o novo comandante-chefe de Angola, Luz Cunha, o substituto de

---

<sup>463</sup> Cfr. Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes: No Centro da Tempestade*, 1ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008, p. 88.

<sup>464</sup> Cfr. Maria Manuela Cruzeiro, *Op. Cit.*, p. 135.

<sup>465</sup> *Idem.*

<sup>466</sup> A hipótese equacionada seria nomear Jonas Savimbi para o cargo de governador do Bié, o que não veio a suceder. Este cenário foi confirmado pelo general Bettencourt Rodrigues numa entrevista realizada em 10 de Maio de 2007.

<sup>467</sup> Cfr. Luís Nuno Rodrigues, *Op. Cit.*, p. 89.

<sup>468</sup> Francisco da Costa Gomes foi nomeado para o cargo de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), em 5 de Setembro de 1972, conforme documento reproduzido do original por Luís Nuno Rodrigues. Cfr. Luís Nuno Rodrigues, *Op. Cit.*, p. 91.

Bettencourt Rodrigues “tinha posto em causa os acordos feitos com Savimbi. E de tal modo que a zona, que estava apaziguada, começou de novo a dar problemas”<sup>469</sup>.

O mesmo protagonista, prosseguindo o raciocínio, aduziu, ainda, o seguinte: “O general Abel Hipólito (...) tinha ideias bastante rígidas sobre a guerra subversiva, a ponto de não aceitar que o chefe de um movimento “turra” (...) pudesse aderir à nossa causa”<sup>470</sup>.

Este comentário de Costa Gomes, para além de revelar o desfecho da “Operação Madeira”, pode traduzir o pensamento das principais chefias militares, coincidente, nalguns aspectos, com o de Marcello Caetano, face à resolução do problema ultramarino.

Aliás, o oficial em questão confessou a concordância com a política ultramarina do novo Presidente do Conselho e a esperança, inicial, de se verificar uma mudança em relação ao rumo seguido por Salazar.

Conforme o próprio reconheceu: “Alimentei realmente a esperança de que a situação iria mudar (...) já que o professor Marcelo Caetano, além de ser uma pessoa muito mais aberta, conhecia como poucos o Ultramar, até pelo facto de ter sido ministro das Colónias. Sempre pensei que ele iria adoptar uma política completamente diferente da que tínhamos seguido até então, dando, sobretudo às grandes províncias, uma significativa autonomia e uma maior importância”<sup>471</sup>.

E corroborando a crença em Caetano, admitiu tal afinidade, na resposta à pergunta, de Manuela Cruzeiro, se “passou, então, a integrar um pequeno grupo de oficiais que apoiava incondicionalmente as teses de Marcello Caetano?”. Ao que respondeu, enfaticamente, “sem dúvida”<sup>472</sup>.

---

<sup>469</sup> Maria Manuela Cruzeiro, Op. Cit., p. 136.

<sup>470</sup> Idem.

<sup>471</sup> Maria Manuela Cruzeiro, Op. Cit., p. 145.

<sup>472</sup> Maria Manuela Cruzeiro, Op. Cit., p. 147.

Por outras palavras, Caetano e alguns oficiais superiores, procuraram, através da integração na administração ultramarina portuguesa, obter a colaboração de personalidades locais que frequentavam ou, mesmo, lideravam, movimentos oposicionistas.

Além do mais, o episódio de Savimbi e do seu pai, não se tratou de um caso isolado.

Também, em Moçambique, Joana Simeão, passou, a partir de 1973, a simpatizar com as teses marcelistas, após travessias agitadas pela FRELIMO e a COREMO.

Costa Gomes, questionado acerca desta convivência, assumiu que teve um “único contacto directo” com ela, “para me dizer uma coisa que eu já sabia há muito: que a revolta, em Moçambique, não se resolvia militarmente, mas que havia a possibilidade de a resolver politicamente”. E acrescentou: “Parece que ela entrou em colisão com a FRELIMO e, quando se deu a independência, foi presa e levada para um campo de reeducação política”<sup>473</sup>.

O caso de Joana Simeão é interessante, na medida, em que espelha o ensaio de outras soluções, sem recurso às armas, e onde primava a via negocial, acarinhada (a par da militar) por Marcello Caetano.

Simeão, no início da década de 60, matriculou-se na Universidade de Direito de Lisboa. No entanto, em 1961, foi presa pela PIDE, conseguindo, posteriormente, ser acolhida pela Embaixada da Venezuela na capital portuguesa.

Daí, rumou à Argélia, onde conheceu Eduardo Mondlane. Seguidamente, realizou um périplo europeu, estabelecendo-se, primeiro em Estocolmo e, depois, em Paris.

No final dos anos 60, foi apresentada pelo líder da FNLA, Holden Roberto, ao dirigente da COREMO, Paulo Guname, em Lusaka.

---

<sup>473</sup> Idem, p. 185.

Na sequência de desinteligências com a direcção da FRELIMO e da COREMO, regressou, a Moçambique, em 1971, com o intuito de encontrar outra via, alternativa, para o futuro desta província.

O retorno contou com os bons ofícios do embaixador de Portugal, em Paris, e do Eng.º Jorge Jardim.

Em Fevereiro de 1973 fundou, o “Grupo pela Paz” com o objectivo de “ «moçambinizar Moçambique» ”<sup>474</sup>. A ideia era a de reformar o território, utilizando as estruturas da administração colonial e quadros locais, visando a independência. Nesse sentido, pensou em integrar alguns colaboradores na Acção Nacional Popular (ANP)<sup>475</sup>, o que não veio a acontecer.

No final daquele ano contactou o Dr. Máximo Dias, após ter conhecimento de uma reunião havida entre este e Caetano.

De facto, em 25 de Setembro de 1973, tinha ocorrido um encontro entre ambos, em Lisboa. O primeiro tinha manifestado, ao Presidente do Conselho, a intenção de criar um partido político “ «que seria um interlocutor válido, segundo a óptica do regime» ”<sup>476</sup>.

Marcello Caetano, descortinando, na iniciativa, um projecto descolonizador, repudiou-o. Contudo, fiel a um estilo muito próprio de governação, replicou “ «que seria possível autorizar a constituição de uma associação cívica, dedicada ao estudo de problemas sociais» ”<sup>477</sup>.

Máximo Dias compreendeu que a resposta continha, sobretudo, uma natureza dilatória; Isto, em detrimento de algo que fosse verdadeiramente exequível, atendendo a

---

<sup>474</sup> Fernando Amado Couto, Op. Cit., p. 96.

<sup>475</sup> Sucessora da União Nacional de Salazar.

<sup>476</sup> Fernando Amado Couto, Op. Cit., p. 91.

<sup>477</sup> Idem, p. 92.

burocracias e mentalidades de certas autoridades ultramarinas avessas a determinadas inovações.

Mesmo assim, vislumbrou-se a oportunidade para alguma abertura política, o que se consumou na constituição do Grupo Unido de Moçambique (GUMO), chefiado por Máximo Dias e Joana Simeão.

O GUMO possuía uma base social de apoio centrada nas populações sediadas nas regiões de Manica e Sofala. Tratava-se de indivíduos mulatos e “assimilados”, considerados, em alguns casos, elites, que apoiavam, de uma forma, mais ou menos ostensiva, o regime.

De qualquer maneira, o que importa, talvez, reter, é o facto de terem existido propostas que não contemplavam a luta armada, nem excluía a possibilidade de um entendimento com o governo português<sup>478</sup>.

O esforço de guerra português em África obteve contributos (não exclusivamente militares) de mais diversa natureza e proveniência; Inclusivamente, tanto portuguesa como estrangeira.

Ao nível nacional sobressaiu o trabalho realizado pelo Movimento Nacional Feminino (MNF). Este era de cariz nacionalista e católico, expondo estas características no respectivo lema: “Por Deus e pela Pátria”.

---

<sup>478</sup> Vale a pena, a propósito, referir a existência da denominada Oposição Democrática, em Moçambique. Esta não possuía uma estrutura organizada nem qualquer núcleo partidário. Era composta por pessoas que partilhavam afinidades profissionais e ideológicas. O seu líder natural era o advogado António de Almeida Santos. Apesar de se verificarem tensões entre tendências mais moderadas e outras de pendor extremista, perdurava um consenso que apontava para um projecto federalista e, eventualmente, a independência. De qualquer forma, defendia-se, desde logo, o direito à autodeterminação, oferecendo a possibilidade a todos os moçambicanos de se pronunciarem quanto ao seu futuro. Embora, o regime mantivesse muitas reservas quanto a concessões formais ao grupo oposicionista, procurou, no entanto, compreender as suas intenções e proporcionou um espaço de diálogo, controlado, para a apresentação de propostas. É neste contexto, que surgiu o convite, em 1969, dirigido a Almeida Santos pelo Governador-Geral de Moçambique, Baltazar Rebelo de Sousa, para aquele convencer a Oposição a integrar as listas da União Nacional, enquanto tal; Isto é, em caso de aceitação, participavam na Assembleia Nacional com o estatuto de oposição, mas enquadrados nas listas da União Nacional. Cfr. Amélia Neves de Souto, Op. Cit., p. 364.

Surgiu na sequência do desvio do paquete “Santa Maria”, em 1961, pelo capitão Henrique Galvão, que deu origem a um protesto de algumas mulheres, pela política anti-portuguesa prosseguida pelos norte-americanos, não só no caso Galvão, mas também ao nível das Nações Unidas.

Após o anúncio televisivo do aparecimento da organização, em 28 de Abril, o movimento apresentou-se, publicamente, na Sociedade de Geografia, em Junho.

Finalmente, a 10 de Agosto de 1961, nasceu, oficialmente, sob o beneplácito ministerial, que aprovou os respectivos estatutos.

Esta instituição dirigida por Cecília Supico Pinto, mais conhecida por Cilinha, apostou no auxílio moral e material às tropas que combatiam nas colónias portuguesas.

Era uma organização que congregava mulheres empenhadas numa causa solidária que, no essencial, visava atenuar as agruras da guerra.

Elas assistiam aos embarques e correspondiam-se com as tropas, confortavam as famílias dos que partiam, recolhiam fundos, distribuíam presentes e conviviam com os militares no terreno.

O MNF actuava em Portugal continental e no Ultramar, possuindo uma vasta rede assistencial.

Compreendia uma Comissão Central, com funções executivas; três Comissões Provinciais, nas Províncias Ultramarinas de Angola, Moçambique e Guiné; e, ainda, Comissões Distritais, Concelhias e de Freguesia.

A organização estendeu-se, igualmente, a zonas mais remotas e afastadas dos teatros de guerra, conforme os casos de Timor, Macau, Índia e Brasil.

Beneficiou da rede de trabalho promovida pelas “Vicentinas” e publicou uma revista intitulada “Presença”.

No primeiro editorial, escrito em 1963, Cilinha sintetizava o ideário do Movimento, nos seguintes termos: “ «Como mulheres portuguesas conscientes do momento grave que a nossa Pátria atravessa, não quisemos, nem pudemos, ficar indiferentes. Sentimos que alguma coisa se poderia fazer. Não era nosso papel pegar em armas, mas fazia parte da nossa maneira de ser, da nossa condição de mulheres, estar presentes, quer junto dos que defendem a Pátria quer das suas famílias, tomando parte nas suas alegrias e desgostos, procurando resolver os problemas morais e materiais que a actual situação de guerra lhes criou» ”.

E a seguir acrescentava: “ «Associação patriótica, sem carácter político, independente do Estado, o seu fim essencial é congregar todas as mulheres portuguesas que queiram pôr as suas energias e boa vontade ao serviço daqueles que em Portugal defendem Portugal»”.

Ao nível do número de mulheres envolvidas dizia: “ «É um esforço imenso, somatório da dedicação e do trabalho de 55 000 mulheres que já somos»”.

E concluía: “«Não pretendemos que nos tomem nem por heroínas nem por vítimas, mas apenas por mulheres portuguesas conscientes da hora grave que passa.

É uma grande tarefa. Temos, no entanto, tido a consolação de em todas as circunstâncias podermos dizer: Presentes»”.

A proximidade da instituição face ao regime era uma realidade e uma característica do próprio, embora Cilinha insistisse na sua independência face ao Estado.

Era conhecida a relação privilegiada da protagonista do Movimento com o Presidente do Conselho, o que era reconhecido pela própria: “«O Dr. Salazar dava-se bem comigo, gostava que eu ficasse ao pé dele nos banquetes oficiais, conversávamos muito. Ele gostava de saber a minha opinião sobre várias coisas e sabia que eu só dizia o que pensava. Acho que ele apreciava a minha sinceridade!»”.

Após um acidente doméstico e a consequente debilidade da saúde de Salazar, este foi substituído por Marcello Caetano, em 26 de Setembro de 1968.

Embora irmanados pela questão ultramarina e na necessidade de aguentar o esforço de guerra, o relacionamento de Cilinha e do MNF com o sucessor de Salazar foi diferente do mantido com este.

A ambiguidade de certas posições políticas assumidas por Caetano e a aversão deste à colagem do MNF a determinados sectores católicos conduziram a uma relação caracterizada pela distância e exiguidade.

Nas diferenças de ordem política sobressaía a causa monárquica, muito acarinhada pelo casal Supico Pinto. Por outro lado, o Presidente do Conselho acalentava uma concepção laica associada ao exercício do poder, o que colidia com o ideário da organização liderada por Cecília Supico Pinto.

Daí, que o seu apoio pessoal ao MNF tenha sido mais discreto do que o manifestado por Salazar. Paralelamente, a presença em iniciativas do Movimento foram escassas.

Contudo, isto não significou um divórcio. Pelo contrário, as dificuldades sentidas pelo regime em África, nomeadamente, o cansaço patenteado pelos militares devido a uma década de guerra, e o esforço do MNF em contrariar esse desalento, levaram à continuação de uma parceria estratégica e institucional entre o executivo e o Movimento.

Assim, vigorou até 25 de Abril de 1974, uma colaboração táctica, embora nunca disfarçando o maior apreço que Cilinha tinha por Salazar face a Caetano.

A comparação entre os dois governantes foi estabelecida pela própria nos seguintes termos: “«Dava-me bem com ele, tratava-o por Marcello enquanto a Salazar sempre tratei por Senhor Doutor. Tinha mais facilidade em perceber e contactar com Salazar. Mas procurei sempre dar-me bem com ele. Quando vinham cá jornalistas estrangeiros

com problemas, com hipóteses e com ideias sobre a guerra do Ultramar, nunca deixei de mandar para o Marcello as cartas que me escreviam e ele escrevia-me a agradecer dizendo-me que as tinha remetido para este ou aquele Ministério.

Trabalhámos sempre bem.

Mas ele era fechadíssimo, tinha um feitio super-difícil, rancoroso, não perdoava, chamavam-lhe o pisca, ora pisca à direita ora pisca à esquerda. Começou por ser monárquico depois já não era monárquico, era um bocado instável! O Marcello tinha ótimas ideias, mas quis andar depressa demais e então pôs-se aos ziguezagues, tira daqui põe ali, a tal hesitação dele.

Salazar era mais forte do que Marcello»”.

Na sequência do 25 de Abril de 1974, e atendendo às afinidades com o regime deposto e ao iminente fim da guerra no Ultramar, o MNF foi extinto através de despacho do ministro da Defesa Nacional, em 22 de Julho de 1974.

Entre militantes e simpatizantes, terão chegado a trabalhar na instituição, segundo números considerados fidedignos, cerca de 82 000 mulheres.

No entanto, o número nunca obteve confirmação oficial, uma vez que o seu espólio encontra-se em paradeiro desconhecido.

Para lá das fronteiras portuguesas é de salientar iniciativas de índole semelhante às mencionadas, mas, agora, provenientes da África do Sul.

Era o caso do “Mozambique Soldier’s Comfort Fund” (MSCF), onde se destacava a cidadã sul-africana, Pam Hanssen.

A propósito do trabalho realizado por este movimento, surgiram, em Dezembro de 1967, várias notícias que relataram as respectivas iniciativas no Natal desse ano.

No essencial, estas centraram-se no envio de lembranças natalícias aos militares portugueses, que combatiam no norte de Moçambique.

Os artigos, somando cinco toneladas, foram embarcados em Durban (Província do Natal) e transportados, em aviões particulares, “facultados para o efeito pelos seus proprietários”.

Os volumes continham, entre outros géneros, doces, cigarros, meias, sabonetes, adesivos e lâminas de barbear.

Com o objectivo de destacar a importância da iniciativa, é relevado, com base no jornal “The Star”, de 3 de Janeiro de 1968, o facto de ela constituir um “sinal de que os sul-africanos vão compreendendo o quanto o seu país beneficia e o quanto devem ao esforço dos soldados portugueses em Moçambique”.

O movimento em causa não se confinou à província do Natal. Ele expandiu-se às províncias do Cabo e do Transval.

No primeiro caso, a iniciativa nasceu no decurso de uma viagem de navio de Lisboa para a África do Sul. O paquete transportava cerca de mil soldados para África e passageiros civis. Entre estes, encontravam-se duas senhoras sul-africanas, D. Jones e H. Develder, que ficaram sensibilizadas com a juventude, a abnegação e os poucos meios dos jovens militares.

Assim, em 15 de Janeiro de 1968, Jones e Develder, criaram o núcleo do Cabo associado ao “Mozambique Soldier’s Comfort Fund”.

O núcleo em questão, que veio a contar com a colaboração da mulher do cônsul português no Cabo, reunia artigos semelhantes aos do movimento na região do Natal e mobilizou-se, igualmente, no sentido de contribuir com equipamento hospitalar. Este incluía ventoinhas eléctricas, muletas e cadeiras de rodas.

As ofertas eram angariadas através de campanhas de recolha de donativos.

No Transval, a criação de mais um ramo do movimento deveu-se à iniciativa de Elizabeth Albrecht, que contou com o apoio de Bernard Podlashuk.

Para além das recolhas de fundos e das dádivas mencionadas, foi facultada a ida de algumas senhoras sul-africanas às Províncias Ultramarinas portuguesas.

A ocasião foi aproveitada pela jornalista Aida Parker, do núcleo de Durban, que obteve uma autorização para visitar uma zona de combate no rio Rovuma, na fronteira com a Tanzânia.

No regresso, Parker afirmou que “«if the Portuguese stopped fighting today, South Africa wouldn't last 18 months and Rhodesia wouldn't have a hope»”. E, num périplo que fez pela África do Sul, com o objectivo de angariar verbas para o MFSCF, declarou o seguinte: “ «The Portuguese are doing our dirty work up there. You aren't being asked for charity; it is our duty to help these boys »”.

Atendendo à dimensão política do assunto, vale a pena referir a questão suscitada por um articulista do “News/Check”, se as ofertas sul-africanas abrangiam os soldados negros leais a Portugal. Em resposta, o líder do MFSCF, Podlashuk, respondeu que a linha de orientação das iniciativas em causa era a do respeito pelas opções políticas de Portugal e da África do Sul, no que tinham de diferente. Por outro lado, aquando das chegadas das encomendas a território português, elas eram distribuídas pelo Movimento Nacional Feminino e, conseqüentemente, sem intervenção sul-africana.

Em Março de 1968, os soldados portugueses foram, igualmente, lembrados. A partir da Cidade do Cabo, foram embarcados no paquete Infante Dom Henrique, com destino a Moçambique, uma série de encomendas que compreendiam cadeiras de rodas, muletas, ventoinhas eléctricas, transístores, equipamento desportivo, instrumentos musicais e jogos.

Na notícia, destacava-se a importância da dádiva de um projector dirigido a um hospital, em Nampula.

Paralelamente, haviam sido redigidas cartas a diversos fabricantes sul-africanos, com o intuito destes se associarem ao envio de artigos destinados às tropas lusas, na Páscoa.

Os medicamentos também constavam das ofertas sul-africanas. Em conformidade, o consulado português em Durban informava o Ministério dos Negócios Estrangeiros do envio de remédios para Moçambique.

A oferta em causa tinha origem no “Natal Mozambique Soldiers Comfort Fund”, perfazia 3.500 Rands, e compreendia, nomeadamente, antibióticos.

Os fármacos seriam transportados de Durban para Lourenço Marques em aviões pilotados por sul-africanos pertencentes ao “Durban Wings Club”. A distribuição dos mesmos, pelo território moçambicano, estaria a cargo de aparelhos militares portugueses.

Segundo a mesma informação, o draga-minas “Goa”, rumava, igualmente, em direcção à capital moçambicana, carregado com vários artigos no valor de 8.000 Rands .

Entretanto, Bernard Podlashuk, presidente do “Mozambique Fighting Soldiers Comfort Fund”, criticava as organizações internacionais e a grande indústria face à indiferença assistencial com que acompanhavam a luta dos portugueses em África.

A apatia mencionada seria explicada, de acordo com aquele dirigente, pelo receio das grandes instituições e grupos económicos em afrontar os respectivos consumidores não brancos da África do Sul, e do restante continente negro. É evidente que esta preocupação obedecia a uma lógica comercial.

Esta atitude contrastava com as pequenas e médias empresas, que haviam compreendido a necessidade de auxílio. Afinal, de acordo com palavras do próprio, “Ninety-thousand Portuguese soldiers, White and Black, in Mozambique and Angola are fighting the communistically-directed terrorist menace, which threatens the peaceful co-existence of all races” ; O objectivo final da subversão seria a própria África do Sul, o que

justificaria, plenamente, o apoio aos jovens militares lusos cujas vidas eram sacrificadas, também, em benefício daquele Estado.

E, seguidamente, Podlashuk afirmou a relevância da oferta de aparelhos de ar condicionado e ventoinhas para unidades hospitalares, que já estavam a ser despachados.

A importância destes equipamentos devia-se às altas temperaturas atingidas no terreno, e à dificuldade de o governo português os poder assegurar.

É dito, ainda, que os soldados sul-africanos estacionados na Rodésia estavam melhor apetrechados, uma vez que o seu país possuía recursos económicos capazes de os apoiar.

A propósito do relacionamento entre Pretória e Salisbúria, existia, também, uma organização destinada a apoiar o esforço de guerra rodesiano.

Tratava-se do “Friends of Rhodesia Association” que, entretanto, tinha decidido auxiliar o MSCF. A ajuda prevista envolvia “dinheiro e géneros”.

A actividade do MSCF não se encontrava, unicamente, restringida ao domínio da solidariedade, mas pretendia, ainda, sensibilizar a opinião pública sul-africana acerca da realidade continental e ultramarina portuguesa.

Nesse sentido, Podlashuk, solicitou documentação e filmes sobre Portugal, “bem como um artigo sobre o terrorismo em Moçambique, da autoria de repórter português que tivesse visitado recentemente o norte daquela Província”.

O pedido visava a criação, na África do Sul, de “um movimento de informação sobre a actualidade portuguesa”.

Entretanto, prosseguiram, em Julho de 1968, os envios de artigos da África do Sul para Moçambique. Neste caso, tratava-se de aparelhos de ar condicionado e utensílios de

assistência cirúrgica, para equipar os hospitais militares de Lourenço Marques, Nampula, Porto Amélia e Niassa.

No mês seguinte, deu-se provimento à solicitação de Podlashuk, no sentido de lhe proporcionar material informativo sobre Portugal e a subversão em Moçambique, com o objectivo de ser divulgado em território sul-africano.

Também, Pam Hanssen, imbuída do mesmo espírito, pediu cópias de filmes sobre Angola e Moçambique, sobretudo, os que respeitavam “à acção exercida pelas tropas portuguesas contra «os terroristas» ”.

Estes destinavam-se a ser exibidos numa sessão de gala da antestreia do filme Majuba.

Na génese da organização do evento estava o MSCF. A cerimónia destinava-se a angariar fundos para a referida instituição.

Pelo facto dos filmes, inicialmente, solicitados, não estarem disponíveis, nomeadamente, o “Moçambique 68”, optou-se pelo envio da fita “Guiné 68”.

Na sequência da antestreia, que contou com o entusiasmo e a presença de personalidades de ambos os países, as autoridades lusas sugeriram o visionamento das películas, em diversas salas de cinema espalhadas pelo território sul-africano, o que ficou a cargo do MSCF.

Nesta época assistiu-se a uma evolução interessante no discurso do MSCF. Numa reunião de Rotários, ocorrida na cidade de Pietermaritzburg, em 25 de Julho, um membro proeminente do movimento, T. Hambly, propôs, num futuro próximo, uma associação mais íntima entre portugueses e sul-africanos. A ideia seria, mesmo, a de combaterem, conjuntamente, o terrorismo.

Numa outra parte da palestra, Hambly, advertiu para as consequências de um cenário de hipotética retirada dos americanos do Vietname.

Na verificação eventual desta premissa, “a whole army of Chinese experts in terrorist warfare would be available for Africa overnight, not to mention equipment”.

É referido, ainda, a existência de um número, cada vez mais significativo, de argelinos e cubanos nos campos de treinos africanos.

Atendendo à relevância das ofertas, é de realçar o facto de o MSCF ter desenvolvido esforços, no sentido de doar aviões-ambulância às autoridades militares de Moçambique.

A iniciativa em causa, conhecida como “Operation Air Lift”, prosperou no final de 1968. Com efeito, no dia 25 de Janeiro de 1969, partiu de Durban para Moçambique o primeiro aparelho oferecido pelo MSCF à Província portuguesa.

Uma outra iniciativa, proveniente do mesmo Movimento, digna de registo pela sua originalidade, correspondeu à realização de uma exposição de armamento capturado às forças militares inimigas no Ultramar.

Esta acção, que se deveu, sobretudo, ao empenho das Senhoras Pam Hanssen e Albrecht, e prevista para a Cidade do Cabo, visava, novamente, a sensibilização da opinião pública sul-africana para o esforço de guerra português, e a recolha de fundos.

Para o evento foram dispensados dois oficiais portugueses, que acompanhariam a exposição trajados à civil.

Esta teve o seu início no dia 26 de Maio de 1969, e contou com a presença de diversas personalidades civis e militares sul-africanas e rodesianas.

Estiveram também presentes a dupla de oficiais indicados para o efeito, ou seja, os capitães Ricardo Alçada e Vítor Alves.

Na sessão de abertura, foi apresentado o livro do jornalista Al J. Venter, intitulado “The Terror Fighters”.

Numa visita do Presidente da República da África do Sul, Fouché, à mostra em causa, foi-lhe endereçado o convite através de Pam Hanssen, no sentido de aquele aceitar o cargo honorífico de “Patron-General” do MSCF.

O Chefe de Estado anuiu, o que conferia uma maior institucionalização e visibilidade ao Movimento.

Esta preocupação é interessante se compararmos a origem do MNF e do MSCF.

Existia, claramente, desde o seu início, uma maior proximidade entre o primeiro face ao regime português, se o confrontarmos com o seu congénere sul-africano, em relação às autoridades do respectivo país. O MSCF estava, na sua génese e “modus operandi”, mais associado a iniciativas provenientes da sociedade civil – aliás, muito ao estilo de uma lógica anglo-saxónica.

Ora, o convite ao Presidente Fouché para assumir a qualidade de “patrono” do Movimento sul-africano, conferiu-lhe uma aparência mais institucional, embora, ainda, distante da detida pelo MNF.

É de realçar que o conjunto das iniciativas mencionadas atrás, como é visível, compreendiam dois objectivos essenciais: o auxílio às tropas portuguesas e a sensibilização do público sul-africano para a luta travada no Ultramar.

Neste último domínio foi fundamental a cobertura jornalística proporcionada pelos periódicos sul-africanos; Nomeadamente, permitindo-se a deslocação de jornalistas de Pretória às colónias portuguesas, o que incluiu, por vezes, zonas consideradas delicadas do ponto de vista operacional.

Entre os vários nomes que poderiam ser citados, destacou-se Denis Gordon, colaborador do “The Natal Mercury” que, na sequência de uma visita a Moçambique, publicou um conjunto de artigos, sob o título mais genérico de “Portugal’s lonely war”.

Este tipo de iniciativas contribuiu, inegavelmente, para um maior esclarecimento e divulgação do esforço de guerra português, em África. Contudo, sem se omitir alguma ignorância vigente relativa ao conhecimento da realidade lusa, e as diferenças que apartavam os dois Estados.

Esta percepção é atestada pelo cônsul português em Durban, Guilherme Manuel de Sousa Girão, que num ofício dirigido ao MNE afirmou o seguinte: “Apesar do interesse sempre crescente da população da África do Sul, em geral, e do Natal, em especial, pelo esforço que Portugal tem vindo a desenvolver em África, muito particularmente em Moçambique, interesse que se tem traduzido em actos de alto significado moral e material, tive já ocasião de verificar que o conhecimento do sul-africano sobre os reais problemas que o nosso país enfrenta neste Continente é, muitas vezes, pouco mais do que teórico no aspecto propriamente militar e quase nulo no ponto de vista social, educacional e económico”.

E a seguir, aludindo às vantagens informativas das reportagens em questão, acrescentou que elas “ajudando a vencer as dificuldades de intercomunicação entre os dois países – Portugal Ultramarino e África do Sul – que a proximidade geográfica não tem conseguido destruir, por se radicarem, sobretudo, em concepções de relações humanas básicas que ousar dizer, são diametralmente opostas”.

Convém, ainda referir, de acordo com as fontes consultadas, que se a maioria da ajuda prestada pela África do Sul foi direccionada para Moçambique, isso não significa que Angola tenha sido inteiramente negligenciada.

Na realidade, uma agremiação de senhoras, sediada no Sudoeste Africano, e intitulada “South West Women’s Agricultural Association”, procedeu a uma recolha de donativos, em Março de 1969, destinados a beneficiar os soldados portugueses estacionados em Angola.

A ideia original era a de providenciar dinheiro e bens alimentares. No entanto, sugeriria-se, igualmente, a oferta de ventoinhas “ «para um hospital no qual o sofrimento dos doentes é insuportável com o calor» ”, bem como o de uma ambulância considerada indispensável “ «para serviço em combate» ”.

A iniciativa em causa estava radicada na percepção do esforço representado pelos militares portugueses em território angolano, e no que ele beneficiava o Sudoeste Africano.

Daí, a comunidade da cidade de Otjiwarongo se ter mostrado reconhecida perante um empenhamento militar que, também, favorecia a segurança daquela região, sob administração sul-africana.

Esta iniciativa foi bem acolhida, embora com algumas reservas por parte do cônsul, em Windhoek, Queirós de Barros. Este era favorável ao envio de presentes aos soldados portugueses, como expressão de gratidão das gentes de Otjiwarongo. Contudo, “dar-se-ia claramente a entender que não é necessário nenhuma campanha para auxílio aos nossos soldados”.

É interessante confrontar a forma como foram encaradas as dádivas destinadas a Moçambique e Angola. No primeiro caso, elas foram abundantes e recebidas sem qualquer constrangimento; Enquanto, em Angola, parecia existir uma maior cautela na preservação de uma imagem de estabilidade e controlo da situação militar, neste território.

Mas, no caso angolano, não se tratava apenas de uma questão de reputação castrense, nacional e internacional, que se pretendia publicitar.

O território, dotado de recursos naturais abundantes e valiosos, era, por isso, economicamente, mais pujante e interessante do que Moçambique.

E, de facto, como já foi mencionado, em 1972, na sequência da “Operação Madeira” e do aproveitamento de dissidências no seio dos movimentos de libertação, a guerra parecia caminhar para um desfecho favorável aos portugueses.

A propósito, Costa Gomes referiu que já não existia guerra, nessa época, em Angola.

Nas palavras do próprio: “quando saí de lá [Angola], não havia praticamente guerra”.

E, também, quando se referiu à situação militar em Moçambique, no final da década de 60, desvalorizou a ameaça. Considerou que quando saiu da Província “ tínhamos praticamente pacificado o território, excepto em duas pequenas manchas: uma em Cabo Delgado e outra no Niassa. A única com importância era a de Cabo Delgado devido à acção dos Macondes”.

Contudo, como já foi mencionado, a conjuntura militar moçambicana, na década de 70, modificou-se.

E, apesar da convicção de Kaúlza de Arriaga na vitória, isso não aconteceu.

A condução da guerra em Moçambique gerou, inclusivamente, inquietações na África do Sul e, sobretudo, na Rodésia, transmitidas a Caetano, o que originou polémica, ao nível dos dirigentes políticos e castrenses, em Lisboa; E, em última análise, levou à destituição de Kaúlza de comandante-chefe daquela Província Ultramarina.

Na realidade, no início de 1974, a FRELIMO progredia para as regiões de Manica, Vila Pery e, inclusivamente, da própria cidade da Beira.

Perante a ameaça militar e o alarme provocado junto das populações, Costa Gomes, já na qualidade de CEMGFA, deslocou-se a Moçambique, em Janeiro desse ano, sugerindo a concentração do “esforço de defesa nos distritos da Beira e de Vila Pery, de forma a que a subversão não ultrapassasse o rio Pungué”.

Uma opinião, num sentido semelhante, foi, igualmente, emitida em relação à Guiné. Se o dispositivo militar fosse alterado, a situação seria sustentável.

A estratégia de Costa Gomes, explicitada na sequência de uma visita à Guiné, em Junho de 1973, compreendia a retirada das guarnições mais próximas de zonas fronteiriças.

As tropas portuguesas, estacionadas nessas posições, eram constantemente flageladas pelo fogo inimigo, maioritariamente, proveniente do exterior.

À semelhança de Kaúlza, em Moçambique, Spínola tinha solicitado mais meios, a Lisboa, para conseguir manter o “status quo” existente. Embora, o primeiro, quisesse os efectivos para efectuar operações de grande envergadura, o segundo, pretendia, sobretudo, conservar as orientações, anteriormente, definidas.

Mas, ambos pediam à metrópole, aquilo que era, de momento, impossível de fornecer: Mais meios!

Spínola desejava reforçar as guarnições fronteiriças, de modo a evitar a penetração do inimigo, nessas áreas, e continuar a providenciar a protecção e o desenvolvimento socioeconómico prometido às populações. Isto, em coerência, com o seu projecto global delineado para o território guineense, desde que tinha assumido, aí, as funções de Governador-Geral e de Comandante-Chefe, em 1968.

Costa Gomes discordava de tais orientações. Tornava-se indispensável diminuir o espaço ocupado junto às fronteiras, no sentido de evitar o permanente assédio a que estavam sujeitas as forças portuguesas situadas nessas áreas. Por outro lado, esta concentração de meios em zonas limítrofes, debilitava a defesa de locais mais recuados, o que obrigava, por vezes, a acorrer em seu auxílio.

A alternativa consistia, na perspectiva do CEMGFA, num recuo das tropas para o interior do território. A manobra possibilitaria guarnecer melhor postos, na retaguarda, que se encontravam enfraquecidos, e perseguir o PAIGC na direcção correcta, isto é, “do interior para a fronteira”.

No rescaldo desta polémica e, tal como tinha acontecido com Kaúlza, em Moçambique, Spínola considerou que não reunia as condições para continuar a chefiar a Guiné. Claro, que as situações não ocorreram da mesma forma. O primeiro tinha sido destituído e o segundo solicitou a substituição. Contudo, o desfecho tinha sido semelhante e, no Verão de 1973, regressaram ambos a Lisboa.

Apesar da situação militar não ter melhorado na Guiné e se ter deteriorado em Moçambique, convém notar que Costa Gomes se empenhou, sempre, em obter bons resultados nos diversos teatros de operações. E, aparentemente, até às vésperas do 25 de Abril, não se quis comprometer, activamente, no derrube do regime.

Inclusivamente, o próprio reconheceu que “Entre 1965 e 1972 (ano em que regresssei a Portugal), toda a minha vida se concentrou na resolução dos problemas operacionais de Moçambique e de Angola”. Consequentemente, acentuou a prioridade dada às questões militares, sublinhando o seu desprendimento face aos assuntos políticos e de natureza mediática, ao contrário de Spínola e Kaúlza.

Citando o antigo CEMGFA, “Nunca tinha mantido, de facto, grande contacto com os políticos nem com os jornalistas da Metrópole. Nunca, enquanto comandante-chefe de Moçambique e de Angola, fiz um comunicado político para a imprensa, ainda que todas as semanas tornássemos públicos dados sobre a situação militar”. E concluía: “Ou seja, enquanto o general Spínola e o general Kaúlza tinham elementos destacados em Lisboa, a tratarem dos problemas político-militares da Guiné e de Moçambique, eu não estabeleci qualquer relação com os políticos nem com a imprensa”.

Aliás, foi igualmente elucidativa, a resposta dada aos ministros da defesa da Dinamarca e da Noruega, quando confrontado, por estes, perante o problema ultramarino.

Num decurso de um jantar com estas personalidades e, já na qualidade de CEMGFA, Costa Gomes foi questionado acerca da sua opinião quanto ao caminho a adoptar no

ultramar. Simultaneamente, os governantes escandinavos manifestaram, algum desconforto, face à atitude patenteada por alguns diplomatas lusos de recorrerem, frequentemente, àqueles interlocutores, apenas para que as respectivas delegações nas Nações Unidas, não votassem as moções apresentadas contra Portugal.

O responsável pelas Forças Armadas portuguesas respondeu, num tom indignado: “ «E o que é que os senhores querem? Que entreguemos o Ultramar aos movimentos de libertação?» ”. E a seguir adiantou a alternativa que julgava mais acertada: “ «A minha ideia é a criação de condições para podermos negociar com os movimentos de libertação sem ser em estado de inferioridade ou de pressão» ”.

Ora, a resposta em causa, demonstra, aparentemente, alguma sintonia com o projecto ultramarino de Marcello Caetano. E, de facto, Costa Gomes concordou, desde o início, com o pensamento do Presidente do Conselho, nomeadamente, quando este explicou o significado da expressão “autonomia progressiva e participada”, dirigida às colónias.

Aquele oficial general subscreveu as teorias descentralizadoras, inicialmente, preconizadas por Caetano e esclareceu a sua interpretação a respeito das mesmas; Nomeadamente, estabelecendo a diferença entre estas e um sistema federal.

A exposição baseou-se no seguinte:”A teoria federalista partia do princípio que era possível criar uma federação de estados intimamente ligados, à semelhança, por exemplo, dos Estados Unidos. Marcelo Caetano, por seu turno, defendia a necessidade premente de descentralizar o poder exercido por Lisboa, dando, sobretudo às grandes províncias, a possibilidade de constituírem os seus governos, os seus parlamentos e de gerirem as suas administrações públicas”.

Contudo, apontava, também, certas insuficiências que se impunham resolver: “Nessa altura, faltava, no entanto, gente preparada em quantidade suficiente. Se é certo que existiam elementos com formação intelectual, humana e social capazes de

desempenharem cargos políticos de primeiro plano, havia, no entanto, muita dificuldade em encontrar quadros intermédios, tanto em Angola, como principalmente em Moçambique”.

Também, ao nível da condução da guerra, mostrou-se sempre determinado em alcançar uma situação que conferisse a superioridade às forças portuguesas e, depois, enquanto CEMGFA, manteve a mesma convicção, assumindo as responsabilidades inerentes ao cargo; Isto é, de promover soluções militares que proporcionassem as condições necessárias para a negociação política. Era o que Caetano queria e precisava.

Nesse sentido, Costa Gomes, não hesitou em criticar os seus pares, Kaúlza e Spínola, de modo a tentar aguentar o esforço de guerra.

Quando estes demonstraram incapacidade ou, mesmo desânimo, no caso de Spínola, para prosseguirem as directrizes governamentais, Costa Gomes nada fez para impedir as suas substituições em Moçambique e na Guiné.

Pelo contrário, recomendou a inevitabilidade de se adoptarem outras estratégias, o que passava pela renovação dos comandos.

Regressados a Lisboa, aqueles generais mantiveram ambições políticas e procuraram não perder influência e visibilidade pública.

Kaúlza ocupou, entre outros cargos, a presidência da Junta de Energia Nuclear, e Spínola foi nomeado vice-chefe do EMGFA. Ambos aproveitaram as novas plataformas profissionais para fomentar os respectivos ideários e arregimentar adeptos.

Nomeadamente, Spínola continuou a promover as ideias políticas pensadas na Guiné e a consolidar a sua base de apoio entre a oficialidade.

Recorrendo novamente à memória de Costa Gomes, este lembrava: “durante o tempo em que ocupou o cargo de vice-chefe de Estado-Maior, o general Spínola limitou a sua

acção militar a receber oficiais, principalmente os que tinham estado com ele na Guiné”<sup>479</sup>.

Na verdade a dissensão com o Presidente do Conselho, com raízes na Guiné, acentuava-se e agravava-se. E, de facto, existiam, desde há algum tempo, razões que justificavam a preocupação do chefe do executivo.

Convém compreender, mais detalhadamente, as razões da inquietação de Caetano. Se 1961, por razões atrás expostas, tinha sido um ano difícil para o governo português, 1973 não se apresentaria muito mais fácil.

Este ano havia começado (Janeiro) com a renúncia ao cargo de deputado por parte de Francisco Sá Carneiro<sup>480</sup>. O futuro dirigente do Partido Popular Democrático (PPD) e Primeiro-ministro tinha-se revelado um dos principais dinamizadores da chamada “Ala Liberal” da Assembleia Nacional.

Apesar de camuflado, este episódio constituiu um revês para o governo. A “Ala Liberal” era uma aposta de Caetano para convencer o país da sua real intenção de introduzir reformas e de travar a facção mais conservadora do regime arregaçada a Belém<sup>481</sup>. Simultaneamente, servia para tentar transmitir a ideia de abrangência e representatividade governativa.

Entre o final de Fevereiro e o princípio de Março, Spínola informou Marcelo da impossibilidade de uma vitória militar na Guiné. Os principais argumentos deste importante debate são bem ilustrados pela seguinte passagem: “Afirmou-me Vossa Excelência que (...) qualquer solução política corresponderia a apressar a nossa saída de África, de onde é legítimo concluir-se que apenas nos resta impor a hegemonia pela

---

<sup>479</sup> Ibidem, p. 198.

<sup>480</sup> Francisco Manuel Lumbrals de Sá Carneiro nasceu no Porto a 19 de Julho de 1934 e faleceu em Camarate a 4 de Dezembro de 1980. Este político e estadista foi deputado pelo círculo da Guarda na X Legislatura do Estado Novo (1969-1973). Manuel Braga da Cruz; António Costa Pinto (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974)*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2004, p. 344.

<sup>481</sup> Tiago Fernandes, *Nem Ditadura Nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Assembleia da República e Publicações Dom Quixote, 2005, p. 21.

força das armas; ouvi também a Vossa Excelência a opinião de que mais facilmente aceitaria uma derrota militar na Guiné do que uma solução política que implicasse quaisquer concessões; (...) Uma tal hipótese, a meu ver, só nos oferece como alternativa o prolongamento da actual situação de desgaste até que a Nação se esgote ou, a exemplo da Índia, sobrevenha uma derrota militar, pois não vejo, no quadro da análise ponderada da situação militar, que outras alternativas se nos ofereçam na hipótese de rejeição das soluções políticas”<sup>482</sup>.

Na resposta, Marcelo mantém a orientação política e rebate os argumentos de Spínola nos seguintes termos: “ Recordo, aliás, ter vincado bem que para o Governo Central a Guiné não podia ser tratada como um caso isolado: fazendo parte de um todo que está posto em jogo – o Ultramar português – tinha de ser considerado no âmbito de uma estratégia global. (...) Se vamos desembocar, ou não, num Estado federal, o futuro o dirá. O federalismo julguei eu, em 1961, que seria uma solução aceitável pela opinião internacional. Hoje sei que o não é. E a experiência francesa, e mesmo a britânica, mostram, de facto, ter sido apenas um estádio para a independência”<sup>483</sup>.

O rastilho para a ocorrência do 25 de Abril estava aceso.

Em Julho de 1973, ocorreu a mediatizada deslocação oficial a Londres. Sob um ambiente de forte contestação, despoletada pela alegada prática de atrocidades por parte de tropas portuguesas, em Moçambique (Wiryamu)<sup>484</sup>, a visita contou sempre com uma predisposição governamental favorável ao bom relacionamento entre os dois países<sup>485</sup>.

---

<sup>482</sup> Marcello Caetano, *O 25 de Abril e o Ultramar*, Verbo, pp. 109-110.

<sup>483</sup> Idem, pp. 120, 122.

<sup>484</sup> Segundo o general Kaúlza de Arriaga, houve três inquéritos a propósito do caso Wiryamu e, por extensão, a um outro incidente registado em Chawola. O primeiro caso foi arquivado, definitivamente, na sequência da terceira averiguação. Contudo, no que concerne a Chawola, o Governador e Comandante Militar de Tete, foi destituído; Na opinião daquele general, injustamente. (Kaúlza de Arriaga, 1988, pp. 345-347).

<sup>485</sup> Apesar da não hostilidade de “Downing Street” face à posição portuguesa, Wiryamu tornou-se um embaraço para a diplomacia lusa e uma contrariedade que fragilizou o governo de Caetano. (Norrie MacQueen, 1998, pp. 71-72).

Mas à margem dos actos oficiais, a questão suscitava desconforto. Para além de manifestações de rua e artigos na imprensa desfavoráveis a Portugal, houve outros sinais de inquietação, embora bastante mais discretos. Ainda sob o efeito Wiryamu e a propósito da situação em Moçambique, o adido militar português, em Londres, coronel Renato Marques Pinto, dirigiu as seguintes palavras ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), general Paiva Brandão: “A imprensa amainou um pouco (...). O “Observer” enviou um jornalista (Martin) ao distrito de Tete (...). Publicou dois péssimos artigos, com relatos sobre a “presença” de rodesianos na zona”<sup>486</sup>.

Face a uma opinião pública impressionada com aquelas notícias, foi organizada uma manifestação em frente do Palácio de S. Bento, aquando do regresso do Presidente do Conselho, de Inglaterra. Ela decorreu em ambiente de apoio à política ultramarina e às forças armadas portuguesas.

Contudo, o chefe do governo, entendeu, ainda, dirigir-se aos portugueses acerca do assunto através da televisão, no programa “conversas em família”. Assim, em 26 de Julho, afirmou que o executivo português “nunca ordenou, consentiu ou aprovou qualquer acto de violência contra populações civis dos territórios onde se desenrola a luta de guerrilhas desencadeada pelos terroristas”; E, em conformidade, concluiu que “Portugal repudia energicamente a acusação de admitir ou tolerar que populações sejam exterminadas, como, perante a complacência do mundo e da ONU, sucede em certos Estados governados por africanos”<sup>487</sup>.

Outro acontecimento com repercussões para o regime centrou-se, novamente, em Julho. No dia 13 era publicado um decreto-lei (353/73), que permitia a passagem dos oficiais milicianos aos quadros permanentes das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Isto

---

<sup>486</sup> Arquivo General Paiva Brandão (AGPB), *Carta do Coronel Renato Marques Pinto dirigida ao General Paiva Brandão*, 19 de Setembro de 1973.

<sup>487</sup> Franco Nogueira, *O Estado Novo (1933-1974)*, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 483.

seria facultado pela frequência de um curso intensivo de dois semestres na Academia Militar.

O executivo julgava ter encontrado a solução para a diminuição de oficiais juniores nas fileiras e, por consequência, em África. Mas a medida não teve o impacto desejado. Mais, suscitou um enorme descontentamento junto de quem, por dever e brio profissional, se encontrava mais disponível para combater no Ultramar – o contingente do quadro permanente. Estes militares tinham conquistado o posto de oficiais ao fim de cinco laboriosos anos na Academia<sup>488</sup>.

Finalmente, em 24 de Setembro, ocorreu a declaração de independência unilateral da Guiné-bissau. Esta foi reconhecida por cerca de 80 países. Embora, esta proclamação não tenha tido consequências militares directas no terreno, constituiu um importante marco político no enfraquecimento da posição portuguesa.

O ano de 1973 não terminaria, contudo, sem ocorrer um novo problema de dimensão internacional com repercussões importantes em Portugal. No início de Outubro, a Síria e o Egipto atacaram Israel no Sinai e nos Montes Golan. O pequeno país do Médio Oriente acabou por ser salvo através de uma ponte aérea norte americana, tendo a base açoriana da Lajes desempenhado um papel fulcral.

Portugal cedeu facilidades naquele arquipélago, embora o tivesse feito após forte pressão dos EUA. O executivo luso temia sanções árabes no domínio petrolífero. Ficaram bem expostas as vulnerabilidades de Lisboa quando confrontado com a vontade da superpotência do ocidente.

Marcello agarrava-se à coerência e determinação. No programa “Conversa em Família” transmitido pela Rádio Televisão Portuguesa (RTP), em 14 de Novembro de 1972,

---

<sup>488</sup> A preparação dos oficiais compreendia, de um modo geral, quatro anos em regime de internato, na Academia, e um de tirocínio, no exterior. Cfr. João Vieira Borges, “A Formação de Oficiais 1960-1974”, in José Manuel Cardoso Lourenço (coord.), [et al], *A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, Academia Militar/Prefácio, 2010, p. 32.

aludia ao facto dos Estados africanos proporem negociações, no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre Portugal e os seus adversários quanto à entrega das províncias ultramarinas. E concluía: “ninguém pode esperar de nós a entrega de terras portuguesas a bandos reunidos para servir interesses alheios empregando a violência. (...) Porque nesta luta prevalecerá a vontade que mais tempo preservar e resistir”<sup>489</sup>.

A ideia de uma vontade férrea vencedora povoou a retórica salazarista<sup>490</sup>. E, de certa forma, parecia ter resultado. O desenvolvimento económico-social e a pacificação de vastas zonas outrora palco de movimentações adversas aos portugueses eram realidade. Sobrava a Guiné, onde as dificuldades se avolumavam para Portugal.

De facto, o cerne do problema não estava na capacidade de afirmação portuguesa, na pressão dos movimentos de libertação ou, até, no isolamento internacional. A verdadeira questão residia no impasse político e na saturação doméstica por ele criada.

O Presidente do Conselho pensava que não podia ceder, sob pena de perder autoridade no pedido às tropas para lutar. Só que também já não podia continuar apenas a insistir que combatessem, sem qualquer outra solução à vista.

Aliás, o problema não era inteiramente novo, embora com contornos diversos face ao dilema colocado desde meados da década de 50. Nesta época, o regime confrontado com a possibilidade de invasão dos territórios portugueses na Índia pela União Indiana, teve de optar entre a luta, a negociação ou a independência no seio de uma eventual

---

<sup>489</sup> Marcello Caetano, *As Grandes Opções*, Verbo, pp. 40-41.

<sup>490</sup> Num discurso proferido a 18 de Fevereiro de 1965, Salazar referiu-se à vontade de resistir nos seguintes termos: “E um povo que toma, diante de si mesmo e à face dos imperativos da sua história, a decisão viril de resistir, porque sabe que precisa de resistir para sobreviver, há-de tirar desta mesma decisão as forças necessárias para enfrentar as dificuldades. Penso assim que o Ultramar não pode ser para nós fonte de desânimos mas, ao contrário, do mais sadio optimismo”. E num outro excerto datado de 13 de Abril de 1966 pode ler-se: “Em primeiro lugar correspondia à vossa determinação – a determinação de ficar. O homem que fica, vivo ou morto, ocupa de facto o território; o que abala, deserta e abandona-o. Só o primeiro, perpetuando-se por gerações, adquire um direito de ocupação e de posse que a História consagra como base da sociedade e de participação no poder”. Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas (1959-1966)*, VI, Coimbra Editora, 1967, pp. 374, 408.

comunidade lusíada. Escolheu-se a primeira hipótese. Curiosamente, Caetano manifestou-se favorável à última<sup>491</sup>.

De facto, Marcello Caetano nunca disse, claramente, o que o país teria gostado de ouvir: Que se iria debater o destino do ultramar e quais as condições de tal processo.

E porquê? Qual o fundamento da omissão? No essencial, como já foi referido, ele considerava que as tropas perderiam a vontade de combater e se propagaria o desânimo; sobretudo, se atender-se aos treze anos de guerra e ao sentimento partilhado por muitos oficiais – tanto juniores como superiores – de que a tropa já havia cumprido o seu dever. Competia, então, aos políticos fazer o mesmo. E se MC pressentiu esta urgência, não lhe conseguiu dar uma resposta adequada.

Rui Patrício<sup>492</sup>, reconhecendo a admiração que nutria por MC, justificou essa incapacidade pela ideia marcelista de não querer predeterminar o destino do ultramar.

O antigo Ministro dos Negócios estrangeiros precisou o sentido da declaração através das seguintes palavras: “Em primeiro lugar, e antes de tudo, Marcello Caetano queria defender os territórios, não queria entregá-los aos movimentos de libertação. Mas achava que nós devíamos criar as condições para que os territórios tivessem a sua dinâmica política, sociológica e económica própria, que levassem a um determinado destino. E que esse destino não podia ser predeterminado. A ideia de um Portugal uno e indivisível de Lisboa a Timor era uma ideia que ele considerava utópica, mas também considerava que não se podia predeterminar um destino<sup>493</sup>”.

Por outras palavras, o antigo Presidente do Conselho pensava que ao se manifestar expressamente a intenção de descolonizar e oferecer a independência, estar-se-ia a condicionar o futuro dos territórios. Isto, num sentido que poderia não corresponder aos

---

<sup>491</sup> Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, Editorial Verbo, 2000, pp. 264-265.

<sup>492</sup> Rui Manuel de Medeiros d’Espiney Patrício serviu no consulado de Caetano na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1970-1974). Cfr. José Freire Antunes, *A Guerra de África*, Vol. II, Círculo de Leitores, p. 1046.

<sup>493</sup> Idem, p. 1045.

reais interesses de africanos e europeus. E se assim fosse, seria um mau serviço que Portugal prestaria a essas populações e o chefe de governo ao país. Ou seja, de qualquer forma, estava sempre em causa o interesse de Portugal.

MC, como já foi referido, acreditava que a tropa devia continuar a combater para lhe dar tempo. Isto, no sentido de encontrar a melhor solução política; contrariamente, Spínola considerava esta urgente.

Mas existiam, ainda, outras opiniões bastante escutadas. Encontravam-se nesse caso Silva Cunha, Bettencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques<sup>494</sup>. Estes, em síntese, pensavam que a “subversão” podia ser vencida. E davam como exemplo os acontecimentos ocorridos na Grécia, Malásia e Quênia<sup>495</sup>.

Ora, é nesta encruzilhada que o problema se colocou aos dirigentes políticos e militares portugueses, em 1974. Quando Marcello pedia a continuação do esforço não era, necessariamente, por acreditar na vitória da guerra em África; era, somente, por considerar que os militares lhe deviam possibilitar as melhores condições possíveis no terreno para a resolução política do problema.

Quanto aos militares existiam, pelo menos, três correntes dominantes: os que concordavam com o Presidente do Conselho; os que consideravam impossível pedir mais às Forças Armadas; e os que julgavam que a guerra podia ser vencida.

Ordenando o raciocínio pela mesma sequência e de acordo com fidelidades/afinidades pessoais pode-se afirmar o seguinte: no primeiro caso estava o grosso da hierarquia

---

<sup>494</sup> Joaquim da Silva Cunha foi Ministro do Ultramar (1965-73) e Ministro da Defesa (1973-74); O General Bettencourt Rodrigues foi o último governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas portuguesas na Guiné entre 1973 e 1974; O General Silvino Silvério Marques foi governador de Cabo Verde de 1958 a 1962 e governador-geral de Angola entre 1962 e 1966.

<sup>495</sup> Cfr. Freire Antunes, Op. Cit. P. 340; Silvino Silvério Marques, *Portugal e Agora?*, Edições do Templo, 1978, pp. 56-57. No mesmo sentido, pode ler-se o seguinte: “Porque a subversão conseguiu, na verdade, já no século XX, alguns êxitos, dada, fundamentalmente, a forma inadequada como foi combatida, criou-se a convicção de que as guerras subversivas são guerras perdidas pela contra-subversão e, ainda, o convencimento de que esta tarefa é exclusiva das forças armadas. Tal convicção é errada, como mostram os exemplos da Malásia, Quênia e Índia Portuguesa, entre outros, que a contradizem”. Estado-Maior do Exército, *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, 1990, pp. 91-92.

militar e que, como testemunho disso, correspondeu à “chamada” a S. Bento; na segunda situação encontravam-se os coniventes mais directos com a publicação do livro “Portugal e o Futuro” de António Spínola, isto é, o próprio e Costa Gomes; e, finalmente, a terceira facção correspondia a outros que, à semelhança de Spínola e Costa Gomes, não compareceram em S. Bento, embora por razões opostas. Nomeadamente, Silvino Silvério Marques e Kaúlza de Arriaga.

Vale a pena compreender melhor os contornos desta nova crise originada pela publicação daquele livro, em Fevereiro de 1974. Neste, Spínola, registou as ideias que congregava desde a Guiné<sup>496</sup>. Era um programa baseado em três pontos que compreendia o “reconhecimento de direitos universalmente definidos e difusão dos programas a seguir, autonomia progressiva, e recurso oportuno à consulta pública para confirmação das teses desenvolvidas”<sup>497</sup>.

A seguir, em mais de uma passagem, apontou o caminho da Federação: “Nesta linha de pensamento haverá que definir o tipo de estatuto a conferir a cada Província Ultramarina, em clima de franca evolução para o esquema federativo”<sup>498</sup>. E, novamente, depois de especificar alguns pormenores relacionados com a organização político-administrativa do modelo formulado para Portugal e os territórios ultramarinos, concluiu que, assim, “ficaria completamente implantada a estrutura da nova República Federal Portuguesa”<sup>499</sup>.

Ora, apesar de polémica e perturbante para o governo, não foi a solução federativa que mais irritou os militares, tanto os marcelistas como os integristas.

---

<sup>496</sup> A este propósito, Pereira Crespo, Ministro da Marinha entre 1968 e 1974, escreveu o seguinte: “ desde 1972 que se ia acentuando o descontentamento do general [Spínola] pela acção governativa do Professor Marcelo Caetano.” Manuel Pereira Crespo, *Porque Perdemos a Guerra*, Ed. ABRIL, 1977, p. 124.

<sup>497</sup> António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, Arcádia, 1974, pp. 207-208.

<sup>498</sup> *Idem*, p. 208.

<sup>499</sup> *Ibidem*, p. 229.

O problema residiu na indicação explícita de que a trama ultramarina não se resolvia pelas armas. A transparência da linguagem é elucidativa: “Haveremos de continuar em África. Sim! Mas não pela força das armas, nem pela sujeição dos africanos, nem pela sustentação de mitos contra os quais o mundo se escarniça”<sup>500</sup>. E, ainda no mesmo tom, escreveu “Podemos assim chegar à conclusão que, em qualquer guerra deste tipo, a vitória exclusivamente militar é inviável. (...) Pretender ganhar uma guerra subversiva através de uma solução militar é aceitar, de antemão, a derrota, a menos que se possuam ilimitadas capacidades para prolongar indefinidamente a guerra, fazendo dela uma instituição”<sup>501</sup>. Neste ponto, a maioria dos seus pares considerou que Spínola fora longe de mais. Ao fazer, na qualidade de chefe militar, uma crítica à continuação da guerra correspondia, na prática, a um convite à deposição das armas. Preferencialmente, todos querem sobreviver a um conflito. E, sobretudo, ninguém quer ser a última pessoa a morrer numa guerra. A consequência tornava-se, para muitos, clara: era a desistência. É claro que Spínola tomou algumas cautelas. Nomeadamente, não referiu um horizonte temporal e disse sempre que a solução seria encontrada num âmbito português. Pelo menos, num momento inicial. Para além de que se convenceu e convenceram-no de que seria capaz de reunir adeptos suficientes para levar o seu projecto avante.

Mas o ónus não estava tanto no número, mas antes na motivação. No essencial, o problema de Spínola e do regime era o mesmo. Ou seja, aguentar para se poder trilhar o caminho para o federalismo ou aguentar...

E a quem caberia, em qualquer situação, sustentar o esforço em causa seria aos mesmos, isto é, às Forças Armadas. E estas já o faziam há treze longos anos.

Por outras palavras, lutar para federar ou lutar para manter a situação significava o mesmo na perspectiva do risco individual. Mas, constituía uma diferença substancial

---

<sup>500</sup> Ibidem, p. 236.

<sup>501</sup> Ibidem, p. 45.

quanto à justificação da guerra. Com maior ou menor realismo, combatia-se por um Portugal uno e indivisível do “Minho até Timor”. Outra coisa seria verter sangue por territórios com destino mais ou menos impreciso. Então, porquê continuar? Se pelo meio se introduzir um elemento de perturbação excepcional – o golpe de Estado verificado em Abril de 1974 – compreende-se a desmotivação desencadeada.

Contudo, foi a MC que ainda coube responder àquela pergunta. A resposta foi a referida convocação dos militares a S. Bento, em 14 de Março de 1974. O efeito esteve longe do pretendido. Em vez de unir, dividiu mais.

De facto, o fosso aberto entre a cúpula militar atingiu, rapidamente, os subordinados incentivando-os a tomar partido. A ideia da existência de “marcelistas”, “spínolistas” e fiéis de Kaúlza ganhou dimensão acrescida. Muitos consideravam que não se podia continuar a caucionar a política do governo. Pairava a sensação generalizada de que algo estaria eminente.

O afastamento de Costa Gomes e Spínola dos respectivos cargos actuou como detonador. A resposta foi a saída de uma coluna militar das Caldas da Rainha em direcção a Lisboa, em 16 de Março. A acção foi travada pelas forças do regime.

A pergunta do momento era quem “sairia” a seguir e quando. Isto, apesar dos “situacionistas” se terem sentido razoavelmente confortados com a reacção dos militares leais ao governo.

E, na verdade, no dia 25 de Abril houve quem se interrogasse de quem “era” a revolução; Isto é, quem a comandava. Aparentemente, seria Spínola. Pelo menos, seria este o oficial general escolhido para a transmissão de poder de Caetano<sup>502</sup>. O objectivo

---

<sup>502</sup> Tudo indica que Spínola tenha mantido contactos “indirectos” com os autores das operações desencadeadas em 25 de Abril. Inclusivamente, é conhecida a actuação do major Carlos Alexandre de Moraes na qualidade de intermediário entre os redactores do programa das forças armadas e aquele general. Contudo, perante Caetano, Spínola negou sempre qualquer envolvimento. Mesmo no dia 25 de Abril, confrontado com a pergunta na derradeira conversa mantida com o Presidente do Conselho, ter-se-á dissociado da preparação do golpe. Otelio Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*, Livraria Bertrand, 1977, pp. 247, 339, 455.

era o de evitar que o poder caísse na rua. Os meses seguintes haveriam de desfazer esse equívoco.

De qualquer modo, a ideia de Caetano para o ultramar estava irremediavelmente comprometida.

Mais tarde, MC, depondo já para a História, esclareceu que até tinha uma ideia precisa do tempo necessário para a independência. Pelo menos, em relação a Angola, estimava-a num horizonte de dois a três anos<sup>503</sup>.

Quanto a Moçambique, mesmo na descontração amarga do exílio brasileiro, permanecia cauteloso: “Em meu entender, por circunstâncias conjunturais, isso levaria mais algum tempo, se quiséssemos proceder com as cautelas todas. Mas sendo necessário, a nossa fórmula podia ser aplicada mais rapidamente – se a ONU deixasse”<sup>504</sup>.

M.C. jogara o último grande trunfo baseado na coesão da hierarquia das Forças Armadas que já não representava o todo. Tinha-lhes exigido o impossível. Em breve, iria chegar ao fim o último império ultramarino europeu.

A ideia dos sul-africanos permanecerem em África nunca foi objecto de grande polémica. Pelo contrário, era aceite tanto por descendentes de ingleses como de holandeses, que tinham vindo para ficar. Este sentimento era particularmente sentido pelos últimos. Estes não sentiam qualquer ligação objectiva ou emocional com a antiga metrópole. O bóer era um holandês que se tinha africanizado e com isso ganhou uma nova e singular identidade. O africânder era uma língua que combinava o holandês com uma síntese de dialectos e sotaques africanos; mas já não era a língua falada no continente europeu.

---

<sup>503</sup> Cfr. Marcello Caetano, *O 25 de Abril e o Ultramar*, p. 19.

<sup>504</sup> Idem, p. 21.

Os primeiros, embora sentindo a África do Sul como terra sua, mantinham, por vezes, laços objectivos (por exemplo, a dupla nacionalidade) e emocionais com a Grã-Bretanha. O país havia sido, até há pouco tempo, uma colónia britânica, permanecendo, de certa forma, uma lealdade repartida. Simultaneamente, a língua falada por esta comunidade era o inglês.

De qualquer modo, ambos se sentiam africanos brancos, e a África do Sul era a sua pátria. Afinal, tratava-se de um Estado independente com assento nas Nações Unidas. Não existia uma metrópole situada na Europa e, portanto, a ideia de um hipotético regresso ao “Velho Continente” não se colocava. A ideia do não retorno era acarinhada, incondicionalmente, pelos bóeres.

Assim, percebe-se que a percepção vigente na comunidade branca fosse a de resistir. A História e a cultura favorecia-o. Ingleses e holandeses tinham suportado e vencido as adversidades locais, e, depois, lutado entre si, pelo domínio no território. A superação das dificuldades, a capacidade de adaptação e a edificação de um país, contribuíam para a existência de um sentimento de pertença e permanência; não, de presença condicionada, precária ou a prazo.

Com a vitória do partido nacional, nas eleições de 1948, a ideia da resistência ganhou vigor.

O triunfo dos africânderes traduziu-se na ascensão ao poder do sector mais conservador do país; nomeadamente, com um impacto relevante no modelo de organização política, social e económica da sociedade.

O sistema do “apartheid” é o resultado prático dessa visão mais tradicional de modelo societário.

As décadas posteriores vieram consolidar o sistema e conferir-lhe os aspectos mais radicais.

O endurecimento do “apartheid” foi acompanhado pelo fortalecimento da ideia de resistir.

Na perspectiva africânder, tratava-se de um povo que estava na sua terra, sustentado numa tradição histórica, e imbuído de uma missão dotada de uma legitimidade religiosa. A crise congoleza, em 1960, e o início da guerra, nessa década, nos territórios portugueses, serviram para interiorizar esse sentimento na sociedade sul-africana branca.

Em Janeiro de 1962, a África do Sul estava empenhada na reorganização das suas Forças Armadas e na renovação do seu arsenal. Esta reestruturação tinha como objectivo uma maior eficácia militar e, sobretudo, uma vontade férrea de manter a respectiva soberania, enquanto país africano, embora governado por brancos<sup>505</sup>.

Foi precisamente esta vontade inabalável que manteve os africânderes no poder perante as independências das antigas colónias portuguesas e após o desmembramento do Bloco de Leste, simbolizado pelo derrube do Muro de Berlim em 9 de Novembro de 1989.

A interrogação acerca da capacidade de os portugueses aguentarem o “status quo” ultramarino, ou qual seria o sentido da evolução política nesses territórios caso se verificasse tal insustentabilidade, não é um mero exercício prospectivo.

Na realidade e, quase em exclusivo do lado sul-africano, essa hipótese foi recorrentemente equacionada, conforme já foi notado e documentado ao longo deste trabalho.

Na verdade, desde a década de 50, que Pretória trabalhava, com maior ou menor preocupação, sobre tal cenário e, inclusivamente, não o deixou de referir, ocasionalmente, a Lisboa.

De facto, logo em 1959, e na sequência dos convites dirigidos às autoridades portuguesas para se fazerem representar em exercícios militares na África do Sul, foi

---

<sup>505</sup> Este documento é de Janeiro de 1962 e está citado no capítulo do Enquadramento Internacional.

abordada a hipótese da colocação de adidos militares sul-africanos, em Luanda e Lourenço Marques.

Esta intenção prendia-se, muito provavelmente, com o desejo de um acompanhamento mais próximo da situação nos territórios ultramarinos.

Note-se que em Janeiro de 1960, o Embaixador português em Pretória, Caldeira Queiroz, informava Lisboa acerca do pensamento das autoridades sul-africanas, caso se verificasse a fragilização do dispositivo militar português.

A interpretação de Queiroz ia no sentido da existência de uma eventual intervenção sul-africana, em território nacional, perante um cenário de desagregação do ultramar favorável aos nacionalistas africanos<sup>506</sup>.

Também, na sequência, da crise no Congo, o comandante supremo das Forças Armadas sul-africanas, General Melville, alertou para a importância da situação estratégica de Angola para a segurança da África do Sul<sup>507</sup>.

Esta preocupação era, também, partilhada pelo respectivo ministro da defesa, que favorecia a celebração de um acordo militar entre os dois países<sup>508</sup>.

Após os acontecimentos de 1961, isto é, o desvio do paquete Santa Maria, o início da guerra em Angola, a “Abrilada” do General Botelho Moniz, a invasão do Estado português da Índia pela União Indiana, e o assalto ao quartel de Beja, os sul-africanos questionavam-se acerca da solidez do regime português e da sua capacidade de manutenção do Ultramar.

Perante estas dúvidas, a diplomacia portuguesa desdramatizou estes factos, considerando uns como episódios de menor importância e outros, apesar de relevantes, eles não colocariam em causa a nossa soberania<sup>509</sup>.

---

<sup>506</sup> AHD-MNE, PAA 1129, *Telegrama (Nº 24) enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao MNE, e datado de 29 de Janeiro de 1960*. Este documento encontra-se, igualmente, mencionado na cooperação diplomática bilateral.

<sup>507</sup> Este documento já foi citado no capítulo referente à cooperação militar bilateral.

<sup>508</sup> Este documento já foi citado no capítulo referente à cooperação militar bilateral.

Nos anos seguintes, a África do sul seguiu atentamente o evoluir da situação nos territórios portugueses. Os contactos mantiveram-se e intensificaram-se ao nível político e militar.

Contudo, como já foi exposto atrás, houve uma colaboração ainda mais próxima a partir do final da década de 60.

Para isso contribuiu a ameaça da SWAPO sobre o Sudoeste Africano, a evolução da guerra no espaço ultramarino português, e o interesse sul-africano no aproveitamento hidro-eléctrico de cursos de água lusos.

Como se tem verificado nos factos atrás abordados, um dos aspectos que paira de uma forma relevante no relacionamento em causa, é o receio de Pretória face a um eventual colapso do dispositivo militar sediado em Luanda e Lourenço Marques.

Daí, a ajuda bélica prestada a Portugal, nomeadamente em meios aeronáuticos, entre os quais sobressaiam os helicópteros.

Face ao observado, as directrizes políticas eram indissociáveis das militares.

As considerações em torno da capacidade lusa em aguentar as suas posições ultramarinas justificavam o apoio bélico facultado a Portugal.

Por outro lado, a sobrevivência do regime ligava-se à continuidade do modelo ultramarino, tal como existia. E Salazar não era eterno.

Aliás, um artigo surgido no “Corriere della Sera”, em Abril de 1968, colocava a interessante questão do que poderia acontecer aos territórios portugueses, na eventualidade do desaparecimento do Presidente do Conselho. E vaticinava a possibilidade de se assistir a um efeito de queda de sentido vertical, que atingisse os territórios africanos governados por brancos. A Rodésia seria absorvida pela África do

---

<sup>509</sup> Este documento já foi citado no capítulo referente ao Enquadramento Internacional.

Sul e este país sofreria ataques “cada vez mais intensos” por parte de todos os Estados africanos, “inclusive de uma Angola e Moçambique independentes”<sup>510</sup>.

Na realidade, Salazar foi vítima, no Verão de 1968, de um acidente doméstico que o deixou bastante debilitado.

O novo chefe do executivo, Marcello Caetano, recebeu, entre outros encargos, a pesada herança ultramarina. A guerra já perdurava há sete longos anos e não se vislumbrava um desfecho próximo.

No início da década de 70, a par de uma colaboração mais efectiva e formal com a África do Sul e a Rodésia, também se acentuaram os problemas em Moçambique.

O jornal dinamarquês “Politiken”, a propósito de uma reunião que juntou, em Salisbúria, as autoridades de segurança dos três parceiros, comentou que aquela seria, também, sinal das contrariedades vividas pelos poderes brancos no continente negro.

Os indícios de tais dificuldades seriam detectáveis na recente cisão no partido governamental da Rodésia, e no “abrandamento do “apartheid” na África do Sul.

De igual modo, em Portugal, o chefe do executivo teria deixado transparecer, num recente discurso, um tom pessimista quanto ao futuro dos territórios africanos portugueses.

Quanto ao envolvimento sul-africano além fronteiras, já era pública a ideia da “presença de tropas sul-africanas em Angola e na Rodésia, e, agora, em Moçambique”<sup>511</sup>.

De facto, as apreensões existentes do lado sul-africano e, sobretudo, rodesiano face à situação militar em Moçambique, desencadearam deslocações de personalidades rodesianas a Lisboa.

---

<sup>510</sup> Capilha 2, Doc. 069-070, 18 de Abril de 1968, telegrama, onde se reproduz uma notícia do “Corriere della Sera”, do mesmo dia.

<sup>511</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Informação baseada no jornal “Politiken” (dinamarquês), sobre uma reunião que juntou, em Salisbúria, as autoridades de segurança de Portugal, da África do Sul e da Rodésia, 5 de Março de 1971.*

Conforme já se mencionou atrás, elas ocorreram em Setembro de 1971 e no mesmo mês do ano seguinte, protagonizadas por Ken Flower e Ian Smith, respectivamente.

A motivação das viagens residia na desconfiança da estratégia seguida pelas autoridades portuguesas em território moçambicano, nomeadamente, na região de Tete.

Os rodesianos consideravam que se devia apostar mais nas forças policiais e na componente nativa da população. Simultaneamente, não acreditavam que a solução da guerra estivesse no emprego de grandes meios, discordando da perspectiva do Comandante-Chefe, General Kaúlza de Arriaga.

Na reunião, ocorrida em Setembro de 1972, Marcello Caetano referiu a Ian Smith que a situação em Moçambique não representava dificuldades de maior. Quase, em simultâneo, no decurso de 1973, retirou a confiança a Kaúlza de Arriaga, removendo-o do comando militar da Província. No fundo, as inquietações rodesianas não deixaram indiferente o chefe do governo luso.

Entretanto, Menezes Rosa, tratava de saber, em Novembro de 1972, junto do Almirante Bierman, os temas apreciados por este e o Ministro da Defesa sul-africano num recente encontro com individualidades rodesianas, em Salisbúria.

Para além de questões relacionadas com a presença de elementos das forças de segurança sul-africanas na Rodésia, Bierman referiu que procurou serenar os rodesianos quanto à situação em Tete. Contudo, não escondeu que a conjuntura exigia vigilância e ponderação, apesar de reconhecer a competência das chefias militares de Moçambique.

Seria ainda de esperar uma intensificação do apoio militar comunista aos movimentos nacionalistas, nomeadamente de proveniência chinesa.

Este panorama conduziria Lisboa a arquitectar uma orientação defensiva a longo prazo, o que suporia a obtenção de meios avultados. E estes só seriam passíveis de serem adquiridos mediante colaboração externa, onde relevava a África do Sul<sup>512</sup>.

Nesta matéria, Lisboa precisava de Pretória para aguentar o conjunto ultramarino, e os sul-africanos necessitavam que os portugueses mantivessem as suas posições africanas de modo, por um lado, à guerra não atingir território africânder e, por outro, a evitarem a instalação de regimes hostis nos espaços contíguos.

No rescaldo da agitação em torno da questão de Tete, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, deslocou-se à África do Sul, no primeiro trimestre de 1973. Na sequência da visita, os jornais “Times”, “Guardian” e “Financial Times”, publicaram artigos sobre os reflexos da mesma.

Nesta ocasião, o governante luso mencionou a existência, em Portugal, de recursos financeiros que lhe permitiam lutar, indefinidamente, contra os movimentos de libertação, em África.

Acrescentou, ainda, que apesar do surgimento recente de dificuldades simultâneas nas províncias ultramarinas, não era intenção portuguesa afrouxar o esforço militar em Moçambique para se concentrar em Angola<sup>513</sup>.

A afirmação de Rui Patrício deve ser contextualizada de acordo com a conjuntura nas três Províncias Ultramarinas, onde grassava a guerra.

Em 1973, de uma forma mais ou menos intensa, todas elas exigiam atenção, particularmente, a Guiné.

Nesse ano, o PAIGC iria reivindicar a libertação de certas zonas deste território e proclamar a independência em Medina do Boé.

---

<sup>512</sup> Cfr. AHD-MNE, PAA 368, Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Pretória ao MNE, 3 de Novembro de 1972. Este documento já foi citado no capítulo referente à cooperação militar bilateral.

<sup>513</sup> AHD-MNE, PAA 368, *Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, 7 de Março de 1973.*

Isto originaria a substituição do General Spínola pelo General Bettencourt Rodrigues. Este, reconhecido por muitos, como o oficial mais brilhante da sua geração.

Pelo seu lado, a transferência de Bettencourt Rodrigues de Angola para a Guiné, obrigaria à colocação de um substituto no leste daquele território. A função coube ao General Hipólito, que não conseguiu manter a zona de tréguas com a UNITA, reacendendo-se as hostilidades com o movimento.

Quanto a Moçambique, continuava a inspirar cuidados Tete e o planalto dos Macondes. Assim, em 1974, a situação de paz era, “grosso modo”, apenas apanágio de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, embora o primeiro estivesse ligado, ao nível da organização partidária, ao PAIGC, que reivindicava a independência da Guiné e Cabo Verde.

No tocante a São Tomé e Príncipe, e segundo o Inspector da PIDE-DGS, Óscar Cardoso, existia, apenas, um suposto “Comité de Libertação”, que era financiado pela reputada marca de chocolates inglesa “Cadbury”. Contudo, os montantes em causa, não possibilitaram qualquer actividade ameaçadora face às autoridades portuguesas. Limitaram-se, eventualmente, a sustentar do ponto de vista logístico, indivíduos que ambicionavam alcançar uma legitimidade oposicionista<sup>514</sup>.

Na mesma entrevista, Óscar Cardoso, referiu que a derrota de Portugal, em África, inseria-se numa manobra estratégica a nível mundial. Ela era essencial para a queda da África do Sul<sup>515</sup>.

Segundo o Inspector da PIDE-DGS, Óscar Cardoso, existia, apenas, um suposto “Comité de Libertação”, que era financiado pela reputada marca de chocolates inglesa “Cadbury”. Contudo, os montantes em causa, não possibilitaram qualquer actividade ameaçadora face às autoridades portuguesas. Limitaram-se, eventualmente, a sustentar

---

<sup>514</sup> Informação prestada por Óscar Cardoso em entrevista concedida a João Brandão Ferreira. Cfr. João José Brandão Ferreira, *Em Nome da Pátria*, Publicações Dom Quixote, 2009, p. 538.

<sup>515</sup> Cfr. João José Brandão Ferreira, *Em Nome da Pátria*, Publicações Dom Quixote, 2009, p. 541.

do ponto de vista logístico, indivíduos que ambicionavam alcançar uma legitimidade oposicionista<sup>516</sup>.

Na mesma entrevista, Óscar Cardoso, refere que a derrota de Portugal, em África, inseria-se numa manobra estratégica a nível mundial. Ela era essencial para a queda da África do Sul<sup>517</sup>.

Na realidade, como já foi amplamente evidenciado ao longo do trabalho, a ideia de aguentar as colónias portuguesas era fundamental para a sobrevivência da África do Sul. Esta percepção foi de tal modo interiorizada pelas elites sul-africanas, que constituiu um importante elemento de continuidade na política externa de Pretória.

As Forças Armadas da África do Sul apoiaram os portugueses na década de 60 até meados de 70 e, após a descolonização do Ultramar, procuraram que Angola não caísse na esfera de influência comunista.

---

<sup>516</sup> informação prestada por Óscar Cardoso em entrevista concedida a João Brandão Ferreira. Cfr. João José Brandão Ferreira, *Em Nome da Pátria*, Publicações Dom Quixote, 2009, p. 538

<sup>517</sup>Cfr. João José Brandão Ferreira, *Em Nome da Pátria*, Publicações Dom Quixote, 2009, p. 541

## CONCLUSÃO

As relações luso-sul-africanas são marcadas, no período que medeia entre o pós II Guerra Mundial e os meados da década de 70, e sem prejuízo de outras etapas de menor relevância, pelos seguintes aspectos: a segunda metade da década de 50 até 1961; desde esta data até à Declaração Unilateral de Independência da Rodésia, em 11 de Novembro de 1965; desde este período até à criação do “Exercício ALCORA”, em Outubro de 1970; E, finalmente, desde esta época até ao 25 de Abril de 1974.

De facto, o mundo após o final da II Guerra Mundial sofreu uma enorme transformação sobre o ponto de vista geoestratégico, político, militar, económico e cultural.

Após 1945 e, daí em diante, os grandes pólos de influência corresponderam aos vencedores da guerra, nomeadamente, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Soviéticas (URSS). Surgiu uma multiplicidade de organizações internacionais, onde se destaca a Organização das Nações Unidas (ONU), e novos Estados que, até ao final da década de 60 já haviam triplicado, passando de cinquenta a cento e cinquenta; também eles integrados nesta organização internacional. Estas unidades políticas foram fruto do desmembramento de vários impérios com um forte impacto na Ásia e em África. Aliás, nessa década, o continente africano já possuía o maior número de representantes na ONU.

A proliferação de novas entidades políticas com orientações ideológicas diversas, originou o chamado bloco afro-asiático e a tendência terceiro-mundista.

As potências, que na década de 50 ainda possuíam territórios no continente negro, tentaram reagir ao surto independentista com projectos de colaboração que envolveriam, entre outros, Portugal, a Bélgica e o Reino Unido.

Lisboa, além disso, optou gradualmente por uma maior aproximação à União da África do Sul e às Rodésias. No caso da África do Sul, verificou-se uma maior aproximação a Portugal a que a expansão comunista, a ameaça proveniente do projecto ideológico de Nehru e a pressão oriunda das Nações Unidas, não foram alheias. Optou-se, conseqüentemente, pela elevação dos representantes de Lisboa e Pretória à categoria de ministros plenipotenciários.

A aproximação em causa contou sempre com alguma prudência de parte a parte. Por um lado, Portugal não queria ser conotado com um país racista e com eventuais pretensões territoriais em Moçambique. Por outro, a África do Sul não queira ser confundida com um país acusado de ser colonialista e com uma organização social que era entendida como desadequada ao continente africano.

Contudo, a guerra civil no antigo Congo Belga e o previsível alastramento a Angola, ajudou a sublinhar as afinidades em detrimento de controvérsias. A informação disponível indicia um período de maior colaboração diplomática, militar e económica com o início dos conflitos na Guiné e Moçambique, e com a declaração unilateral de independência da Rodésia, em 11 de Novembro de 1965.

Uma vez que a Federação da África Central Britânica tinha dado origem à Zâmbia, à Rodésia do Sul e ao Malawi, Salisbúria optou por dissociar-se, por completo da Grã-Bretanha e assumir a emancipação com um governo dominado por brancos.

Os ingleses decidiram um embargo comercial à Rodésia, o que implicou um bloqueio naval ao porto da Beira, em Moçambique, que era o local por onde transitavam mais produtos para Salisbúria, nomeadamente combustível.

Portugal e a República da África do Sul resolveram ajudar a Rodésia, contornando o bloqueio naval através do porto de Lourenço Marques, e com a conivência das autoridades de Pretória. O plano resultou, nomeadamente devido às actividades do

empresário português Jorge Jardim, e o importante abastecimento de combustível nunca deixou de alcançar o seu destino.

Este período resultou numa maior colaboração bilateral a que se seguiu outro, em que o entendimento se tornou mais efectivo, a partir de 1967-68. Desde esta época, aumentaram significativamente as remessas de material de guerra e de construção civil, direccionadas para Angola e Moçambique, assim como um apoio no terreno que abrangeu, sobretudo, o Leste e o Sudeste angolano. Na zona Sul, a existência de operações conjuntas foi mais visível. Os sul-africanos tinham uma base em Runtu, situada no Sudoeste africano, próxima da fronteira Sul de Angola. Aqui, os portugueses possuíam, igualmente, instalações militares. Forças de ambos os Estados actuavam, nomeadamente com o apoio de helicópteros, na zona Sul de Angola, fazendo frente aos movimentos de libertação que actuavam nessa área e na faixa de Caprivi, por onde transitavam elementos da SWAPO com o intuito de alcançarem a independência do Sudoeste africano, sob domínio de Pretória.

É interessante sublinhar que, segundo o testemunho do General Costa Santos, os helicópteros sul-africanos voavam em território português sem qualquer identificação e utilizando, nas comunicações, o código de “primos”.

A par de uma maior coordenação no aspecto militar, também se realizaram projectos de desenvolvimento económico em Angola e Moçambique e que contaram com o apoio de Pretória. Situam-se, neste âmbito, os projectos hidroeléctricos associados ao rio Cunene e à construção da barragem de Cabora-Bassa.

Os sul-africanos contribuíram igualmente com maquinaria para asfaltar estradas e a edificação de outras infra-estruturas, designadamente o apoio na construção de um aeroporto de maiores dimensões, em Cabo Verde.

Tal como anteriormente mencionado e plenamente demonstrado, existiu no âmbito estratégico-militar, uma sintonia entre Portugal e a África do Sul que vai aumentando no decurso do tempo.

Esta colaboração resultou no “Exercício ALCORA”, em Outubro de 1970.

Embora sob a aparência de exercício, na verdade o ALCORA formalizou uma aliança tripartida entre Portugal, a República da África do Sul e a Rodésia.

Por razões financeiras e bélicas, a África do Sul representava o elo mais forte. A sua indústria militar encontrava-se em amplo crescimento (inclusive a aposta num projecto que contemplava a energia atómica), o que lhe permitiu apoiar, primeiro os portugueses e, mais tarde, os rodesianos.

O acordo ALCORA suscitou uma série de encontros entre os vários escalões das Forças Armadas dos territórios ALCORA e procurou-se uma coordenação para o tipo de guerra existente ou, mesmo, para um conflito que assumisse maiores proporções e com novos actores regionais.

Os diplomatas entrevistados, mais de trinta anos passados sobre estes acontecimentos, mantiveram-se prudentes. Abordaram a questão, em termos de um bom relacionamento político com Portugal e da solidariedade manifestada ao nível das Nações Unidas. Todos desconheciam qualquer cooperação no âmbito militar. E um afirmou, mesmo, que não considerava o relacionamento político, especial.

Tal como há trinta e quatro anos, continuava a existir a preocupação de não reconhecer um entendimento formal entre os dois países. Também o Dr. Rui Patrício se referiu a esse embaraço latente. Daí que se desvalorizasse, publicamente, o relacionamento bilateral. Mesmo assim, isso não impedia que os adversários se referissem aos dois Estados como protagonistas de uma aliança ímpia.

Contudo, a realidade era diversa. A cooperação militar existia e, a partir de 1968, intensificou-se gradualmente. O acordo ALCORA proporcionou uma abrangência para o futuro.

Esta perspectiva foi confirmada no decurso de uma conversa com o Almirante Koos Louw que comandava a base naval sul-africana de Simonstown, a qual decorreu em 24 de Outubro de 2007. Segundo este oficial, a perspectiva de algumas facções da hierarquia militar de Portugal e da África do Sul, residia na tentativa de aguentar o Ultramar até à queda do “muro de Berlim”. O mundo era dirigido, nos anos 80 e princípio dos 90, por conservadores, tais como: Reagan, Thatcher e Kohl. Acresce que a URSS implodiu. Se Portugal tivesse aguentado até lá, a independência de Angola e Moçambique, provavelmente, obedeceria a um calendário faseado sem a pressão do bloco de Leste. Isso teria, com certeza, beneficiado a África do Sul. Este país não se teria envolvido no conflito angolano e a transição interna teria sido ainda mais pacífica. O Almirante adiantou, ainda, que existia um projecto entre Portugal, a África do Sul e Espanha para a construção de uma classe de fragatas, em 1975.

Estas ideias partilhadas pela alta hierarquia castrense de ambos os países (por ex. os generais Bettencourt Rodrigues e Kaúlza de Arriaga comungavam de algumas delas) pode, em última instância, explicar a confiança e perseverança de alguns políticos e militares portugueses na possibilidade de aguentar a guerra em África até o problema obter uma solução política, e os sul-africanos confiarem na possibilidade de uma resistência que lhes permitisse perpetuar, por mais algum tempo, o “status quo” existente.

Finalmente, às questões colocadas no início desta tese, isto é, como foi possível a Portugal sustentar uma guerra ao longo de treze anos em três territórios descontínuos e qual a influência da África do Sul neste processo, os elementos analisados ao longo

deste estudo poderão, na nossa opinião, conduzir a respostas que sustentem a ideia de que a longevidade da guerra travada pelos portugueses, em África, foi alcançada devido a elementos internos, designadamente a boa preparação das elites militares e o espírito de abnegação dos soldados portugueses e que a influência da África do Sul, neste processo, não terá sido decisiva, contudo muito relevante.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES NÃO PUBLICADAS

#### 1. Arquivos Institucionais

##### 1.1 Arquivo Histórico Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa

AHD-MNE, PAA 1129, Documento enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 7 de Fevereiro de 1959.

AHD-MNE, PAA 371, Informação dirigida pelo MNE ao Ministério do Ultramar, em 24 de Junho de 1957.

AHD-MNE, PAA 371, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Paris, ao MNE, em 4 de Julho de 1957.

AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, Telegrama (Nº 19) enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, 23 de Janeiro de 1961.

AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, Telegrama (Nº 20) enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, 23 de Janeiro de 1961.

AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Pretória, 26 de Janeiro de 1961.

AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, Telegrama proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e dirigido à Embaixada de Portugal em Londres, 10 de Dezembro de 1961.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 19 de Abril de 1962.

AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, em 18 de Junho de 1962;

AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, em 18 de Junho de 1962.

AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, em 19 de Novembro de 1962.

AHD-MNE, PAA 371, Informação dirigida pelo MNE ao Embaixador de Portugal, em Paris, no dia 13 de Dezembro de 1965.

AHD-MNE, PAA 371, Relato de Conversa, com o timbre do MNE, entre o diplomata português, Teixeira da Motta e o membro da Missão da Rodésia, em Lisboa, Sr. Mussell, datado de 31 de Agosto de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 17 de Junho de 1965.

AHD-MNE, PAA 371, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 28 de Outubro de 1965.

AHD-MNE, PAA 371, Nota dirigida pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Departamento de Estado norte-americano, em 26 de Outubro de 1965.

AHD-MNE, PAA 371, Apontamento de Conversa com Sua Excelência o Embaixador dos Estados Unidos, Estado-Maior da Armada, 17 de fevereiro de 1966.

AHD-MNE, PAA 371, Informação enviada pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 5 de Maio de 1966.

AHD-MNE, PAA 371, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 25 de Julho de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Washington, 17 de Agosto de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21 de Agosto de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Washington, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 26 de Julho de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Apontamento da conversa ocorrida entre o funcionário do MNE, Marçal de Almeida, e o Conselheiro da Embaixada dos EUA, em Lisboa, Wellman, 27 de Julho de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Apontamento: Concurso Para A Aquisição De Camiões Para O Exército Português, 20 de Setembro de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Ottawa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 18 de Julho de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Aerograma enviado pela Embaixada de Portugal, em Ottawa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 31 de Julho de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Ottawa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 11 de Dezembro de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Ofício dirigido pelo Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), 6 de Março de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Ofício dirigido pelo MNE ao SGDN, 29 de Março de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Ofício dirigido pelo Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN) ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), 30 de Maio de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Ofício dirigido pelo MNE ao SGDN, 20 de Junho de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Rabat, 30 de Outubro de 1967.

AHD-MNE, PAA 371, Notícia publicada no jornal “New York Times”, de 27 de Março de 1968; Também Cfr. Telegrama enviado pela Missão Permanente de Portugal na ONU ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de Março de 1968.

AHD-MNE, PAA 371, Ofício dirigido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal, em Londres, Manuel Barrajota Rocheta, 20 de Junho de 1968.

AHD-MNE, PAA 371); Ofício dirigido pelo Cônsul português, em Lusaka (Zâmbia), ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 16 de Agosto de 1968.

AHD-MNE, PAA 368, Informação proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21 de Novembro de 1968.

AHD-MNE, PAA 368, Contingency Planning for Defence of Southern Africa, Ministry of Defence, Salisbury, 6th January, 1969.

AHD-MNE, PAA 371, Ofício dirigido pelo SGDN ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 25 de Março de 1969.

AHD-MNE, PAA 371, Ofício dirigido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), 8 de Abril de 1969.

AHD-MNE, PAA 371, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Londres, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 9 de Fevereiro de 1970.

AHD-MNE, PAA 371, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 14 de Janeiro de 1971.

AHD-MNE, PAA 371, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Bohn, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 12 de Janeiro de 1971.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 13 de Julho de 1960;

AHD-MNE, PAA 368, Rand Daily Mail, July 13, 1960.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo Cônsul Geral de Portugal, em Salisbury, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 16 de Agosto de 1960.

AHD-MNE, PAA 368, The Evening Standard, August 15, 1960.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 10 de Setembro de 1960; Também, Cfr. AHD-MNE, PAA 368, Pretoria News, September 10, 1960.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo MNE ao Ministério do Ultramar, em 12 de Outubro de 1960.

AHD-MNE, Rand Daily Mail, October 5, 1960. A notícia em causa relatava o seguinte: “At the Labour Party conference, Mrs. Barbara Castle, (...) spoke of «an unholy alliance of Salazar, Welensky and Verwoerd which may be backed by arms»”.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal na União da África do sul ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 18 de Abril de 1961.

AHD-MNE, PAA 368, Discurso do Ministro da Justiça sul-africano, Erasmus, pronunciado em 14 de Abril de 1961.

AHD-MNE, PAA 368, The Evening Standard, July 7, 1961.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo Cônsul de Portugal, em Salisbury, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2 de Agosto de 1961.

AHD-MNE, PAA 368, The Rhodesia Herald, August 2, 1961.

AHD-MNE, PAA 368, Rand Daily Mail, August 15, 1961.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 20 de Agosto de 1961.

AHD-MNE, PAA 368, Diário de Notícias, 1 de Janeiro de 1962.

Cfr AHD-MNE, PAA 368, Evening Star, March 14, 1962.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo Cônsul de Portugal, em Salisbury, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 5 de Abril de 1962.

AHD-MNE, PAA 368, The Daily News, April 4, 1962.

AHD-MNE, PAA 368, Daily Express, April 6, 1962.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Londres, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 11 de Abril de 1962.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Addis Abeba, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 31 de Maio de 1962.

AHD-MNE, PAA 368, Ethiopian Herald, May 31, 1962.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 16 de Junho de 1962.

AHD-MNE, PAA 368, Dagbreek, July 22, 1962.

AHD-MNE, PAA 368, Temps Nouveaux, N° 49, 5/12/62.

AHD-MNE, PAA 368, The Unholy Alliance: Salazar – Verwoerd – Welensky, London, 1962, p. 11.

AHD-MNE, PAA 368, The Unholy Alliance: Salazar – Verwoerd - Welensky, p. 16.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama enviado pelo Consulado de Portugal em Salisbury, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 4 de Março de 1963.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo Consulado Geral de Portugal, em Salisbury, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 28 de Fevereiro de 1963.

AHD-MNE, PAA 368, The Daily News, March 27, 1963.

AHD-MNE, PAA 368, The Daily News, March 3, 1963.

Ahmed Ben Bella foi o primeiro Presidente da República da Argélia e exerceu o cargo entre 1963 e 1965.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 10 de Julho de 1963.

AHD-MNE, PAA 368, L'Essor du Katanga, 8/12/1964.

AHD-MNE, PAA 368, La Dépêche, 14/12/1964.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Dublin, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 24 de Abril de 1967.

AHD-MNE, PAA 368, Sechaba, Vol. 2, N.º. 6, June 1968, p. 3.

AHD-MNE, PAA 368, Sechaba, Vol. 2, N.º. 6, June 1968, p. 4;

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Londres, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1 de Julho de 1968.

AHD-MNE, PAA 368, The Rhodesia Herald, June 21, 1973.

AHD-MNE, PAA 1129, Informação enviada pela embaixada de Portugal na União da África do Sul ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, e datada de 30 de Setembro de 1959.

AHD-MNE, PAA 368 Informação dirigida pela Embaixada de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros datada de 25 de Novembro de 1966.

AHD-MNE, PAA 368 Informação proveniente da PIDE em Moçambique e dirigida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros sob o título a «A Doutrina Monroe na África Meridional», datada de 20 de Outubro de 1967.

AHD-MNE PAA-368, Informação da Embaixada de Portugal em Londres, dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, datada de 16 de Setembro de 1968.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama enviado pela Missão Permanente de Portugal na ONU para o MNE, e datado 9 de Dezembro de 1969.

AHD-MNE, PAA 959, Aerograma proveniente da Embaixada de Portugal em Zomba, e dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 28 de Julho de 1971.

AHD-MNE, PAA 959, Documento enviado pela Embaixada de Portugal, em Zomba, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 14 de Junho de 1971.

AHD-MNE, PAA 959, Documento enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 16 de Julho de 1971.

AHD-MNE, PAA 368, Apontamento intitulado “Conversações luso-sul africanas” e redigido pelo funcionário do MNE Pedro Catarino, datado de 8 de Fevereiro de 1973.

AHD-MNE, PAA 1129, Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, redigido por Vasco da Cunha, e datado de 14 de Janeiro de 1956.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Delegado Permanente de Portugal, junto das Nações Unidas, em Nova York, e datado de 5 de Fevereiro de 1957.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 8 de Março de 1957.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Portugal, em Pretória, e datado de 24 de Janeiro de 1959.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 17 de Junho de 1959.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama (Nº 69) enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 24 de Agosto de 1959.

AHD – MNE, PAA 1129, Telegrama (Nº 70) enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 24 de Agosto de 1959.

AHD – MNE, PAA 1129, Telegrama (Nº 21) enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Janeiro de 1960.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama (Nº 24) enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Janeiro de 1960.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Madrid, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 2 de Março de 1960.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Março de 1960.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 20 de Junho de 1960.

AHD – MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo Director-Geral do MNE ao Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, em 4 de Agosto de 1960.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 26 de Julho de 1960.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Novembro de 1960.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 10 de Fevereiro de 1961.

AHD-MNE, PAA 1132, Carta enviada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Eric Louw, ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e datada de 16 de Setembro de 1963.

AHD-MNE, PAA 1132, Carta enviada pelo Primeiro-Ministro sul-africano, Hendrik Verwoerd, ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e datado de 17 de Setembro de 1963; Na época, estimava-se em três milhões, o número da população branca na África do Sul.

AHD-MNE, PAA 1132, Informação dirigida pelo MNE ao Embaixador de Portugal em Pretória, Álvaro Brilhante Laborinho, datada de 15 de Outubro de 1963.

AHD-MNE, PAA 1129, “Agreement between the Government of the Republic of South Africa and the Government of Portugal in regard to the first phase development of the water resources of the Kunene River Basin”, Lisbon, 21 January 1969, pp. 3,5.

AHD-MNE, PAA 368, Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros datado de 17 de Março de 1953.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministro da Defesa Nacional em 28 de Novembro de 1955.

AHD-MNE, PAA 368, “South Africa Seeks Defence Partners” in *The Daily Telegraph* (Londres), de 4 de Abril de 1956.

AHD-MNE, PAA 368, “South Atlantic Defense” in *Yorkshire Post* [Londres], August 22, 1957.

AHD-MNE, PAA 368, ”SATO Suggested by DP Member” in *The Rhodesia Herald*, February 28, 1959.

AHD-MNE, PAA 368, “Baby NATO to stem Nationalism”, in *Dawn*, March 13, 1959.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal na África do Sul ao MNE em 15 de Abril de 1959.

AHD-MNE, PAA 368, “Thickening the brew”, The Rhodesia Herald, May 23, 1962.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo SGDN ao MNE em 4 de Janeiro de 1969.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo MNE ao CEMGFA em 19 de Fevereiro de 1969.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo MNE ao Embaixador de Portugal na África do Sul, Menezes Rosa, de 24 de Abril de 1969.

AHD-MNE, PAA 368, Informação baseada no jornal “The Rhodesia Herald”, de 14 de Novembro de 1972.

AHD-MNE, PAA 368, Informação oriunda da Embaixada de Portugal na União da África do Sul, e dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros luso, 9 de Dezembro de 1955.

AHD-MNE, PAA 368, South African Affairs, Volume 2, nº 11, 25 November 1955.

AHD-MNE, PAA 368, Recorte do jornal “Diário da Manhã”, de 18 de Janeiro de 1957.

AHD-MNE, PAA 1129, Documento dirigido pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 17 de Junho de 1959.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Janeiro de 1960.

AHD-MNE, PAA 1129, Documento enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 20 de Junho de 1960.

AHD-MNE, PAA 1129, Documento enviado pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 29 de Novembro de 1960.

AHD-MNE, PAA 1132, Documento enviado pelo Primeiro-Ministro sul-africano, Hendrik Verwoerd, ao Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, e datado de 17 de Setembro de 1963.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama enviado pela Missão Permanente de Portugal na ONU (New-York) ao MNE, 14 de Maio de 1969.

AHD-MNE (Capilha 2; Doc. 48), Informação dirigida pela Embaixada de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 26 de Agosto de 1967.

AHD-MNE (Capilha 2; Doc. 58-61), Informação dirigida pela Embaixada de Portugal no Cairo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 28 de Novembro de 1967.

AHD-MNE, PAA 368, Revista “Southern Africa”, em 21 de Outubro de 1968.

AHD-MNE, PAA 368, Joint Planning Staff, Contingency Planning For The Defence Of Southern Africa, Ministry of Defence, Salisbury, 1969.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida por Gonçalo Caldeira Coelho ao representante máximo português em Salisbury, João Freitas Cruz, 22 de Março de 1969.

AHD-MNE, PAA 368, Aerograma dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, em 18 de Fevereiro de 1971.

AHD-MNE, PAA 368, Diário “Dagens Nyheter” (Estocolmo), de 21 de Fevereiro de 1971.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, em 22 de Fevereiro de 1971.

AHD-MNE, PAA 368, Aerograma dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, em 1 de Março de 1971.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal em Copenhaga ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 5 de Março de 1971.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo Consulado-Geral de Portugal em Salisbúria ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 5 de Abril de 1972.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo SGDN ao Director-Geral dos Negócios Políticos do MNE, em 12 de Maio de 1972.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama dirigido pelo Consulado-Geral de Portugal em Salisbury, em 14 de Novembro de 1972.

AHD-MNE, PAA 368, Aerograma dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, em 24 de Fevereiro de 1971.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, em 2 de Março de 1971.

AHD-MNE, PAA 371, Documento dirigido pela Embaixada da União da África do Sul, em Lisboa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português, Lisboa, 5 de Março, 1956.

AHD-MNE, PAA 371, Documento dirigido pelo SGDN ao MNE, Lisboa, 18 de Abril, 1956.

AHD-MNE, PAA, 371, Documento dirigido pela Embaixada da União da África do Sul, em Lisboa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português, Lisboa, 11 de Julho, 1957.

AHD-MNE, PAA, 371, Documento dirigido pelo Ministério da Marinha ao Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 21 de Agosto, 1957.

AHD-MNE, PAA, 371, Documento dirigido pela Embaixada da União da África do Sul, em Lisboa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português, Lisboa, 3 de Outubro, 1957.

AHD-MNE, PAA, 371, Documento dirigido pelo Ministério da Defesa Nacional ao MNE, Lisboa, 17 de Outubro, 1957.

AHD-MNE, PAA 371, Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Pretória ao MNE, 6 de Outubro, 1959.

AHD-MNE, PAA 371, Informação dirigida pelo MNE ao Secretário-Adjunto da Defesa Nacional, 7 de Julho, 1960.

AHD-MNE, PAA 371, Informação dirigida pelo Ministério do Ultramar ao MNE, 21 de Julho, 1960.

AHD-MNE, PAA 371, Informação dirigida pelo Ministério da Marinha ao MNE, 26 de Julho, 1960.

AHD-MNE, PAA 371, Informação dirigida pelo Subchefe do Estado-Maior da Armada ao Chefe do Estado-Maior da Armada, 29 de Agosto, 1960.

AHD-MNE, PAA 371, Informação dirigida pelo SGDN ao MNE, 7 de Setembro, 1960.

AHD-MNE, PAA 1129, Apontamento enviado pelo Embaixador de Portugal, na União da África do Sul, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, e datado de 19 de Julho de 1960.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal na União da África do Sul ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 4 de Agosto de 1960.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pelo MNE ao Ministério do Ultramar, 12 de Agosto, 1960.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Pretória ao MNE, 20 de Agosto, 1960.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Pretória ao MNE, 21 de Agosto, 1960.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigido pelo MNE ao Secretariado-Geral da Defesa Nacional, 20 de Setembro, 1960.

AHD-MNE, PAA 368, Parecer do CEMGFA, General Beleza Ferraz, 12 de Outubro, 1960.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pela Presidência do Conselho ao MNE, 22 de Novembro, 1960.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao MNE, 6 de Fevereiro, 1961.

AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, Telegrama proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e dirigido à Embaixada de Portugal em Capetown, 15 de Fevereiro de 1961.

AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, Telegrama proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e dirigido à Embaixada de Portugal em Pretória, 24 de Fevereiro de 1961.

AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, Telegrama proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e dirigido à Embaixada de Portugal no Cabo, 23 de Março de 1961.

AHD-MNE, “Colecção Especial de Telegramas Expedidos Pessoais – Secretos e Confidenciais, 1960-1962”, Pasta Nº 61, Telegrama proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e dirigido à Embaixada de Portugal em Capetown, 24 de Março de 1961.

AHD-MNE, PAA 1132, Carta enviada pelo Primeiro-Ministro sul-africano, Hendrik Verwoerd, ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e datada de 17 de Setembro de 1963.

AHD-MNE, PAA 371, Telegrama dirigido pelo MNE à Embaixada de Portugal, em Cape Town, 13 de Março de 1967.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 11 de Abril, 1968.

AHD-MNE, PAA 368, jornal “Dawn”, 20 de Setembro, 1968.

AHD-MNE, PAA 1129, Apontamento oriundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, intitulado “Sobrevoos das águas territoriais por aviões sul-africanos”, e datado de 11 de Novembro de 1969.

AHD-MNE, PAA 368, Informação dirigida pela Embaixada de Portugal, na República da África do Sul, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, 14 de Julho de 1971.

AHD-MNE, PAA 368, Apontamento intitulado “Conversações luso-sul africanas” e redigido pelo funcionário do MNE, Pedro Catarino, 8 de Fevereiro, 1973.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama (Secretíssimo) dirigido pela Embaixada de Portugal, em Pretória, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 3 de Novembro, 1972.

AHD-MNE, PAA 1140, Documento enviado pela Presidência do Conselho de Ministros ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e datado de 10 de Outubro de 1975.

AHD-MNE, PAA 1129, Telegrama (Nº 24) enviado pela Embaixada de Portugal, em Cape Town, ao MNE, e datado de 29 de Janeiro de 1960. Este documento encontra-se, igualmente, mencionado na cooperação diplomática bilateral.

AHD-MNE, PAA 368, Informação baseada no jornal “Politiken” (dinamarquês), sobre uma reunião que juntou, em Salisbúria, as autoridades de segurança de Portugal, da África do Sul e da Rodésia, 5 de Março de 1971.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Pretória ao MNE, 3 de Novembro de 1972. Este documento já foi citado no capítulo referente à cooperação militar bilateral.

AHD-MNE, PAA 368, Telegrama dirigido pela Embaixada de Portugal em Londres ao MNE, 7 de Março de 1973.

## **1.2 Arquivo Histórico da Força Aérea, Lisboa**

AHFA, Visita do MDN a Moçambique, Fev. 1969, p. 18.

AHFA, Visita do MDN à África do Sul, Fev. 1969, p. 4.

AHFA, Visita do MDN a Angola, Fev. 1969, pp. 6-7.

AHFA, Visita do MDN a Angola, Fev. 1969, p. 18.

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, Caixa 2, Comando da 2ª RA, Repartição de Operações, Auxílio Externo, Luanda, 10 de Janeiro, 1969;

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1970, Caixa 2, SEA, Preparação e Integração na FA dos 60 T-6 MK III e MK II recentemente fornecidos pela RAS, 18 de Maio de 1970, p. 1.

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, Organização Permanente de Planeamento ALCORA (PAPO), Finalidade, Organização e Funções, Polic, 30 de Novembro, 1973, p. 2.

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73), Polic., 1973, pp. 4-5.

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73), Polic., 1973, pp. 6-7.

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73), Polic., 1973, pp. 10-11.

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73), Polic., 1973, pp. I.G. 2.

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1973, Caixa 3, EMFA, Exercício ALCORA. Documentação e Realizações (Actualização correspondente a Nov. 73), Polic., 1973, p. 46.

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1971, Caixa 2, EMFA, Exercício ALCORA. Subcomissão de Comando e Controle: Acta da Reunião Levada a Efeito, em Pretória, de 27 Set. 1971 a 1 de Out. 1971, Polic., 1971, pp. 4-5.

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1971, Caixa 5, Actas da Comissão ALCORA de Alto Nível: Reunião Entre os Representantes das Forças Armadas Portuguesas, Forças de Segurança Rodesianas e da Força de Defesa Sul-Africana, em Pretória, de 30 de Março a 1 de Abril de 1971, Salisbury, 7 de Abril de 1971.

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1971, Caixa 4, Actas das Reuniões da Subcomissão ALCORA de Defesa Aérea que teve lugar na sede do Clube de Oficiais em 1 de Julho de 1971, 2 de Julho de 1971, p. 3.

AHFA, Fundo EMFA, Exercício ALCORA, 1971, Caixa 2, Despacho do General Deslandes, 8 de Setembro de 1971, p. 1.

POSAAC - Acta da 2ª Reunião da Comissão Principal, 29 de Outubro de 1974, Anexo A, p.1.

POSAAC - Acta da 2ª Reunião da Comissão Principal, 29 de Outubro de 1974, s. p.

POSAAC - Acta da 2ª Reunião da Comissão Principal, 29 de Outubro de 1974, s. p.

## **1.3 Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo**

“Entrevista do General Kaúlza de Arriaga”, in *Savana* (Semanário Independente), Maputo, Ano I, Nº 2, 28 de Janeiro de 1994, p. 5.

#### **1.4 Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa**

Arquivo Marcello Caetano

AMC, Cx. 32, correspondência Jardim, nº113, Cópia de carta do Contra-Almirante H.H. Biermann, comandante em chefe da Marinha da África do Sul, para Kaulza de Arriaga, 31/1/72.

Arquivo Oliveira Salazar

ANTT, AOS/COE-3, Pasta 11, Docs. N.ºs. 58-60, Tradução em inglês de uma carta dirigida por Salazar a Hendrik Verwoerd, datada de 28/7/1964.

ANTT, AOS/COE-3, Pasta 11, Docs. N.ºs. 92-97, Carta dirigida por Verwoerd a Salazar, datada de 12 de Maio de 1966.

AOS/COE-3, Pasta 11, Docs. N.ºs. 61-64, Carta dirigida por Hendrik Verwoerd a Salazar, datada de 3/8/1964.

#### **1.5 National Archives of South Africa, Pretória**

NASA, BTS 1/14/1, Vol. 2, Notes on Portugal prepared for the Hon. F. W. Waering, Minister for Information and Tourism, Chapter D. South-African/Portuguese Relations, 20/05/65.

NASA-BTS 1/14/20, Vol. 1, Portugal Annual Report, ANNUAL REVIEW, 1968: PORTUGAL, 21 July, 1969.

NASA-BTS 1/14/20, Vol. 1, Portugal: Annual Reports, ANNUAL REPORT-1971, 31 January 1972.

NASA-BTS 1/14/3, Vol. 1, Portugal Relation with SA, Discussions Between the Minister of Foreign Affairs, Dr. The Hon. H. Muller and The Minister of Foreign Affairs of Portugal, His Excellency Dr. Rui D'Espinay Patrício, Pretoria 23-24 June, 1971.

NASA-BTS 1/14/20, Vol. 2, PORTUGAL Annual Report, Annual Report 1972: Lisbon, 21 March 1973.

## **2. Arquivos Particulares**

### **2.1 Arquivo General Luís Deslandes**

AGLD, Informação da PIDE com a classificação de “Confidencial”, dirigida ao Gabinete do General Comandante-Chefe de Angola, em 28 de Julho de 1962.

AGLD, Relatório com a classificação de “Secreto” do SCCIA para o General Comandante-Chefe de Angola, General Venâncio Deslandes, de 3 de Setembro de 1962.

### **2.2 Arquivo General Paiva Brandão**

AGPB, Carta do Tenente-General Charles Fraser dirigida ao General Paiva Brandão, 3 June 1969.

AGPB, Carta do Coronel Renato Marques Pinto dirigida ao General Paiva Brandão, 19 de Setembro de 1973.

### **Depoimentos orais**

Entrevista realizada pelo autor a Rui Patrício, no Rio de Janeiro, em 09/11/2007.

Entrevista realizada pelo autor ao Embaixador Boet Malan, na sua residência em Constantia, Cidade do Cabo, em 12/10/2007.

Entrevista realizada pelo autor ao Embaixador José Manuel Villas-Boas, na sua casa de Esteiró, Caminha, em Agosto de 2007.

Entrevista realizada pelo autor ao General Costa Santos, no Arquivo Histórico da Força Aérea, 19/01/2009

Entrevista telefónica realizada pelo autor ao General Renato Marques Pinto, em 03/06/2008.

## **FONTES PUBLICADAS**

### **1. Publicações anteriores a 1974**

CAETANO, Marcello, *As Grandes Opções*, Lisboa, Verbo, [1973?].

GALVÃO, Henrique, *O Assalto Ao “Santa Maria”*, Lisboa, Edições Delfos, 1973.

MORRIS, Michael, *Terrorism*, Cape Town, Howard Timmins, 1971.

OLIVEIRA, Hermes de Araújo, *Guerra Revolucionária*, Lisboa, Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1960.

PATTEE, Richard, *África do Sul: Vizinha de Portugal*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1971.

SALAZAR, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas (1959-1966)*, VI, Coimbra Editora, 1967.

WILLIAMS, A. F. Basil, *Botha, Smuts and South Africa*, 1ª ed., London, The English Universities Press Limited, 1946.

Quartel General da Região Militar de Angola (3ª Repartição), *Esboço Histórico das Operações na RMA*, Polic. 1965, I.III. 2.1.

Quartel General da Região Militar de Angola (3ª Repartição), Op. Cit., pp. I.VI.4.6.-I.VI.4.8.

### **2. Publicações em série**

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Anuário Diplomático e Consular Português (Referido a 31 de Dezembro de 1953), Imprensa Nacional de Lisboa, 1954, p. 87.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Anuário Diplomático e Consular Português (Referido a 31 de Dezembro de 1954), Imprensa Nacional de Lisboa, 1955, p. 85.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Anuário Diplomático e Consular Português (Referido a 31 de Dezembro de 1958), Imprensa Nacional de Lisboa, p. 30.

WILKINS, “Monster”, *Chopper Pilot*, Nelspruit, Freeworld Publications, Aviation Series nº 6, 2000.

### **3. Publicações periódicas**

BARROS, Manuel Machado de, “Missão Militar à Rodésia em 1969: Demonstração Cauliflower” in *Mais Alto*, nº 243 Setembro/Outubro de 1986, p. 25.

MOITA, Maria Isabel de Oliveira Faria, “Portugal Perante a Política do Apartheid”, in *Penélope*, Nº 22, 2000, pp. 13, 18-19.

TELO, António José, “As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 16, 1994, p. 357; pp. 367-368.

VALENTE, Vasco Pulido, *Marcello Caetano: As Desventuras da Razão*, in *Revista “K”*, nº 2, Novembro de 1990, p. 41.

“African Nato Nearer, in *Daily Herald* [Londres], July 9, 1956.

“African Pact is Proposed” in *Washington Post*, July 4, 1956.

*Expresso*, Nº 1851, 19 de Abril de 2008, p. 12.

“Corriere della Sera”, 18 de Abril de 1968.

“Journal of Modern African Studies”, Vol. 8, Nº 1, p. 31.

“L’«alliance impie»” in *Temps Nouveaux*, nº 49, 5/12/1962, pp. 29-31.

“Limpopo to the Nile” in *Review of South Africa*, Saturday, December 17, 1955.  
“Pretoria News”, 29 July 1971.  
Suplemento Domingo da Edição nº 10 523 do *Correio da Manhã*, 23/03/08, p. 33.

#### **4. Memórias, Depoimentos e Entrevistas publicadas**

ALEXANDRE, Manuel Valentim, “A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada” in *III Conferência Internacional FLAD-IPRI*, Portugal, os Estados Unidos e a África Austral, Lisboa, Julho de 2006, p. 55.  
CAETANO, Marcello, *O 25 de Abril e o Ultramar*, Lisboa, Verbo, s.d.  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, 1990.  
Comunicação do autor apresentada no Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, entre 4 e 6 de Março de 2010, na Universidade de Aveiro.

#### **ESTUDOS**

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos, *ALCORA – O Acordo Secreto do Colonialismo: Portugal, África do Sul e Rodésia na Última Fase da Guerra Colonial*, Lisboa, Divina Comédia, 2013.  
ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, Vol. I, Círculo de Leitores, 1995.  
ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, Vol. II, Círculo de Leitores, 1995.  
ANTUNES, José Freire, *Os Americanos e Portugal (1969-1974). Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.  
ARRIAGA, Kaúlza de, *Guerra e Política: Em Nome da Verdade. Os Anos Decisivos*, 2ª ed., Lisboa, Edições Referendo, 1988.  
BARROSO, Luís, *Salazar, Caetano e o “Reduto Branco”: A Manobra Político-Diplomática na África Austral (1951-1974)*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2012.  
BORGES, João Vieira, “A Formação de Oficiais 1960-1974”, in LOURENÇO, José Manuel Cardoso (coord.), [et al], *A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, Academia Militar/Prefácio, 2010, p. 32.  
CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo, 2000.  
CAMPOS, Armando de, *África do Sul – Potência Regional*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 1996.  
CANN, John P., *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de Fazer a Guerra, 1961-1974*, 1ª ed., Edições Atena, Lda., Julho de 1998.  
CARDOSO, Pedro, *As Informações em Portugal*, Instituto da Defesa Nacional, 1980.  
CARVALHO, Otelo Saraiva de, *Alvorada em Abril*, Livraria Bertrand, 1977.  
CERVELLÓ, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993.  
CHURCHILL, Winston S., *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.  
COUTO, Fernando Amado, *Moçambique 1974: O fim do império e o nascimento da nação*, 1ª ed., Editorial Caminho, 2011.  
CRESPO, Manuel Pereira, *Porque Perdemos a Guerra*, Ed. ABRIL, 1977.  
CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974)*, Vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2004.

CRUZ, Manuel Braga da; RAMOS, Rui (Org.), *Marcelo Caetano: Tempos de Transição*, 1ª ed., Porto Editora, 2012.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Costa Gomes: O Último Marechal*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, Novembro de 1998.

DEVLIN, Larry, *Chief of Station, Congo*, New York, PublicAffairs, 2007.

FERNANDES, Tiago, *Nem Ditadura Nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Assembleia da República e Publicações Dom Quixote, 2005.

FERREIRA, João José Brandão, *À Frente do Tempo*, vol. II, Lisboa, Caminhos Romanos, 2014.

FERREIRA, João José Brandão, *Em Nome da Pátria: Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa*, Publicações Dom Quixote, 2009.

FLOWER, Ken, *Serving Secretly: An Intelligence Chief on Record: Rhodesia into Zimbabwe, 1964 to 1981*, John Murray, 1987.

GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra: Moçambique 1964-1974*, Prefácio, 2003.

GILBERT, Martin, *Churchill: Uma Vida*, 6ª ed., Lisboa, Bertrand Editora, 2007.

GILBERT, Martin, *História da II Guerra Mundial*, Publicações Dom Quixote, 2009.

GILBERT, Martin, *História do Século XX*, 1ª ed., Publicações D. Quixote, Outubro de 2010.

GOMES, Carlos de Matos, *Moçambique (1970). Operação Nó Górdio*, Lisboa, Tribuna da História, 2002.

JARDIM, Jorge, *Rodésia: O Escândalo das Sanções*, 1ª ed., Lisboa, Intervenção, 1978.

JESUS, José Duarte de, *Casablanca: O Início do Isolamento Português. Memórias Diplomáticas: Marrocos, 1961-1963*, Lisboa, Gradiva, 2006.

JÚNIOR, Miguel, *A Mão Sul-Africana – O Envolvimento das Forças de Defesa da África do Sul no Sudeste de Angola (1966-1974)*, Cascais, Tribuna da História, 2014.

HASTINGS, Max, *Inferno. O Mundo em Guerra: 1939-45*, 1ª ed., Porto, Civilização Editora, Novembro de 2013.

HUNTZINGER, Jacques, *Introdução às Relações Internacionais*, PE Edições, 1991.

KEYLOR, William R., *História do Século XX*, Publicações Europa-América, 2001.

KISSINGER, Henry, *Diplomacy*, Simon & Schuster, London, 1995.

L'ANGE, Gerald, *The White Africans: From Colonisation to Liberation*, Johannesburg & Cape Town, Jonathan Ball Publishers, 2006.

MACQUEEN, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*, Editorial Inquérito, 1998.

MANDELA, Nelson, *Autobiografia de Nelson Mandela: Um Longo Caminho para a Liberdade*, 1ª ed., Lisboa, Planeta, Fevereiro de 2012.

MARQUES, Silvino Silvério, *Portugal e Agora?* Edições do Templo, 1978.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Angola 61 – Guerra Colonial: Causas e Consequências*, 2ª ed., Texto Editores, Março de 2011.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar – Uma Biografia Política*, 3ª ed., Publicações D. Quixote, Outubro de 2010.

MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 1997.

NOGUEIRA, Franco, *Diálogos Interditos: A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, Vol. I, Braga, Editorial Intervenção, 1979.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar: A Resistência (1958-1964)*, Vol. V, 4ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, 2000.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar: O Ataque (1945-1958)*, Vol. IV, 4ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, 2000.

NOGUEIRA, Franco, *O Estado Novo (1933-1974)*, Livraria Civilização Editora, 2000.

- NOGUEIRA, Franco, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Porto, Livraria Editora Civilização, 1986.
- NUNES, António Pires, *Angola (1966-74). Vitória Militar no Leste*, Lisboa, Tribuna da História, 2002.
- OLIVEIRA, Pedro Aires, “Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio”, in ALMEIDA, João Marques de; RAMOS, Rui (coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal Séc. XIX-XX*, Instituto da Defesa Nacional, Junho de 2008, p. 144.
- O'REILLY, Bill; DUGARD, Martin, *Conspiração Kennedy*, Marcador Editora, 2013.
- PFISTER, Roger, *Apartheid South Africa and African States: from Pariah to Middle Power, 1961-1994*, London, Tauris Academic Studies, 2005.
- PINA, Rui Câmara, *África do Sul: A Difícil Transição*, 1ª ed., Porto, Fronteira do Caos Editores, 2012.
- PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- PINTO, Jaime Nogueira, *Jogos Africanos*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.
- PINTO, Pedro Feytor, *Na Sombra do Poder*, 1ª ed., Publicações Dom Quixote, 2011.
- RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, Fevereiro de 2010.
- RAMOS, Rui (coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal Séc. XIX-XX*, Instituto da Defesa Nacional, Junho de 2008.
- REYNOLDS, David, *Britannia Overruled*, Pearson Education Limited, 2000.
- RODRIGUES, Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes: No Centro da Tempestade*, 1ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.
- RODRIGUES, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: A Crise De Uma Aliança*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- ROSA, Frederico Delgado, *Humberto Delgado: Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.
- ROSAS, Fernando, “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo”, in BRITO, J. M. Brandão de (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp. 37-40.
- SPARKS, Allister, *The Mind of South Africa*, Jonathan Ball Publishers, 2003.
- SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro*, Arcádia, 1974.
- SOUTO, Amélia Neves de, *Caetano e o Ocaso do “Império”: Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Edições Afrontamento, 2007.
- WELSH, Frank, *A History of South Africa*, London, Harper Collins Publishers, 2000.

### **Recursos electrónicos**

- Biografia de Albert John Luthuli, disponível em:  
[www.britannica.com/EBchecked/topic/352162/Albert-John-Luthuli](http://www.britannica.com/EBchecked/topic/352162/Albert-John-Luthuli)
- Biografia de Dag Hjalmar A. C. Hammarskjöld, disponível em:  
[www.un.org/Overview/SG/sg2bio.html](http://www.un.org/Overview/SG/sg2bio.html)
- Biografia de Harold Macmillan, disponível em:  
[www.britannica.com/EBchecked/topic/355161/Harold-Macmillan](http://www.britannica.com/EBchecked/topic/355161/Harold-Macmillan)
- Biografia de Kwame Nkrumah, disponível em:  
[www.encyclopedia.com/topic/Kwame\\_Nkrumah.aspx](http://www.encyclopedia.com/topic/Kwame_Nkrumah.aspx)
- Biografia de Jacobus Johannes Fouche, disponível em:  
[www.worldpresidentsdb.com/Jacobus-Johannes-Fouche/](http://www.worldpresidentsdb.com/Jacobus-Johannes-Fouche/)
- Biografia de Julius Nyerere, disponível em:

[www.britannica.com/EBchecked/topic/423105/Julius-Nyerere](http://www.britannica.com/EBchecked/topic/423105/Julius-Nyerere)

Capítulo XI, Declaração Relativa a Territórios Não Autónomos, Artigo 73.º, disponível em: [www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ONU/ONU-Carta-XI-73-74.htm](http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ONU/ONU-Carta-XI-73-74.htm)

Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, a 26 de Junho de 1945, após o encerramento da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor a 24 de Outubro daquele mesmo ano, disponível em: [www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/12](http://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/12)